

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRISTÃOS-NOVOS NOS NEGÓCIOS DO DA
CAPITANIA DE PERNAMBUCO: relacionamentos,
continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos
de 1580 e 1630.

Recife, 2012

Janaína Guimarães da Fonseca e Silva

CRISTÃOS-NOVOS NOS NEGÓCIOS DO DA
CAPITANIA DE PERNAMBUCO: relacionamentos,
continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos
de 1580 e 1630.

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do grau de doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Virgínia
Almoêdo de Assis.

Coorientador: Prof^o Dr^o Angelo
Adriano Faria de Assis.

Recife, 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S436c Silva, Janaína Guimarães da Fonseca
Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630 / Janaína Guimarães da Fonseca. – Recife: O autor, 2012.
218 f. ; il. ; 30 cm.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Almoêdo de Assis
Coorientador: Prof. Dr. Angelo Adriano Farias de Assis
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

Inclui bibliografia.

1. História. 2. Relações públicas - sociedades comerciais. 3. Comércio (Pernambuco, Brasil). 4. Capitania de Pernambuco (1580-1630). I. (Orientadora). Assis, Virgínia Almoêdo de. II. (Coorientador). Assis, Angelo Adriano Farias de. III. Título.

981.22 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH201-33)



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA JANAINA GUIMARÃES DA FONSECA E SILVA

As 9h. do dia 07 (sete) de maio de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna Janaina Guimarães da Fonseca e Silva intitulada "CRISTÃOS-NOVOS NOS NEGÓCIOS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "APROVADA", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Virginia Maria Almoêdo de Assis (orientadora), Angelo Adriano Faria de Assis (Co-orientador), Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, George Felix Cabral de Souza e Suely Creusa Cordeiro de Almeida. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, a Vice-coordenadora, Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 07 de maio de 2012.

Profª. Drª. Virginia Maria Almoêdo de Assis

Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de Assis

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Profª. Drª. Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão

Sandra Regina Albuquerque

Agradecimentos

Incrível como é difícil escrever os agradecimentos, rememorar todos os momentos difíceis em que cada uma dessas pessoas me deu a mão, um ombro, uma dica ou uma crítica, todos fundamentais. Começo pela minha querida orientadora, a Prof.^a Dra. Virgínia Almôedo, que também me acompanhou na dissertação, indo nesta tese além de seu papel. Mais que uma orientadora ela foi uma amiga, quase uma mãe, cujo carinho nunca será esquecido.

Agradeço também especialmente ao meu amigo e co-orientador o Prof. Dr. Angelo Assis, meu guia na temática, meu leitor e crítico mais paciente e atento. Muitas foram às vezes que ele me fez enxergar o que eu não via, atentando para coisas fundamentais, com uma inteligência, humildade e sensibilidade que reconheço em poucos.

À Prof.^a Dra. Suely Almeida, por todas as suas maravilhosas contribuições, sua serenidade e erudição em muito me ajudaram. Agradeço também ao Prof. Dr. George Felix Cabral, pelas dicas, leitura cuidadosa e trocas de bibliografia. Sou extremamente grata a Prof.^a Dra. Tania Kaufman por minha introdução no estudo da cultura judaica e todas as imensas contribuições ao longo dos últimos dez anos. E também ao prof. Dr. Marcus Carvalho, meu eterno professor que me deu a honra de ler e contribuir para meu trabalho.

Como essa tese foi de fato fruto de um trabalho conjunto, agradeço a Poliana Silva e José Gustavo Ayres pelas transcrições paleográficas, a meu querido Daniel O. Breda pelo trabalho de elaboração dos mapas com as trajetórias de meus personagens e a minha sobrinha competentíssima, Dolores Orange, pela correção ortográfica. E como não poderia deixar de ser a Sandra Regina, pela incansável paciência com minhas dúvidas e atrasos.

Agradeço à meu amigo Gian Carlo Silva, pelo ombro e conselhos e a minha querida Letícia Detoni, pela leitura e crítica cuidadosa. Sou muito grata também aos meus amados amigos, Manuela Assunção, Adelle Nascimento, Lígia Ventura, Ana Arruda, o já citado Daniel Breda e Rodrigo Peixoto. Agradeço ainda as criaturas maravilhosas que entraram em meu caminho ao longo da elaboração desta tese, os meus colegas da UPE-Campus Petrolina, aos quais agradeço nos nomes de Ana Clara Brito e Sidclay Pereira. Não poderia deixar de agradecer também aos que compõem o programa de pós-graduação em História da UFPE e a CAPES, pelo suporte financeiro.

Quase finalizando essa imensa lista, mas encabeçando a presença em meu coração, agradeço aos meus irmãos e sobrinhos lindos, cuja leveza e carinho foram fundamentais e aos meus pais, Délio e Fátima, por todo o suporte, físico, emocional e financeiro ao longo desses quatro anos, e claro, por toda a vida. Agradeço por fim a Hugo Moura e a Camila Guimarães Moura, meu marido pelo companheirismo, parceria e amor que tornaram essa obra possível e a Camila, por ser minha força, inspiração e luz.

Resumo

A Capitania de Pernambuco, entre os anos de 1580-1630, foi local de circulação, estabelecimento e comércio de vários cristãos-novos, descendentes de judeus convertidos em Portugal no final do século XV. Estes homens foram membros de extensas redes comerciais, fundamentais ao desenvolvimento do comércio transoceânico. Tais redes, contudo, não eram compostas apenas por homens de origem cristã-nova. Em seus prolongamentos elas contavam com mercadores das mais diversas origens, que estavam localizados em entrepostos comerciais estratégicos, com os quais os neoconvertos se articulavam para o escoamento e introdução de diversos produtos na capitania.

Nossa tese foi construída a partir da recomposição das trajetórias de alguns cristãos-novos que estiveram na Capitania de Pernambuco desde o fim do século XVI. Primeiramente examinamos a construção dessas redes comerciais heterogêneas. Logo averiguamos os motivos que levaram alguns destes homens a deixar a Capitania no começo do século XVII, entre os quais destacamos a ação inquisitorial e a mobilidade intrínseca as redes comerciais. E, por fim, analisamos as estratégias desenvolvidas pelos que permaneceram em Pernambuco até, ao menos, o ano de 1630. A tese aqui proposta é de que os cristãos-novos estabelecidos em Pernambuco desenvolveram heterogêneas relações comerciais, familiares e comunitárias que contribuíram para a permanência desses homens, mesmo diante de uma conjuntura difícil. Pois os anos que antecederam a tomada da capitania pelos holandeses foram marcados por uma intensa ação pirata e corsária no oceano Atlântico e também pela retração do preço do açúcar nos mercados europeus.

Palavras Chave: Cristãos-novos; Pernambuco; Comércio.

Abstract

The Captaincy of Pernambuco, between 1580 and 1630, was a place of movement, setting up and commerce of many New-Christians, descendants of late 15th century Jews converted in Portugal. These men were members of wide commercial networks, essential for the development of transoceanic commerce. Such networks, however, were not solely made of man of New-Christian origins. In their extension they counted on merchants with many diverse origins, located in strategic commercial entrepots, with which the neo-converted connected in order to dispose and introduce different goods in and out that Captaincy.

Our thesis has been constructed from the re-assembling of the trajectory of some New-Christians who have been in the Captaincy of Pernambuco since the end of 16th century. Initially we have examined the setting up of such heterogeneous commercial networks. Then we have investigated the reasons which lead some of these men to leave the Captaincy in the beginning of 16th century, among which we underline Inquisition action and the inherent mobility of commercial network. Finally, we have analyzed the strategies developed by those who have settled in Pernambuco up to, at least, the year of 1630. The thesis here proposed is that the New-Christians settled in Pernambuco have enrolled heterogeneous commercial, family and community relationships which have contributed to their permanence in the area, even facing difficult context. It is a given fact that the years preceding the conquer of the captaincy by the Dutch, were remarkable for the intensive action of privateers and pirates on the Atlantic Ocean as well as for the retraction of prices of sugar in European markets.

Keywords: New-Christian; Pernambuco; Trading.

Sumário

Introdução	10
1º Capítulo - O personagem cristão-novo da Península Ibérica à Capitania de Pernambuco: vínculos, trajetórias e redes de comércio	18
1. 1- Comércio e cristãos-novos no Império português.	18
1.2- Por um conceito de redes.	27
1.3-O stigma que produz as fontes	36
1.4-O Atlântico e o comércio durante a União das Coroas Ibéricas	43
2º Capítulo- A trajetória dos judeus e cristãos-novos na Península Ibérica	49
2.1-A Presença judaica na Península Ibérica e o surgimento dos neoconvertos.	49
2.2-Cristãos-novos: restrições e estratégias.	65
2.3 - Cristãos-novos e a União das Coroas Ibéricas: interesses, medos e negociações políticas.	70
3º Capítulo-Cristãos-novos nas redes de comércio do açúcar na Capitania de Pernambuco em fins do século XVI e começo do século XVII	79
3.1-A Capitania de Pernambuco e as possibilidades de negócios para os cristãos-novos.	79
3.2- União Ibérica, estrutura administrativa, comercial e militar.	86
3.3- Pernambuco e as Províncias rebeldes: relações que antecedem a União das Coroas Ibéricas.	91
3.4- Cristãos-novos nas redes de comércio em fins do século XVI e começo do século XVII.	97
4º Capítulo- A Capitania de Pernambuco e o comércio atlântico	114
4.1-A capitania de Pernambuco e os grandes ramos do comércio ultramarino	114
4.2- Crise no mercado europeu e a baixa no preço do açúcar no começo do século XVII.	128
4.3-Guerras e redes: Disputas entre Espanhóis e Holandeses no espaço atlântico.	133
5 capítulo- Os cristãos-novos que deixaram Pernambuco no começo do	141

século XVII.

5.1-Ação inquisitorial sobre os cristãos-novos na América portuguesa e no Reino.	141
5.2- Dispersão cristã-nova a partir da capitania de Pernambuco	144
5.2. 1- Rumo ao Norte europeu: Antuérpia e Amsterdã	145
5.2.2-Comerciantes cristãos-novos: do açúcar ao tráfico de escravos para As Índias de Castela.	153
5.2.3-Cristão-novos no comércio oriental	162

6º Capítulo- Os cristãos-novos que permaneceram na capitania de Pernambuco até a tomada da chegada dos Holandeses em 1630.

6.1- Situação do comércio açucareiro as vésperas da Invasão Holandesa (1624-1630)	170
6.2- Cristãos-novos identificados como senhores de engenho na listagem de 1623	175
6.3- Mercadores identificados em Pernambuco entre os anos de 1624 e 1630	180
6.4- Entre a capitania de Pernambuco e a comunidade judaica de Amsterdã: vínculos e estratégias desenvolvidas pelos mercadores de origem cristã-nova.	184
6.4.1- Amsterdã	186
6.4.2- Condições que propiciaram a interação entre cristãos-novos e velhos na capitania de Pernambuco	

Considerações finais**Referências Bibliográficas****Índice de imagens**

Mapa 1-Atlântico português e espanhol	78
Mapa 2 - Trajetória de Manuel Homem de Carvalho	95
Ilustração-Fretamento de navio para trazer açúcares-1596	108
Mapa 3-Trajetoira de Rodrigo d'Avila	157
Mapa 4- Trajetória de Duarte Dias Fernandes	159
Mapa 5- Trajetória de Manuel da Paz	166
Mapa 6- Trajetória de Simão Correia	191
Mapa – Rotas e locais de trânsito e estabelecimento mencionados na tese	194

Introdução

As duas últimas décadas do século XVI são marcadas pelo florescimento da produção açucareira na América Portuguesa¹ e pela União das Coroas Ibéricas sob o comando de Felipe II de Espanha e I de Portugal. A capitania de Pernambuco era então responsável por mais da metade do açúcar produzido na colônia, cuja distribuição ocorria por meio de uma série de redes comerciais responsáveis também pela introdução, na capitania, de escravos, cereais e vários produtos manufaturados.

A produção e comercialização do açúcar delinear-se na *Nova Lusitânia*² de forma particular, e vários fatores influenciaram na forma de associação dos agentes envolvidos neste processo.³ Os comerciantes de açúcar traçaram estratégias diversas para maximizar seus lucros, entre as quais podemos citar, por exemplo, a forma como se aproveitaram da isenção dada pela Coroa ao senhor de engenho responsável pelo embarque de sua própria produção.⁴ Em decorrência desta isenção, muitos dos reinóis estabelecidos na capitania optaram pela junção das funções de senhor de engenho, comerciante e lavrador.

Os cristãos-novos e as relações por estes estabelecidas em decorrência do comércio em grande escala foram o alvo de nossa pesquisa. Propomo-nos então a compreender como, no período entre 1580 e 1630, esses homens desenvolveram redes comerciais heterogêneas que os permitiram enfrentar, com êxito, as diversas dificuldades que envolviam a indústria açucareira e as barreiras a eles impostas devido à origem judaica.⁵

¹ Elevado a primeiro produtor mundial em 1580. ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.33.

² Termo utilizado por Evaldo Cabral de Melo para se referir ao primeiro período português, findado pela invasão dos holandeses em 1630. Um outro Portugal. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso: Ensaio de história regional.** São Paulo: SENAC, 2001.

³ Entre esses fatores podemos citar as isenções fiscais, as proibições comerciais, os problemas no transporte, os períodos de curso mais intenso, entre outros, sobre os quais discutiremos ao longo do segundo e terceiro capítulos.

⁴ Alvarás de 1551, 1555 e 1574 sobre isenção e arrecadação dos tributos do açúcar. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Documentos para a História do Açúcar.** Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.

⁵ Essas redes comerciais eram compostas por homens de origem cristã-nova ou não que tinham interesses em diversos centros comerciais nos séculos XVI e XVII, interesses que exigiam a presença de agentes de confiança para assegurarem os lucros da empreitada. A participação dos judeus em redes comerciais remonta ao século XIV e a mobilidade imposta aos mesmos pelas diversas perseguições sofridas foi pontuada pela historiografia tradicional como impulsionadora dessa participação no comércio de longo alcance. Entre outras obras citamos: AZEVEDO, J. Lucio. **História dos Cristãos Novos Portugueses.** 3. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

O comércio na América Portuguesa e as redes que cruzavam o oceano atlântico têm sido alvo de renovada produção historiográfica.⁶ Esta, na sua maioria, tem como base os estudos que compreendem as relações entre o Estado Português e as suas unidades administrativas em termos de negociação.⁷ O império português dos séculos XVI e XVII deixa de ser estudado apenas a partir dos interesses do poder absoluto, agora em xeque, para ser analisado também nas diversas séries de negociações entre seus componentes. A Colônia não mais vista apenas como produtora de matérias-primas para acumulação de capital metropolitano, mas compreendida enquanto detentora de um mercado interno, bem como de grupos que fazem valer seus interesses, por vezes contrários aos da Coroa. A América Portuguesa então deixa de ser apenas “um capítulo na História do Comércio Europeu”⁸ para ganhar dinâmica própria, articulada com as demais unidades administrativas do vasto império português.

Contudo, a ideia de Império Colonial Português exige, além de uma abordagem das dinâmicas da colônia portuguesa na América, o entendimento de suas relações com as demais partes do império, articulações que por vezes ocorriam à revelia da própria metrópole. Nessa perspectiva, o comércio tem um novo papel na compreensão da presença lusa na América Portuguesa. “Resumidamente, uniformidade e poder político ilimitado característicos de estados centralizados não existiram nesse tipo de império.”⁹

Os cristãos-novos, descendentes de judeus convertidos em Portugal no final do século XV, participantes de redes comerciais que envolviam a Capitania de Pernambuco, estavam ligados por laços de parentesco e solidariedade a outros cristãos-novos e também aos judeus de origem portuguesa, dispersos pelo mundo devido à expulsão recente dos mesmos de Portugal em 1496 e à conversão forçada ao cristianismo promovida por D. Manuel em 1497.¹⁰ Os deslocamentos realizados pelos cristãos-novos e judeus em decorrência de um histórico de perseguições foram primordiais para o desenvolvimento de redes de comércio de longo

⁶ Entre os vários trabalhos, destacamos o de COSTA (COSTA, Leonor Freire. **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663**, Lisboa, CNCDP 2002, I-II) e a coletânea intitulada *Na trama das redes* FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁷ A conceitualização de *Estado* corporativo, definido por António Manuel Hespanha, em sua obra *As vésperas do Leviatã: Instituições e poder político. Portugal - sec.XVII*, abriu aos historiadores novas possibilidades de estudo na medida em que questiona a ideia de um projeto colonial metropolitano e de um estado centralizado.

⁸ Nas palavras de PRADO Jr. **História Econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

⁹ HESPANHA, Antonio Manuel. *A concepção corporativa da sociedade e a historiografia sobre a Europa na época moderna*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 57.

¹⁰ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judios en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

alcance.¹¹ E esses deslocamentos, que antecedem a expulsão dos judeus da Península Ibérica, foram imensamente intensificados após o ocorrido¹².

O que torna nossos personagens particularmente interessantes é serem estes detentores de um *estigma*¹³ que, ao mesmo tempo em que os exclui do grupo dominante majoritário, o dos cristãos velhos de origem católica, também contribui para que mantenham seus vínculos internos e assim os torna mais aptos a esse comércio de grande escala. A capitania de Pernambuco foi alvo do estabelecimento de várias famílias de cristãos-novos que tinham no comércio sua atividade principal e na dispersão de seus membros pelos vários entrepostos comerciais, uma forma de controlar seus diferentes interesses.

As áreas de produção açucareira foram locais de circulação, estabelecimento e comércio de vários cristãos-novos de origem portuguesa, partícipes das redes de longo alcance necessárias ao comércio transoceânico. As últimas décadas do século XVI marcaram o florescimento das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, bem como a conquista e o desenvolvimento da Paraíba. O período foi de estreitamento das relações da América portuguesa com alguns centros que se tornariam propulsores da economia colonial, como o norte da Europa¹⁴ e a África, na qual, mais especificamente, Angola. Momento do desenvolvimento da mineração na região do Prata¹⁵, cuja riqueza gera na Coroa espanhola uma preocupação intensa com a defesa da costa brasileira e do oceano Atlântico. Esse mesmo oceano teria suas águas cortadas pelas rotas que levavam mercadorias à América espanhola, bem como por aquelas que retornariam com mercadorias da Ásia.¹⁶

Esses homens de origem cristã-nova cujos parceiros, familiares ou não, estavam localizados nos mais diversos entrepostos comerciais foram apontados por muitos autores como responsáveis por boa parte do financiamento e comércio da produção açucareira nas capitanias da Bahia e Pernambuco. A historiografia tradicional que buscou analisar a

¹¹ WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança**: Labirintos Marranos. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

¹² Essas relações são observadas em vários processos inquisitoriais, nos quais um membro da família, preso pelo Santo Ofício, relata como foi seu encontro com familiares em locais onde era permitido o culto judaico. Caso interessante é o do processo de Manuel Homem de Carvalho, que relata sua circuncisão em Amsterdã. Contudo, essas relações não se restringem ao eixo Portugal-Amsterdã-Pernambuco, elas abarcam uma dimensão mais ampla, indo desde Veneza até a Turquia, Índia, América espanhola, África e uma série de entrepostos comerciais onde os cristãos-novos ou judeus estiveram estabelecidos. Ver: Inquisição de Lisboa, processo Manuel Homem de Carvalho, nº 3157.

¹³ Uma marca (a Impureza de sangue) que socialmente pesa sobre os cristãos-novos. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial**. Portugal e Brasil-colônia. Ed. Brasiliense, São Paulo: 1988, Pp. 46-47.

¹⁴ Primeiro Antuérpia e Hamburgo e logo Amsterdã. BOXER, Charles. **O Império marítimo português** (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁵ Navios saíam regularmente do Rio de Janeiro, porém, quando os “peruleiros” não conseguiam encontrar ali a mercadoria já organizada para levá-la ao Peru, eram obrigados a subir até as Capitanias de Pernambuco e Bahia para consegui-las. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 3. ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997, p.108.

¹⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Nacional, 1968.

colonização do Brasil e a montagem da produção açucareira compôs sua visão pautada em análises macro-históricas, nas quais os cristãos-novos e judeus respondiam à lógica dos lucrativos investimentos envolvendo o açúcar. Essas análises não abriam espaço para investigação de estratégias individuais, familiares ou de grupo. Os cristãos-novos eram personagens de uma história na qual tinham papéis pré-determinados: financiar as empreitadas ultramarinas, sendo tratados genericamente por judeus, sem que se fizesse uma diferenciação entre os judeus portugueses estabelecidos em Amsterdã e os cristãos-novos de origem portuguesa estabelecidos na colônia. Nas palavras de Caio Prado Jr.:

Somas relativamente grandes foram despendidas nestas primeiras empresas colonizadoras do Brasil. Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e comerciantes judeus. A perspectiva principal do negócio está na cana-de-açúcar.¹⁷

Ou ainda na reflexão de Celso Furtado:

Como elemento urbano, os judeus desempenhariam um importante papel ao lado da burguesia nativa na formação do Reino e na luta contra o núcleo territorial. A monarquia encontraria neles um de seus sustentáculos e a política de expansão se apoiaria solidamente em suas economias. É sabido que a marinha mercante lusa se desenvolveu em parte à base de contribuições dos judeus, que estavam obrigados a um imposto especial por navio construído e lançado ao mar.¹⁸

As limitações impostas por essa visão já há algum tempo se fazem sentir e vêm sendo expostas por autores como Evaldo Cabral de Mello, em cuja obra *O Nome e o Sangue*¹⁹, desmistifica algumas ideias relativas à “pureza de Sangue” da aristocracia Pernambucana do século XVIII, apontando não só o financiamento, mas também a presença física desses cristãos-novos no Brasil. Ele levanta, para tanto, várias questões relativas à montagem dos primeiros engenhos, à origem de seus proprietários e à mudança de mãos dessas primeiras terras, discutindo também a pretensa nobreza de algumas das famílias que aqui chegaram com o primeiro donatário. O autor analisa ainda as diversas formas de burlar a “*mancha de Sangue*”²⁰ carregada por alguns membros de famílias proeminentes. Outro escrito do mesmo

¹⁷ PRADO JR., Caio. *Op cit*, 1977. p. 32.

¹⁸ FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), 1971, p. 29.

¹⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

²⁰ Por terem sangue judaico, os cristãos-novos eram tidos como impuros e impedidos de participarem de uma série de instituições no Reino e logo mais também na colônia. E os que descendiam de cristãos-novos recorreram

autor intitulado “Marginália: os alecrins do canavial”²¹ também nos norteia para pensar a íntima relação entre cristãos-novos e cristãos velhos nas zonas de produção do açúcar. Neste texto, o autor aponta a heterogeneidade do grupo de senhores de engenho na capitania de Pernambuco antes da invasão holandesa.

Interessa-nos mais especificamente as relações que os cristãos-novos tiveram que desenvolver com cristãos velhos, flamengos, judeus e demais agentes no comércio do açúcar. Relações que se tornaram fundamentais na medida em que as redes das quais participavam os sefardís²² tomaram contornos específicos na capitania de Pernambuco.

Para compreender o funcionamento dessas redes de comércio ao longo do período por nós estudado é necessário que observemos quais comerciantes estiveram na capitania de Pernambuco e quais nela permaneceram nas três primeiras décadas do século XVII. Interessamos observar se ocorreu uma desmobilização dos comerciantes de origem cristã-nova motivada por uma crise ou se esses deslocamentos eram apenas característicos dessas redes comerciais. Alguns autores propõe que uma crise no começo do século XVII seria responsável por essa mutação. Nessa perspectiva, explica Leonor Costa: “Na verdade, esse processo de desmobilização dos proprietários/comerciantes das primeiras décadas do ‘ciclo do açúcar’ é concomitante a uma maior diferenciação entre os grupos ligados à produção e à distribuição claramente perceptível entre 1614 e 1625”.²³

Nossa tese central foi formulada pela análise das estratégias traçadas pelos comerciantes de origem cristã-nova estabelecidos na capitania de Pernambuco. Observando o desenvolvimento das mesmas principalmente em função das condições nas quais se reestruturou o comércio atlântico nas primeiras décadas do século XVII. É a partir desse momento que os elementos cristãos-novos ligados ao comércio em grande escala utilizam suas parcerias com cristãos velhos na capitania e com Judeus Portugueses em Amsterdã para conseguirem prosperar numa conjuntura de dificuldades. Procuramos também romper desta forma com a ideia de redes de comércio de origem sefardí, que se multiplicam e alimentam, como única forma de expressão dessas relações. O que observamos através da análise das

a várias manipulações para que sua ascendência não atrapalhasse suas pretensões a cargos ou postos em ordens religiosas. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., 2000.

²¹MELLO, Evaldo Cabral de. “Marginália: os alecrins do canavial” In: **Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp.409-444.

²² “Sefaradim” no hebraico significa “espanhóis”, no singular, “sefaradi” ou “sefardi”. Judeus de origem espanhola e portuguesa que se espalharam pelo Norte da África, Império Otomano, Parte da América do Sul, Itália e Holanda após a expulsão da península ibérica no fim do século XV”. UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 233.

²³ COSTA, Leonor Freire. **Império e Grupos Mercantis: Entre o Oriente e o Oceano Atlântico (século XVII)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 55.

trajetórias dos homens envolvidos no comércio e na produção do açúcar na capitania de Pernambuco foi a formação de redes mais amplas e com elementos e interesses heterogêneos.

Para nossa análise, buscamos identificar os cristãos-novos partícipes dessas redes comerciais num primeiro momento, entre 1580 e 1621, pontuando suas ações, parceiros e estratégias de inserção.²⁴ Logo, traçando os caminhos seguidos pelos mesmos, seja permanecendo no comércio da capitania, seja diversificando seus investimentos em outros portos ou ainda transferindo todo seu crédito para o tráfico de escravos destinados à América espanhola. Entendendo “que a análise das redes só faz sentido em contexto, há que compreender os tipos de interação que se geram com o ambiente social geral, com outras redes e outras organizações,”²⁵ nos detivemos a um conjunto de fatores que podem ter contribuído para a melhoria ou piora das condições comerciais existentes na capitania de Pernambuco em começo do século XVII.

Em seguida, observamos os comerciantes cristãos-novos que estavam em ação no comércio após 1621, analisando principalmente as novas relações que se constituíram entre os cristãos-novos e os cristãos velhos para a manutenção dos negócios nesse período de turbulência, marcado pela queda do preço do açúcar no mercado europeu e pela retomada das hostilidades por parte dos holandeses no atlântico. Na análise dessas redes fazemos nossas as palavras de João Fragoso e Maria de Fátima Gouveia ao colocarem que:

As redes são aqui percebidas como networks de relacionamentos, construídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si. Essas diferenças potencializavam a possibilidade de sua imbricação, tirando-se assim partido das fraturas que cotidianamente eram identificadas nos diversos cenários sociais que compunham o império português.²⁶

Ao longo de nossa pesquisa compreendemos que o comércio do açúcar passou por uma série de dificuldades nas primeiras décadas do século XVII, causadas pela queda do preço do açúcar na Europa e pela ação de corsários no oceano atlântico. Estas dificuldades afetaram diretamente os comerciantes estabelecidos na capitania de Pernambuco, mas não levaram os mesmos ao abandono deste comércio, nem a saída da capitania. Nossa tese é de

²⁴ Identificamos 165 cristãos-novos, entre comerciantes, senhores de engenho e lavradores, localizados na Capitania de Pernambuco entre os anos de 1580-1630. É a partir do itinerário desses homens que verificaremos as mudanças nos cristãos-novos partícipes dessas redes e as relações dos mesmos com os cristãos velhos na capitania. Ver Cap. 1 - O estigma que produz as fontes.

²⁵ SOARES, Mafalda. Redes sociais e decisões políticas no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 121.

²⁶ FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.) **Na trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010. p. 23.

que os cristãos-novos reestruturaram seus negócios, ampliando sua participação nos financiamentos e seguros marítimos bem como no exercício de outras funções na capitania como forma de superar essas dificuldades.

Observamos, ao longo de nosso estudo, que mesmo diante dessa tensa conjuntura a maioria dos cristãos-novos não deixou de lado o comércio açucareiro. E aos que permaneceram em Pernambuco, bem como aos que chegaram a princípios do século XVII, coube uma maior interação com os cristãos velhos e uma intensa participação na sociedade em composição nesta capitania.²⁷ Essa interação que se desenhou em fins do século XVI foi abalada pela ação inquisitorial de 1593-1595²⁸, sendo retomada com mais intensidade no começo do século XVII.

Para sua melhor exposição, o trabalho escrito foi dividido em seis capítulos, que se entrelaçam e complementam na explicação das relações estabelecidas pelos agentes cristãos-novos na capitania de Pernambuco entre os anos de 1580 e 1630. No primeiro capítulo, desenvolvemos uma leitura da historiografia referente ao comércio colonial e a participação dos cristãos-novos no mesmo. Seguida de uma explanação de nossas fontes e das abordagens utilizadas ao longo da elaboração desta tese. Apresentamos, por fim, o Oceano Atlântico, enquanto espaço praticado pelas diversas redes de comércio em fins do século XVI e começo do XVII e o conceito de história do atlântico enquanto possibilidade metodológica.

No segundo capítulo, desenvolvemos uma narrativa que busca apresentar os cristãos-novos, suas origens, opções religiosas e os múltiplos destinos tomados após a expulsão dos Judeus de Portugal, em 1496-97, e as conversões ao catolicismo. Por fim, contextualizamos esses cristãos-novos na Península Ibérica durante o período de Monarquia Dual, tentando compreender as negociações e estratégias por eles elaboradas.

No terceiro capítulo, observamos as condições comerciais vigentes durante a União Ibérica e as novas estratégias reguladoras da Coroa, entre outros fatores importantes à compreensão da ação comerciantes cristãos-novos por nós estudados. Dedicamo-nos posteriormente à capitania de Pernambuco e sua delimitação geopolítica de então. Nosso fio conductor foi a análise das estratégias dos comerciantes, lavradores e senhores de engenho

²⁷ Formando o que Evaldo Cabral vai chamar de “açúcarocracia pernambucana”. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: O imaginário da restauração Pernambucana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

²⁸ O interesse da Inquisição nos domínios portugueses da América foi aguçado pelo florescimento econômico e cultural da colônia, em decorrência do cultivo da cana-de-açúcar e da formação de novos espaços de convivência afastados das restrições da metrópole, proporcionando a liberdade de que gozavam os cristãos-novos que aqui habitavam, integrados em todas as atividades. Silva, Janaina Guimarães da Fonseca e. **Modos de Pensar e Maneiras de Viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 45.

cristãos-novos no momento de ascensão do açúcar brasileiro em fins do século XVI até o começo do século XVII.

O quarto capítulo aborda as condições comerciais dos principais produtos negociados na América Portuguesa, o açúcar, o pau-brasil e os escravos. E também a queda do preço do açúcar no mercado europeu seguido da intensificação das hostilidades por parte dos holandeses em 1621. Procuramos compreender como esta conjuntura afetou o comércio da capitania de Pernambuco, e especificamente os cristãos-novos nela estabelecidos.

No quinto capítulo, verificamos, através da documentação trabalhada, as estratégias encontradas por diversos homens de origem cristã-nova para ampliarem e diversificarem suas participações em redes de longo alcance. O ponto de observação se atenta ao fato de como os mesmos foram detentores de ampla mobilidade que os permitia participar em vários ramos do comércio ultramarino. Analisamos também como alguns cristãos-novos sofreram com as ações inquisitoriais tanto na América portuguesa quanto na Península Ibérica, em começos do século XVII. E como essa repressão os obrigava, por vezes, a fugas e grandes deslocamentos.

No sexto capítulo, procuramos compreender a permanência de vários cristãos-novos, bem como a chegada de novos elementos de ascendência judaica à Capitania de Pernambuco e o envolvimento destes comerciantes nas diversas atividades praticadas. As origens desses recém-chegados serão analisadas para compreendermos seus interesses no comércio Atlântico. Por fim delineamos também as conexões destes comerciantes em Amsterdã, então centro financeiro da Europa.

Desta forma pretendemos descortinar as relações que os comerciantes de origem cristã-nova tiveram que desenvolver para prosperarem na Capitania de Pernambuco. Pensando a ação desses homens, os motivos que os levaram a se estabelecerem em Pernambuco, suas estratégias comerciais e matrimoniais com cristãos velhos e as relações mantidas ou rompidas com outros cristãos-novos dentro e fora da Capitania.

1 O personagem cristão-novo da Península Ibérica à Capitania de Pernambuco: vínculos, trajetórias e redes de comércio

Os cristãos-novos, judeus convertidos em Portugal no final do século XV (1497), e seus descendentes encontraram no Brasil, e especificamente em Pernambuco, não apenas local de resguardo das perseguições sofridas na Península Ibérica, como também possibilidades de ampliarem suas riquezas, as quais já tinham como base o comércio. Esses indivíduos se espalharam pelo mundo mantendo seus vínculos familiares, econômicos e afetivos com a Península Ibérica.

Esses personagens estavam ligados por redes de parentesco e solidariedade a outros neoconvertos de origem judaica, dispersos pelo mundo, bem como aos judeus de origem portuguesa, devido ao caráter recente da expulsão dos mesmos de Portugal em 1496 e à conversão forçada em 1497. Esse traço é fundamental para a compreensão de como esses homens conseguiram condições para transporem o oceano e desenvolverem, no Brasil, seus empreendimentos quando muitos cristãos-velhos não lograram esse intento. Neste capítulo, explanaremos sobre as fontes e as abordagens que guiaram nossa pesquisa, discutindo sucintamente a importância dos estudos sobre o comércio e os comerciantes na América portuguesa e a utilização do conceito de rede para melhor abordá-los.

Apresentaremos também uma breve discussão historiográfica acerca da presença cristã-nova na Península Ibérica e na América Portuguesa. Para compreendermos a presença de comerciantes cristãos-novos no trato do açúcar, faz-se necessária uma apresentação da importância do Oceano Atlântico e das redes que o percorriam, bem como das condições de comércio e circulação no período de governo dos Habsburgo. O conceito de História do Atlântico será aqui abordado para ajudar na compreensão dos recortes espaciais e temporais desta pesquisa.

1. 1 Comércio e cristãos-novos no Império português

A história da colonização portuguesa na América tem sido objeto de renovada produção historiográfica; e o comércio, como peça fundamental nesse processo, também foi contemplado por essa nova leva de estudos. Tais pesquisas propunham um reordenamento das questões que envolvem a colonização a partir do estudo do papel dos comerciantes e da abordagem dos mesmos enquanto agentes do Império Colonial português, fundamentais para o entendimento da dinâmica comercial.

Esses novos questionamentos se desenvolvem a partir da análise do papel do Estado nas metrópoles modernas. Estudos demonstraram o limitado poder do mesmo e relacionaram sua capacidade de administração a seu potencial de negociação com as elites locais, sendo a partir de então questionado o caráter centralizador do Estado português, redefinido por Antônio Manuel Hespanha como estado corporativo.²⁹

Durante boa parte do século XX, a história da América portuguesa foi abordada a partir da perspectiva econômica marxista, mediante a qual se analisava o Brasil enquanto *locus* para a acumulação de capital europeu, ideia desenvolvida por Caio Prado Jr. na década de 40, em *Formação do Brasil Contemporâneo*³⁰. Essa importante obra teve, entre outros méritos, o de romper com a teoria dos ciclos econômicos, então em voga. Na perspectiva de Caio Prado Jr., a função do Brasil era produzir matérias primas de interesse europeu, visto ser a colônia desprovida de mercado interno. Era dessa forma que o Brasil se encaixava enquanto capítulo na História do comércio europeu. Sobre o pensamento de Caio Prado, nos fala José Carlos Reis:

A colonização portuguesa na América não foi um fato isolado - é parte de um todo. A perspectiva do historiador é do todo que explica a parte. A parte-Brasil tem um sentido-todo: nossa formação se deu, essencialmente, para fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e café para o comércio europeu. Nada mais que isso. Foi com tal objetivo, exterior, para fora que se organizou a sociedade e a economia brasileiras.³¹

A ideia de dependência expressa em *Formação do Brasil Contemporâneo* foi desenvolvida também por Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*³², no qual este autor fala da dependência da economia brasileira em relação à europeia, citando a importante

²⁹ HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

³⁰ Obra publicada pela primeira vez em 1942. PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³¹ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 186.

³² FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

participação do capital de judeus na indústria açucareira. Refletindo sobre esses investimentos, Celso Furtado explica que apesar dos grandes lucros do açúcar e dos gastos relativamente baixos com a qualidade de vida dos senhores de engenho, não houve uma crise de superprodução, como se poderia se esperar com a reaplicação na indústria açucareira dos lucros obtidos. Ele justifica esse controle pelo fato de o capital investido não pertencer aos senhores de engenho, e sim aos comerciantes. Esse capital “seria o que modernamente se chama de renda dos não residentes, e permanecia fora da colônia.”³³

Nossas observações, no entanto, nos levaram a compreender que as funções de comerciantes e senhores de engenho não estavam delimitadas ainda em fins do século XVI e começo do XVII, e também que uma parte do que ele chama de comerciantes “não residentes”, estavam sim na colônia. Como exemplo citamos Duarte Ximenes, maior comercializador do açúcar em fins do século XVI, que se estabeleceu na capitania de Pernambuco, onde residiu toda vida e reinvestiu seus capitais, participando de uma série de atividades entre as quais contratador dos dízimos da capitania.

A *Teoria da dependência* foi contestada pelas obras de Ciro Flamarion Cardoso³⁴ e Jacob Gorender³⁵, que desenvolveram a *Teoria do Modo de Produção Escravista*³⁶, na qual levantaram a necessidade de se estudar os processos internos da colônia. Ambos reconhecem a importância dos avanços feitos por Celso Furtado e Caio Prado Jr., mas criticaram no seu arcabouço teórico a supervalorização dada a “estrutura exportadora”.³⁷ Não nos deteremos aqui à obra de ambos por entendermos que, para o estudo de nosso objeto, as redes de comércio das quais participavam os cristãos-novos, as obras ligadas a teoria da dependência, tiveram mais repercussões.

A relação de estrita dependência entre colônia e metrópole, na qual a primeira estava subordinada aos desígnios da segunda, foi cristalizada em *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, obra de Fernando Novais. O autor explica a colonização

³³ FURTADO, Celso. Op. Cit., 1971, p. 46.

³⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial e do Antigo sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁵ GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial**. São Paulo: editora Ática, 1988.

³⁶ Ambos discordam em vários aspectos, como quanto à questão da “brecha camponesa”, mas concordam quanto a crítica a teoria da dependência.

³⁷ Nas palavras de Jacob Gorender sobre a obra de Caio Prado Jr. “ se avançou no conhecimento do arcabouço econômico-social, porém só na medida em que permitia o mirante onde se colocava o pesquisador - a perspectiva do comércio exterior. GORENDER, Jacob. Op. Cit., 1988, p. 3.

a partir da ideia de sistema colonial, calcado nas necessidades mercantilistas de acumulação de capital por parte dos Estados Europeus. Sob forte influência da obra de orientação marxista de Eric Williams, *Capitalismo e Escravidão*³⁸, Fernando Novais expressa sua compreensão da colonização:

A colonização, segundo a análise que estamos tentando, organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia ou, noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema.³⁹

Essa importante obra, contudo não apontava para as rupturas nas relações entre metrópole e colônia, mas apenas para as continuidades do que o autor compreende ser o “exclusivo metropolitano”.⁴⁰ Pois o mesmo sempre aponta as exceções possíveis e correntes a esse exclusivo sem, contudo, colocá-lo em xeque⁴¹. Fazendo uma releitura da historiografia acerca da colonização portuguesa do Brasil, Maria Fernanda Bicalho tece uma crítica às abordagens que compreendem um centro de decisões - a metrópole - e um subordinado - a colônia. A autora afirma que:

Trata-se de uma vertente da historiografia que, de cunho sistêmico, estrutural e marxista, relegou a um plano subordinado a tessitura de redes de poder, interesses, parentescos e negócios entre o centro e as várias regiões do ultramar português, cuja análise torna-se hoje fundamental para a configuração da dinâmica do escopo imperial.⁴²

As relações entre as distintas partes do Império português ficavam alijadas destas análises, que priorizavam a dicotômica relação metrópole (como centro de decisões determinantes) e colônia (*locus* de execução das ordens metropolitanas). A tarefa de estudar o Império português em seu conjunto foi empreendida desde a década de 60 do século XX por

³⁸ WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1942.

³⁹ NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993, p.97.

⁴⁰ “constituía-se, pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral”. Idem, p. 72

⁴¹ E segue explicando “ como procuraremos indicar sinteticamente agora, apesar de todas as variações que sofreram ao longo do séculos XVI, XVII e XVIII as relações comerciais das metrópoles com suas respectivas colônias, aquele regime foi a matriz básica dessas relações, entendendo-se as situações que se afastam desse procedimento típico como variações decorrentes de fatores especiais e circunstanciais.”. Idem, p. 73.

⁴² BICALHO, Maria Fernanda. *Da colônia ao império: um percurso historiográfico*. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O Governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 93.

parte do inglês Charles Boxer, autor, entre outros, de *O império marítimo Português*⁴³. Contudo, apenas na década de oitenta, suas obras passam a gerar discussões conceituais. Depois de Charles Boxer, Russel-Wood, outro brasilianista que sofreu sua influência direta⁴⁴, também se destacou ao trabalhar as relações entre o que ele compreende como centro e periferia do império, mostrando a dinâmica do mercado interno brasileiro, esquecida pela historiografia da abordagem anterior:

A noção de um governo metropolitano centralizado, a formulação de políticas impermeáveis à realidade colonial e implementadas ao pé da letra por agentes da coroa, de uma coroa insensível e de atitudes metropolitanas rígidas voltadas para o Brasil, demanda revisão.⁴⁵

A concepção da análise do Brasil enquanto partícipe de um império forjado na relação entre as diversas partes é por nós aplicada para o melhor entendimento da dinâmica comercial e administrativa ibérica na América Portuguesa. O recorte isolado do Brasil, descolado das demais possessões portuguesas, não consegue, a nosso ver, explicar a diversidade de fatores que influenciaram sua trajetória enquanto colônia.

Procuramos neste trabalho abordar a América portuguesa, e especificamente a Capitania de Pernambuco, dentro de uma dinâmica mais ampla, para além da dicotomia metrópole-colônia. Para tanto, é fundamental entendermos a mesma como parte de um império onde as relações entre os diversos espaços constituintes se fazem, por vezes, independente do Reino. A administração das partes é vista de forma mais ampla na medida em que rompemos com a lógica do sistema colonial e observamos a partir do que propôs Hespanha⁴⁶: a ausência de um projeto imperial e de uma *modus operandi* único no Império português.

Os novos estudos sobre a formação dos estados modernos, ao identificarem a dinâmica corporativa como aquela que deu origem aos conglomerados estatais no período, salientaram desde então o papel central da constituição de vínculos

⁴³ BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴⁴ Russel-Wood foi aluno de Charles Boxer, mantendo com ele uma série de orientações durante sua formação. Em interessante entrevista dada ao Prof^o Dr^o Luciano Raposo Figueredo, o pesquisador Russel-Wood relata um pouco do percurso de sua formação e das pesquisas relacionadas ao Brasil. Ver: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol.3, nº6, 1998, Pp. 221-241.

⁴⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centro e periferia no mundo luso-brasileiro. 1500-1808*. **Revista Brasileira de História**. v. 18, nº36, 1998, p. 202.

⁴⁶ HESPANHA, Antonio Manuel. *A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Pp. 163-188.

estratégicos entre os vários grupos partícipes do processo de formação dos estados monárquicos.⁴⁷

Para o funcionamento administrativo colonial, foram necessárias negociações com seus diversos membros, entre os quais estavam os comerciantes, cujo potencial agora revisitamos. Eles não são apenas um reflexo dos interesses metropolitanos na lógica mercantilista, mas sujeitos partícipes e responsáveis pelo funcionamento do Império português e, como tal, agentes de vontades e interesses próprios.

Em relação aos estudos sobre comércio, a historiografia brasileira vem propondo alternativas que buscam outros olhares, distintos da teoria de plena dependência que colocava o Brasil como coadjuvante do sistema de acumulação português e seus atores comerciais como subordinados à vontade do poder central. Nessa perspectiva, os grupos mercantis tornaram-se aos poucos objeto da produção historiográfica nacional, da qual destacamos a obra de Manolo Florentino e João Fragoso⁴⁸, *O arcaísmo como projeto*. Nela, os autores abordam o comércio enquanto forma de inserção social numa estrutura hierárquica pré-existente. Esses grupos cuja fortuna advinha do comércio não estavam buscando reestruturar a sociedade colonial, mas sim utilizar esse capital para manter os padrões da sociedade portuguesa. A obra abre caminhos para o entendimento das estratégias e ações dos grupos mercantis na colônia, explanando sobre seus interesses e possibilidades de ação. Elaborando também uma crítica à historiografia tradicional, apoiada na ideia de sistema colonial, Antônio Jucá Sampaio⁴⁹ aponta, como grandes problemas dessa vasta produção historiográfica, primeiro a pouca atenção dada ao comércio e seus agentes e segundo a ênfase à importância social da elite agrária.

O estudo a partir do entendimento dessa pluralidade de interesses e poderes constituídos nas relações entre os membros do Império Colonial português nos alerta para a perspectiva das redes de poder, que podem ser abordadas sob diferentes ângulos⁵⁰. Os questionamentos que levam historiadores a tomarem como objeto o comércio ultramarino e as

⁴⁷ GOUVEIA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1680-1730. IN: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.166.

⁴⁸ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, C.1790-C.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁵⁰ Sobre redes governativas, ver: BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

estratégias dos grupos nele envolvido são recentes, muitos se utilizam da análise de trajetórias individuais ou de grupos, seguindo pressupostos da micro-história. Esses estudos respondem a um anseio pela reconstrução da história de personagens excluídos pela historiografia clássica de suas condições de agentes. Nessa perspectiva, uma coletânea nos foi de grande contribuição, *Na trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*,⁵¹ cujos artigos, por estarem intimamente relacionados à nossa proposta de trabalhar as redes das quais participavam os cristãos-novos, serão continuamente referidos ao longo de nossa análise.

Para elaboração de nossa tese, foram de fundamental importância alguns estudos que se dedicaram ao comércio no período filipino. Aqui destacamos o estudo clássico, “Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670”, de Frederic Mauro⁵², obra em dois volumes, em que o mesmo discorre sobre o comércio atlântico, suas dinâmicas, mercadorias e rotas e é referência obrigatória nos estudos de comércio colonial, tão carente de obras do tipo. Destacamos, no entanto, o primeiro volume por abarcar as questões relativas ao comércio de açúcar, escravos e pau-brasil, no qual o autor analisa os fatores que colaboraram para construir o Atlântico enquanto palco principal da circulação de mercadorias diversas e também das disputas entre potências europeias ao longo do século XVII.

Outro estudo norteador é “Gente da Nação”, de José António Gonsalves de Mello⁵³, cuja participação dos cristãos-novos no comércio da Capitania de Pernambuco é abordada nos primeiros dois capítulos, principalmente em sua relação direta com as províncias do norte europeu, Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã. Essa obra traça uma série de possibilidades para o estudo da dinâmica das redes comerciais ao utilizar uma vasta documentação, até então inédita, para o trabalho das mesmas: os registros notariais de Amsterdã em fins do século XVI até 1639.

Completam os títulos clássicos sobre as redes de comércio que envolviam cristãos-novos os estudos “Os Magnatas do tráfico negreiro”, de José Gonsalves Salvador⁵⁴, no qual encontramos vários de nossos personagens entre os detentores de *asientos*⁵⁵ para introdução

⁵¹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁵² MAURO, Frederic. **Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

⁵³ MELLO, José António Gonsalves de. **Gente de Nação: Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco 1542-1654**. Recife: Massangana, 1989.

⁵⁴ SALVADOR, José Gonsalves. **Os magnatas do tráfico negreiro**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981.

⁵⁵ Contrato para transportar um número determinado de escravos da África para a América espanhola com exclusividade.

de escravos na América Espanhola; e o prefácio “Segunda Visitação as partes do Brasil”⁵⁶, de Sonia Siqueira e Eduardo França, no qual uma ampla análise da conjuntura europeia e atlântica é elaborada à luz da documentação gerada pela visitação de Marcos Texeira entre os anos de 1618 e 1621.

Uma pesquisa sobre a participação de cristãos-novos em redes de longo alcance não pode prescindir de estudos de referência como “Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs. 1580-1640”, de James Boyajian⁵⁷, sobre a participação dos portugueses nas redes comerciais que envolviam a Ásia no período filipino, ou ainda “Judios Nuevos en Amsterdam. Estudios sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII”, de Yosef Kaplan⁵⁸, sobre a comunidade judaica estabelecida naquela cidade em fins do século XVI. Essas obras dialogam com nosso trabalho, permitindo-nos compreender a extensão das redes nas quais nossos personagens estavam envolvidos, na medida em que encontramos os mesmos ou seus familiares estabelecidos ou de passagem por esses locais, apontando possíveis trajetórias traçadas por alguns cristãos-novos após sua saída do Brasil em busca de oportunidades comerciais diversas.

Entre os estudos mais recentes que contribuíram diretamente para nosso trabalho, citamos a dissertação de mestrado de Angelo Assis, “Um rabi escatológico na Nova Lusitânia: Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste quinhentista – o caso João Nunes”⁵⁹, na qual o autor analisa as redes de relações que cercavam o comerciante João Nunes, seus opositores e os interesses envolvidos nas denúncias das quais o mesmo foi alvo. A dissertação descortina o universo da primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, dos processos inquisitoriais e da capitania de Pernambuco enquanto espaço praticado por vastas redes de comércio.

Ainda nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, destacamos as dissertações de mestrado de Ana Hultz, “Os cristãos-novos portugueses no tráfico de escravos para América espanhola. (1580-1640)”⁶⁰, e a de Silvia Ricardo, “As redes mercantis no final

⁵⁶ Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor, visitador e licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620. Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**. tomo XVII, 1963.

⁵⁷ BOYAJIAN, James Charles. **Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs. 1580-1640**, Baltimore/Londres, The John Hopkins University Press, cop. 1993.

⁵⁸ KAPLAN, Yosef. **Judios Nuevos en Amsterdam**. Estudios sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII, Barcelona, Gedisa, 1996.

⁵⁹ ASSIS, Angelo A. F. **Um rabi escatológico na Nova Lusitânia: Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste quinhentista, o caso João Nunes**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

⁶⁰ HULTZ, Ana. **Os cristãos-novos portugueses no tráfico de escravos para América espanhola. (1580-1640)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia”⁶¹. A primeira nos aponta a importância da União das Coroas Ibéricas para a penetração dos cristãos-novos no tráfico de escravos para a América espanhola, caminho que foi traçado por muitos dos comerciantes envolvidos no trato do açúcar em fins do século XVI. A segunda, por sua vez, complementa nossa compreensão das redes de comércio transcontinentais das quais participava o supracitado comerciante.

Entre as contribuições das pós-graduações portuguesas, destacamos três estudos de vulto que abordam as dinâmicas comerciais. Primeiro, a tese de Leonor Freire Costa, “O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663”⁶², na qual a mesma analisa as dinâmicas do transporte no Atlântico. Ao fazê-lo, a autora aponta os agentes partícipes, suas redes de relações e os fatores que influenciavam no transporte, contribuindo consideravelmente para nosso entendimento da heterogeneidade dessas redes comerciais a partir das primeiras décadas do século XVII. Já a obra de Amandio Barros, intitulada “Porto. A construção de um espaço marítimo no alvorecer dos tempos modernos”⁶³, nos ajuda a compreender as relações entre os portos portugueses e principalmente a emergência do Porto, em fins do século XVI, como local de origem de algumas das redes de comércio que tocavam a capitania de Pernambuco. A compreensão é possível através da minuciosa análise das cartas de fretamento do Porto em fins do século XVI, que o autor generosamente publicou no segundo volume de sua tese.

Por fim citamos a tese de Florbela Veiga Frade, “As relações econômicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a Família -1532-1632”⁶⁴. As redes compostas majoritariamente de cristãos-novos portugueses na Antuérpia são minuciosamente analisadas pela autora, partindo das relações familiares entre as mesmas, nos dando subsídios não só para compreensão das relações entre os cristãos-novos nesse importante porto comercial em fins do século XVI, mas também para o entendimento das relações entre a América portuguesa e a Antuérpia no período por nós estudado.

⁶¹ RICARDO, Sílvia Carvalho. **As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁶² COSTA, Maria Leonor Freire. **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663**. Lisboa: CNCDP, 2002.

⁶³ BARROS, Amandio Jorge Morais. **Porto: A construção de um espaço marítimo no alvorecer dos tempos modernos**. Tese (Doutorado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2004.

⁶⁴ FRADE, Florbela Veiga. **As relações econômicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas: O trato e a Família -1532-1632**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

1.2 Por um conceito de redes

A análise dos cristãos-novos nas redes de poder da América portuguesa de fins do século XVI e começo do século XVII será feita aqui através das relações estabelecidas por estes agentes na Capitania de Pernambuco. Yosef Kaplan, em seu estudo sobre Judeus em Amsterdã⁶⁵, já explicitava a necessidade de compreendermos a história dos serfardi não apenas através do aspecto religioso e cultural, mas também a partir da história social desses homens. Muito já foi escrito sobre a religiosidade dos cristãos-novos⁶⁶, sobre sua fidelidade aos preceitos judaicos e a respeito da inserção dos mesmos no mundo católico, sob a égide dos impérios ibéricos. Há ricos estudos que nos servem de apoio ao nos expor os rastros deixados pela documentação, mas que diferem do nosso devido ao foco na questão religiosa.

Aqui não analisaremos a ação de um grupo, pois os cristãos-novos não agiram de forma coesa, e sim como uma série de homens portadores de um estigma comum, a origem judaica, que reagiram e se portaram de formas distintas em relação ao peso dessa ascendência. Preferimos o conceito de redes, das quais muitos participavam, mas que muitas vezes se sobrepõem às opções religiosas. Não é a religião que constitui o cristão-novo, mas seu reconhecimento enquanto portador de uma mácula de origem, como era vista a ascendência judaica então. Lembramos que muitos foram judaizantes, mas também houve aqueles que foram laicos e ainda outros que de fato aceitaram a fé da igreja católica.

Interessa-nos como esses homens participaram da produção e comercialização do açúcar, empreenderam negócios de vulto e se fizeram ouvir pelas coroas ibéricas, apesar dessa mácula. Aqui pretendemos abordar por outra ótica a participação dos cristãos-novos nas redes de comércio que envolveram a comercialização do açúcar. Não enquanto comunidade ou grupo coeso, mas enquanto detentores de interesses diversos, e por vezes divergentes. Estes homens partilhavam a cultura Sefardí, desenvolvida na península ibérica, e com o avançar dos anos, desenvolveram vínculos tanto entre si, pelo reconhecimento de uma ascendência comum, como também com os cristãos velhos com os quais mantiveram diversas parcerias.

É importante salientarmos que muitos cristãos-novos católicos convictos partilharam redes com judeus praticantes. O que uniu por um tempo esses homens foram os laços gerados

⁶⁵KAPLAN, Yosef. **Judios Nuevos en Amsterdam**. Estudios sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII. Barcelona: Gedisa, 1996.

⁶⁶ Entre muitos, podemos citar: FABEL, Nachman (Org); MILGRAM Avraham e DINES, Alberto. **Em Nome da Fé**: Estudos in memoriam de Elias Lipiner. São Paulo: Perspectiva, 1999; LIPINER, Elias. Os Judaizantes nas capitâncias de Cima: Estudos sobre os Cristãos-novos no Brasil nos Séculos XVI e XVII. São Paulo: Brasiliense, 1969; IZECKSOHN, Isaac. **Os Marranos Brasileiros**. Biblioteca Armando Souto Maior. São Paulo: B' Nai Brith, 1967.

pela ascendência e origem comuns. Aqui nos referimos à origem portuguesa e à ascendência judaica. Não eram unidos por uma prática religiosa comum como bem frisa Wachtel⁶⁷. Esses laços vão além das opções religiosas e se reconfiguraram passado o tempo das conversões em fins do século XV.

As consequências da expulsão dos judeus da Península Ibérica foram muitas. Segundo Yerushalmi⁶⁸, ela foi responsável por um fenômeno cultural historiográfico inédito, pois a comunidade judaica produziu uma série de narrativas históricas sobre as expulsões, relacionando-as com os sofrimentos impingidos aos judeus desde os tempos do cativeiro na Babilônia⁶⁹. Nem as cruzadas e nem as expulsões de outros países geraram igual produção literária. Assim, as dispersões em massa e a separação de famílias inteiras foram encaradas pela comunidade como momento único.

O fato de que a maior e mais orgulhosa comunidade judaica da Europa tivesse sido exterminada era trágico suficiente. O significado maior da expulsão espanhola reside no fato de que, como resultado, a Europa ocidental tenha sido esvaziada de judeus.⁷⁰

A compreensão da diáspora sefardí e de suas implicações na construção dos cristãos-novos é imprescindível para nosso trabalho. Nossos personagens são construídos na diáspora e dela detém uma série de características. Eles convivem com outros grupos no novo ambiente, mas trazem de seu núcleo ascendente características marcantes, construídas especificamente para manter a identidade cultural mesmo na dispersão física. Reginaldo Heller tece considerações sobre duas características da diáspora, pensada enquanto conceito sociológico e não apenas geográfico, que nos parecem importante:

a) Solidariedade entre os indivíduos e grupos (comunidades dispersas) que formam a diáspora e que produzem uma organização comunitária destinada a defender os interesses de seus integrantes; b) O dinamismo de todos os seguimentos diaspóricos. As diásporas não são estáticas, elas se expandem e se contraem, não apenas por razões demográficas e/ou políticas, mas também porque os indivíduos têm suas

⁶⁷ O autor analisa o termo “nação” que incluía tanto judeus quanto cristãos-novos e a flexibilidade dos mesmos em relação às práticas religiosas a partir da criação da “dotar”, fundação para o auxílio de órfãos e viúvas, cujas beneficiárias poderiam ser cristãs-novas ou judias. WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança: Labirintos Marranos**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

⁶⁸ YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Zakhor**. História Judaica e memória Judaica. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.79.

⁶⁹ O cativeiro da Babilônia, marco para a história do povo judaico, é lembrado também como o Jejum de Guedalia, que lembra o assassinato do último governante judeu antes do exílio da Babilônia, em 586 a. C. UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 108.

⁷⁰ YERUSHALMI, Yosef Hayim. Op. Cit., 1992, p.78.

próprias estratégias de vida, as quais são informadas pela identidade coletiva e relacionadas a um passado comum.⁷¹

Vários autores compreendem a questão da ascendência judaica como determinante na ação desses homens. Nas palavras de João Lucio Azevedo a influência da comunidade judaica em Portugal se deu “Porque a pertinácia da raça estranha podia mais, na sua passividade, que o arbítrio empírico dos governadores e o furor intermitente do populacho”.⁷² O que nos propomos é entender como algumas circunstâncias impostas aos cristãos-novos, como exclusão de vários cargos, as sucessivas proibições de migrarem da Península Ibérica ou mesmo o uso da ação inquisitorial foram por eles enfrentados e utilizados na construção de novas possibilidades de ação.

Destarte os sofrimentos gerados pela dispersão, com as conversões, os cristãos-novos ocuparam espaços onde os judeus não tinham liberdade de ação. Onde não era permitido o judaísmo, os cristãos-novos resguardaram por um tempo os interesses de seus familiares e sócios, agora migrados em busca de liberdade religiosa. Esses homens já traçavam então redes de alcance mundial com base numa ascendência comum, gerando a segurança necessária aos arriscados empreendimentos que caracterizaram o processo de expansão marítima e comercial. Nesse contexto, faz-se necessária uma discussão sobre as bases dessas relações, que Nathan Wachtel vai considerar a primeira experiência de “globalização”⁷³; e Braudel já caracterizara, em sua obra *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, como o momento do *boom* dos judeus sefarditas.⁷⁴

As explicações para a expansão comercial europeia entre os séculos XV e XVIII deixaram, contudo, encoberta a ação desses agentes, sujeitos de vontades e interesses diversos que não eram levados por interesses macroeconômicos, e sim os constituíam. Esse período foi caracterizado por Immanuel Wallerstein⁷⁵ de desenvolvimento da Economia Mundo. Para esse autor, em fins do século XV e começo do século XVI, se constituiu o que foi chamado por ele de economia europeia mundial, cuja emergência está ligada à

⁷¹ HELLER, Reginaldo. **Diáspora Atlântica**: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII. Tese de doutoramento, programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 442.

⁷² AZEVEDO, J. Lucio. **História dos Cristãos-novos Portugueses**. 3. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989, p. 1.

⁷³ WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança**: Labirintos Marranos. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

⁷⁴ BRAUDEL, Fernad. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.134.

⁷⁵ WALLERSTEIN, WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1974. v. 1.

política de expansão militar e econômica europeia, à formação dos Estados Nacionais e à diferenciação de formas de trabalho nos vastos locais, entre os quais a escravidão na América. Esse Sistema Mundo e os conceitos de centro e periferia por ele desenvolvidos têm sido bastante utilizados para explicar o desenvolvimento de mercados internacionais. Contudo, a ênfase nos centros europeus em detrimento de outros polos de autoridade e decisão ultramarinos acaba conferindo papéis pré-determinados a esses espaços, que nós entendemos como potencialmente de negociação.

Vários autores atentaram para a importância dessas redes de solidariedade no estabelecimento de cristãos-novos em diversos empreendimentos. Ao estudar a presença judaica na América durante a era colonial, Avini⁷⁶ observa o contínuo contato entre cristãos-novos e judeus ao longo dos séculos XVI e XVII. Para esse autor, foi a ascendência comum que ligou os elementos dispersos fisicamente e que não, necessariamente, professavam a mesma religião.⁷⁷

De Lisboa ao Báltico, das praças da Alemanha central às cidades do Adriático e do Mediterrâneo oriental, a Salónica e a Alexandria, os grupos sefarditas estão por toda a parte, ágeis e ductís, assentes numa estrutura empresarial que, um dia, faria Werber Sombart dizer que estas comunidades inventaram o capitalismo, tal a importância dos judeus na sua construção.⁷⁸

Contudo, essas redes não podem ser pensadas apenas enquanto continuidade de laços, mas também como rupturas e reestruturação. Para tanto, alguns procedimentos e conceitos precisam ser revisitados. Entre vários autores que nos auxiliaram na compreensão da dinâmica das redes comerciais das quais participavam cristãos-novos, Pilar Huerga Criado, em seu trabalho sobre as redes familiares entre Castela e os Países Baixos, nos aponta a necessidade de cruzarmos os dados provenientes das fontes ibéricas com aqueles oriundos de fontes judaicas. Para essa autora, essas redes de comércio se articulavam em torno das famílias, cujas ligações internas eram o veículo para os intercâmbios econômicos e religiosos⁷⁹.

Sua pesquisa nos remete a importância da utilização de fontes judaicas, fundamentais a nossa pesquisa na medida em que são nas atas das diversas comunidades judaicas constituídas

⁷⁶ AVNI, Haim. **Judíos en América: Cinco Siglos de Historia**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

⁷⁷ Muitos ainda que o fizessem não podia expor sua fé religiosa, coagidos que foram pelas perseguições e proibições a que estavam submetidos, principalmente nos impérios católicos.

⁷⁸ ALMEIDA, A. Marques. **Do Zangão ao Mel: Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séc.XV-XVII)**. Revista Oceanos, nº 29, diáspora e expansão. Jan./mar., 1997. P. 25-35.

⁷⁹ CRIADO, Pilar. *Entre castilla y los Países Bajos: lazos familiares y relaciones personales*. In: CONTRERAS, Jaime (Org.). **Família, Religion y Negocio: El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los países bajos en la edad moderna**. Alcalá: Fundacion Carlos Amberes y ministerios de asuntos exteriores, 2002. p.41

que encontraremos alguns dos elementos por nós estudados. Não podemos esquecer também que a publicação do acervo notarial de Amsterdã⁸⁰ ocorreu por iniciativa do então líder da comunidade judaica daquele país em 1963, só depois contando com o apoio de instituições de pesquisa.

As funções dentro dessas redes e as colaborações iam desde o núcleo de convivência até os demais membros da família, mais ou menos próximos, independentemente da localização geográfica dos mesmos. Laços de amizade, vizinhança e parentesco também compunham essas redes. As mesmas foram forjadas no êxodo imposto pelas expulsões da Península Ibérica, assim, não foram rompidas pela distância, ao contrário, se expandiram tomando dimensões internacionais.

Bernardo López Belinchón também nos auxilia na compreensão dessas redes de comércio através de seu artigo intitulado “Familia, Negocios y Sefardismo”⁸¹, no qual explica a necessidade de entendermos o conceito de família estendida, constituída por vários núcleos menores, dispersos espacialmente, mas unidos por vínculos de parentesco consanguíneos ou não. O autor enfatiza a importância das mesmas no momento em que a Espanha proíbe o comércio com os Países Baixos em luta por sua independência. Nesse momento, os cristãos-novos portugueses, através de suas relações com os judeus estabelecidos fora do reino, conseguiam a confiança necessária ao lucrativo mercado de contrabando. O autor define uma casa de negócios como:

Una empresa de base familiar con diversidad de negocios y una red de agentes distribuidos por los principales centros económicos, cuya dirección recaía sobre un miembro de dicha familia situado en una sede central y que actuaba como coordinador del resto de la familia y de la red de agentes.⁸²

Belinchón ainda nos oferece uma divisão de três níveis nas redes comerciais que nos parece interessante descrever. O primeiro seria formado pelo núcleo do patriarca geralmente situado na sede dos negócios, na qual eram centralizadas as informações e traçadas as estratégias de ação. O segundo seria composto por outros membros dessa família estendida, como irmãos e cunhados situados em pontos-chaves da rede de comércio. E o terceiro nível seria o mais extenso, formado por agentes e correspondentes que não estavam unidos por

⁸⁰ NOTARIAL RECORDS IN AMSTERDÃ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: **Studia Rosenthaliana**: Journal for Jewish literature and history in the Netherlands, University Library of Amsterdã. Vol. I ao XV (publicados desde 1967, coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

⁸¹ BELINCHÓN, Bernardo López. Familia, negocio y sefardismo. IN: CONTRERAS, Jaime (org.) *op Cit*, 2002.

⁸² Idem, p. 351.

laços de parentesco direto, mas que compartilhavam a origem e confiança para realização de negócios a longa distância.

Outro ponto citado pelo autor que nos parece importante destacar é a relação entre várias redes de comércio. Ao falarmos de redes sefardis, somos facilmente levados a entender tratar-se de um só agrupamento, no qual todos os membros da mesma origem estariam incluídos. Contudo, trata-se de várias redes, com interesses convergentes e também divergentes. Ao mesmo tempo em que ocorre a cooperação entre redes diferentes, levando a uma teia negocial de proporções imensas, ocorrem também casos de lutas e enfrentamentos entre redes concorrentes, algumas levando inclusive a delações ao Santo Ofício, como forma de barrar a concorrência.

Entre as pesquisas mais recentes, quatro teses contribuíram para nossa compreensão da dinâmica das redes comerciais das quais participavam cristãos-novos. Primeiro citamos *Globalization in the early modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*,⁸³ de Catia Antunes, cuja obra explana sobre a diversidade cultural de Amsterdã e a fácil interação entre os judeus portugueses e demais “refugiados” europeus ali estabelecidos.⁸⁴ A autora pretende analisar o impacto destas conexões Amsterdã-Lisboa na constituição do sistema atlântico. Primeiro observando a preponderância do atlântico em relação a outras zonas nos contratos comerciais por ela analisados. Depois observando a composição dessas redes, em sua pluralidade, em diferentes tempos e áreas. Contribuindo para nossa compreensão das relações entre os supracitados centros comerciais e das condições de que dispunham os judeus que optavam por deixar Portugal e o cristianismo imposto por terras de tolerância religiosa.

Leonor Costa, em seu já citado *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663*⁸⁵, analisa a participação de comerciantes portugueses no comércio do açúcar pernambucano, e entre eles vários cristãos-novos. A presença cristã-nova nesse comércio, ainda que não seja o foco de sua tese, é fundamental para chegar ao que se propõe: compreender a construção da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Como explica na introdução de sua tese:

⁸³ ANTUNES, Catia. **Globalization in the early modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705**. Aksant: Amsterdam, 2004.

⁸⁴ A autora explana sobre a ascensão de Amsterdã à maior centro comercial europeu e seu papel em abrigar os refugiados dos diversos conflitos no continente, entre eles aqueles fugidos da guerra dos 30 anos. ANTUNES, Catia. Op. Cit., 2004.

⁸⁵ COSTA, Leonor. Op. Cit., 2002.

É apenas tangencial às preocupações centrais desse trabalho o estudo do comércio do açúcar e dos grupos sociais com ele diretamente relacionados. Só na medida em que tais agentes das trocas contribuem para esclarecer as conjunturas do tráfico se considerou relevante voltar-lhes alguma atenção.

A autora propõe que, a partir das primeiras décadas do século XVII, desmotivados pela crise entre os anos de 1612 e 1623, os cristãos-novos começaram a abandonar o comércio açucareiro para investirem em outros negócios. O que a autora faz é levantar os dados sobre os comerciantes, cristãos-novos ou velhos, que permaneceram no comércio açucareiro e tiveram um papel fundamental na formação da Companhia Geral de Comércio. Sua importante pesquisa, no entanto, não distingue os comerciantes que estavam sediados em Lisboa, no Porto ou em alguma outra cidade portuguesa daqueles que estavam estabelecidos na América Portuguesa. Essa localização é fundamental para a compreensão da atitude de certos agentes, pois os comerciantes que apenas frequentavam as praças mercantis portuguesas tinham outras condições, que os possibilitava investir dividendos em outras empreitadas. Situação completamente distinta daqueles que se estabeleceram na Capitania de Pernambuco e nela não só desenvolveram suas práticas comerciais como por vezes formaram família e se fixaram permanentemente.

Outro importante estudo foi desenvolvido por Daniel Strum e intitulado *The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited*⁸⁶. Ainda que não trabalhe todo nosso período, Strum é elucidativo ao frisar o caráter heterogêneo dessas redes comerciais, apontando que as mesmas não se compunham apenas de cristãos-novos e, por vezes, que esses não eram nem majoritários dentro de uma dessas redes. Sua tese defende que a maior parte das redes de longa distância das quais participavam os cristãos-novos era composta de membros não familiares e muitas até por elementos fora do grupo de ascendência judaica. O autor delimita os comerciantes entre “agentes fixos maiores” e “agentes viajantes menores”, os primeiros mais importantes e com capitais mais vultosos eram em sua maioria cristãos-novos, enquanto os agentes menores eram, em sua maioria, de fora do grupo.

Strum propõe que essa diversidade poderia ser interessante para que um empreendimento vultoso demais não ficasse apenas na mão de um mercador e que a

⁸⁶ STRUM, Daniel. **The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas. Kinship and Ethnicity Revisited** (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595—1618), Ph.D. diss. Hebrew University of Jerusalem, 2009.

existência de vários agentes também estimulava a competição entre eles, diminuindo ainda o risco da Inquisição apreender os produtos pela prisão de um mercador, caso ele fosse cristão-novo. O autor frisa também a importância da informação, citando as detalhadas cartas e os viajantes que garantiam a difusão de informações para os comerciantes fixos acerca do que faziam os que para ele trabalhavam. Apontando por fim que, fora do grupo com ascendência judaica, os agentes eram coibidos por uma série de normas comerciais rígidas, para que não fugissem às obrigações com seus empregadores independentemente de ligações familiares e/ou religiosas.

Portanto, podemos dizer que os laços de confiança que extrapolavam as esferas da família e da etnicidade foram um fator decisivo na expansão desse comércio atlântico moderno. Se as relações de confiança se restringissem à família ou ao grupo étnico, esse comércio jamais teria experimentado o grau de expansão que se verificou no período⁸⁷.

O quarto estudo, aqui também já citado, e que nos foi bastante elucidativo acerca das redes sefardís, intitula-se *As relações econômicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas: O trato e a Família -1532-1632*⁸⁸, de Florbela Veiga. Nele a autora aborda a comunidade mercantil cristã-nova na Antuérpia, focando a relação entre a família e a casa comercial. A partir de sua análise, Florbela compreende as relações na esfera pública entre os membros cristãos-novos como de continuidade em relação à esfera privada. Em sua análise as redes de longo alcance seguiam o modelo da economia familiar trasposta para o exterior, na qual são fundamentais os laços de amizade, linhagem e honra. Ao focar nas famílias de origem sefardi, sobre as quais desenvolveu minuciosa pesquisa, Florbela visualiza a relação com os cristãos velhos, principalmente através do matrimônio, como fundamentais à existência dessas redes, que para a autora tinham como base a família e as ligações por ela estipuladas.

A mobilidade social dos mercadores sefarditas caracterizou-se por uma política de casamentos que tendia à união com famílias cristãs-velhas pertencentes à nobreza, mas também a matrimônios com famílias sefarditas do topo da hierarquia burguesa. No entanto o percurso social caracterizava-

⁸⁷ STRUM, Daniel. **Entre os embargos e a Inquisição: cristãos-novos e “framengos” na rota do açúcar.** Anais do XXVI simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho, 2011, p. 10.

⁸⁸ FRADE, Florbela Veiga. Op Cit, 2006.

se por uma série de patamares a ascender com vista a uma gradual aproximação ao poder político.⁸⁹

Alguns problemas emergem do estudo das redes, o principal seria a identificação dos elementos cristãos-novos que a compõem dentro de uma ampla documentação e os caminhos traçados pelos mesmos nos ramos do comércio internacional. Como bem salientou Leonor Costa (2002), escrevendo a respeito das relações entre o Oriente e o Ocidente: “A identificação de nomes de famílias comuns aos dois espaços do império não permite, contudo, supor que as linhas do tráfico estavam integradas. Significa que os investimentos não se confiavam em uma única rota”⁹⁰.

Uma questão crucial é atentarmos para o fato de que várias famílias participavam de um ou mais ramos de comércio colonial de uma vez só. Então, ao mesmo tempo em que estudamos a trajetória de um membro da Família X na América portuguesa, um irmão ou parente próximo seu possivelmente estava envolvido no comércio com a Ásia, a África ou a América espanhola. Sendo nossa intenção compreender as relações desenvolvidas por esses homens na Capitania de Pernambuco, nos ativemos àqueles que aqui passaram ou se estabeleceram em definitivo, no período por nós estudado, ainda que, para saber dos mesmos, tenhamos que recorrer a processos de outros que não o fizeram. Essas dificuldades nos fazem tomar como nossas as palavras de Mafalda Soares ao explicar que:

Em História, esse tipo de análise é mais complexa pela evidente dificuldade de recolha dos dados significativos para a totalidade dos elementos dos universos sociais em estudo. Há, por isso, que ajustar a metodologia à informação disponível, o que dificilmente admite o rigor da parafernália quantitativa.⁹¹

Contudo, a multiplicidade dessas redes nos coloca diante de uma ação imprescindível ao historiador que trabalha com os partícipes de redes comerciais transoceânicas: conectar historiografias⁹². Os diversos historiadores que estudam redes o fazem num recorte temático e

⁸⁹ Idem, p. 315.

⁹⁰ COSTA, Leonor Freire. **Impérios e grupos mercantis**: Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII). Lisboa: Livros Horizontes, 2002, p. 54.

⁹¹ SOARES, Mafalda. *Redes sociais e decisões políticas no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). Op Cit, 2010, p.121.

⁹² N do A. Lembramos, para tanto, o texto de Sílvia Hunold Lara, intitulado “Conectando historiografias”, sobre a necessidade de conectarmos as historiografias relativas a ações e valores dos escravizados com aquelas sobre os grandes senhores e autoridades coloniais. “Mais do que simplesmente juntar as metades de uma laranja, trata-se de estabelecer conexões que permitam pensar relações históricas cada vez mais complexas.” LARA, Sílvia Hunold. *Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa*. In:

espacial específico, seja pelo foco no tráfico de escravos, nos grupos mercantis, nos portos ou no transporte, ou neste ou naquele entreposto comercial. Um ou outro personagem, entretanto, acaba por aparecer numa documentação primária que por ele não foi tocada, já que não se enquadrava em sua área de busca. Assim, é fundamental que consultemos o mais amplamente possível os estudos sobre comércio no período por nós estudado para que nos forneçam rastros para completar nosso quadro de informações.⁹³

1.3 O Estigma que produz as fontes

Compreender os cristãos-novos como partícipes de uma cultura sefardi não é aprisioná-los. Pois, como definiu Gizburg, a cultura é uma jaula flexível, e não uma prisão na qual só são possíveis ações pré-determinadas⁹⁴. Nessa perspectiva, utilizamos a micro-história, entendida por nós não em contraposição à História Social, mas como uma metodologia que enriquece a análise do social a partir da inclusão de uma série maior de variáveis⁹⁵.

A abordagem micro-histórica nos ajuda a pensar esses homens enquanto detentores de capacidade de escolha e negociação. As ações individuais, familiares ou de redes podem ser apreendidas a partir da análise de nossa documentação, através da qual emergem acordos, adaptações e posturas que contrastam com algumas análises macro-históricas, tornadas clássicas, entre as quais destaco *Inquisição e cristãos-novos*, de José Antonio Saraiva⁹⁶, e *História dos judeus em Portugal*, de Meyer Kayserling.⁹⁷ A micro-história tem como pressuposto basilar a mudança de escala, mudança esta que não diz respeito à variação do

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar**: ideias e práticas no Império português, Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p.38.

⁹³ N do A. A nenhum historiador seria possível o estudo amplo e ao mesmo tempo minucioso de todas as redes de comércio vigentes em fins do século XVI e começo do XVII. Assim sendo, a consulta a pesquisas relativas a outros recortes espaciais no mesmo período tomam uma importância muito grande.

⁹⁴ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004. p. 17.

⁹⁵ REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹⁶ SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. 5. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

⁹⁷ KAYSERLING, Meyer. **História dos Judeus em Portugal**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

tamanho do que é observado, significando, sim, a criação de novas possibilidades de entendimento, ela produz “efeitos de conhecimento”.⁹⁸

Buscaremos em nossa tese analisar, através da documentação processada, essa rede de ligações. Temos os nomes de nossos personagens como ponto de partida para desvelar a teia na qual se envolveram, primeiramente delineadas com base em destinos individuais e então confrontada com um *corpus* documental, nos quais, conforme Ginzburg (1989), “as linhas que convergem para o nome [do cristão-novo] ou dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.⁹⁹

Essa rede de ligações foi elaborada a partir de uma relação de 165 homens cristãos-novos que estiveram em Pernambuco no período por nós estudado (1580-1630). Para construir essa relação, nos detivemos primeiramente naqueles que foram citados nas visitas inquisitórias de 1591-1595 e de 1618-1620. Esses homens e os processos decorrentes dessas inquirições passaram por outra triagem referente não só a seu reconhecimento enquanto cristão-novo, mas em relação à atividade que exerciam. Separamos então aqueles que eram apontados como senhores de engenho¹⁰⁰, lavradores e comerciantes. O universo traçado por esse procedimento foi se alargando na medida em que avançávamos na consulta das fontes, de origens diversas, mas que nos permitiram localizar e delimitar as ações desses homens na Capitania de Pernambuco em suas diversas atividades, seja enquanto rendeiros de dízimos, membros da câmara de Olinda, ou como capitães nas conquistas da Paraíba ou do Rio Grande do Norte.

No cruzamento dessa documentação diversa, observamos as trajetórias de nossos personagens. Muitos foram citados no *Index dos diversos tabeliões de Lisboa*¹⁰¹, em vários fólios dos cadernos do Promotor, como receptores ou embarcadores de açúcar para o reino ou para os Países Baixos nos arquivos notariais holandeses. Citados também nas listas de receitas e despesas do Brasil ou nas diversas correspondências administrativas.

⁹⁸ “Redução de escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limitações, convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado - aquilo que efetivamente aconteceu - e a analisar as condutas individuais e coletivas em termos de possibilidade, que o historiador pode tentar descrever e compreender”. REVEL, Jacques. *A História ao Réis do chão*. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 22-23.

⁹⁹ GINZBURG, Carlo (org.). **A Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 206.

¹⁰⁰ N do A. Essas informações foram confrontadas com as listagens de engenho que dispomos para o período, além das geradas pela visitação, a de 1609, de Diogo do Campos Moreno, e a de 1623, de Israel d Costa. **Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira**. Documentos traduzidos e organizados por José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

¹⁰¹ **INDEX das Notas de Varios Tabelliães de Lisboa, entre os Anos de 1580 e 1747**. 4 vols, Lisboa: [s.n.], 1930.

Pensando nossos personagens, os comerciantes de origem cristã-nova, é importante ainda atentarmos para o cuidado necessário com o uso das classificações socioprofissionais para não naturalizarmos nossos personagens enquanto mercadores ou senhores de engenho, ou funcionários da coroa. Cuidado especial a ser tomado tendo em vista nosso objeto de estudo, as redes de comércio e as muitas funções exercidas por esses homens¹⁰². Esses indivíduos foram identificados como da Nação ou cristãos-novos na documentação inquisitorial, nos registros notariais de Amsterdã, nos documentos do Arquivo Ultramarino ou em outros. A materialidade dos mesmos nas fontes se dá a partir do reconhecimento enquanto outro. A inclusão de um homem e sua trajetória, em nosso banco de dados, passa por esse reconhecimento.

Nessa trajetória, para a compreensão de nosso objeto e das fontes que dispomos para estudá-lo, é fundamental que façamos a diferenciação entre fonte e documento. O documento só se torna fonte histórica no momento em que responde a nossas interrogações. É a partir do que perguntamos ao documento, no trajeto de nossa busca, que construímos as nossas fontes históricas. E, ainda dependendo do que perguntamos, os documentos, transformados em fonte, podem ser mais ou menos informativos¹⁰³. Assim, algumas das fontes por nós utilizadas não se referem diretamente à América portuguesa, muito menos a Capitania de Pernambuco, como a *Corografia portuguesa* do padre Antônio Carvalho da Costa¹⁰⁴ ou o *Ídex de notas do Tabelionato de Lisboa*. Contudo, nelas, através do nome, como fio condutor, chegamos a nossos personagens. As genealogias dos séculos XVII e XVIII¹⁰⁵ também constituíram, assim, interessante fonte documental na medida em que nos dão as ligações familiares e a localização de muitos cristãos-novos. Além de, por vezes, apontarem suas profissões, cargos e títulos.

Também se faz necessária uma contextualização do processo de produção das fontes. Sejam estas documentações administrativas, processos inquisitoriais, crônicas ou registros notariais. É imprescindível que nos questionemos o porquê dessa documentação, qual era sua

¹⁰² N do A. Homens que podiam ser apenas comerciais, como caixeiros, agentes a serviço de comerciantes maiores ou grandes comerciantes responsáveis por sua própria mercadoria, mas que podiam também juntar essas atividades com a posse de engenhos, a cobrança de dízimos ou o exercício de cargos públicos.

¹⁰³ LARA, Sílvia Hunold. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico**. [S.l.]: Porto Alegre, [199-]. v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.

¹⁰⁴ COSTA, Padre Antônio Carvalho da. **Corografia Portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal**. 3 Vol. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.

¹⁰⁵ GAYO, Manuel Felgueiras. **Nobiliário de Famílias de Portugal**. 12 vols. BRAGA, Carvalhos de Basto, 1989-1990; MORAIS, Cristóvão Alão de. **Pedatura Lusitana-Hispânica, Nobiliário de Famílias de Portugal**. 7 vols. Porto: Livraria Fernandes Machado, 1942; ABECASSIS, José Maria. **Genealogia Hebraica: Portugal, e Gibraltar, séc. XVII-XX**. 5 vols. Lisboa: José Maria Abecassis, 1990-1991.

função no momento em que foi construída e ainda o percurso que a mesma percorreu até chegar a nosso conhecimento.

A documentação gerada pela Inquisição é fundamental para que entendamos as minúcias das relações estabelecidas por esses cristãos-novos na América portuguesa. Apesar da ausência de um tribunal inquisitorial estabelecido no Brasil, as visitas feitas por representantes da Inquisição geraram ampla documentação, que é por nós estudada.

A visita, como o nome indicava, era uma jornada de inspeções de carácter semelhante ao das que faziam em suas dioceses os prelados e tinha por aparente objeto instigar ao arrependimento e às confissões, pela oferta de misericórdia, aos culpados contra a fé. De facto era uma espécie de operação policial, praticada menos no intuito de absolver os pecadores contrictos, que de extorquir denúncias contra os contumazes que não se apresentavam.¹⁰⁶

As primeiras visitas ao Brasil, ocorridas nas capitanias da Bahia e Pernambuco, datam de 1591 até 1595, essa rica documentação¹⁰⁷ foi sistematicamente publicada desde o começo do século XX, a partir de pioneira iniciativa de Capistrano de Abreu, seguida logo por Paulo Prado e, mais recentemente, por Ronaldo Vainfas.¹⁰⁸ A segunda visita, que data de 1618 a 1620, foi publicada nos anos sessenta do século passado, nos Anais do Museu Paulista, como extenso prefácio de Sonia Siqueira e Eduardo D'Oliveira França.¹⁰⁹

Outra documentação publicada por iniciativa do Museu Paulista, interessantes ao nosso estudo foram os autos gerados pela devassa de 1635, feita pelo bispo da Bahia, Dom Pedro da Silva¹¹⁰. Prefaciada por Anita Novinsky, essa devassa teve também como inquiridor o vigário e provedor da capitania de Pernambuco, Manuel de Azevedo. Esta inquirição gerou 41 depoimentos, nos quais foram denunciadas 80 pessoas, entre as quais 24 cristãos-novos, 48 cristãos velhos e ainda 8 membros do clero católico.

¹⁰⁶ AZEVEDO, J. Lucio. Op. Cit., 1989.

¹⁰⁷ Um total de 409 denúncias e 183 confissões, entre as quais 240 denúncias e 39 confissões foram em Pernambuco. Lembramos ainda que muitos moradores de Pernambuco foram denunciados ainda quando o Visitador estava na Bahia, como é o caso das denúncias sobre os cristãos-novos Duarte Dias Fernandes e João Nunes. Essa documentação foi bastante explorada por nós em nossa dissertação de mestrado. Ver: SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. **Modos de Pensar e Maneiras de Viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

¹⁰⁸ FUNDARPE. **Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995**. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984; *Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça - Confissões da Bahia, 1591/1592*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed., 1935.

¹⁰⁹ ANAIS DO MUSEU PAULISTA. **Segunda Visita do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira**. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620. Tomo XVII. Introdução de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: 1963.

¹¹⁰ **Devassa do Bispo D. Pedro da Silva (1635-1637)**. Anais do Museu Paulista. Tomo XXII. Universidade de S. Paulo, 1968.

Os cronistas do período também em muito nos auxiliaram a compor um quadro da capitania de Pernambuco e dos eventos a ela relacionados no período por nós estudado, eles foram autores de algumas fontes por nós utilizadas, como *História do Brasil*¹¹¹, de frei Vicente do Salvador, e *Tratado descritivo do Brasil*¹¹², de Gabriel Soares de Souza. Também fizemos a observação da produção literária de alguns judeus e cristãos-novos, fontes para nosso entendimento de questões referentes aos negócios, religiosidade, marginalização e tantos outros temas caros à compreensão de nossos personagens.¹¹³ Nossa análise também não pode se furtar de uma crítica ao etnocentrismo dessa documentação, pois os olhos da Igreja portuguesa e de seus agentes constroem, a partir de seus matizes culturais, esses documentos. Assim encontramos neles uma configuração que precisa ser depurada antes que dos mesmos façamos uso.

Aos tratarmos de redes de comércio, nos é imprescindível a compreensão da legislação reguladora das práticas comerciais. Para tanto, nos dedicaremos ao conjunto das legislações portuguesa e espanhola vigentes na segunda metade do século XVI e primeiras décadas do século XVII, que regulamentavam as práticas comerciais. Entendemos a legislação portuguesa como um conjunto de leis, alvarás, ordens e mandados a serem observados na série *Documentos Históricos*, nos *Documentos Para História do Açúcar*¹¹⁴, bem como no *Livro Primeiro do Governo do Brasil*¹¹⁵.

A documentação portuária é também fundamental para nosso trabalho e felizmente alguns investigadores, cientes das dificuldades de acesso a essa documentação, se propõem a publicá-las. Assim tivemos acesso a uma rica documentação a partir de três publicações que não podemos deixar de citar. Primeiro, *a Estudia Rosenthaliana*¹¹⁶, editada nas décadas de sessenta e setenta. Essa mesma pesquisa também gerou uma segunda fonte alfanegária sobre a qual nos debruçamos, “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595 – 1605”, na

¹¹¹ SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil** (1500-1627). 7. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

¹¹² SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 9ª ed. Recife: Editora Massangana, 2000.

¹¹³ SOLIS, Duarte Gomes. **Discursos sobre los comercios de las dos Indias**, Lisboa, 1943; BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 3. ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

¹¹⁴ INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Documentos para a História do Açúcar**. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.

¹¹⁵ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1958.

¹¹⁶ NOTORIAL RECORDS IN AMSTERDĀ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: **Studia Rosenthaliana**: Journal for jewish literature and history in the Netherlands, University Library of Amesterdā. Vol. I ao XV, 1967 (coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambucano, na década de noventa.¹¹⁷

Por fim, nos dedicamos à leitura dos documentos publicados pelo Prof^o Dr^o Amandio Barros, no segundo volume de sua tese, intitulada “Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos”¹¹⁸, na qual o mesmo transcreve o conjunto das cartas de fretamento existentes nos arquivos notariais do Porto para o século XVI.

A vasta documentação do Arquivo Ultramarino, nas quais se incluem cartas, decretos, requerimentos, consultas e pareceres, foi também por nós pesquisada sempre na busca dos cristãos-novos envolvidos nos negócios da Capitania, mas também na tentativa de apreender os discursos dos colonos em relação às dificuldades encontradas na comercialização das diversas mercadorias. E, principalmente, através das Cartas Régias, foi possível analisar as posturas tomadas pela Coroa em meio às ameaças de corso e ação de comércio estrangeiro:

A esfera de ação deste Conselho era necessariamente vasta, pois, segundo o texto do seu regimento, competiam-lhe todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África; a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos; o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda; a consulta de todas as naus e navios a enviar para o ultramar.¹¹⁹

Essa densa documentação, contudo, exige minuciosa leitura, além do alargamento de nossas buscas para além do período por nós delimitado (1580-1630), posto que muitas consultas e requerimentos até começo do século XVIII fazem referência à posse de engenhos por parte de cristãos-novos no período por nós estudado.

Outro importante repositório da documentação por nós pesquisada foi o Arquivo da Torre do Tombo, no qual encontramos vasta documentação, incluindo os processos inquisitoriais através dos quais esmiuçamos as vivências de nossos personagens. As múltiplas temáticas que podem ser abordadas através desta documentação têm sido alvo de uma série de pesquisas¹²⁰.

¹¹⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1993, p. 21-145.

¹¹⁸ BARROS, Amandio Jorge Moraes. Porto: A construção de um espaço marítimo no alvorecer dos tempos modernos. Tese (Doutorado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2004. Vol. II (apêndice documental).

¹¹⁹ Acervo, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, p. 1-12, jan/jun 1997 – p.3.

¹²⁰ VER entre outros: ASSIS, Angelo. A. F. *Intolerância em nome da fé. Nossa História*, São Paulo, v. Ano 3, n. número 32, p. 16-22, 2006; NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: A inquisição no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

A seleção dos processos foi feita, *a priori*, partindo da citação dos mesmos nas Visitações Inquisitoriais ao Brasil, nos séculos XVI e XVII, bem como em pesquisas de outros historiadores, e logo a partir dos próprios processos, pois em cada documento são citadas várias pessoas, algumas também processadas, nos permitindo criar uma densa teia documental. Tais processos se apresentam como documentação das mais significativas para análises baseadas nos pressupostos da micro-história, pela riqueza de detalhes e pela possibilidade de tecermos redes de relações na medida em que o processado se remete a outros colegas, familiares, amigos e desafetos.

A Torre do Tombo, juntamente com o governo português, através do Projeto DIGTARQ¹²¹, disponibiliza aos investigadores de todo o mundo uma riqueza documental que antes era apenas acessível a poucos. Valendo-nos dessa nova ferramenta de pesquisa, nos debruçamos também sobre alguns fólios de alguns dos Cadernos do Promotor, densa documentação que por si só geraria uma tese de doutoramento, guiados pelo índice dos mesmos, já transcrito por outro pesquisador brasileiro, o prof^o Dr. Marco Antonio Nunes¹²².

Alguns trabalhos que discutem metodologicamente essa documentação nos serviram de guia para pensar as diversas cartas encontradas na Torre do Tombo que citam nossos personagens. Citamos aqui o trabalho desenvolvido por Irenilda Cavalcanti, intitulado “Rede social e estratégias de ascensão: cartas de Martinho de Mendonça para a corte de D. João V”, no qual a autora discute algumas especificidades das cartas.

Alguns elementos dever ser levados em conta, quando se faz a análise de conteúdo de um documento, quais sejam: o autor, os argumentos, as ideias e os assuntos tratados, o estilo literário, as contradições e etc. Também é necessário deixar claro o destinatário do documento, o motivo pelo qual foi escrito, a época e em quais condições (inserção institucional, posição de poder ou subordinação etc.).¹²³

Buscamos também a documentação dos arquivos espanhóis, dentre as quais nos ativemos especificamente à coleção Documentos das Índias do Arquivo Nacional de Madrid,

¹²¹ Site: <http://antt.dgarq.gov.pt/> Acesso em: 20 ago. 2011

¹²² A dificuldade de tempo e o volume da documentação não nos permitiu um leitura plena dos mesmos, mas sim de alguns fragmentos encontrados com auxílio do Índice publicado e do trabalho de outros pesquisadores. Ver: SILVA, Marco Antonio Nunes da. **O Brasil holandês nos cadernos do Promotor**: Inquisição de Lisboa, século XVII. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

¹²³ CAVALCANTI, Irenilda. *Rede social e estratégias de ascensão: cartas de Martinho de Mendonça para a corte de D. João V*. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org). **Espelhos deformantes. Espelhos Deformantes: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 290.

disponibilizada no Pares¹²⁴, Portal de Arquivos Espanhóis, iniciativa semelhante a do DIGTARQ, através do qual podemos ter acesso aos documentos já digitalizados por meio de pesquisa no site. Completam nossas fontes uma vasta documentação impressa sobre os dois primeiros séculos de presença lusa em Pernambuco, tanto pelas Revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, quanto pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, e as narrativas sobre a ação portuguesa no ultramar, provenientes do Arquivo Ultramarino.

1.4 O Atlântico e o comércio durante a União das Coroas Ibéricas

As idas e vindas dos indivíduos partícipes de redes comerciais contribuíram para a construção de rotas que desvendaram o Oceano Atlântico. O chamado *Mar Oceano*, antes um empecilho, ligado a lendas e medos dos navegadores, se constitui, ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, em espaço privilegiado para a circulação de mercadoria e de pessoas.

O imaginário herdado do medievo propagava a ideia, gerada pelas concepções geocêntricas então em voga, de que o Atlântico era um espaço escuro e perigoso. A concepção de Ptolomeu (sec. II d. C), retomada então, representava a terra como um disco, composta por três continentes cercados por água. O universo fantástico que permeava o oceano Índico, já conhecido, foi transposto ao oceano Atlântico, tornado o local dos monstros e seres exóticos no imaginário europeu do quatrocentos¹²⁵. Com o tempo, construiu-se a ideia de um espaço aberto e desconhecido, de cujas águas o regresso não era garantido. Citamos a análise de Adão da Fonseca sobre a *Crônica da Guiné*, escrita por Gomes Eanes Zurara, em 1453, refletindo os medos despertados pelo Oceano Atlântico:

À sua maneira, Zurara, no capítulo VIII da Crônica da Guiné, intitulado *Por que razão não ousavam os navios passar a além do Cabo Bojador*, descreve muito bem estes temores. O Atlântico aparece aí, sobretudo, como o outro lado, funcionando o Cabo Bojador como a fronteira da ruptura, como o termo do espaço visível para além do qual se não regressa: "Como passaremos", diziam eles — os marinheiros do Infante D. Henrique — "os termos que puseram nossos pais, ou que proveito pode trazer ao Infante a perdição de nossas almas juntamente com os corpos, pois conhecidamente seremos homicidas de nós mesmos?"¹²⁶

¹²⁴ Site: <http://pares.mcu.es/> Acesso em: 20 ago. 2011

¹²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. P.26

¹²⁶ FONSECA, Luis Adão da. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI. **Estudos avançados**. v.6. n.16. São Paulo. Set./Dec. 1992.

Após a posse e repartição do continente americano entre as potências ibéricas pelo tratado de Tordesilhas, em 1494, já avançados os conhecimentos acerca da esfericidade da terra e das condições de se navegar pelo Atlântico, passou-se a cogitar a possibilidade de, por meio deste, chegar ao Oriente, atingindo o Oceano Índico e as ricas especiarias do comércio asiático. Avançado o século XVI, o Atlântico, enquanto espaço historicamente construído, englobou os vastos territórios dos reinos ibéricos; entre, eles especificamente a Capitania de Pernambuco. O oceano foi palco da disputa de diversos interesses comerciais expressos pelas potências europeias nos finais do século XVI e começo do XVII, principalmente durante a União das Coroas Ibéricas. Nas palavras de Leonor Costa, “o século XVII fez do Atlântico um espaço de articulação dos três continentes que o bordejam”.¹²⁷

As relações de Portugal com o Atlântico foram caracterizadas por Jaime Cortesão¹²⁸ como sendo fruto da “vocação Atlântica” portuguesa, característica fundamental à configuração da unidade nacional portuguesa, que impelia seus homens às aventuras marítimas pelos mares desconhecidos. Destarte essas tentativas de exploração indenitária do “ser português”, desde cedo Portugal investiu nos conhecimentos necessários aos ingressos no Oceano Atlântico. Fernand Braudel já apontava a importância dessas ações: “a conquista própria da Europa foi o descobrimento do Atlântico e a dominação de suas áreas, correntes e ventos difíceis”.¹²⁹

Os geógrafos classicamente definem espaço enquanto lugar modificado pelo homem, contudo, no Atlântico não observamos as modificações no estudo de mudanças estruturais em seu espaço, mas sim na análise das relações que por meio dele se desenvolveram. Para tanto, suas características físicas, tais como correntes marítimas, ventos, temperatura, topografia, hidrologia, marés, etc. exigiram uma adaptação humana para sua utilização e para a construção de rotas viáveis.

O Atlântico foi construído enquanto espaço praticado pelas redes comerciais e também foi responsável pela construção de cidades, vilas ou entrepostos nos diversos portos que por ele são bordeados. Assim, as relações com o Atlântico foram responsáveis pelo caráter primeiro do estabelecimento português na América, construindo o litoral enquanto local ideal para o estabelecimento de fortificações e feitorias, bem como a construção de vilas e cidades.

¹²⁷ COSTA, Leonor Freire. **Impérios e grupos mercantis: Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)**. Lisboa: Livros Horizontes, 2002. p.41.

¹²⁸ CORTESÃO, Jaime. **História dos Descobrimientos Portugueses**. v. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.

¹²⁹ BRAUDEL, Fernad. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.63

Os portugueses, como escreveu Frei Vicente Salvador¹³⁰, pareciam caranguejos, apenas arranhando as costas. Essa concepção aponta a função das relações com o Atlântico a partir das quais se estruturou a presença lusa no Brasil. Portanto, observamos que, mesmo não tendo construções em seu espaço, o Atlântico servia como palco para as transações e para as modificações espaciais envolvendo os continentes por ele tocados.

Seguindo caminhos traçados por Charlie Boxer, no estudo das dinâmicas do Império colonial português, Luis Felipe Alencastro, em *O Trato dos Viventes*¹³¹, tocou em algumas redes comerciais na perspectiva de sua atuação no tráfico de escravos, levantando a importância dos detentores dos *Asientos* e dos interesses dos diversos grupos formados no império ultramarino. Esta obra aborda o âmbito mais amplo destas relações em suas ligações com o Atlântico, agora de forma bipolar, diretamente entre as partes da África e do Brasil, para além dos interesses metropolitanos.

Ancorada em três continentes, as voltas com comunidades exóticas, os conquistadores ibéricos enveredaram por caminhos vários para se assegurar do controle dos nativos e dos excedentes econômicos das conquistas. Nem sempre esses caminhos entroncam na rede mercantil e no aparelho institucional reinol.¹³²

A compreensão do Atlântico desenvolvida por Alencastro está muito perto do Conceito de História do Atlântico, que vem sendo desenvolvido nas universidades americanas e europeias desde o fim da Segunda Guerra Mundial.¹³³ Essa História do Atlântico pressupõe “entendê-lo para além de suas delimitações geográficas e como um objeto, uma concepção histórica, como uma construção essencial para o mundo que conhecemos”.¹³⁴ Segundo a leitura de Bernard Bailyn, autor de *Atlantic History: concept and contours*, vários historiadores desde seus centros de pesquisa vinham produzindo obras para a compreensão do Atlântico, observando as rotas e redes que o cortavam, os investimentos, trabalhadores e

¹³⁰ SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil** (1500-1627). 7. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

¹³¹ ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³² Idem, 2001. P. II.

¹³³ N do A. Seminários internacionais sobre a temática têm se multiplicado ocorrendo sistematicamente na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e também em Leiden, Oxford e outros grandes centros de pesquisa. Importante citar que o Atlântico foi também objeto central do IV Encontro Internacional de História Colonial, cuja temática foi “Cultura, Poderes e Sociabilidades no mundo atlântico (SÉC. XV-XVIII)”, ocorrido na Universidade Federal de Pernambuco, em setembro de 2010. Também vários programas de pós-graduação tem se dedicado especificamente à temática ou têm linhas de pesquisa destinadas à mesma, como é o caso da UPFE, onde apresentamos essa tese.

¹³⁴ BAILYN, Bernard. **Atlantic History: concept and contours**. Harvard university Press: Cambridge- London, 2005, p. 4.

produtos que o cruzavam.¹³⁵ Contudo o faziam cada um de seu *locus* sem atentar para o fato de que todos tinham em mãos um objeto comum.

A partir da década de 70 do século XX, vários investimentos foram feitos para unir pesquisas dispersas que tivessem como objeto de estudo o Atlântico, assim chegaram até nós coletâneas como *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Editada por Barbara L. Solow¹³⁶ e *Tropical Babels*¹³⁷, editado por Stuart Schwartz, para citar apenas algumas que se originaram nos Estados Unidos.¹³⁸

Algumas críticas a essa História do Atlântico são tecidas por Russel Wood, em artigo intitulado “A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX”¹³⁹, no qual o autor aponta os muitos cuidados necessários ao pesquisador ao tomar o Atlântico enquanto objeto de estudo. Entre suas principais preocupação está a possibilidade do foco no Atlântico vir a negligenciar as ligações do mesmo com os demais oceanos por onde circulavam as mercadorias, ideais e pessoas que construíram o que entendemos por modernidade.

Há uma gama de tópicos que exigem a atenção daqueles historiadores interessados na história do Atlântico Luso-afrobrasileiro: centros urbanos como núcleos de multiculturalismo e pontos de convergência; o status *sui generis* de portos como pontos de encontro entre o continente e o oceano e como eixos nos movimentos de pessoas e mercadorias, e do intercâmbio de informações; um estudo social e multicultural da variedade de portos (fluviais e àqueles com horizontes oceânicos e transoceânicos).

A partir do século XVI, o Atlântico, não mais um obstáculo, tornou-se um meio de comunicação fundamental à manutenção das diversas partes do Império, não apenas do português, mas das diversas potências que o singravam por meios legais ou não. As complexas hierarquias sociais desenvolvidas no Império português e materializadas nas redes atlânticas podem ser assim entendidas:

A existência de negócios que ligavam diversas ‘conquistas’- assim como a constituição de fortunas ultramarinas - fala-nos de mercados que, mesmo localizados nos diferentes quadrantes do império, possuíam múltiplos graus de ligações. Alguns desses comerciantes, como era de se esperar, exerciam postos na administração.

¹³⁵ Entre eles cita a Obra de Frédéric Mauro, aqui já citada.

¹³⁶ SOLOW, Barbara L. (org.) **Slavery and the rise of the atlantic system**. New York, 1991

¹³⁷ SCHWARTZ, Stuart B. **Tropical Babels**: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

¹³⁸ N do A. Algumas dessas coletâneas, elaboradas no Brasil, serão citadas ao longo do texto.

¹³⁹ RUSSEL-WOOD, A J. A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX Topoi, Rio de Janeiro, set. 2001, pp. 9-40.

Talvez tão importante quanto este acúmulo de papéis, fosse o fato de constituírem grandes fortunas disseminadas pelo império.¹⁴⁰

Para nossa análise, as dinâmicas do Atlântico foram norteadoras, compreendê-lo em seus tempos e especificidades foi imprescindível à construção de nosso objeto. Para analisar as práticas desenvolvidas no Atlântico, através das redes de comércio, nos interessa não apenas defini-lo geograficamente, mas também entender os espaços atlânticos como palco de uma série de relações sociais que envolviam circulação não só de mercadorias, mas de pessoas, conhecimentos e ideias. Essa circulação nos impede de entendê-lo apenas enquanto espaço dividido territorialmente pelas diversas potências europeias. Precisamos olhá-lo de forma integral, e não como a junção de unidades independentes. Nesse aspecto, a preocupação dos estudiosos deve ser entender como o Atlântico geográfico interage com os processos históricos.¹⁴¹

As relações construídas em função do comércio atlântico também foram responsáveis pela interação entre culturas, gentes e mercadorias. Foi por essa “globalização” que a convivência entre grupos de diversos interesses se fez possível. As redes de comércio nada mais são do que a concretização de interesses familiares ou de grupos nos diversos pontos do mundo então conhecido.

A união dos reinos português e espanhol sob um mesmo monarca intensifica a importância do Atlântico enquanto caminho das diversas rotas comerciais. As relações entre as conquistas espanholas e as portuguesas já se faziam sentir no Atlântico antes mesmo da União das Coroas Ibéricas, pois os comerciantes portugueses já estavam envolvidos no comércio de escravos para a América espanhola.

Os sessenta anos de união dos reinos ibéricos (1580–1640) foram determinantes porque trouxeram a revalorização dos espaços coloniais atlânticos e, ainda, pelo impacto no Império português das tensões internacionais que asfixiavam a monarquia hispânica [...] Se o mar dava motivo para conflitos entre potências europeias, era agora um meio de comunicação e não uma fronteira.¹⁴²

¹⁴⁰ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda. Urna Leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. Revista de Historia e Ciências Sociais, n. 23, p. 67-88. 2000.

¹⁴¹ TOMICH, Dale. O Atlântico como Espaço Histórico. **Estudos AfroAsiáticos**, Rio de Janeiro, n. 2, 2004.

¹⁴² COSTA, Leonor Freire. Portugal e o Atlântico: o significado do império. Discurso proferido no **Simpósio Internacional Novos Mundos**. Portugal e a Época dos Descobrimentos. No Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006. p.4-5.

Em 1580 os maiores proventos de Portugal ainda vinham do comércio de especiarias, mas as preocupações com a defesa do Atlântico já se faziam sentir nas determinações de D. Manuel e D. João III, que organizavam armadas anuais para a proteção dos navios portugueses, cujas principais funções eram afugentar dos mares os corsários e escoltar os navios em segurança até seus destinos.¹⁴³ Os homens recrutados para o trabalho nessas armadas, por vezes, não possuíam experiência no mar. Originários de Lisboa e outras cidades portuárias, eles compunha um refúgio humano que Portugal utilizava, em algumas situações, para povoar terras “inóspitas” e, em outros casos, para a defesa de suas riquezas que cruzavam o Atlântico.¹⁴⁴

Durante a união das Coras Ibéricas, as preocupações com a defesa no Atlântico foram redobradas em decorrência das riquezas que circulavam nas diversas rotas. Então, para pertencer ao oficialato luso, cuja nobreza era requisito primeiro, era necessário também demonstrar fidelidade aos monarcas espanhóis. O pequeno oficialato contrastava com os numerosos marinheiros em cada armada. Assim, os recrutamentos se intensificaram, e portugueses eram utilizados nas armadas dos Habsburgo, independentemente de protegerem os interesses de seu reino. Estas se compunham de homens de diferentes nacionalidades e muitos deles eram mercenários pagos.

Por vezes e apenas quando por razões específicas de grandes dificuldades em recrutar marinheiros, era necessário recorrer a outros expedientes de recrutamento, sendo um deles o recurso de retirar dos navios particulares que se encontravam em Lisboa, nacionais e estrangeiros, homens do mar que eram necessários.¹⁴⁵

Nessa perspectiva, as redes de comércio que cortam o Atlântico e das quais participavam vários cristãos-novos foram estudadas por nós a partir da Capitania de Pernambuco. Nos interessamos em compreender como tais redes funcionaram na citada capitania, analisando seus membros e a interação desses cristãos-novos com os demais elementos nela estabelecidos. Analisando como os mesmos reagiram as mudanças impostas ao comércio na segunda década do século XVII.

¹⁴³ SALGADO, Augusto. *O mundo atlântico militar durante o período Filipino. Anais do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa, 2011.

¹⁴⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹⁴⁵ SALGADO, Augusto. Op. cit., 2011.

2 A trajetória dos judeus e cristãos-novos na Península Ibérica

A trajetória dos judeus e cristãos-novos na Península Ibérica será por nos abordada neste capítulo, no qual analisaremos sucintamente a longa presença dos mesmos até os processos de expulsão em fins do século XV. Buscaremos compreender alguns aspectos da vivência judaica na Península, as atividades desenvolvidas pelos judeus e sua importância para o desenvolvimento financeiro e científico dos reinos ibéricos. Logo, observaremos o desenvolvimento das ações restritivas impostas aos judeus pelas diversas leis portuguesas e castelhanas, que culminariam com a expulsão dos mesmos da península em fins do século XV.

Em seguida discutiremos a construção da figura do cristão-novo, as divergências em relação à aceitação dos mesmos como iguais por parte dos cristãos-velhos e o desenvolvimento dos *Estatutos de Pureza de Sangue*. Analisaremos também as possibilidades e estratégias desenvolvidas pelos cristãos-novos para manterem seus vínculos familiares e identitários e as diversas trajetórias traçadas por aqueles que optaram por deixar a Península Ibérica. Por último, analisamos os impactos e as possibilidades abertas pela União das Coroas Ibéricas em 1580 aos comerciantes neoconvertidos de origem portuguesa.

2.1 A Presença judaica na Península Ibérica e o surgimento dos neoconvertidos

A busca pelas origens do elemento cristão-novo nos remete à Península Ibérica. A presença judaica na mesma é datada, através de vestígios arqueológicos, como sendo do século III da era cristã na Espanha e do século VI no território português. Contudo, alguns historiadores da temática acreditam que essa presença seja bem anterior, datando da diáspora após a destruição do Segundo Templo, em 70 a. C., um marco para o sentido de exílio partilhado pelo povo judeu¹⁴⁶. A denominação *Sefarad* dada pelos judeus à Península Ibérica teve, entre outras explicações, uma bíblica, em que estaria escrito que os desterrados de

¹⁴⁶ “Os judeus da diáspora sentiram-se no exílio após a destruição do segundo templo, embora o começo dessa experiência possa remontar à dispersão da dez tribos e ao cativeiro babilônico nos séculos VIII e VII a. C. O Sentimento de alienação tornou-se mais agudo na Idade Média, com a expulsão dos judeus de países que os abrigavam. Quando as condições pioraram, tornou-se mais forte a esperança pela vinda de um messias que conduziria o povo judeu de volta à Terra Santa.” UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 95.

Jerusalém estão em *Sefarad*, que era identificado como o fim do território romano. Dessa assertiva advém a origem sefaradim ou sefardi¹⁴⁷ dos judeus e, logo, dos cristãos-novos alvos de nosso estudo.

Na Península, séculos de convivência pacífica foram seguidos por anos de perseguição. Os judeus eram vistos como “os outros”, por vezes aceitos, por vezes suportados, mas sempre diferentes. Eram tidos como estranhos em relação aos romanos, visigodos, árabes e logo aos portugueses, com os quais compartilhavam o nascimento, mas não de toda a identidade. Sobre a origem dos mesmos, fala João Lucio Azevedo:

Mais antigos na Península que os mouros, os godos e os romanos, os judeus iam buscar às épocas longínquas da Bíblia a origem de seu assento no país; e ora alegavam que os primeiros da sua estirpe tinham vindo, trazidos da Babilônia, por Nabucodonosor; ora pretendiam que já antes, no tempo de Salomão, fora a Espanha vassala e tributária deste grande rei.¹⁴⁸

Nesse tempo o cristão-novo não existia, ele é fruto de uma construção do século XV, construção essa necessária à unificação do reino espanhol sob a bandeira católica.¹⁴⁹ O cristão-novo era o cristão com ascendência judaica ou o judeu que foi convertido ao cristianismo. Na península Ibérica, esse termo, apesar de ser aplicado tanto a judeus quanto a mouros convertidos, acaba por caracterizar majoritariamente os primeiros, principalmente em Portugal, onde as conversões ao catolicismo só ocorrem em massa no final do século XV.

A história dos judeus em Portugal e na Espanha teve traçados distintos, e, por mais que a proximidade mantivesse o contato entre os judeus dos dois territórios, essas diferenças se fizeram sentir principalmente nas relações posteriormente estabelecidas pelos neoconvertidos das duas nações.¹⁵⁰ Antes da delimitação territorial dos dois reinos, durante o domínio visigótico, os judeus gozaram de certa independência e tolerância por parte dos arianos e dos romanos católicos que então coabitavam na península.

Foi, contudo, durante o domínio mouro que os judeus tiveram melhores condições de vida na Península. Neste período os intercâmbios culturais, a produção literária e a liberdade

¹⁴⁷ “Sefaradim no hebraico significa “espanhóis”, no singular, “sefaradi” ou “sefardi”. Judeus de origem espanhola e portuguesa que se espalharam pelo Norte da África, Império Otomano, Parte da América do Sul, Itália e Holanda após a expulsão da Península Ibérica no fim do século XV.” UNTERMAN, Alan. Op. Cit., 1992, p. 233.

¹⁴⁸ AZEVEDO, **História dos Cristãos-novos Portugueses**. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1989, p.1.

¹⁴⁹ Unificação está efetivada em 1492, com o Casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

¹⁵⁰ N do A. Ainda que não nos detenhamos aos detalhes sobre todo o período de vivência judaica na Península Ibérica, é importante que discutamos a diferença entre os dois territórios, visto que tais diferenças contribuirão para a construção da identidade dos cristãos-novos que temos enquanto objeto de estudo.

religiosa permitiram pleno desenvolvimento da comunidade judaica. Os judeus se adaptaram rapidamente ao domínio mulçumano, adotando língua e os costumes daquele povo, muitos inclusive retornando ao judaísmo, do qual tinham se afastado nos últimos anos de domínio visigodo.

Os judeus desenvolveram comunidades em Córdoba, Toledo, Mérida, Sevilha, Saragoza, Granada e Lucena. Ocuparam importantes cargos nos palácios dos emires e dos califas, como tradutores, médicos e embaixadores.¹⁵¹ A partir do século XI, a pressão dos cristãos ao norte e as dificuldades de manutenção do território acabaram por contribuir para violências contra as comunidades judaicas de *Al Andalus*, violências que se intensificaram durante o domínio dos Almorávidas, levando muitos judeus a buscarem refúgio nos reinos cristãos ao norte ou nas comunidades do Mediterrâneo oriental.¹⁵²

A unificação do território português sob a espada de Afonso Henriques (1139-1185) inaugura um novo capítulo da história judaica na Península. Nas palavras de João Lucio Azevedo, “Quando Afonso Henriques tomou aos mouros Santarém, já lá existia sinagoga, que foi, parece, a mais antiga do país, sinal evidente de ser numerosa no local a população judaica”. Várias das liberdades dos judeus foram mantidas pelos primeiros monarcas. D. Afonso II (1211-1223) foi o responsável pelas primeiras limitações impostas aos judeus em relação a suas atividades econômicas e religiosas, eles não poderiam mais ocupar cargos públicos nem ter em casa serviçais cristãos. Essa proibição de ocuparem cargos públicos foi logo revogada por D. Sancho II (1223-1247), apesar do estabelecido no Concílio de Ladrão (1215). As regulamentações da vida judaica não devem ser analisadas apenas pelo aspecto negativo, se elas excluíaam os judeus em alguns aspectos, também os protegia em outros:

Em nenhum país da Europa as condições internas dos judeus foram ordenadas tão cedo pelo Estado como em Portugal. D. Afonso III regulamentou o sistema do rabinato - de que trataremos agora - mediante uma constituição perfeitamente adaptada ao sistema vigente, e já no ano de 1278, num documento oficial, vem citado o 'Arrabi Moor dos Judeus'.¹⁵³

A situação começa a mudar com Afonso IV (1325-1357), quando se impõe aos judeus o uso dos distintivos nas roupas, são estabelecidas leis contra usura e lhes é imposto o pagamento de tributos. Nas cortes de Elvas, em 1361, D. Pedro I (1357-1367) estipula a existência de bairros judaicos em todos os locais onde estes ultrapassassem o número de dez

¹⁵¹ RUCQUOI, Adeline, **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995, p.103.

¹⁵² Idem, p. 105.

¹⁵³ Kayserling, Meyer. **História dos Judeus em Portugal**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, p. 10.

membros¹⁵⁴. As Ordenações Afonsinas, de 1447, foram as primeiras leis a legislarem sobre a segregação entre judeus e católicos, regulamentando diversos aspectos da vida daqueles dentro das Aljamas. Essas ordenações continham proibição de relações, ou mesmo conversas, entre cristãos e judeus. Ao mesmo tempo, tinham também leis de proteção, permitindo, inclusive, que os judeus continuassem organizados internamente segundo um Direito próprio.

Foram muitas as formas de burlar as restrições impostas pelas Ordenações. Havia judeus que, mesmo proibidos de se relacionarem com cristãos, o faziam. Os judeus eram proibidos de frequentar tabernas de cristão, mas podiam fazê-lo desde que não existisse taberna de judeus no local. Comerciantes podiam se alojar fora das Aljamas se chegassem de viagem após anoitecer. E médicos podiam sair à hora que fosse para atender seus pacientes, fossem cristãos ou judeus. Todas as limitações à convivência entre judeus e cristãos não foram suficientes para burlar tais relações, apensar da dureza das penas impostas. O não cumprimento dessas leis impulsionaria D João I (1385-1433) não só a confirmá-las, mas também a elaborar outras complementares.¹⁵⁵

Como em nenhuma outra parte da Europa cristã, os judeus gozaram em Portugal de uma legislação que, se os preteria face aos cristãos em certos aspectos, lhes garantia a sobrevivência enquanto grupo sem o mesmo grau de perseguições vividos em outras áreas, o que lhes possibilitava uma participação cada vez maior e mais ativa nas estruturas social e econômica do reino. O aumento das perseguições na Europa e as pressões dela decorrentes, assim como os acontecimentos em Espanha durante o processo de Reconquista, mormente na segunda metade do século XV, mudariam este quadro e trariam um triste fim ao período em que os judeus conviviam abertamente com os cristãos no reino fundado séculos antes por Afonso Henriques.¹⁵⁶

Os judeus foram, apesar das restrições, extremamente importantes para o desenvolvimento cultural e financeiro de Portugal, questão levada em consideração pelos monarcas, que podiam suspender as restrições a eles impostas de forma individual ou coletiva. As contribuições da comunidade judaica para o desenvolvimento cultural português foram muitas, os destaques se deram nas ciências astronômicas e na linguística, além de, claro, no trato comercial. A riqueza cultural da comunidade judaica passava pela tradução de obras do árabe para o hebraico e outras línguas.

¹⁵⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judios en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 110.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ ASSIS, Angelo Adriano Faria de. **Macabeias da Colônia**: Criptojudaísmo feminino na Bahia – séculos XVI e XVII. 2004. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 37.

A mobilidade dos judeus, forçada ou não, teve grande influência na produção de seus conhecimentos, mapas, rotas, cidades, tudo ficou registrado em pergaminhos. As profissões que desenvolveram foram fundamentais neste aspecto: o comércio os impelia a constantes deslocamentos, nos quais elaboravam documentação religiosa ou administrativa. A importância dos judeus no desenvolvimento dos conhecimentos necessários à expansão marítima portuguesa é lugar-comum na produção historiográfica sobre o tema. Nas palavras de Cortesão:

Sabe-se hoje pelos estudos de Steinchneider, que à literatura árabe e judaica, se devem, desde o século XII, os conhecimentos de astronomia náutica que haviam de servir de base às nossas primeiras navegações; assim como aos catalães os primeiros esforços donde havia de sair a nossa ciência cartográfica.¹⁵⁷

O mais conhecido entre todos os astrônomos judeus foi Abraão Zacuto (1452-1515), que estudou e foi professor na Universidade de Salamanca. Zacuto foi o elemento final de uma linha de astrônomos judeus que deram início ao seu trabalho séculos antes em colaboração com os árabes então residentes na Península. Sobre esses conhecimentos, segue explicando Kaserling:

Foram os trabalhos de Zacuto que possibilitaram a Vasco da Gama e muitos descobridores futuros a concretização de seus grandes planos. Usou e aperfeiçoou as tabelas astronômicas elaboradas pelo cantor toledano Isaac Ibn Sid, conhecidas como as Tabelas Afonsinas, e dele possuímos diversas tabelas do sol, da lua e das estrelas, cujo emprego resultava muito mais simples do que o de qualquer tabela anterior. Além do cálculo aperfeiçoado, pela primeira vez de quatro em quatro anos, melhorou o mesmo astrônomo o instrumento que era empregado naquela época pelos marinheiros portugueses para medir a altura das estrelas, mandando confeccionar de metal os astrolábios, que até então eram de madeira.¹⁵⁸

Ao contrário de vários surtos verificados na Espanha, em Portugal a violência popular contra os judeus não acarretou ondas persecutórias, datando apenas um massacre de 1449 em Lisboa, contra a maior de suas judiarias. A situação dos mesmos em Portugal foi de fato agravada pela entrada em massa de judeus vindos da Espanha. Muitos dos conversos espanhóis já buscavam resguardo em Portugal desde a instalação da Inquisição em Castela, mas depois da expulsão oficial da Espanha, em 1492, o fluxo migratório foi intensificado.

¹⁵⁷ CORTESÃO, Jaime. **A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil**. Lisboa: [s.n.], 1922, p. 178.

¹⁵⁸ KAYSERLING, Meyer. Op Cit, 1971, p.108.

Não se sabe ao certo o número de judeus que migraram, mas as estimativas giram em torno de 90 a 120 000 pessoas, ainda que D. João II só tenha autorizado a entrada de 600 famílias.¹⁵⁹

Os judeus estabelecidos em Castela gozaram também de várias prerrogativas após a retomada daquele território aos mouros. O recrudescimento da situação dos judeus naquele reino tem como marco uma disputa sucessória. Esta se deu entre Pedro, o Cruel, e seu irmão bastardo, Henrique de Trastâmara. Ambos utilizaram financistas judeus para angariar fundos e comprar aliados, mas o segundo usou isto contra Pedro, acusando-o de conluio com os judeus, chamando-o de rei “judaizado”. Ao findar a guerra, com a vitória de Henrique, os judeus foram responsabilizados por todos os males ocorridos em consequência do conflito. As Cortes de Castela, cuja influência aumentou após a guerra, se voltaram contra os judeus e, à medida que a influência destes diminuía, crescia a propagação de ideias deturpando suas ligações com o dinheiro, apresentando-os como seres famintos de ouro e poder, o que, segundo seus detratores, adoravam acima da lealdade ao rei.

Na Espanha as perseguições aos judeus foram mais intensas a partir dos massacres ocorridos em 1391, quando foi atacada, entre outras, a rica judiaria de Sevilha. Os ataques foram mais ou menos intensos devido a diferenças regionais entre os reinos que logo comporiam a Espanha. Assim foram maiores na Catalunha e menores em Aragão, onde as judiarias foram melhor defendidas pelas autoridades reais¹⁶⁰. A partir de então as conversões ao catolicismo se tornaram constantes, bem como a migração de famílias inteiras a Portugal, em busca de refúgio. Esses massacres foram fundamentais para o desenvolvimento do problema dos conversos, com a formação de uma comunidade marrana¹⁶¹ na Espanha. As estimativas falam de 250 000 judeus, dos quais 100 000 teriam se convertido ao longo dos anos que sucederam os massacres.¹⁶² O criptojudaísmo desses recém-conversos será um dos objetivos da instalação da Inquisição em 1478, a qual, pela extinção das práticas judaizantes, busca a unidade da fé na Espanha. É importante ressaltarmos que a Inquisição espanhola foi estabelecida quando ainda havia judeus no território espanhol, situação bastante singular, levando-a a preocupar-se com a influência direta que estes poderiam ter sobre os recém-conversos ao catolicismo. Essa situação perdura por quatorze anos até a expulsão oficial dos judeus do território espanhol.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ ORTIZ, Antonio Dominguez. **Los judeoconversos em la España moderna**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1991, p.13.

¹⁶¹ Referente aos judeus convertidos ao catolicismo. A palavra marrano vem de porco, uma forma pejorativa de se referirem aos cristãos que tinham ascendência judaica. Contudo o “Marranismo” foi apropriado pelos estudiosos da temática da dispersão judaica sefardí e tomado como movimento e forma de pensar dos cristãos-novos. WACHTEL, Nathan. Op. Cit., 2002.

¹⁶² ORTIZ, Antonio Dominguez. Op Cit., 1991.

Os judeus que resolviam se converter, contudo, não compunham um grupo homogêneo, alguns se convertiam para fugir da ira popular, e mantinham-se no íntimo ligados ao judaísmo, muitos o faziam por interesses econômicos e sociais, e ainda outros se converteram sinceramente ao cristianismo. É necessário, portanto, pensarmos também as conversões sinceras ao cristianismo. Alguns cristãos-novos tornaram-se os principais agentes da Igreja na luta pela conversão dos judeus. Entre eles Josué de Lorca, que, ao converter-se, tomou o nome de Jerônimo de Santa Fé, e Salomão Halevy, que se tornou o Bispo Pablo de Santa Maria.¹⁶³ Tais conversos foram utilizados como exemplo para os judeus. A salvação ainda estava ao alcance destes, bastava que se convertessem sinceramente. As “disputat”¹⁶⁴ entre estes conversos - antigos estudiosos da cultura judaica - e os rabinos eram árduas, posto serem tais convertidos conhecedores profundos da doutrina que agora renegavam em prol dos dogmas cristãos.

O maior pregador a favor das conversões nesse período foi o dominicano São Vicente Ferrer. As suas pregações ficaram muito famosas e arrastavam multidões por onde passava. Apesar de defender as conversões voluntárias, nas quais os judeus deveriam aceitar sinceramente a palavra de Cristo, ele foi considerado o maior agitador da fúria popular do final do século XIV, sendo comuns os ataques às Judiarias logo após as pregações. Ferrer não teve, contudo, autorização para pregar em Portugal, demonstrando assim a proteção de que gozavam os judeus por parte do rei D. João I.

O concílio da Basileia, de 1434, impôs uma rígida segregação entre católicos e judeus, unindo diversas interdições anteriores que não haviam sido colocadas em prática até então. Os judeus ficaram obrigados a ouvir as pregações católicas, foram proibidos de manterem relações regulares com cristãos, de serem seus médicos, de terem cristãos como serviçais e também de residirem no mesmo local que estes, ficando confinados nas Aljamas (judiarias), entre outras restrições.

Na Espanha, judeus, conversos e cristãos-velhos conviveram durante mais de um século antes que se desse a expulsão dos primeiros da Espanha. Era grande a preocupação da Igreja com os malefícios que ela acreditava poderem decorrer dessa convivência. Os judeus eram sempre acusados de tentarem levar os conversos a judaizar e muitas vezes também

¹⁶³ O Próprio inquisidor geral Torquemada era descendente de judeus. POLIAKOV, Leon. **De Maomé aos Marranos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

¹⁶⁴ N do A. As “disputat” eram debates entre religiosos cristãos e judeus, que ocorreram durante os séculos XIII e XIV. Esses debates versavam sobre algum tema escolhido previamente e tanto as autoridades religiosas cristãs como judaicas poderia se expressar na defesa de seu ponto de vista. Entre as disputat mais conhecidas, citamos a ocorrida em 1263 entre o Rabi Moisés Nachmânides, principal líder da comunidade judaica de Aragão, e o dominicano Frei Pablo Christiane.

foram acusados de influenciar cristãos-velhos, ao ponto de os tornarem judaizantes. Mesmo desconsiderando os exageros da Igreja, eram grandes os indícios de que esta situação permitia aos conversos a manutenção de contato com os judeus, fossem familiares ou amigos, e através deles, com a Lei de Moisés, seus ensinamentos e livros.

Apesar do desprestígio da comunidade judaica, alguns elementos conseguiram manter seus cargos, principalmente na arrecadação de impostos indiretos e direitos alfandegários, ocupações consideradas indignas aos cristãos. Porém outras profissões foram tomadas pelos conversos, gerando nos cristãos de “sangue puro” uma preocupação com o prestígio que aqueles vinham adquirindo. Temiam que essas conversões ao cristianismo se multiplicassem pelas oportunidades que podiam acarretar, abrindo caminhos aos cristãos-novos fechados aos judeus então perseguidos.

O Tribunal do Santo Ofício tem papel fundamental na história dos cristão-novos, pois será utilizado para cerceá-los durante os três séculos posteriores à Reconquista. A primeira Inquisição a ser instalada na Península foi a de Aragão, devido a suas relações com o sul da França e o medo da heresia cátara, contudo foi muito pouca sua atividade, estando quase sem funcionar no período dos Reis Católicos¹⁶⁵. Instalada em Castela, em 1478, antecedendo assim a expulsão dos judeus em 1492, a Inquisição tinha como preocupação evitar que os recém-conversos retornassem ao judaísmo, cobrando destes o bom comportamento cristão. Importante frisar que durante os anos de convivência da Inquisição com os judeus em solo castelhano, esta não pode atingi-los diretamente, pois, se tratando de um tribunal religioso católico, só poderia agir sobre aqueles que em algum momento de sua vida foram batizados, recaindo sua atenção sobre os recém-conversos.

É importante apontarmos o caráter peculiar da Inquisição Ibérica, devido à autonomia que conseguiram os Reis Católicos quando da instalação da mesma em Castela. Eles teriam não só o poder de indicar o Inquisidor-Mor, bem como todo o aparato inquisitorial do reino esteve submetido aos mesmos. Essa independência da Sé Romana será motivo de vários atritos, pois muitas vezes os cristãos-novos recorreram à piedade Papal para amenizar a ação do Santo Ofício peninsular, ou buscaram nos estados papais resguardo quando perseguidos na Península.

A perseguição dos cristãos-novos, alvo maior da atividade inquisitorial ibérica e motivo explícito da fundação dos tribunais da fé na Espanha e em Portugal, suscitou uma forte oposição, que extravasou em certas conjunturas os meios envolvidos e encontrou a simpatia de alguns setores da população de cristãos-velhos. Essa

¹⁶⁵ ORTIZ, Antonio Dominguez. Op Cit., 1991, p. 23.

oposição estruturou-se desde muito cedo como um movimento de pressão junto ao papa, com idéias e objetivos precisos, que podemos encontrar mais tarde no arsenal crítico dos opositores da Inquisição. É interessante seguir a evolução das imagens produzidas por essa minoria, tanto mais que sua posição no campo intelectual emergente lhe permitia formular de uma forma mais aguda críticas que afrontavam a lógica e os mecanismos do procedimento inquisitorial.¹⁶⁶

A ação inquisitorial exercida pelos diversos tribunais que vão se constituindo na Espanha em fins do século XV e começo do XVI tem algumas especificidades que facilitavam a imputação de grupos inteiros de convivência. Primeiro o sigilo do processo, o acusado não sabia quem lhe tinha denunciado, e dessa forma não sabia como, nem do que, defender-se. Os bens do acusado eram confiscados e toda sua família era afetada pelo peso da imputação judaizante, pois o mais comum era que o preso denunciasse seus pares, amigos e familiares na tentativa de saber quem o acusou. A Inquisição, contudo, não matava seus processados, cada sessão de tortura era rigorosamente acompanhada por um médico que assinava um laudo, mostrando que o réu estava em condições de receber as torturas, que tinham como característica básica o não derramamento de sangue. Caso ficassem “provadas” as culpas do réu, o mesmo julgado à pena máxima era então relaxado ao braço secular, para que a justiça civil fizesse a execução da pena.

Os fatores gerais que concorreram para a desagregação da convivência judaica com os demais ocupantes tanto de Portugal quanto da Espanha foram muitos e, aqui, discorreremos sobre dois pontos que nos parecem fundamentais para o entendimento da questão. O primeiro seria a rejeição da figura do judeu, utilizada como “bode expiatório” para os males que afligiam a Europa a partir do século XIV: o judeu foi responsabilizado pela Peste Negra (1348) e pelas más colheitas que atingiam a Europa. Estas dificuldades teriam sido castigos aplicados por Deus aos europeus por abrigarem em seu seio os *deicidas*.¹⁶⁷ Alguns autores, como José António Saraiva,¹⁶⁸ defendem que a perseguição aos judeus só poderia ser explicada por uma forte motivação econômica: os judeus representavam a burguesia em ascensão, então era o desenvolvimento de uma nova classe que estava sendo minado.

A burguesia representada pelo judeu é que estava sendo perseguida, não o judaísmo e seus seguidores. Delumeau critica tal ponto de vista exclusivamente econômico, analisando

¹⁶⁶ BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV - XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 338-339.

¹⁶⁷ N do A. Literalmente assassinos de Deus. Aos judeus foi imputada, na Idade Média, a culpa pela morte de Jesus Cristo, o que contribuía para as perseguições sofridas nesse período. Ao se intensificarem os surtos de pestes, os judeus foram também apontados como culpados, pois a peste seria o castigo divino as nações por manterem em seu seio os assassinos de Cristo.

¹⁶⁸ SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. 5. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

para tanto a mentalidade europeia da época. Várias acusações pairavam sobre os judeus, não só na Península, mas em toda Europa. As mais difundidas eram o assassinato ritual e a profanação da hóstia. A primeira acusação, também chamada de *Libelo de Sangue*,¹⁶⁹ por meio do qual os judeus de um determinado local eram acusados de sequestrarem e crucificarem um cristão, numa analogia à morte de Cristo, e usarem seu sangue para fins rituais ou para a fabricação de pão ázimo; sobre a profanação da hóstia, as acusações pregavam que os judeus as roubavam para perfurá-las com alfinetes, triturá-las ou mergulhá-las em água quente.

A expansão do cristianismo, propagada pelo movimento das cruzadas, criou na coletividade uma aversão ao herege, desenvolvendo, ainda que de forma incipiente, um antijudaísmo que logo tomou conta da Península Ibérica. Os interesses econômicos motivadores dessas empreitadas não são aqui minimizados, mas, em concordância com Delumeau, discordamos que todos os homens envolvidos nos conflitos fossem motivados apenas por tais interesses. Acreditamos, sim, numa íntima relação entre esses dois aspectos, seguindo a proposta de Leon Poliakov, que propõe uma série de fatores que concorreram para a rejeição, entre as quais o medo e os fatores econômicos.¹⁷⁰

Segundo Delumeau, as perseguições aos judeus ocorriam em momentos de crise, seguindo uma geografia delineada pelas dificuldades, sendo mais violentas nos locais onde estas eram maiores. Assim os judeus foram mais uma vez culpados pelos surtos de peste em Portugal, posto que os mesmos coincidiram com a entrada de famílias inteiras vindas da Espanha.

Os surtos de peste que assolavam Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora desde 1477 intensificaram-se no final do século e foram atribuídos à entrada dos conversos castelhanos ou aos castigos pelos pecados. O fato é que a epidemia chegou ao Porto, a Faro e a Sintra, repetindo-se em Santarém e Évora, e assolou Lisboa de 1481 a 1495.¹⁷¹

O segundo ponto que nos parece importante abordar são os interesses unificadores da monarquia espanhola e, logo, da portuguesa, que passaram a ver o judeu como um impedimento à unificação sob a bandeira do catolicismo, impondo-os a conversão como única possibilidade de continuarem na Península. Essa associação entre religião e Estado,

¹⁶⁹ “Acusação de que os judeus praticavam o assassinato ritual de cristãos para obter sangue que usavam na feitura do Matsá (pão ázimo). Essas acusações foram muito difundidas desde a Idade Média até o século XX”. UNTERMAN, Alan. Op.cit., 1992, p. 229.

¹⁷⁰ POLIAKOV, Leon. Op. Cit., 1996.

¹⁷¹ VAINFAS, Ronaldo & HERMANN, Jacqueline. “Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: Sefardismo, Heresia, Messianismo”. In: GORESTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Ensaio sobre A Intolerância. Inquisição, Marranismo e Antisemitismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Humanitas, 2005, p. 32.

fortemente utilizada na Reconquista da Península dos árabes, acaba excluindo os judeus, antigos aliados no processo de construção desse mesmo território.

Os autores clássicos têm pareceres distintos sobre os motivos da expulsão dos judeus de Portugal e da conversão forçada ao catolicismo. Ferro Tavares¹⁷² enfatiza a necessidade política da união entre o rei de Portugal e a princesa de Espanha, e a expulsão dos judeus era condição indispensável a essa efetivação. Antônio José Saraiva,¹⁷³ analisando a construção do elemento cristão-novo a partir do ponto de vista econômico, propõe que era o judeu, enquanto elemento da classe burguesa, o grande perigo a ser extirpado, decorrente do medo dos nobres do aumento do poderio econômico e social desses burgueses.

Posição divergente sustenta João Lúcio Azevedo,¹⁷⁴ para quem a expulsão dos judeus de Portugal e as conversões forçadas foram uma forma de tentar integrar os elementos da comunidade judaica à sociedade portuguesa. Já Elias Lipiner¹⁷⁵ defende que a expulsão dos judeus não foi mais que um ato de crueldade por parte do rei D. Manuel. Entre as posições propostas, as que melhor se adequam à nossa perspectiva são a de João Lúcio Azevedo e Ferro Tavares, pois acreditamos que o rei português não poderia se privar do apoio financeiro e dos conhecimentos dos judeus, então a conversão seria uma forma de mantê-los no reino Português, sem perder as ligações com a Espanha, defendidas por Ferro Tavares.

Expulsos os judeus em 1496, sob o prazo de oito meses para deixarem a Península, muitas foram as dificuldades para suas saídas, os portos foram fechados e muitos foram batizados à força, pela impossibilidade de deixarem o reino. Já em 1499, o rei proíbe a saída de cristãos-novos do reino, fosse por terra ou por mar, sob pena de confisco, proibindo também a venda de bens. Apenas uma autorização régia poderia revogar tais proibições em casos individuais, julgados pelo monarca. Essa lei será revogada em 1507¹⁷⁶, sob os impactos de um massacre ocorrido em Lisboa um ano antes. Então os cristãos-novos foram autorizados a sair, desde que para terras cristãs, indicação que efetivamente não foi obedecida, haja visto o aumento do número de cristãos-novos em terras de hereges.¹⁷⁷

Depois de expulsos os judeus, os cristãos-novos que permaneceram em Portugal gozaram de certa tranquilidade. Os que aceitaram o batismo tiveram, durante 40 anos, a possibilidade de manter suas práticas sem serem incomodados pela Inquisição. Contudo, só o

¹⁷² TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Op. cit., 1992.

¹⁷³ SARAIVA, Antônio José. Op. cit., 1985.

¹⁷⁴ AZEVEDO, João Lúcio. Op. Cit., 1989.

¹⁷⁵ LIPINER, Elias. **Os Judaizantes nas capitânias de Cima**. Estudos sobre os cristãos-novos no Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

¹⁷⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Op. cit., 1992, p.176.

¹⁷⁷ Nos Países Baixos, em Constantinopla e em outros locais onde a vigilância era mais branda.

medo da instalação do Tribunal, haja vista a repercussão na Espanha, dava às autoridades um poder de barganha com os cristãos-novos, levando-os, por esse caminho, a investirem alto nos projetos do rei, com o objetivo de continuarem sendo poupados da perseguição inquisitorial. Depois da prorrogação da isenção de inquérito sobre crimes de fé até o ano de 1533, a Inquisição começou a funcionar, finalmente, em 1536, sob o reinado de D. João III, sendo o confessor do rei, D. Diogo Silva, nomeado o primeiro Inquisidor do reino.

D. João III, rei já moderno de um Estado nacional, fundiu os horizontes e interesses do trono com os de sua fé cristã. Buscava, como sustentáculo de sua força política, estabelecer a unidade intrafronteiras. Essa unidade implicava, sobretudo, a harmonia entre a doutrina cristã e a filosofia de vida. Implicava ainda a supressão de ideias que pudessem abalar o catolicismo do povo português, na eliminação de práticas que suscitassem dúvidas sobre a verdadeira religião, no esvaziamento de qualquer exemplo ou de qualquer proselitismo que toldasse a convicção dominante.¹⁷⁸

Instituída a Inquisição e expulsos os judeus, as conversões, forçadas ou estimuladas por possibilidades de ascensão social, tornaram o elemento cristão-novo parte constituinte e significativa da população portuguesa de começos do século XV. Contudo a ação inquisitorial a partir de 1536 bem como a prosperidade dos judeus ou cristãos-novos já imigrados gerou uma nova leva de deslocamentos, conduzindo cristãos-novos portugueses às mais diversas partes do mundo, entre elas a colônia portuguesa na América.

Os judeus expulsos da Península Ibérica não foram os primeiros a se dispersarem, desde a alta Idade Média muitos estavam já estabelecidos em diferentes entrepostos comerciais, participando ativamente do comércio que aos poucos se desenvolvia. Os judeus já haviam sido expulsos de vários países da Europa, como da Inglaterra, em 1290, e da França, em 1306. Um processo iniciado por volta do século XIII, a partir do qual milhares de judeus se deslocaram, muitos retomando o contado com outros judeus sob o domínio islâmico ou com os Askenazim, oriundos no leste europeu. O deslocamento para o leste de judeus oriundos de terras islâmicas em direção à Polônia ocorreu em 965. Logo, outros grupos judaicos, após as primeiras cruzadas, já em 1097, se estabelecem na Silésia.

Fernad Braudel nos fala da origem das redes de mercadores judeus, que desde a antiguidade romana estariam por toda parte. Essas relações comerciais teriam sido intensificadas pelos contados abertos pela conquista mulçumana no século IX, através da qual

¹⁷⁸ SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. “A Disciplina da Vida Colonial: os Regimentos da Inquisição”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, ano 157, nº 392, p. 495-1020, jul./set. 1996, p. 501.

teriam chegado a Cantão, passando pelo Mar Vermelho ou pelo Golfo Pérsico. Muitos mantiveram ligações também na Etiópia, na Índia Peninsular e no Egito, onde, do século X ao XII, ricas famílias judias estavam envolvidas no comércio de longa distância, em bancos e na cobrança de impostos.¹⁷⁹

Estimulados pela expulsão da Península Ibérica, levas regulares de cristãos-novos migraram de Portugal e se estabeleceram em outros pontos do planeta. Os descobrimentos de novas terras, a efervescência europeia com a abertura de novas rotas de comércio e o recrudescimento das condições de vida da população cristã-nova impulsionaram a migração de grupos inteiros. Apesar da proibição imposta à saída do reino existente nas Ordenações Manuelinas¹⁸⁰, esses cristãos-novos migraram em massa na tentativa de fugir ao cerco a que se buscava submetê-los. Negociavam com os monarcas perdões e licenças para se ausentarem, e, quando não conseguiam, o faziam de forma clandestina. As fugas eram facilitadas também por uma parcela de funcionários corrompidos, envolvidos no lucrativo negócio movimentado pelas saídas. As pessoas que se dedicavam a elaborar as rotas de fuga e guiar os migrantes ficaram conhecidas como *passadores*.¹⁸¹

Em provisão de 2 de junho 1573, foi-lhes permitida a saída, sem licença, desde que por motivos de negócios que envolvessem a venda de mercadorias. Essa permissão foi revogada em 18 de janeiro de 1580, e a proibição total durou sete anos, até que a lei de 26 de janeiro de 1587 a substituiu, restituindo o dito em 1547 e permitindo que voltassem a sair providos de licença ou fiança.¹⁸² As proibições eram revogadas quando do interesse da Coroa, como nos explica Boxer:

Vez por outra se suspendiam essas proibições em troca de subornos colossais, ou de subsídios concedidos à Coroa, sobretudo pela comunidade mercantil de cristãos-novos de Lisboa, como aconteceu com o dinheiro dado a Dom Sebastião, destinado à expedição ao Marrocos.¹⁸³

¹⁷⁹ BRAUDEL, Fernando. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 200, p. 133

¹⁸⁰ Ordenações Manuelinas, Liv. V, tít. LXXVII. ed. lit. Fundação Calouste Gulbenkian. Apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Ed. fac. sim. Lisboa, 1984.

¹⁸¹ SILVA, Marco Antônio Nunes da. As Rotas de Fuga: Para onde vão os filhos da Nação? In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno & LAGE, Lana (Orgs.) **A Inquisição em Xequê. Temas, Controvérsias. Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006, pp. 161-178.

¹⁸² Lei de 18 de janeiro de 1580; Provisão de 2 de junho de 1573; Alvará de 21 de maio de 1577; Alvará de 11 de fevereiro de 1569; Provisão de 15 de março de 1568; Lei de 26 de janeiro de 1587, todos sobre cristãos-novos. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op. cit., 1954.

¹⁸³ BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 82.

Antes mesmo da instalação da Inquisição em Portugal, um bom número dos que queriam manter-se na sua religião de origem rumaram para a Turquia, Síria, Constantinopla e outras cidades do Império Turco. As cidades italianas, em fins do século XV e durante o século XVI, também abrigaram alguns grupos de cristãos-novos¹⁸⁴. Veneza foi mesmo a referência para a estruturação das comunidades judaicas de Hamburgo e Amsterdã.¹⁸⁵

Outros criptojudes dirigiram-se para Veneza, onde, mais que em outros lugares, sentiam-se protegidos das perseguições da Inquisição e onde participaram ativamente nos estudos científicos. Um dos primeiros imigrantes judeus portugueses na cidade dos Doges foi o sábio Emanuel Aboab, bisneto do célebre Isaac Aboab, cujos descendentes do século XVII e XVIII ocuparão destacadas posições na Itália, Holanda, Inglaterra, Alemanha, Ásia e África.¹⁸⁶

Os destinos foram muitos, mas alguns locais se destacam pela concentração de cristãos-novos ou Judeus em seu território. Antuérpia, antes do conflito pela Independência da Espanha, iniciado em 1585, era um dos locais favoritos de refúgio dos cristãos-novos portugueses. O judaísmo não era permitido, mas tampouco havia perseguição aos de origem judaica. Iniciada a guerra com a Espanha e tendo ficado Antuérpia sob o domínio espanhol, grandes levas de cristãos-novos migraram para Amsterdã, formando ali uma comunidade judaica reconhecida.

Os refugiados portugueses visavam de preferência os países baixos - que nesta época lutavam pela sua liberdade e independência - pois os ricos centros comerciais, Roterdão, Antuérpia e Amesterdão, proporcionavam aos que em Portugal eram destinados à fogueira não somente um refúgio contra intolerância, mas também um largo campo para suas atividades industriais.¹⁸⁷

Essa cidade se tornou em pouco tempo o local de abrigo preferido dos cristãos-novos, principalmente daqueles que queriam retornar ao judaísmo. O contato de alguns cristãos-novos estabelecidos no Brasil com o Norte da Europa será fundamental para que entendamos as recorrentes observações de que os saídos do Brasil, lá se estabelecendo, voltavam ao judaísmo,¹⁸⁸ ou dos homens que de lá chegavam, sobre quem corria suspeita de que fossem

¹⁸⁴ BODIAN, Mirian. Amsterdam, Venice and the Marrano Diaspora in the Seventeenth Century. In: **Dutch Jewish History**. Hebrew University of Jerusalem, 1989.

¹⁸⁵ KAPLAN, Yosef. Op. Cit., 1996.

¹⁸⁶ : Kayserling, Meyer Op cit, 1971, p.229.

¹⁸⁷ Idem, p. 233.

¹⁸⁸ N do A. Estas conexões podem ser visualizadas na confissão de Manuel Homem, em 1618. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 — Inquisidor e Visitador, o Licenciado Marcos Teixeira. In: **Anais da**

circuncidados. É bom lembrar que foi um cristão-novo senhor de engenho em Pernambuco, James Lopes da Costa,¹⁸⁹ o responsável pela fundação da primeira sinagoga portuguesa de Amsterdã, a Bei Yahacob, na última década do século XVI. E foi também de Amsterdã que veio o primeiro rabino das Américas, Isac Aboab da Fonseca, já sob o domínio holandês. Algumas cidades da França, principalmente Bayona, também foram locais de refúgio de um bom número de conversos, que faziam negócios com Amsterdã a partir do Sudoeste francês.¹⁹⁰

A África, especificamente Angola, foi local de estabelecimento ou passagem de vários cristãos-novos envolvidos no tráfico de escravos, intensamente denunciados por práticas judaizantes nas primeiras visitas feitas à América portuguesa, era inclusive parte dos planos do visitador Heitor Furtado de Mendonça se dirigir a Angola, findadas as inquirições em Pernambuco. Lá estava Manuel Homem de Carvalho, quando foi denunciado à Inquisição em 1620¹⁹¹.

As ilhas atlânticas também tiveram um papel fundamental no processo de construção de redes internacionais de comércio. Elas foram os locais de produção que conferiram experiência no cultivo da cana; nelas, muitos cristãos-novos aprenderam a lidar com o açúcar e teceram as conexões necessárias à comercialização deste. Alguns dos personagens por nós estudados encontrados na Capitania de Pernambuco vieram da ilha da Madeira, de São Tomé ou Açores. E mesmo depois de Pernambuco tomar primeiro lugar na produção açucareira, as Ilhas ainda cumpriam importante papel, fosse de entreposto para reabastecimento ou de fornecedoras de vinhos e outros produtos necessários ao comércio colonial. Sobre a presença em São Tomé, nos fala Nieuhof: “Os primeiros habitantes da ilha foram judeus banidos de Portugal, gente de aparência muito esquisita”.¹⁹² Essas ilhas tornaram-se posteriormente importantes entrepostos entre o Brasil, o reino e a África. E entre o primeiro e os portos do Norte da Europa, sendo frequentadas por navios de diversas origens.

Os sefarditas se espalharam por todo o Mediterrâneo, do Oriente ao Ocidente, participando ativamente do comércio de especiarias. A presença de cristãos-novos na Índia, envolvidos nesse lucrativo comércio, incitou o estabelecimento de um tribunal inquisitorial

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1927, volume XLIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. A partir desta nota, ao fazermos referência a esta obra informaremos apenas Segunda Visitação.

¹⁸⁹ ALMEIDA, A. A. Marques. **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses.** Mercadores e gente de trato. Lisboa: Capo da comunicação, 2009, p. 203.

¹⁹⁰ ISRAEL, Jonathan. El comercio de los judios sefardies de Amsterdam com los conversos de madrid a traves del suroeste francés. In: CONTRERAS, Jaime (org.) Op cit., 2002. Pp. 373-390.

¹⁹¹ Inquisição de Lisboa, processo Manuel Homem de Carvalho, nº 3157.

¹⁹² NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil.** Tradução Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 18.

em Goa, que buscava, sobretudo, coagir as práticas judaizantes.¹⁹³ No século XVI, não havia porto onde os judeus oriundos da Península Ibérica não estivessem estabelecidos, abrindo caminho para os conversos.

A relação dos judeus com o comércio e o lucro é naturalizada por uma série de autores que os veem com uma propensão inata a certas atividades. João Lucio Azevedo, um dos mais importantes e completos autores sobre o entendimento da presença judaica em Portugal, não foge, contudo, a esse processo de associação inata entre os judeus e o lucro. O mesmo caracterizava as migrações judaicas na antiguidade como movidas “pelo instinto nômade e o amor ao lucro”. E segue falando do comércio durante a Idade Média que exerciam “com a ganância excessiva”. Findando com considerações sobre a usura “que foi sempre predileta do povo hebraico”.¹⁹⁴

Por mais que as restrições impostas aos judeus, proibidos de possuírem terras e de se dedicarem ao trabalho agrícola, tenham sido expostas por uma série de estudos, cabe sempre a elaboração de críticas que visem contribuir para a desconstrução dessas premissas falsas. Os judeus foram historicamente direcionados ao trato comercial, a análise dessas circunstâncias é o que nos permite a compreensão desse fenômeno historicamente construído. Durante o domínio visigodo na Península, os judeus se dedicavam intensamente à agricultura, o que também fizeram em Portugal nos séculos seguintes. Segundo Anita Novinsky, só no século XII ocorre a mutação socioeconômica que direciona boa parte dos judeus a lide comercial.¹⁹⁵ Esses impulsos vieram das proibições de que os mesmos possuíssem bens de raiz e também do medo da perseguição, que os fazia optar por bens móveis, mais fáceis de levarem em caso de fuga. Sobre as atividades desenvolvidas em Portugal, nos fala Ferro Tavares:

Deshacinedo la idea de una mirifica riqueza por parte de aquel Pueblo, podemos afirmar que la gran mayoría se integraba em el grupo social-profesional de los menestrales y de los pequenos mercaderes. Solo uma monoria, localizada em Lisboa, se dedicaba a um comercio internacional considerable y a la banca, com intereses em los principales ramos del trafico de ultramar y de Europa.¹⁹⁶

Cabe-nos por fim esclarecer que os mercadores e senhores de engenho cristãos-novos a quem nos dedicamos nesta pesquisa compõem uma minoria de origem judaica oriunda da

¹⁹³ BOYAJIAN, James Charles. **Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs. 1580-1640**, Baltimore/Londres, The John Hopkins University Press, cop. 1993.

¹⁹⁴ AZEVEDO, João Lucio. Op cit, 1989, p.2.

¹⁹⁵ NOVINSKY, Anita Waingort. Op Cit., 1992, p. 26.

¹⁹⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Op. cit., 1992, p. 88.

Península Ibérica, uma minoria com importante capital para investimentos de grande vulto, mas ainda assim uma minoria. Sendo justamente pela exposição decorrente desses investimentos que sabemos mais sobre essa minoria do que sobre a grande maioria que passou despercebida ao faro inquisitorial, fonte primordial para a identificação dos mesmos.

2.2 Cristãos-novos: restrições e estratégias

Buscar compreender os cristãos-novos é abordá-los enquanto indivíduos que passaram por conversões, forçadas ou não, na Espanha ou em Portugal, ou então, como alguém que tem ascendência judaica até a oitava geração. Esses cristãos-novos podem ou não aderir verdadeiramente ao catolicismo, mas são oficialmente católicos, e como tais, passíveis ao julgamento inquisitorial. O judaizante é apenas uma possibilidade de cristão-novo, seria aquele que não aceitou sinceramente a conversão e que apenas externamente se porta como cristão. Assim o define Elias Lipner:

Em oposição ao cristão-velho, nativo, genuíno, autêntico, “o que novamente fora convertido”, segundo a definição do rei D. João III em carta de 1525 ao Papa Clemente VII. Na linguagem da época, “novamente” significava: pela primeira vez, e referia-se ao batismo forçado de todos os judeus de Portugal em 1497. Os “que de judeus se tornaram cristãos e os que deles descendem por linha de pai e mãe”, segundo o Monitório de 1536. O sentido da expressão cristão-novo e o conceito que se tinha deste, variava no tempo. Aplicado a princípio aos que recentemente se converteram ao cristianismo, estendeu-se mais tarde também aos seus descendentes. Em Portugal o termo passou a ter emprego frequente após a conversão forçada de todos os judeus em 1497.¹⁹⁷

As possibilidades religiosas desses cristãos-novos, que se mantiveram oficialmente ligados ao catolicismo, iam desde a prática secreta do judaísmo até a adoção de um catolicismo sincero, passando ainda pelo cristão-novo laico, apontado e descrito por Novisky.¹⁹⁸

Acompanhando a divisão da sociedade em ordens jurídicas e categorias funcionais havia outros princípios de organização. A distinção entre cristãos-velhos, cujas famílias já eram católicas antes da conversão forçada de todos os judeus portugueses em 1497, e cristãos-novos, judeus convertidos e seus descendentes, foi mantida até meados do século XVIII. Os

¹⁹⁷ LIPINER, Elias. **Terror e Linguagem**. Um Dicionário da Santa Inquisição. Lisboa, Editora Contexto, 1998, p.80.

¹⁹⁸ NOVINSKY, Anita Waingort. Op Cit, 1992.

descendentes de cristãos-novos encontravam muitas desvantagens, fosse qual fosse a ortodoxia de sua crença.¹⁹⁹

A religiosidade dos judaizantes, aqueles cristãos-novos que pretendiam manterem-se fiéis à religião de seus ancestrais, era muito mais uma ressignificação das práticas costumeiras relativas ao interior das casas, visto a impossibilidade do culto público e da circuncisão. Daí a mulher se tornar a grande mantenedora e iniciadora dos filhos na religião, cabendo a ela o ensinamento e a perpetuação das práticas religiosas no interior das casas.²⁰⁰ Não há um modelo único de criptojudaizante, as práticas vão depender da época, do lugar e do que aquela família especificamente conseguiu resguardar.

Os judaizantes também enfatizaram a importância de alguns ritos, como o jejum de Esther,²⁰¹ de pouca relevância para a ortodoxia judaica, porém adotado como fundamental para os judaizantes. Das festas judaicas eles mantiveram o *Iom Kupur*,²⁰² a mais importante delas, e as demais variavam de comunidade para comunidade. Alguns ritos, mais fáceis de serem praticados se mantiveram, como os jejuns, o *Shabat* e os costumes alimentares e mortuários. A preocupação constante com esses judaizantes é ressaltada por Delumeau:

Eis-nos no coração de um racismo teológico que explica em profundidade o terror de ver a cidade cristã submersa, destruída por dentro, por seus inimigos de sempre, tornados mais perigosos do que no passado graças a uma camuflagem.²⁰³

Essa ideia de “camuflagem” não pode ser aplicada a todos os cristãos-novos, visto que vários se tornaram católicos sinceros. Mas, como demonstra Delumeau, a suspeita pairava sobre eles. O converso de hoje estava sempre relacionado ao judeu de ontem, e os *Estatutos de Pureza de Sangue*, tornados um vício na Península, no século XVI, só dificultaram a situação do converso.

Essas distinções entre católicos praticantes e judaizantes podem ter, contudo, contornos tênues vislumbrados quando nos deparamos com casos de pessoas que viveram indo e vindo entre os diversos territórios que mantinham grupos de origem judaica e católica e

¹⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 211.

²⁰⁰ Sobre a importância das mulheres na manutenção das práticas judaicas, ver ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Op. cit., 2004.

²⁰¹ “Dia de jejum que cai em treze de Adar, um dia antes de Purim. É calcado ou no jejum feito por Ester antes da visita ao rei da Pérsia para pedir por seu povo (Ester 4:16) ou no jejum dos judeus antes de se defenderem de seus atacantes (baseado em Ester 9:2)”. UNTERMAN, Alan. Op. cit., 1999, p. 94.

²⁰² “Hebraico significa o dia da expiação. O jejum de 10 de tishri é o dia mais sagrado do calendário judaico, marcando o fim dos ‘dez dias de penitência’”. Idem, p. 125.

²⁰³ DELUMEAU, Jean. Op. cit., 1999, p. 305.

assumiam condutas diferenciadas em cada um deles, retornando ao judaísmo e negando-o de acordo com a postura oficial da localidade. João Luiz Henrique, denunciado na visitação de 1618²⁰⁴, que viveu anos na Comunidade de Amsterdã como judeu, deixou lá dois filhos, mas que no Brasil se portava enquanto cristão, ele e muitos outros deixam entrever em seus depoimentos esse intenso contato. No processo de Pedro de Almeida, de 1650,²⁰⁵ esse cristão-novo morador de Pernambuco narra os percursos entre Portugal e Amsterdã, cidade na qual fez a circuncisão e onde frequentou a sinagoga portuguesa.

Antônio Dominguez Ortiz aponta para o caráter dúbio de algumas imputações de judaísmo aos conversos, como o costume de vestir roupas limpas aos sábados ou não comer carne de porco. Para eles essas práticas estavam, na verdade, relacionadas a uma herança cultural, e não a princípios religiosos. Outras seriam mais indicativas de práticas judaicas, como a recitação de orações hebraicas, a guarda dos jejuns prescritos e o descuido das obrigações cristãs²⁰⁶. Ele também separa os cristãos-novos em dois grupos, os judaizantes, que se mantinham féis à fé hebraica e às práticas que os levariam a Inquisição; e um segundo, composto da imensa maioria de assimilados, que pretendiam ocultar a origem judaica e se integrar na comunidade católica. Essa divisão não nos parece tão simples na medida em que muitos dos “assimilados” acabam caindo na malha inquisitorial, por conta de parentes ou conhecidos, e, ainda, por encontrarmos muitos indivíduos judaizantes que gozavam de ampla circulação nas altas instâncias do poder real, seja na Espanha ou em Portugal.

Esses conversos cristãos-novos, judaizantes ou não, compartilhavam uma memória²⁰⁷ de seu passado na Península Ibérica, tendo como marco a conversão forçada (1497), acontecimento por eles partilhado na forma de escritos ou rememorado nas celebrações religiosas. Essa relação com a Península tanto no período de prosperidade quanto no de perseguição lhes confere uma identidade e sentimento de pertença.

O mesmo se passa em relação ao conceito de sefardita que extravasa a identidade religiosa ligada a uma religião específica ou mesmo com uma nacionalidade. Desse

²⁰⁴ Segunda Visitação.

²⁰⁵ Voltaremos a este personagem no sexto capítulo. Inquisição de Lisboa, processo de Pedro Almeida nº 11562.

²⁰⁶ ORTIZ, Antonio Dominguez. Op Cit.. 1991, p. 23

²⁰⁷ Michel Pollak, em seus trabalhos que serviram de base para o desenvolvimento da metodologia da História Oral, define dois fatores constitutivos da memória, o primeiro seria os acontecimentos vividos pessoalmente. O segundo seriam os acontecimentos “vividos por tabela”, referentes a um grupo ou coletividade a qual o indivíduo sente pertencer. Esses acontecimentos vividos por tabela eram aqueles que, mesmo não presenciados por todo o grupo, eram conhecidos já que outros membros, no mais das vezes os mais velhos, que de fato presenciaram o acontecimento, se responsabilizam pela narração e propagação do ocorrido. É nessa forma que pensamos a memória compartilhada por esses indivíduos, a qual também depende de uma série de investimentos para sua manutenção. POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Vol. 5. Rio de Janeiro. 1992, p. 200-212.

modo, considera-se o sefardita como alguém claramente identificado com a Península Ibérica, com as línguas portuguesa e castelhana e com as culturas dos reinos ibéricos. Para além disso, como homem religioso, oscila entre duas grandes religiões: a judaica e a cristã. Em grande medida pode tomar-se como sinónimo de cristão-novo, mas também de judeu-novo ou ainda de cripto-judeu. De qualquer forma está intimamente relacionado com os espaços do mundo onde a área de influência dos reinos ibéricos se fez sentir.²⁰⁸

Independentemente de sua opção religiosa, o reconhecimento da ascendência conferiu aos cristãos-novos uma marca que os diferenciou socialmente tanto dos judeus quanto dos cristãos velhos. É a partir do reconhecimento desta ascendência que esses personagens têm que se portar socialmente, exercendo suas profissões, traçando suas trajetórias, constituindo, dentro de suas possibilidades, redes de comércio que se destacaram no início da Idade Moderna.

Frisamos a questão do reconhecimento da origem judaica, pois fisicamente não havia como distinguir cristãos-novos e velhos. Os preconceitos em relação à imagem dos judeus em algumas iconografias modernas, como portadores de nariz adunco, ou encurvados, são frutos de uma cultura que, apesar da miscigenação, se tornou obcecada pelos *estatutos de pureza de sangue*.²⁰⁹ Não havia plasticamente nada que distinguisse os judeus portugueses, e consequentemente os cristãos-novos, dos demais moradores do Portugal de então. Os estatutos tomam contornos de um racismo institucionalizado, na medida em que transfere para as futuras gerações dos conversos uma série de restrições.

Para ser nobre precisava-se antes de mais nada comprovar a limpeza de sangue. Dessa forma alguns valores culturais se interligam interferindo diretamente no comportamento social dos grupos que se dizem limpos de sangue: pureza, honra, honestidade, fidelidade e dignidade.²¹⁰

A segregação imposta pelos estatutos foi fortalecida pela intensa difusão da lógica dos mesmos nas mais diversas esferas públicas, contando com o apoio de uma legislação

²⁰⁸ FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006, p.79.

²⁰⁹ Os estatutos de Pureza de sangue tiveram origem em Toledo, na Espanha, no ano de 1449, em decorrência de um conflito religioso entre cristão-novos e velhos, os primeiros sendo acusados de contribuir para a pobreza da cidade, dos nobres e cavaleiros. Foi então declarada uma corte de emergência, que ficou conhecida como “ajuntamento de Toledo”, na qual foi pronunciada a “sentença estatuto”, pela qual os cristãos-novos ficavam proibidos de ocupar cargos públicos e de testemunhar contra cristãos. Os Estatutos de Pureza de Sangue foram elaborados e adotados sistematicamente pelas diversas ordens religiosas e instituições civis, entre as quais as universidades que foram as primeiras a fechar as portas aos descendentes de judeus. Esses estatutos, com o tempo, foram adotados pelas diversas ordens militares, pela Coroa e pela Igreja. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial**. Portugal e Brasil-colônia. Ed. Brasiliense, São Paulo: 1988, Pp. 46-47.

²¹⁰ Idem, p. 52.

excludente, pois desde as Ordenações Manuelinas existiram disposições específicas para os cristãos-novos. Aos poucos cada instituição passa redigir seu próprio estatuto, tendo como base a ideia de que o sangue judaico transmite a impureza, tornando obrigatória uma investigação da ascendência do candidato a ingressar na instituição. Essa segregação também foi estimulada pelo o estabelecimento da inquisição em Portugal, pela política antimigratória que pretendia prender os cristãos-novos no território português e ainda pela divulgação de obras antijudaicas.²¹¹ Esse estigma, mesmo pesando sobre todos os cristãos-novos, reconhecidos como tais, não os impelem às mesmas respostas. As estratégias individuais e de grupos são os contornos particulares de um processo histórico, se não iniciado, ao menos fortemente marcado pela expulsão dos judeus da Península e das conversões ao catolicismo em fins do século XV.

Sobre a não adaptação dos cristãos-novos à realidade católica e também à realidade judaica, fruto de várias análises, nos parece importante frisar os aspectos múltiplos da identidade cristã-nova. No Brasil sua definição mais famosa é a de Anita Novisky, que o vê enquanto “homem dividido”, ou seja, o cristão-novo seria o não adaptado, o excluído pelos católicos porque judeu, e pelos judeus porque católico. Assim ela o define:

As várias gerações passadas no catolicismo não tornaram os cristãos-novos bons católicos, também não conseguiu fazer deles bons judeus (...) O cristão-novo cria suas próprias defesas contra um mundo onde ele não se encontra. É antes de tudo um cristão-novo.²¹²

Nossa perspectiva é um tanto mais abrangente, por observarmos a multiplicidade de ações e facetas desses homens. Fazemos nossas as palavras de Reginaldo Heller, que, ao tratar da identidade dos cristãos-novos, os vê “não propriamente como homens divididos: uma identidade multifacetada, mas não necessariamente fragmentada”.²¹³

Os cristãos-novos portugueses, apesar de compartilharem a cultura ibérica com os cristãos-novos de origem espanhola, tiveram condições diferentes que lhes permitiram a manutenção de uma memória coletiva própria naquele país dissipado pela fragmentação das conversões individuais. Ainda é a origem portuguesa que emerge da documentação. É como “cristãos-novos portugueses”, “judeus portugueses” ou “homens da nação portuguesa” que esses sujeitos históricos são identificados.

²¹¹ *Ibidem*, p. 53.

²¹² NOVINSKY, Anita Waingort. *Op Cit.*, 1992, pp. 160-161.

²¹³ HELLER, Reginaldo. **O Exílio da Boa memória**. Dissertação (Mestrado em História) - pós-graduação em História,UFF, Niterói, 2006, p. 39.

Outra questão, fruto de confusão por parte de alguns estudos, é a associação dos nomes dos cristãos-novos a plantas e animais, na verdade os sobrenomes da maioria dos cristãos-novos foram retirados dos quadros de sobrenomes dos próprios cristãos-velhos, muitos pertencentes à nobreza. Era costume também adquirir o sobrenome do padrinho de batismo ou consideração. Assim, a identificação destes pelo sobrenome torna-se mais difícil, mas também nos expõe o cuidado necessário para evitar associações inválidas que nos levem a equívocos.

2.3 Cristãos-novos e a União das Coroas Ibéricas: interesses, medos e negociações políticas.

O desenrolar da análise sobre as redes de comércio das quais participavam vários cristãos-novos não pode prescindir de um estudo da situação dos mesmos na Península Ibérica, no período por nós estudado (1580-1630). A conjuntura política e econômica internacional e mais precisamente Ibérica influenciará e será influenciada pela escolha dos destinos, estratégias e ações dos personagens aqui em foco. Nesse sentido, elegemos alguns pontos considerados fundamentais por suas repercussões na ação dos cristãos-novos no Brasil, exploradas nos capítulos seguintes.

Após a expulsão dos judeus em 1497, a legislação portuguesa passa oficialmente a distinguir os cristãos-novos no começo do século XVI. “É a partir de 1514/1521 que surgem nas ordenações manuelinas três novas caracterizações: cristão-novo, cigano e indígena”.²¹⁴ Então foram sistematicamente impedidos de exercerem cargos públicos, no reino e em suas conquistas, não tinham teoricamente acesso às ordens militares, religiosas, nem tampouco à universidade.²¹⁵ Pouco a pouco cada instituição criou seu mecanismo excludente baseado nos *Estatutos de Pureza de Sangue*, originário de Toledo (1449).²¹⁶

Por muito que a eficácia prática desta exclusão deva ser problematizada, o que é certo é que ela, além de estabelecer mais uma barreira que nem sempre deixaria de ser efetiva (sobretudo para os mais pobres), reforçava, no plano simbólico e ideológico, a imagem elitista e aristocratizante da sociedade.²¹⁷

²¹⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Op. Cit., 1988, p.55.

²¹⁴ HELLER, Reginaldo. Op. Cit, 2006, p. 52.

²¹⁵ N do A. Colocamos o *teoricamente* por já termos encontrado vários cristãos-novos processados pelo Santo Ofício pertencentes a Ordem de Cristo. Como o cristão-novo Pedro de Baeça. Inquisição de Lisboa, processo de Pedro de Baeça nº 11559.

²¹⁶ NOVINSKY, Anita. Op Cit., 1992, p. 21.

²¹⁷ HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviatã*. Instituições e poder político Portugal sec. XVII. Coimbra: Alameda, 1994, p. 318.

Os cristãos velhos, de uma forma ou de outra, apoiavam as distinções feitas aos cristãos-novos, sentindo-se, ao menos pela origem, superiores. Eles poderiam ser fidalgos, enquanto era a filiação que descriminava os cristãos-novos. A Inquisição se utilizou disso para incentivar delações e obter o apoio da população.

Mesmo com as perseguições, os cristãos-novos continuavam prósperos em seus empreendimentos financeiros, e a Coroa deles dependia, já que a mesma delegava a particulares os negócios ultramarinos. Os cristãos-novos detinham boa parte do comércio oriental, então a principal fonte de riqueza de Portugal, e aos poucos se destacavam no comércio do açúcar, primeiro nas ilhas e logo no Brasil. Os direcionamentos da Coroa em relação ao comércio oriental e atlântico eram diferenciados. No primeiro, era a comercialização que dava riqueza Coroa, que o controlava e taxava. Dessas diferenciações, nos fala Schwartz:

O Império do Índico, ou o estado da Índia, era na realidade um colar de portos fortes e rotas comerciais, envolvendo licenças e concessões ou comércio inter-regional articulado com a carreira da Índia, a grande rota transoceânica que transportava pimenta, especiarias e outras mercadorias para a Europa.²¹⁸

Enquanto isso, o Atlântico estava nas mãos do capital privado e tinha na produção, e não apenas na comercialização, seu diferencial. Sobre este explica:

A esfera do Atlântico que incluía o Brasil, Angola e a África ocidental estava organizada de modo bem diverso. Aqui, depois de cerca de 1550, o desenvolvimento da agricultura da cana de açúcar, usando trabalho forçado, fez com que os portugueses construíssem e mantivessem eles mesmos uma base agrícola e infraestrutura comercial.²¹⁹

Muitos homens de ascendência judaica se estabeleceram em terras brasileiras como senhores de engenho, usufruindo as vantagens dadas pela Coroa àqueles que comercializassem seu próprio açúcar.²²⁰ O tráfico de escravos também contava com grande participação de cristãos-novos, que se beneficiavam da possibilidade de dividirem com seus

²¹⁸ SCHWARTZ, Stuart. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo** vol.12 nº. 24, Niterói, 2008, p. 211.

²¹⁹ Idem, p. 211.

²²⁰ A tripla função de senhor de engenho-lavrador e mercador já foi por nós abordada em dissertação de mestrado Ver.: SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. Op. Cit., 2007.

pares as obrigações e lucros da empreitada. E, como afirmou Alencastro, o tráfico por si só era o “*preum mobili*”²²¹ da colonização.

A União das Coroas Ibéricas em 1580 traça novos caminhos aos de ascendência judaica, cujo posicionamento em relação à crise sucessória não se deu de forma homogênea. João Lucio Azevedo defende que os cristãos-novos apoiaram o Prior do Crato, D. Antonio, neto de D. Manuel e filho ilegítimo de D. Luis, por acreditarem ter este ascendência judaica,²²² contudo tal defesa tampouco foi unânime. A popularidade de D. Antonio não foi suficiente para garantir-lhe o enfraquecido trono Português, assumido por Felipe II da Espanha em 1580, com a formação de uma monarquia dual.

Esse apoio ao Prior do Crato é inclusive denunciado na primeira visitaçã do Santo Ofício ao Brasil. Francisca Fernandes comentou em sua denúncia ao visitador do Santo Ofício em Pernambuco um desentendimento entre ela e Antônio Lopes de Olivença, mercador cristão-novo que foi também feitor da Alfandega de Viana. O tal desentendimento levou Antonio Lopes de Olivença a indicá-la e a André Magro como servidores de D. Antônio, prior do Crato. A gravidade de tais imputações pode ser mesurada, e, por esse motivo, André Magro esteve preso na Vila de Olinda.

Antônio Dominguez Ortiz, por outro lado, defende que os cristãos-novos devem ter ficado felizes com a União dos dois reinos, pois, segundo este autor, eles foram os que mais lucraram com a livre passagem para Espanha. As escolhas entre o Prior do Crato ou Felipe II não passavam pela questão de fidelidade à nação, mas sim de discussões de legitimidade de poderes e da defesa dos interesses dos grupos que tinham a ganhar ou perder com este ou aquele rei coroado.²²³

Alguns cristãos-novos de fato se beneficiaram da União das Coroas Ibéricas. Já partícipes de negócios com a Coroa Portuguesa, vislumbram na união com a Espanha a possibilidade de ampliar os mesmos, envolvendo-se no tráfico de escravos para a América Espanhola, chegando assim à prata, tão necessária à manutenção de seus interesses no comércio oriental. Para estes não importava ter Lisboa como capital, mas sim participarem de um império que lhes ampliava as possibilidades financeiras e ao mesmo tempo os permitia negociarem melhores condições de vida na Península.

Esses homens não estavam preocupados com a questão nacional. Como bem aponta Hespanha, de forma geral os nacionalismos não respondem aos “porquês” da União Ibérica,

²²¹ ALENCASTRO, Op. Cit., 2000, p. 41

²²² AZEVEDO, Op Cit., 1989, p. 148

²²³ HESPANHA. Antonio Manuel. As faces de uma “revolução”. In: **Revista Penélope**: Fazer e desfazer a História.nº9/10. 1993.

estes devem ser buscados nas fidelidades grupais, em preocupações jurídico-ideológicas, nos interesses políticos de segmentos significativos da sociedade portuguesa e nas possibilidades de ampliar as riquezas ultramarinas.²²⁴ Posicionamento semelhante ao de Hespanha é expresso por Schwartz “Claramente muito da política da União Ibérica (1580-1640) e da rebelião que lhe pôs fim teve a ver com os interesses dos vários segmentos da sociedade portuguesa - mercadores, nobres, eclesiásticos - que competiam entre si”.²²⁵

A ação da Inquisição espanhola foi violenta contra os conversos, razão maior de sua fundação, em seus primeiros anos. O número de mortos no período de intensa atividade da Inquisição espanhola é alarmante; até 1515, o tribunal de Sevilha relaxou por volta de 600 pessoas ao braço secular. O medo da Inquisição, as prisões e fugas dos conversos são inclusive apontados como motivos da perda da efervescência econômica da cidade de Sevilha nos primeiros anos do século XVI. Em Toledo, planos de reação armada chegaram a ser elaborados pelos cristãos-novos contra as atividades deste tribunal que, em 1501, processou 2791 pessoas, das quais 196 foram relaxadas ao braço secular e outras 500 queimadas em efígie. O tribunal Valenciano foi também dos mais sangrentos, até 1530 computam-se 2000 processos contra judaizantes, dos quais 700 foram relaxados.²²⁶ Em números gerais, a Inquisição espanhola teria relaxado ao braço secular cerca de 4000 pessoas até 1520.

A partir de 1515, os números começam a decair; esses tribunais, marcados pelo terror imposto aos cristãos-novos em seus primeiros anos de sua existência, tornam-se mais brandos do que os portugueses. Os diversos tribunais em atividade em meados do século XVI já tinham diminuído seus números de vítimas, chegando alguns contemporâneos a achar que o perigo converso havia sido extirpado da Espanha. Os inquisidores nomeados pelo rei D. Carlos (1500-1558), como Adriano de Utrecht e D. Alonso Menrique, são lembrados por sua prudência, longe estavam das práticas de um de seus antecessores, Torquemada, que entrou para História como símbolo de terror Inquisitorial. Apenas em 1547, teremos um inquisidor mais rígido, Valdés, que será responsável pelo endurecimento do tribunal nos últimos anos do reinado de D. Carlos. As vítimas diferiam dos judaizantes habituais, agora pairava o medo do luteranismo, e as práticas tidas como protestantes eram as mais processadas.

As relações de vários cristãos-novos com os monarcas espanhóis eram estreitas, e individualmente ou em pequenos grupos chegaram a ser beneficiados e a ocuparem

²²⁴ HESAPANHA, Antonio Manuel. Idem, 1993.

²²⁵ SCHWARTZ, Op. Cit., 2008, p. 203.

²²⁶ ORTZ, Antonio Dominguez. Op Cit.. 199, Pp. 31e 39.

importantes cargos. Várias táticas foram desenvolvidas pelos neoconvertos para inserirem-se no alto escalão da sociedade espanhola, fala Poliakov: “Eram os principais assim que naquele tempo povoavam as Cortes da Espanha e faziam com que suas filhas, com dotes muito grandes, casassem com senhores cristãos velhos”.²²⁷

Alguns cristãos-novos participavam da Câmara de Castela e também do Conselho de Aragão. Outros participavam da administração municipal, e logo outros tantos se aproveitaram da venalidade de títulos de ordens militares e cargos públicos para ingressarem na burocracia espanhola. As negociações com o grupo de conversos rapidamente se organizaram. Em 1508, o rei, mediante um pagamento de 20000 ducados, permitia que os conversos de Sevilha recobrassem seus bens, confiscados pelo tribunal. As concessões em troca de dinheiro seguem e, em 1509, D Fernando, em troca de um pagamento de 40000 ducados,²²⁸ os autorizava a irem para as Índias, e mediante outro, de 80000 ducados, habilitava-os a exercerem ofícios públicos, menos o de corregedores e delegados com jurisdição criminal.²²⁹

O governo dos Felipes foi marcado por uma série de negociações entre os cristãos-novos e a Coroa, pelo fim das distinções entre cristãos-novos e velhos e pela extinção dos confiscos de bens, prática inquisitorial que tanto prejudicava os cristãos-novos. Por Felipe II (1580-1598) tiveram seus pedidos rechaçados e foram prontamente proibidos de migrarem para a Espanha em 1587. Apesar da proibição, em finais do século XVI a presença de cristãos-novos portugueses já se faz sentir através do auto de fé de 1597, no qual já aparecem como judaizantes penitenciados, levando-nos a acreditar que o desrespeito às proibições era prática comum. Nesse momento, a atenção do monarca estava voltada para a guerra travada desde 1585 nos Países Baixos, pela declaração de independência de sete províncias sob o nome de República das Províncias Unidas. O embargo do comércio holandês com Portugal e suas colônias será um dos problemas oriundos desse conflito.

A Antuérpia, que havia ficado sob o domínio espanhol, vai aos poucos perder espaço para Amsterdã, deixando de ser a principal praça do norte europeu. A partir de Portugal, os holandeses transportavam o sal e mais uma série de produtos vindos do Brasil adquiridos em sua maioria nas cidades do Porto e Viana do Castelo. Esses produtos eram trocados por tecidos, mobílias, mantimentos e serviços através do transporte marítimo, no qual se

²²⁷ POLIAKOV, Leon. Op. cit., 1996, p. 148.

²²⁸ N do A. Um ducado equivalia na época a 25 cruzados, então 40.000 ducados equivaliam a 1 milhão de cruzados e cada cruzado equivalia a 400 réis. Dessa forma, 40.000 ducados equivaleriam a 2500 réis ou 2\$500.

²²⁹ ORTIZ, Antonio Dominguez. Op. Cit.. 1991, p. 32.

destacavam as urcas holandesas. Segundo Pieter Emmer²³⁰ a procura do sal e do açúcar foi o que lançou os holandeses ao Atlântico. Eles foram proibidos de negociar livremente pela Espanha a partir de 1591, recebendo algumas licenças e permissões apenas quando estas se tornavam imprescindíveis,²³¹ corroborando para todo o clima de guerra nos mares que permeará o período de União das Coroas Ibéricas. Os produtos eram distribuídos a partir da Antuérpia, mas, com a reconquista desta cidade pela Espanha em 1584, ocorreu a migração de muitos dos comerciantes para Amsterdã, Roterdã e Middelburgo. A comunidade judaica constituída a partir de então em Amsterdã teve como membros fundadores cristãos-novos migrados de Portugal em busca de liberdade religiosa.

A associação entre o infiel religioso e o súdito rebelde redirecionou as políticas de Felipe II, que não só fez uma “limpeza” na Câmara de Castelã, para livrá-la dos conversos, mas também estipulou uma série de medidas para deter tais perigos, entre as quais destacamos uma maior vigilância nas embarcações e a elaboração de índices de livros proibidos. Foi também sob o governo de Felipe II que se fizeram as primeiras visitas inquisitoriais ao Brasil e foram instalados novos tribunais na América espanhola, buscando levar a luta contra o herege-infiel a todo seu império.

Havia também os que discutiam a segregação e propunham o fim dos Estatutos de *Pureza de Sangue* por julgarem que os mesmos afastavam muitas pessoas de grandes qualidades de cargos importantes por imputações falsas e também acabavam por punir outras que de fato tinham aderido ao catolicismo. Em 1598, o padre Agustín Salucio apresentou às Cortes, então reunidas em Madrid, um escrito sobre o quão desnecessários tinham se tornado os estatutos, já que estava extirpado o perigo para o qual haviam sido criados, sendo agora tão somente prejudiciais a algumas famílias de práticas cristãs comprovadas.²³² Apesar de proibido pelo Conselho Geral da Inquisição em 1600, esse escrito conseguiu como adepto o duque de Lerma, que em 1613 apoia outro memorial sobre o tema, escrito por Diego Sanchez de Vargas, imprimindo-o para leitura na câmara de Castela. O fim dos estatutos foi proposto às Cortes novamente em 1618, dividindo as opiniões. Foi por fim negado no ano seguinte, tendo os cristãos-novos como único ganho o fim das denúncias anônimas em processos de Limpeza de Sangue ou de nobilitação.

²³⁰ EMMER, Pieter. O Comércio Holandês do Sal e do Açúcar, 1585-1650. **Anais do I seminário Internacional sobre O sal português**. Porto, Aveiro, 27 a 29 de maio 2004.

²³¹ Visto que a própria metrópole não dava conta do transporte de seus produtos, tornando extremamente necessária a utilização de urcas alemãs, tidas como neutras, mas que muitas vezes eram sim de origem holandesa. SLUITER, Angel. “Os Holandeses no Brasil antes de 1621”. In: Revista do Museu do Açúcar, nº1. Recife, 1968.

²³² ORTIZ, Antonio Dominguez. Op Cit. 1991, p. 71

O governo de Felipe III da Espanha e II de Portugal (1598-121) foi marcado pelas negociações em torno do Perdão Geral, pedido pelos cristãos-novos. As negociações, que duraram de 1601 até 1604, ano em que o perdão é concedido pelo preço de um milhão e setecentos mil cruzados,²³³ são elucidativas das rivalidades e interesses que marcaram a presença cristã-nova portuguesa na Espanha. Os que eram contrários ao perdão justificavam serem os cristãos-novos irremediáveis, argumentando que estes continuariam impenitentes após o perdão, como já o haviam feito outras vezes. Entre eles, o Bispo de Évora, em carta ao confessor do rei Felipe, dizia que, se este assinasse o perdão aos cristãos-novos, perderiam o medo da Inquisição. Os governadores do reino português, que já tinha perdido boa parte do contingente de cristãos-novos para a Espanha, ofereciam uma quantia de 800 mil ducados para que o perdão fosse negado.²³⁴ O rei foi inclusive visitado em 1602, nas Cortes então estabelecidas em Valladolid, por uma comitiva composta de bispos portugueses de Lisboa, Braga e Évora, que tentaram persuadi-lo da ideia do perdão. Os que eram a favor do perdão alegavam o esvaziamento dos cofres públicos no conflito com as províncias Unidas e também com a Inglaterra, para quem a até então Invencível Armada tinha sofrido grande derrota em 1588, e a necessidade do aumento dos gastos militares para a proteção do império ultramarino, constantemente ameaçado.

O governo de Felipe IV de Espanha e III de Portugal (1621-1640), apesar de algumas concessões, também é marcado pela força do Santo Ofício em impor seus interesses ao monarca. Felipe IV concede em 1627 uma série de benefícios aos cristãos-novos, como acesso a honras quando cristãos por mais de três gerações, permissão para saída do reino e ainda um Edito de Graça para os que se arrependessem em três meses. Tais regalias foram mal vistas pelo Tribunal do Santo Ofício, que fez Felipe IV recuar, mantendo apenas a concessão de livre saída do reino para o ano seguinte.

Mesmos com as dificuldades descritas, o número de cristãos-novos de origem portuguesa na Espanha aumenta sensivelmente. Observamos mais uma vez os números, em auto de fé realizado em Córdoba em 1625, dos 45 judaizantes, 39 eram portugueses. Já em 1528, outro auto de fé na mesma cidade tem um total de 58 judaizantes, todos portugueses.²³⁵ Nos destacamos duas possíveis razões para esse aumento. Primeiro, seria a intensificação em

²³³ As cifras divergem de fonte para fonte. França fala em 1700000, enquanto Ortiz fala em 1800000. Convertendo para moeda corrente na época, apenas para se ter uma ideia das somas gastas pelos cristãos-novos com o Perdão Geral, teria sido - segundo França - 1700000 cruzados, o equivalente a 68000 ducados; e - segundo Ortiz - 1800000 cruzados, o equivalente a 72000 ducados. FRANÇA, Eduardo de Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997; e ORTIZ, Antonio Dominguez. Op cit, 1991.

²³⁴N do A. Mais uma vez as cifras divergem.

²³⁵ ORTIZ, Antonio Dominguez. Op Cit. 1991, p. 87.

Portugal da perseguição aos judaizantes num melhor funcionamento do Tribunal do Santo Ofício naquele Estado. A Inquisição vai agir de forma enérgica sob os cristãos-novos, incentivando a migração para Espanha de famílias inteiras. Levando muitos cristãos-novos a trocarem Lisboa por Sevilha. O segundo seriam os interesses comerciais dos cristãos-novos, que aos poucos se integram à dinâmica comercial espanhola, participando intensamente do comércio e também das arrecadações de impostos.

Em Sevilha, havia ao menos 2000 casas de comércio de cristãos-novos portugueses em consórcio com outras casas na Europa. Em 1640, dominavam o comércio interno e no externo dominavam o que mais rendia, que era o tráfico de escravos, o comércio hispano-americano para Sevilha e o de Buenos Aires.²³⁶

Se a Inquisição ainda os importunava em solo castelhano, era lá também que eles penetravam no rico comércio para a América Espanhola. Detinham os *Asientos* para introdução de escravos negros e lucravam ainda mais com o contrabando. Apesar de não obterem permissão para o estabelecimento na América espanhola, muitos cristãos-novos de origem portuguesa lá ficaram, ao ponto de os autos de fé estarem cheios deles. “Português” tornou-se sinônimo de “judeu” naquele período, tanto eram os judeus portugueses que ali aportavam.

Todavia, mesmo no início da década de 1620, o governo [espanhol] não tentou repatriar o crescente elemento cristão-novo português nas Índias Espanholas. Por volta de 1622, os 'portugueses' perfaziam algo como um quarto da população branca de Buenos Aires. O registro de estrangeiros residentes realizado em Cartagena de Índias nos anos de 1620 revelou que havia 154 'portugueses' na cidade, quase dez por cento da população branca. Havia também comunidades substanciais em Lima, Potosí, Cidade do México, Veracruz e vários outros locais. Além disso, o influxo de cristãos-novos portugueses agora tendia a ganhar ímpeto devido à recessão econômica que afetava tanto Portugal quanto o Brasil resultada dos embargos espanhóis contra os holandeses e os violentos ataques holandeses contra navios portugueses.²³⁷

Politicamente, portanto, os cristãos-novos não agiram de forma coesa em relação à União das Coroas Ibéricas. Perseguidos de um lado, mas privilegiados de outros, pesaram na balança as condições que lhes propiciava o governo espanhol. Os interesses individuais aí se sobrepõem, colocando neoconvertos nos diferentes lados do conflito.

Nem no início do domínio dos Habsburgos sobre Portugal, quando participaram de um partido forte, ligado ao Prior do Crato, nem durante a Restauração, nem no Brasil,

²³⁶ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Op. Cit., 1997, p. 337.

²³⁷ ISRAEL, Jonathan I. **Empires and Entrepots: The Dutch, The Spanish Monarchy and The Jews, 1585-1713.** Londres, The Hembledon Press, 1990, Pp 276-277.

durante a ocupação holandesa, os cristãos-novos militaram uniformemente em torno de um único ideal religioso ou político.²³⁸

Uma questão fundamental para nosso estudo é compreender como essas redes se mobilizam expressando a efetivação dos interesses desses homens. Já observamos que não havia uma única rede na qual todos os cristãos-novos estavam incluídos, mas sim várias redes de comércio, com relações entre si ou não. Nessa perspectiva, tentamos compreender as ligações específicas dos cristãos-novos estabelecidos em Pernambuco e, a partir das mesmas, traçar seus interesses e posicionamentos durante a União das Coroas Ibéricas em relação ao comércio ultramarino.



²³⁸NOVINSKY, Anita Waingort. Op Cit., 1992, p. 81.

3 Cristãos-novos nas redes de comércio do açúcar na Capitania de Pernambuco em fins do século XVI e começo do século XVII

A Capitania de Pernambuco será aqui observada enquanto espaço em construção, em função da produção açucareira, bem como de refúgio e de possibilidades de negócios para os cristãos-novos recém-saídos da Península Ibérica. Vamos observá-la também enquanto alvo das ações administrativas que buscam protegê-la, durante o período de União das Coroas Ibéricas, de comerciantes e corsários estrangeiros, principalmente dos rebeldes das Províncias Unidas, então em conflito com a Espanha.

Para tanto, analisaremos também as relações dessa capitania com os Países Baixos e as redes que estipulavam as conexões entre ambos, das quais participavam muitos cristãos-novos. Por fim, delinearemos as redes comerciais de fins do século XVI, seus principais membros, suas origens e ações no comércio do pau-brasil e do açúcar pernambucano e a ação inquisitorial sobre os mesmos em fins do século XVI.

3.1 A Capitania de Pernambuco e as possibilidades de negócios para os cristãos-novos

No ano de 1580, quando Felipe II foi jurado rei de Portugal, o açúcar brasileiro alcançava o primeiro lugar na produção mundial. Iguaria²³⁹ esta que atraiu para a América portuguesa um grande contingente de homens interessados nas riquezas possíveis através do cultivo da cana de açúcar e da comercialização de seus subprodutos.²⁴⁰ O açúcar já era então bem conhecido na Europa, mas não acessível a todos, o que demonstra o estudo de Sidney Mintz sobre o desenvolvimento do consumo do açúcar na Europa Moderna.²⁴¹

Quando foi introduzido na Europa, o açúcar era comercializado como uma especiaria como a pimenta, a noz-moscada e o gengibre. Existiam ao menos cinco formas de utilização

²³⁹ O status do açúcar e suas formas de consumo mudaram dos séculos XV ao XVII devido à maior produção e consequente oferta. No entanto, até o momento estudado, fins do século XVI e começo do XVII, ele ainda é considerado uma iguaria. MINZT, Sidney. The old and New World exchange. **Nutrition Today**, 33 (2), 1998, p. 1-5.

²⁴⁰ N do A. Até então o processo de produção de açúcar só se fazia a partir da cana, apenas no século XVII desenvolve-se a produção do açúcar a partir da beterraba.

²⁴¹ Segundo Mitz, o açúcar foi reconhecido pela primeira vez na Inglaterra no século XII, mas indica que é possível que, pelos povos mediterrânicos, ele fosse conhecido já há mais tempo. MINTZ, W. Sidney. **Dulzura y Poder**. El lugar del azúcar em la história moderna. Madrid: siglo XXI Editores, 1996.

do açúcar que se difundiam na medida em que a oferta deste aumentava na Europa. Ele poderia ser utilizado como remédio, condimento, material decorativo, adoçante e na conservação de alimentos.²⁴² O seu consumo como especiaria teria chegado ao máximo em fins do século XVI, quando a oferta do mesmo aumenta na Europa, coincidindo com o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil. Então os usos do mesmo foram sendo alterados, passando a ser utilizado com maior intensidade pelas classes abastadas europeias.²⁴³

A Capitania de Pernambuco, doada em 1534 pelo sistema de capitanias hereditárias a Duarte Coelho de Albuquerque, possuía, no ano da União das Coroas Ibéricas, por volta de 60 engenhos responsáveis por mais da metade do açúcar produzido na América Portuguesa. Esses 63 engenhos, em 1591, subiram para 78 em 1609²⁴⁴ e em 1623 a capitania de Pernambuco, juntamente com a Paraíba e Itamaracá teria um total de 137 engenhos de açúcar.²⁴⁵ Esses números, contudo, não são precisos, e algumas dessas fontes são incompletas, umas se referem aos nomes dos proprietários, como a lista elaborada por Israel da Costa, datada de 1623,²⁴⁶ e outras não, como a de Domingos de Abreu Brito, de 1591.²⁴⁷

A capitania de Pernambuco, a mais rapidamente povoada da América Portuguesa, foi também a responsável pela maior miscigenação na colônia, posto que muitos homens chegaram desacompanhados de suas famílias.²⁴⁸ Tal miscigenação pode ser observada nos dados da Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, sistematizados por Tarcizio do Rego Quirino, na qual podemos observar também o número de casamentos realizados

²⁴² Idem, p. 115.

²⁴³ Como demonstra Eddy Stols em artigo sobre a expansão do mercado de açúcar na Europa, no qual relata um banquete de casamento entre Maria de Portugal e o duque de Parma, Alexandre Farnese, em que todos os itens presentes na mesa são feitos de açúcar. STOLS, Eddy. *The Expansion of the sugar Market in Western Europe*. In: SCHWARTZ, Stuart B. **Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, Pp. 326-388.

²⁴⁴ MORENO, Diogo de Campos. “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos, feita pelo sargento mor desta costa. (1609)”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, LVII, Recife: IAHGPE, 1984.

²⁴⁵ As fontes para esse levantamento são contraditórias, mas há um consenso entre os pesquisadores em relação às listagens de 1609 e 1623, contudo alguns divergem sobre o número de engenhos em Pernambuco em fins do século XVI, aqui aceitaremos o número proposto por Domingos de Abreu de Brito, para quem o preço da arroba do açúcar branco em 1591 era de 800 réis, compatível com os dados expostos no livro de contas de Miguel Dias Santiago. Ver: BRITO, Domingos de Abreu e. *Um inquérito à vida administrativa e economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI*, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

²⁴⁶ COSTA, Israel da. *Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira*. Documentos traduzidos e organizados por José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

²⁴⁷ BRITO, Domingos de Abreu e. *Op. Cit.*, 1931.

²⁴⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

entre cristãos-novos e velhos, bem como os dados relativos a origem desses homens e as atividades por eles desenvolvidas.²⁴⁹

Pernambuco então dispunha de três grandes possibilidades de negócio que atraíam os comerciantes reinóis, o açúcar, o pau-brasil e o tráfico de escravos. Contudo esse comércio colonial incluía também uma série de produtos menores que eram trazidos do reino ou das ilhas atlânticas para a colônia, como o vinho, o azeite, o trigo e manufaturas diversas. Para essa circularidade de mercadorias, os comerciantes buscavam desenvolver estratégias que permitiam transportar dos diversos centros de comércio ao menor custo. Para tanto era necessário que suas atividades fossem descentralizadas e que eles pudessem participar da comercialização dos mais diversos produtos e assim não tivessem que recorrer a outras redes e comerciantes para fornecer o que necessitavam, aumentando os custos.

O comerciante Duarte Dias Henriques é um exemplo dessa descentralização. Senhor de engenho em Pernambuco, logo detento de *asientos* para levar escravos a América espanhola, ele vai participar também da comercialização de tabaco, tão importante para as trocas realizadas na África.²⁵⁰ Em seu nome, Manuel Dias Henriques comercializava tabaco em Amsterdã, cidade que será destino de grande parte da produção açucareira em fins do século XVI e também do pau-brasil aqui extraído, que para lá ia servir as indústrias têxteis.

Em fins do século XVI e começo do século XVII, a Capitania ascendeu de importância dentro do quadro das possessões ultramarinas ibéricas pela prosperidade na produção açucareira, desenvolvimento que não passou despercebido aos olhares estrangeiros. Assim a descreveu Gaspar Barleus quando da ocupação holandesa:

Pernambuco é uma das maiores colônias do Brasil, pois tem de costa, entre a foz do S. Francisco e capitania de Itamaracá, 60 léguas. É propriedade do português Duarte de Albuquerque, em cujo nome a governava seu irmão Matias de Albuquerque, o qual viera para Olinda pouco antes de a tomarem os nossos. São onze as vilas e povoações habitadas por lusitanos. A primeira é a capital, Olinda, à beira-mar, notável por belos edifícios e templos. O sítio, por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana. Na parte mais alta, erguia-se o convento dos jesuítas, de construção elegante e rico de rendas, levantado por el rei D. Sebastião. Era o primeiro que aparecia, com seu aspecto agradável, a quem vinha do mar alto. Ao lado dele, via-se outro - o dos Capuchos, e perto da costa, o dos Domínicos. Na região superior da cidade, estava o mosteiro de S. Bento, protegido pela natureza e pela sua construção. Havia também uma igreja de freiras e mais outras. Tinha duas matrizes: a de S. Salvador e a de S. Pedro.²⁵¹

²⁴⁹ QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. **Os Habitantes do Brasil no século XVI**. Recife, Imprensa Universitária, 1966.

²⁵⁰ ALMEIDA, A. A. Marques. **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses**. Mercadores e gente de trato. Lisboa: Capo da comunicação, 2009, p.328.

²⁵¹ BARLEU, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil**; prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974, p.40.

A capitania tinha na Vila de Olinda, fundada em 1537, seu centro político-administrativo e também comercial. Mesmo que a chegada e o escoamento de mercadorias se fizessem pelo porto do Recife, era em Olinda que os produtos eram comercializados. Alguns cuidados são necessários ao estudarmos as organizações urbanas no período colonial. O estudo do processo de urbanização e de socialização nesses espaços só pode ser desenvolvido tendo em vista alguns aspectos da cultura urbana luso-brasileira. Para tanto, observamos os polissêmicos conceitos de cidade e entendemos que a heterogeneidade entre rural e urbano não foi dada per se, mas sim construída historicamente. A oposição se dava no período colonial entre a cidade e a natureza, a civilização e a selvageria. Apenas nessa perspectiva nos é possível compreender que o processo de colonização foi guiado a partir de centros urbanos e tendo grupos de origem e mentalidade urbanas a sua frente.²⁵²

Em seu estudo clássico, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda²⁵³ focou a falta de funcionalidade da ocupação portuguesa, buscando apontar uma negatividade na origem de sua colonização, para ele desprovida de um planejamento prévio. Utilizou, para tanto, a comparação entre o processo de interiorização da ocupação do solo na América portuguesa e espanhola, aludindo ao melhor desempenho da última. Em suas palavras:

Em nosso próprio continente, a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou a portuguesa - por uma aplicação insistente em assegurar o domínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados²⁵⁴.

Contudo, como aponta Centurião, as medidas que previam a contenção da penetração dos colonos no território americano eram extremamente racionais do ponto de vista da necessidade de criar e consolidar núcleos urbanos na costa, entre os quais as vilas de Olinda e Salvador. Tais interesses mercantis e a necessidade de contato com o exterior consolidaram a prática urbana portuguesa na América, que perdurou durante os séculos.²⁵⁵

²⁵² CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A Cidade Colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

²⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1981,

²⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., 1981, p. 62.

²⁵⁵ Para Luiz Centurião, esse tipo de análise elaborada por Sérgio Buarque de Holanda buscava mostrar que o Brasil colonial não deu subsídios para a formação do Brasil moderno, ideia hoje superada. O que podemos observar do estudo do processo de urbanização portuguesa é uma centrada busca pelo controle do litoral, marcado pela cautela do empreendimento ultramarino em terras americanas. CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Op. Cit, 1999.

Quanto aos aspectos de organização e de assentamento, notamos que há uma preocupação com a pacificação das relações entre portugueses e índios, já que os primeiros não tinham domínio do território bem conhecido pelos segundos. As questões de defesa também eram fundamentais na hora de escolher o local para a fundação dos núcleos, dando aí continuidade à tradição da edificação em acrópole. A intenção era unir as preocupações defensivas com a facilidade de circulação dada pelo assentamento no litoral e pela margem de rios navegáveis.

É importante lembrarmos ser a cidade a expressão física da sociedade a qual pertence, a mesma une os valores culturais, as concepções de poder, as hierarquias sociais, enfim, os modos de vida de um povo, incluindo suas noções de relação entre o sagrado e o profano. Assim, destaca-se, na América portuguesa, a preocupação com as edificações religiosas, fruto da intrínseca relação entre a Igreja e o Estado. Os templos e ermidas possuíam um forte valor simbólico e era o que marcava o aglomerado urbano. Sobre a configuração da Vila de Olinda, escreveu o padre João Baers na primeira metade do século XVII:

No mais alto o convento dos jesuítas, para o lado sul, encontrava-se o Convento dos franciscanos. Descendo dos Jesuítas, chega-se à Matriz do Salvador (hoje a Sé), a casa da Câmara, debaixo da qual se encontra o açougue e, em cima dela, à direita, a prisão. Há uma “bela e larga rua”, chamada Rua Nova, que foi a primeira da cidade, e no extremo meridional há o hospital, chamado Misericórdia, pelo qual se “desce um monte com tão áspero, que quase não pode-se subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se”. Chegando em baixo, encontra-se uma rua onde os mercadores costumavam se reunir e constituir a “bolsa”. Por uma outra subida nem tão alta nem tão empinada, se chegava à Igreja de São Pedro. Que tinha, a seu redor, lojas e armazéns, pois era no extremo da praça, no qual há o rio vindo do Recife.²⁵⁶

A complementariedade entre o mundo rural, dos engenhos, e o urbano, centrado na vila de Olinda, marca a organização espacial da Capitania de Pernambuco. Esses núcleos urbanos bordeados pelo Atlântico não podem ser pensados de forma independente, temos que levar em consideração a intrínseca relação com outras praças através do comércio e também com as plantações ou o “mundo dos engenhos”, quer fossem movidos por interesses ligados à cana-de-açúcar ou ao pau-brasil. Esses núcleos operavam num ritmo próprio, que não podia ser dissociado, também, da origem mesmo de seus construtores. Esses reinóis estabelecidos na capitania normalmente não viveram em Portugal ligados à produção agrícola. Eram em sua

²⁵⁶ BAERS, João. **Olinda Conquistada** - Narrativa do Padre João Baers. Traduzido do Holandês por Alfredo de Carvalho, do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano. Recife: Typographia de Laemmert & C.-Editores, 1898, p. 39-40.

maioria homens urbanos, das cidades marítimas ou de médias e pequenas vilas do interior de Portugal, como mostram as origens dos mesmos nos relatos da Visitação Inquisitorial:

Entende-se que, nesse tipo de sociedade, a conotação agrária de sua economia não exclui a cidade como centro político administrativo. Pelo contrário, a exige, e a própria configuração agrária, tal como se deu historicamente no Brasil colonial, teria sido um processo dirigido a partir da cidade, orientado por um tipo de economia, a economia mercantil.²⁵⁷

O Recife de então se restringia a pouco mais do que o porto. Em 1587, Gabriel Soares de Souza escreveu: “neste lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham o açúcar e outras mercadorias”.²⁵⁸ O Recife, segundo Frei Vicente Salvador, era:

Uma Povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos do açúcar, que são umas lojas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.²⁵⁹

Quem melhor nos informou sobre a localização das ruas e freguesias na Capitania de Pernambuco foi Rodolfo Garcia, em seu prefácio à primeira edição das “Denúncias de Pernambuco (1593-1595)”.²⁶⁰ O autor partiu dos nomes das ruas e das freguesias de então e identificou as suas denominações atuais. Em Recife, parte do termo de Olinda, se localizava a Freguesia de Corpo Santo e a três léguas, a Várzea do Capibaribe, com a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Já fora do termo de Olinda ficava a Freguesia dos Santos Cosme e Damião de Igarassu, que foi descrita por Gabriel Soares de Souza: “A Vila de Cosmos está junto ao rio Igarassu, que é marco entre a Capitania de Itamaracá e a de Pernambuco; a qual vila será de duzentos vizinhos pouco mais ou menos em cujo termo há três engenhos de açúcar muito bons”.²⁶¹

²⁵⁷ CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. **Op. Cit.**, 1999, p. 37.

²⁵⁸ SOUSA, Op. cit., 2000, p. 19.

²⁵⁹ SALVADOR, Op. cit., 1982, p. 114.

²⁶⁰ FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995**. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. pp. IX e X. A partir de agora ao nos referirmos a essa obra utilizaremos apenas Denúncias de Pernambuco ou Confissões de Pernambuco.

²⁶¹ SOUSA, Op. cit., 2000, p. 18.

Em Camaragibe, estava a Freguesia de São Lourenço. A Freguesia de Santo Amaro era composta por Jaboatão. No Cabo de Santo Agostinho, tínhamos a Freguesia de Santo Antônio. As várias freguesias que compunham a capitania eram ligadas pelos rios que a cortavam. Gabriel Soares de Souza fez menção às Freguesias de São Lourenço em Camaragibe, de Santo Amaro, de São Miguel de Ipojuca e de Santo Antônio, no Cabo de Santo Agostinho, descrevendo as ligações pelos rios entre o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca:

Até este cabo é terra povoada de engenhos de açúcar, e por junto dele passa um rio que se diz do cabo (onde também estão alguns), o qual sai ao mar duas léguas do Cabo, e mistura-se ao entrar do Salgado com o rio Ipojuca, que está duas léguas da banda do sul; neste rio entram e saem caravelões do serviço dos engenhos, que estão nos mesmos rios, onde se recolhem como o tempo barcos da costa.²⁶²

Pela Capitania se espalhavam os engenhos cuja produção se diferenciava por conta de investimentos e também pelas condições do solo. Esses engenhos eram montados por particulares que recebiam do Donatário sesmarias, mas que precisavam dispor de capital suficiente para a compra de escravos, contratação de técnicos e a construção da moenda. Algumas regiões se destacavam, como explica Evaldo Cabral:

Três quartos das maiores fábricas localizavam-se na ‘mata-úmida’ de Pernambuco, isto é, na franja costeira do cabo do Uma, e em segundo lugar, na ribeira do Capibaribe (várzea e São Lourenço); o quarto restante espalhava-se pela ‘mata-seca’ (Igarassu e Capitania de Itamaracá), Paraíba e Alagoas.²⁶³

Essas regiões mais favorecidas à plantação de açúcar foram primeiramente partilhadas pelo donatário, mas serão logo acessíveis aos recém-chegados em fins do século XVI, seja pela compra ou pelos casamentos entre homens que possuíam as terras e mulheres que, partícipes de famílias de grandes comerciantes, dispunham então de capitais necessários à montagem dos engenhos. Verificamos, assim, vários casamentos entre cristãos velhos e cristãs-novas cuja família passa a investir no comércio da capitania.

²⁶² SOUSA, Op. cit., 2000, p. 21-22.

²⁶³ MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio: Op. Cit., 1997, p.420.

3.2 União Ibérica, estrutura administrativa, comercial e militar

A União das Coroas Ibéricas proporcionou uma nova conjuntura política a partir da qual o comércio do açúcar foi grandemente influenciado. As colônias portuguesas sofreram um peso diferenciado ao terem que responder aos interesses da Coroa espanhola em guerra com os Países Baixos desde 1585, quando os últimos buscaram sua independência. Tal conjuntura altera o comércio na medida em que os impedimentos, as preocupações com a defesa, o corso e os interesses espanhóis passam a influenciá-lo. Em decorrência, os lucros da indústria açucareira terão fases de retração e esta logo dividirá com o tráfico para América espanhola a atenção dos mercadores.

Durante o período de união das duas coroas (1580-1640), restrições ao comércio do Brasil foram impostas aos súditos de monarcas cujos países estivessem em guerra com as nações ibéricas. As décadas que se sucederam assistiram ao estabelecimento de medidas restritivas ao comércio Atlântico e aos navios engajados neste trato, em razão de questões comerciais e militares.²⁶⁴

Antes da união dos reinos português e espanhol, as tensões entre centros nevrálgicos destes impérios já se faziam sentir. Havia uma rivalidade entre Lisboa e Sevilha na medida em que a Casa de Contratação, situada na última, cerceava a ação de comerciantes situados em Lisboa, que em seu turno favoreciam o contrabando para burlar as proibições da Casa de Contratação. Essas rivalidades se fizeram notar também durante o governo dos Habsburgo, em decorrência da migração de muitos comerciantes portugueses para Sevilha, concorrendo assim com os grupos antes nesta estabelecidos.

As mudanças estruturais que configuraram o governo dos Habsburgo foram analisadas por Antonio Manuel Hespanha, em artigo intitulado *O governo dos Austrais e a “modernização” da constituição política portuguesa*²⁶⁵, no qual o autor aponta as modernizações implementadas pelos monarcas espanhóis, cuja forma de governo, mais centralizada que a portuguesa, permitiu um melhor funcionamento dos sistemas de comunicação e dos aparatos político-administrativos. Nas palavras de Hespanha: “Um primeiro exemplo de modificação estrutural no plano da constituição política é o advento de novas formas de institucionalizar a comunicação política entre a Coroa e os poderes

²⁶⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808 **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, p.8, 1998.

²⁶⁵ HESAPANHA, Antônio Manuel. O governo dos Austrais e a “modernização” da constituição política portuguesa. **Penélope**. Fazer e desfazer história. n. 2, fev. 1989.

periféricos do reino”.²⁶⁶ Dentre essas implementações, está a criação de uma série de órgãos, entre eles a Junta da Fazenda de Portugal, em 1591, bem como a implementação de um sistema de juntas e conselhos. Essas ações tornavam mais rápida não só a circulação de informações, fundamental, mas também a efetivação de medidas administrativas, como no caso de levantamento de desvios fiscais. Em decorrência dessas mudanças, também foram realizadas visitas e devassas, além de serem nomeados uma série de oficiais administrativos.²⁶⁷ Vale salientar que, por vezes, essa melhora na comunicação se deu através da utilização de canais paralelos por meio de uma série de relações consideradas informais.

As preocupações com os lucros da fazenda e a defesa dos vastos espaços do Império ibérico permearam as ações dos monarcas espanhóis.²⁶⁸ Essas preocupações podem ser observadas em relação à América portuguesa no aumento do quadro burocrático, na ampliação dos poderes dos Governadores Gerais e na criação do Tribunal da Relação da Bahia, cujo objetivo primeiro era melhorar a comunicação do monarca com seu império. Ainda que seja lugar comum afirmar que os cargos exercidos no Atlântico nesse período fossem mal remunerados em relação àqueles nas possessões orientais²⁶⁹, os lucros desses homens poderiam advir também da participação em negócios coloniais ou os mesmos poderiam encarar a estadia na América portuguesa como um degrau na escala que os levaria à administração no Oriente ou no próprio reino.²⁷⁰

Também foram criados o Conselho das Índias, em 1604, e a Junta da Fazenda do Brasil, em 1613. Esses órgãos de alargada jurisdição se contrapunham a alguns dos poderes administrativos já constituídos, dos quais eram autônomos, e era justamente essa independência que os dava funcionalidade. Por meio da Junta da Fazenda do Brasil, foram realizadas visitas de reconhecimento como a que trouxe ao Brasil Diogo do Campos Moreno para fazer um levantamento sobre o comércio do pau-brasil.²⁷¹

²⁶⁶ Idem, p.51.

²⁶⁷ Esse conflito entre os juizes ordinários e o Juiz de fora foi abordado por Virginia Almoêdo, em tese sobre os poderes governativos na capitania de Pernambuco. Ver: ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Palavra de Rei - Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

²⁶⁸ MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Felipe II de Portugal. **Penélope**, n. 27, p.7-35, 2002.

²⁶⁹ N do A. Essa afirmação vem sendo refutada por vários estudos que buscam demonstrar que as remunerações pelos cargos no Brasil não deixavam a desejar.

²⁷⁰ SOARES, Mafalda. Redes sociais e decisões políticas no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁷¹ MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério de Educação e Cultura, 1968.

As redes de poder já constituídas ao longo da administração lusa se sentiram tolhidas por várias das ações administrativas dos monarcas. A participação na administração funcionava por vezes através da mescla na mesma pessoa das funções de senhores de engenho e detentor de algum cargo administrativo, como o que ocorreu em Pernambuco com Duarte de Sá, cristão-novo, membro da câmara de Olinda e senhor de engenho. Essa posição ocupada por Duarte de Sá fez com que o mesmo se identificasse perante o Visitador Heitor Furtado de Mendoça, na primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, como “dos da governança da terra”, termo utilizado pelos participantes das câmaras de vereadores, alcaides e capitães que, juntamente com os “principais da terra”, compunham a elite dessa sociedade. “Tais grupos apropriaram-se - formal ou informalmente - de um grande número de funções que hoje classificaríamos como ‘públicas’, chegando ao ponto de desenvolver seus próprios exércitos particulares”.²⁷² O que inclusive podemos ver na conquista de novos territórios.

O próprio Governador-geral Gaspar de Souza se envolveu em querelas com a Junta da Fazenda do Brasil pela intervenção em sua jurisdição. E na Capitania de Pernambuco, muitos senhores de engenho e comerciantes tentaram dificultar um levantamento fiscal, realizado por André Farto da Costa. Essa querela se estendeu por quatro anos e envolveu até o Capitão Donatário, suspeito também de sonegação. Esses e outros conflitos geraram a extinção ou suspensão das atividades de alguns órgãos, como o Conselho da Índia, extinto em 1614, a Junta da Fazenda, que funcionou por apenas dois anos, e o Tribunal da Relação da Bahia, cujas atividades foram temporariamente suspensas em 1626.

A defesa do território português na América foi uma das preocupações centrais dos Habsburgo, destarte as ideias geradas entre 1580 e 1640, de que os monarcas espanhóis não se preocupavam com a proteção do império luso. Essas foram algumas das justificativas dos restauradores de 1640 e coadunam com a da ausência do rei, como se este não se fizesse presente, ou não tivesse Portugal e seu império em mente ao tomar suas decisões.²⁷³ Contudo, a correspondência entre o rei Filipe II de Portugal e o governador do Brasil, Diogo Botelho, entre os anos de 1602 e 1608, contribui para um melhor entendimento da questão. Nesse conjunto de cartas são discutidas as preocupações com as embarcações estrangeiras²⁷⁴, com os

²⁷² CARDIM, Pedro. Op. Cit, 2004. p. 145.

²⁷³ Essas ideias são analisadas em sua profundidade por Fernando Bouza-Alvarez, em artigo na revista *Penélope*. BOUZA-ALVAREZ, Fernando. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa, nº 13, 1994. P. 71-93. Ver também: MEGIANI, Ana Paula. *O rei ausente*. São Paulo: Alameda, 2004.

²⁷⁴ Carta de 31 de março de 1605. Correspondência de Diogo Botelho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 73, parte 1, 1910. (as cartas que seguem constam da mesma publicação)

rebeldes holandeses²⁷⁵, com o extravio das divisas da coroa²⁷⁶ e as necessidades de construção de fortificações da América portuguesa. Assim escrevia o rei em novembro de 1605:

Considerando eu ao muito que me convém a meu serviço e à aquietação de meus vassallos e defesa deste Estado da incursão dos corsários que continuamente o inquietam, estarem fortificadas as praças desta cidade do Salvador, e o porto do arrecife, na Capitania de Pernambuco, por serem as principais dele. Havendo também respeito às lembranças que sobre isto me fizestes e a me pedir com muita instância a Câmara desta cidade.²⁷⁷

O Brasil foi entendido desde o início da União das Coroas Ibéricas como estratégico, fosse pelo recente desenvolvimento açucareiro ou como escala dos navios que cortavam o Atlântico em direção à América espanhola, se constituindo enquanto paragem e barreira defensiva das riquezas de Potosí. O Brasil era também importante para a defesa das embarcações que regressavam da Índia e das embarcações que iam para o Oceano Índico.

Visando melhoramentos no sistema defensivo, foram criadas algumas fortificações ao longo da costa atlântica e conquistou-se definitivamente o Maranhão, em 1619, cuja localização estratégica estava ameaçada pela presença dos franceses. Essa conquista, bem como a da Paraíba realizada anos antes, foi quase toda realizada com os esforços dos senhores de engenho da Capitania de Pernambuco. As preocupações com a defesa também geraram uma sobreposição aos poderes dos capitães donatários. Os últimos, quase em sua totalidade, compreenderam que, unindo seus esforços aos da Coroa, teriam seus interesses resguardados. Assim, uma das principais práticas da coroa acabava sendo fazer os donatários contribuírem para a defesa e autonomia do território português.

Em carta régia de junho de 1608, Felipe II de Portugal estipula regras para a comercialização e recebimento em Cadiz dos navios vindos do Brasil. Normas estas a serem colocadas em prática pelo Conselho da Fazenda, criado por ele para resolver querelas entre os comerciantes. Entre estas estava o controle dos navios e das mercadorias que chegassem do Brasil:

Sobre muito me comunicam a meu serviço evitar-se a devassidão com que se navegam os mares do Brasil, mandei ao administrador geral dos Almojarifados de servi-la que ordenasse a todos os dizimeiros e oficiais subordinados a ele que por nenhum caso consintam descarregar nos portos de mar daquela costa navio algum que do Brasil venha com mercadorias.²⁷⁸

²⁷⁵ Carta de 30 de agosto de 1606, entre outras.

²⁷⁶ Carta de 20 de outubro de 1606. Essa carta refere-se à diligência que fez Diogo do Campos Moreno sobre o pau-brasil em Ilhéus.

²⁷⁷ Carta de 20 de novembro de 1605..

²⁷⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 27.

Felipe II de Portugal também pediu que essas medidas se fizessem cumprir em suas possessões castelhanas, como inferimos de outra parte da citada carta.

E que cumpram os precatórios que pelo provedor da Alfândega dessa cidade lhe forem passados para se saber os navios que os anos passados descarregaram nos ditos lugares vindo do Brasil na quantidade dos açúcares que traziam e nesta conformidade mandei também escrever ao Duque de Medina sido nela e ao assistente de Servilha e corregedor de Cadiz para que nesta ordem se execute em todos os portos de mar da dita costa de que vos aviso pagasse o tenhais entendido.²⁷⁹

O contrabando do açúcar brasileiro foi importante também com os territórios espanhóis na América, as rotas que ligam Pernambuco, Rio de Janeiro e Buenos Aires foram apontadas, já em 1618, por Ambrósio Fernandes Brandão. Vários portugueses atuavam tanto na América espanhola quanto na portuguesa. Sobre os chamados “peruleiros”, nos fala o senhor de engenho e comerciante cristão-novo, autor de *Dialógos da Grandeza do Brasil*: “Do Rio do Prata costumavam navegar muitos peruleiros em caravelões e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito reales”²⁸⁰.

Vários navios iam direto da costa da Andaluzia ao Brasil, e outros que daí saíam passavam pelas Ilhas Canárias e se dirigiam diretamente a Flandres²⁸¹. O curso também preocupava as autoridades ibéricas, este ocorria não só por parte dos holandeses, mas também dos ingleses e dos franceses no litoral. Até nós chegaram relatos sobre mercadores que se dirigiam ao Porto quando os navios em que viajavam foram tomados por corsários ingleses. Entre eles estava o do mercador cristão-novo Miguel Dias de Paz,²⁸² filho do também mercador Duarte Dias. A caravela partiu da Bahia e, quando já estavam próximos da cidade do Porto, foi sequestrada por ingleses “luteranos”. E, junto com mais seis pessoas, Miguel foi deslocado para a nau dos ingleses, na qual esteve por treze ou quatorze dias até chegar à Inglaterra. Esse é um exemplo de como o curso grassava no Atlântico, sucumbindo as frágeis caravelas portuguesas.

Portanto, como apontou Pedro Cardim, a integração dos domínios das Américas espanhola e portuguesa ocorreu especialmente em decorrência dos interesses comerciais e

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. Cit., 1997. p.108.

²⁸¹ MAURO, Frederic. **Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 312.

²⁸² FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Confissões de Pernambuco 1594-1595**. Documentos para história do Nordeste, III. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, p. 51.

militares²⁸³. Foi, sobretudo, a necessidade de defesa do território e das rotas comerciais contra os holandeses, franceses e ingleses que proporcionaram a união de fato das duas Américas. Essa união não suplantava, contudo, o medo que os portugueses tinham da intromissão dos espanhóis em seus lucrativos negócios ultramarinos. Esse medo também pesava sobre os espanhóis, justificado pelo crescente número de portugueses na América Espanhola a partir de fins do século XVI.

3.3 Pernambuco e as Províncias rebeldes: relações que antecedem a União das Coroas Ibéricas e nela perduram

As relações da capitania de Pernambuco com os Países Baixos, e logo com as Províncias Unidas, declaradas independentes, fizeram parte da constituição da indústria açucareira. Portugal não dispunha de condições para sozinho fazer os investimentos necessários nem de suprir sua colônia de manufaturas. Desde cedo, vinham do Norte da Europa manufaturas, trocadas por açúcar e pelo sal, tão necessário à indústria pesqueira desenvolvida nos Países Baixos. O local dessas trocas foi primeiramente a cidade da Antuérpia, considerada o centro comercial europeu em fins do século XVI, e logo em Amsterdã, pela transferência de pessoas e capitais após a permanência da Antuérpia sob o domínio espanhol. Em artigo da década de 60 do século XX, Angel Sluiter aponta essas relações para os anos anteriores a 1621, ou seja, antes da formação da Companhia das Índias Ocidentais. Assim ele as descreve:

O navio saía da Holanda, navegando por uma rota alemã levando cereais, outras matérias cruas e manufaturas para Portugal, lá descarregava parte da mercadoria, conseguia uma licença para o Brasil, usando um piloto português e colocando fiança para retornar por Portugal. Descarregando as mercadorias exceto o que ia para o Brasil. O navio então era carregado de vinho, azeite e manufaturas adicionais ainda em Portugal, ou exclusivamente de provisões e vinhos na Madeira e nas Canárias. Pago os impostos prescritos cruza o Atlântico, geralmente para a Bahia ou Pernambuco, onde ficava por volta de quatro meses. Tempo de recarregar com açúcar, pau-de-tinta e algodão para o retorno.²⁸⁴

²⁸³ CARDIM, Pedro. O governo e administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. **Hispania**, LXIV/1, n. 216, 2004.

²⁸⁴ SLUITER, Angel. Op. Cit., 1968, p. 76.

As embarcações portuguesas não eram adequadas para o transporte do açúcar, já as urcas fabricadas no norte europeu comportavam maior quantidade de caixas e eram mais velozes. Mesmo no período de guerra entre a Espanha e as províncias unidas, várias urcas foram fretadas por portugueses para fazerem o transporte do açúcar. Essas relações são também detectadas pelos cronistas. Frei Vicente Salvador, por exemplo, escreveu que “costumavam vir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisboa, Porto e Viena, com fazendas de sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar.”²⁸⁵ Importante lembrar que o tráfico de escravos também utilizava essas embarcações. Pelas denúncias ao Santo Ofício, sabemos que, de Angola, veio a Pernambuco Gabriel da Costa numa nau flamenga em 1594, mercador “estante” na Rua da Rocha quando ocorreu a Visitação.²⁸⁶

Os cristão-novos portugueses fundaram, em fins do século XVI, três comunidades em Amsterdã, e no século XVII conseguem o reconhecimento enquanto comunidade judaica²⁸⁷. Esses homens, em sua maioria comerciantes, haviam migrado de Portugal em busca de tolerância religiosa²⁸⁸ e oportunidades financeiras.

As mercadorias lhes chegavam às mãos normal e pacificamente, desempenhando nisso um notável papel os judeus exilados de Portugal por causa da Inquisição. Estes, que eram numerosos em todos os Países-Baixos, e mais particularmente nos grandes centros comerciais, continuavam ligados aos congêneres da mãe-pátria por laços familiares e por interesses vários, ou ainda com os que tinham passado ao Brasil, correspondendo-se e transacionando entre si.²⁸⁹

Muitos holandeses driblavam as proibições de levarem diretamente açúcar ao norte europeu, seguindo direto para aqueles portos: legal ou ilegalmente metade ou dois terços do açúcar produzido no Brasil em finais do século dezesseis foi transportado para os Países Baixos. Os “Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”²⁹⁰ foram representativos desse contingente. Elaborado pelo desembargador Sebastião de Carvalho,

²⁸⁵ SALVADOR, Frei Vicente. Op.cit., 1982, p. 292.

²⁸⁶ Livro das Confissões de Pernambuco, p.147.

²⁸⁷ KAPLAN, Yosef. Op. Cit., 1996.

²⁸⁸ N do A. Há uma clara diferença entre tolerância religiosa e liberdade religiosa, por mais que se fale do status de que gozavam os judeus no Recife, durante o governo de Maurício de Nassau, é importante frisar que o que eles tinham era liberdade de consciência decorrente da tolerância religiosa, não da liberdade, o que quer dizer que podiam professar dentro de suas casas a fé que lhes parecesse, mas não em público. É certo, também, que os próprios holandeses, embora concedessem no Brasil liberdade de consciência, cerceavam a liberdade de culto: aos Católicos proibiam as procissões externas; aos Judeus negavam o culto público.” MELLO, José Antônio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife** (1654). Editora Universitária UFPE: 1979, p. 43.

²⁸⁹ SALVADOR, José Gonçalves. **Os Cristãos-novos: Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro, 1530-1680**. São Paulo: Pioneira, Universidade de São Paulo, p.329.

²⁹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, 1993, p. 21-145.

datando do ano de 1608, o livro contém o registro de diversas urcas, seus carregadores no Brasil e seus consignatários, supostamente, em Lisboa. Nesses registros, observamos que muitas dessas embarcações, apesar de terem seus impostos pagos na capital portuguesa como se tivessem lá chegado, de fato desembarcavam em Flandres, Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã.

O cronista Domingos de Abreu e Brito, ainda na década de 90 do século XVI, se queixava desses desvios do açúcar para o norte da Europa.²⁹¹ Para efetivação desses “desvios”, participaram em Pernambuco 38 carregadores cristãos-novos, e estes comerciantes tinham também em Portugal outro representante de sua rede comercial que assinava como se tivesse recebido a mercadoria.²⁹²

Essas relações comerciais são também descortinadas pelos registros notariais de Amsterdã, que, entre os anos de 1595 e 1639, nos apontam as transações entre o Brasil e aquele centro. Nesses registros, muitos comerciantes são identificados como membros “da nação portuguesa”. Contudo, a riqueza dos mesmos compreende uma gama maior de informações, entre as quais contratos realizados por membros da nação portuguesa para o carregamento de algodão para portos ingleses, contratos para importação do sal, registros de casamento entre membros da Nação, em que constam como testemunhas cristãos-novos que se estabeleceram em Pernambuco, entre muitos outros.²⁹³

As ligações dos comerciantes situados em Pernambuco com os membros da nação portuguesa em Amsterdã foram fundamentais para minimizarem os estragos causados pelo assalto a carregamentos de açúcar, tão comuns nas águas atlânticas. A extensão dessas redes

²⁹¹ BRITO, Domingos de Abreu e. **Um inquérito à vida administrativa e economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI**, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

²⁹² Listamos primeiramente os carregadores, porque, situados em Pernambuco nos últimos anos do século XVI e primeiros do XVII, mantinham com o Norte europeu essas ligações. Lembramos que muitos dos consignatários também estiveram em Pernambuco, o que observaremos ao longo de nossa tese. Entre os carregadores reconhecidos como cristãos-novos estavam Ambrósio Fernandes Brandão, André Gomes Pina, Antônio Dias do Porto, Antônio Mendes, Bento Álvares, Diogo Soares, Duarte Dias de Flandres, Duarte Dias Henriques, Duarte de Sá, Duarte Ximenes, Fernão Soares, Filipe Diniz do Porto, Francisco Dias Soares, Francisco Lopes Homem, Francisco Rodrigues do Porto, Gaspar Fernandes Anjo, Gaspar Ximenes, Gomes Rodrigues Milão, Henrique Rodrigues, João Nunes de Matos, João Ribeiro, João Soeiro, Jorge Fernandes, Jorge Ferreira, Jorge Tomás, Luís Antunes, Manuel Carvalho, Manuel Nunes Lopes, Manuel Nunes, Manuel Nunes de Matos, Manuel Rodrigues do Porto, Manuel Vaz Pimentel, Miguel Dias de Santiago, Paulo de Pina, Pedro Henrique, Pedro Lopes, Pedro Lopes de Vera, Simão Vaz e Tomás Fernandes. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urças do Porto do Recife, 1595-1605”. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, 1993, p. 21-145.

²⁹³ Cada grupo de registros, publicados na Revista Rosenthaliana, é tesouro em termos de identificação dos portugueses com relações no norte europeu ou lá estabelecidos. NOTORIAL RECORDS IN AMSTERDÃ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: Studia Rosenthaliana: Journal for jewish literature and history in the Netherlands, University Library of Amsterdã. Vol. I ao XV (publicados desde 1967, coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

podia por vezes proporcionar o resgate de carregamentos apreendidos através do corso, principalmente pelos ingleses. Representativo disso é o registro de 6 de maio de 1606, no qual vários comerciantes cristãos-novos passam procuração a dois comerciantes de Londres. Essa procuração tinha como objetivo retomar uma embarcação sequestrada por corsários ingleses ao sair de Lisboa cuja carga de açúcar fora vendida em Londres. Entre os prejudicados, encontramos alguns cristãos-novos com passagens por Pernambuco, como Duarte Saraiva, Duarte Fernandes e Manuel Lopes Homen²⁹⁴.

O comércio holandês com o Brasil prosperava sempre graças ao papel de intermediários desempenhado por “muitos bons e honestos portugueses, na sua maioria moradores de Viana e do Porto”, os quais, depois da formal proibição baixada em 1594 contra a participação da Holanda no comércio com a colônia, espontaneamente se ofereceram para continuá-lo, sob a proteção de seus nomes e de sua bandeira’... Muitos desses “bons e honestos portugueses”, se não a maioria deles, descendiam de cristãos-novos ou marranos.²⁹⁵

O aprendizado dos comerciantes cristãos-novos situados em Amsterdã passava por comumente pela participação desde pequenos nos negócios familiares, entre os quais o comércio no Brasil. Era comum tanto mandar seus filhos para o aprendizado nos negócios em Pernambuco ou na Bahia como também o seu contrário: mandá-los do Brasil a outros portos, como o fez João Luis Henriques, cujos filhos, Jerônimo Henriques e Manoel Sanches, estavam em Amsterdã em 1613. O segundo representava o seu pai na *Santa Companhia de órfãos e donzelas*, sob o nome judaico de Joseph Cohen.²⁹⁶

O mercador flamengo André Pedro se incluiu nessa lista de homens crescidos dentro das redes de comércio. Ele saiu de sua terra natal ainda com treze anos, ficando em Lisboa por volta de nove anos, nos quais trabalhou para diversos mercadores. Depois esteve em São Tomé e Angola e disse estar no Brasil em 1586. Ele trabalhava para os irmãos Fernão e Diogo Soares, cristãos-novos, servindo de caixeiro e respondendo a interesses de mercadores moradores na Alemanha.²⁹⁷ Os Soares por sua vez contavam no reino com o suporte de um outro irmão, André Soares, que cuidava de seus interesses em conjunto com Simão Vaz, também comerciante cristão-novo.²⁹⁸

²⁹⁴ 6 de maio de 1603. Arquivos Notariais. 94, Fl. 173-175. In: Studia Rosenthaliana, Vol.II, nº2, 1968, p. 270.

²⁹⁵ Boxer, Charles. **Os Holandeses no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: [s.n.], 1961. p. 27-28.

²⁹⁶ Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor, visitador e licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620. Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**, tomo XVII, 1963, p. 509. Daqui por diante, ao nos referirmos a essa obra, vamos chamá-la de Segunda Visitação.

²⁹⁷ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 258.

²⁹⁸ Index das Notas de Varios Tabelliães de Lisboa. Vol. IV. P. 339. A partir deste ponto nos referiremos a essas fontes como Tabelaes, seguido de volume e página.

Um dos homens que viviam entre idas e vindas entre Pernambuco e o Norte Europeu foi Manuel Homem de Carvalho, preso pelo Santo Ofício em decorrência de várias denúncias feitas a seu respeito na Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil, entre 1618 e 1621. Ele foi entregue nos cárceres do Santo Ofício lisboeta em 3 de junho de 1620²⁹⁹. Através de seu processo, conhecemos os caminhos percorridos por esse comerciante. Por volta de 1591, ele chegou à Capitania de Pernambuco, acompanhado de seu tio, o também mercador Francisco Lopes Homem, que logo regressou ao reino. Assim, Manuel ficou em Pernambuco cuidando dos negócios de seu tio, mas já estava em Angola, durante a Visitação, e logo regressou a Pernambuco, provavelmente, com escravos africanos.³⁰⁰

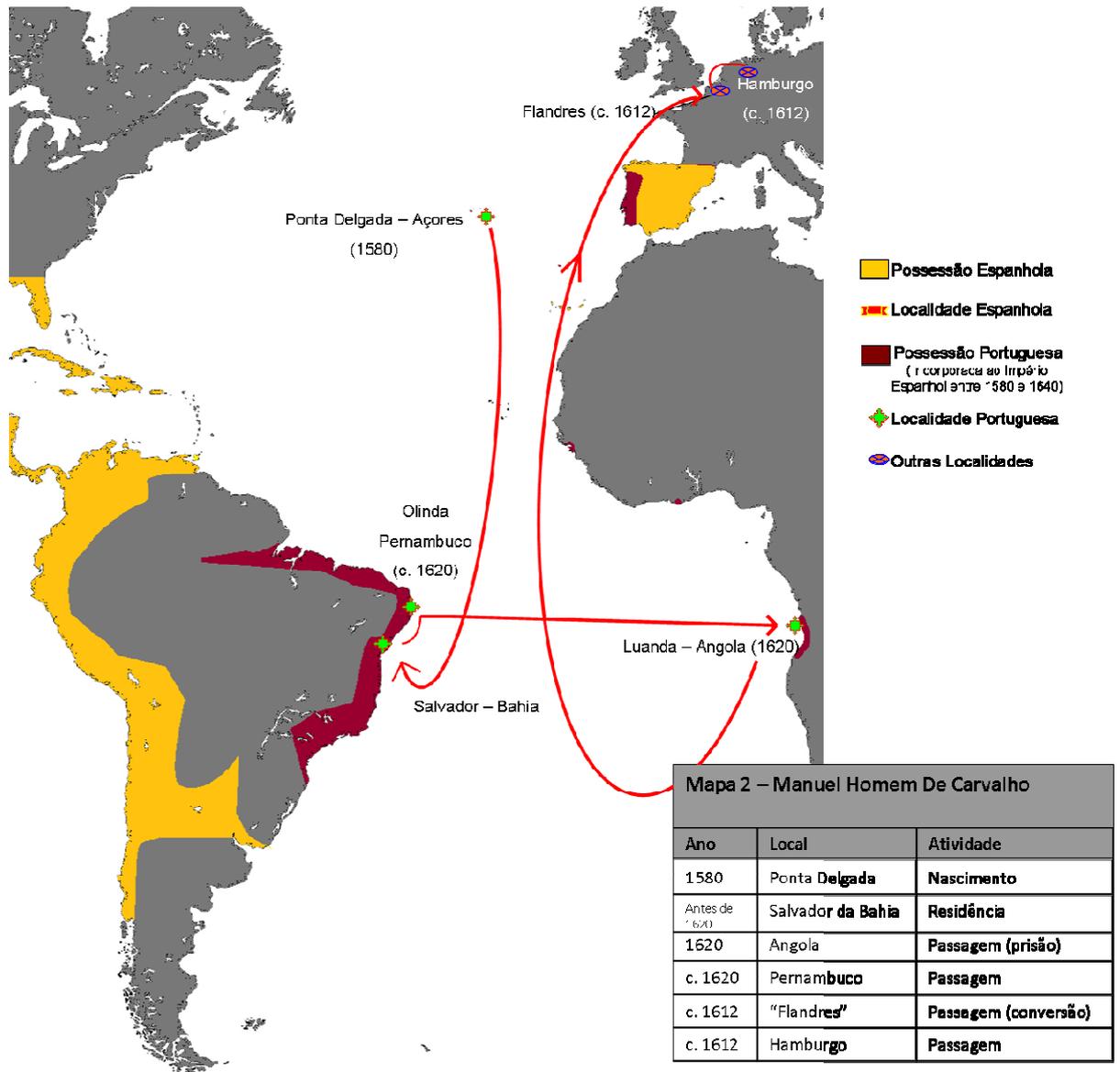
Ao ser processado pela inquisição lisboeta em 1621³⁰¹, Manuel disse ter sido morador da cidade de Salvador na Bahia, onde foi denunciado e prestou confissão em 1620, na qual declarou ter quarenta anos. O mercador foi preso, um ano depois residia já em Angola, tendo feito antes uma passagem por Pernambuco. As relações com a Holanda são minuciosamente descritas: começa por dizer que há oito anos ou dez anos³⁰², mais ou menos, foi a Flandres na companhia de seu sogro, Diogo Lopes da Ilha, morador em Pernambuco e membro da Irmandade de São João.

²⁹⁹ Inquisição de Lisboa, processo de Manuel Homem de Carvalho. n.º 3157.

³⁰⁰ Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 113 e 115.

³⁰¹ Inquisição de Lisboa, Processo de Manuel Homem de Carvalho. n.º 3157.

³⁰² Por vezes, no processo, fala de oito anos, outras vezes em dez, ambas as confissões datam do mesmo ano.



Manuel afirma que, indo com o sogro comerciar para logo voltar ao Brasil, tomou contato com alguns homens da nação que conheceu no Brasil e com outros membros da Nação, portugueses que lá conheceu. Então se converteu ao judaísmo, fez a circuncisão e, depois de tornar-se judeu, rumou para Hamburgo na Alemanha. Entre as pessoas que diz terem lhe pressionado para tornar-se judeu, estava Diogo Dias Querido, mercador e senhor de engenho na Bahia, João Luis Henriques, aqui já citado e residente em Pernambuco e Fernão Lopes Milão, do núcleo dos Milão, que também tinham representantes na citada capitania, apontado como lisboeta. A comunidade judaica portuguesa na Holanda, segundo Manuel Homem de Carvalho, contava com uns 200 homens. A teia de relações deste cristão-novo enreda uma série de negociantes localizados no Brasil:

embarcar-se, para a Ilha da Madeira, Diogo Lopez o sardo da nação que ele parece que era natural de Lisboa e era parente de Pero Galegos mercador de Lisboa, e de Simão Nunes de Mattos também da nação natural de Lisboa e senhor de engenho de açúcar nesta Bahia, e de *Manoel Nunes* irmão do dito Simão Nunes a qual Manoel Nunes morreu judeu em Flandres e foi casado com uma filha do Milão que queimarão pelo Santo Ofício em Lisboa, o qual Diogo Lopez disse a ele confitente na dita cidade de Amstradão no tempo acima declarado que o dito Pero de Gallegos lhe mandara cargação da nau em que vinha para a dita Ilha da Madeira para daí ir para Angola como de feito foi, e ele confitente sabia que era judeu como os outros por lhe vê também guardar as cerimônias e ritos judaicos.³⁰³

Pero de Gallegos, citado no processo de Manuel, era então comerciante em Lisboa, para onde regressou de sua estada em Pernambuco. Ele residia em Olinda no tempo da Primeira Visitação, sendo denunciado como um dos frequentadores da Sinagoga de Camaragibe e estando sob suspeita de ser circuncidado. Outro Gallegos, Manuel de Gallegos, provavelmente filho de Pero de Gallegos, morou na Bahia, na casa de um cunhado seu, o comerciante Simão Nunes de Mattos, também citado por Manuel. Simão, também comerciante e senhor de engenho, era irmão de Manuel Nunes de Matos³⁰⁴, já morto na década de vinte do século XVII e ligado por casamento e família Milão. Manuel consta como fiador da Urca Anjo Gabriel, que, em 1596, partiu de Pernambuco destinada à Viana do Castelo, sendo também fiador e carregador em 1597.³⁰⁵ Essas complexas relações foram constitutivas da indústria açucareira nos 50 anos por nós observados. As mesmas serão retomadas e reavaliadas à luz das redes comerciais na Capitania de Pernambuco nos capítulos seguintes.

3.4 Cristãos-novos nas redes de comércio em fins do século XVI e começo do XVII

O número de cristãos-novos que se estabeleceram ou apenas passaram por Pernambuco não pode ser especificado, estima-se que 14% da população branca da Capitania

³⁰³ N do A. Sublinhamos àqueles com passagem por Pernambuco. Inquisição de Lisboa, processo Manuel Homem de Carvalho, nº 3157.

³⁰⁴ N do A. Sua trajetória será retomada mais a diante, ao explicarmos como a ação inquisitorial desarticulou algumas redes comerciais.

³⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1993, p. 21-145. A partir deste momentos nos referiremos a esta publicação como Livro das saídas das urcas; Denúncias de Pernambuco, p. 262.

de Pernambuco era cristã-nova em fins do século XVI.³⁰⁶ É necessário lembrarmos que foi justamente o reconhecimento desses homens enquanto cristãos-novos que geraram esses números, frutos da ação inquisitorial. Dessa forma, podemos inferir que em Pernambuco havia 14% de homens reconhecidos enquanto cristãos-novos, podendo o índice ser maior ou menor.³⁰⁷ As mesmas fontes que geraram esses números³⁰⁸ nos dão um total de 175 indivíduos de ascendência judaica, entre os quais identificamos 34 mercadores, 11 senhores de engenho e 17 lavradores, num total de 62 cristãos-novos envolvidos com os negócios do açúcar em fins do século XVI.³⁰⁹

Nesse primeiro momento, nos ateremos também aos cristãos-novos identificados em Pernambuco através de diversas fontes até o período de 1621, limite escolhido por nós em virtude das mudanças em relação ao comércio do açúcar observadas a partir de então.³¹⁰ Nosso objetivo principal pode ser sintetizado nas palavras de João Fragoso, ao lembrar “a necessidade de não analisar somente os mercados como *locus* de produção e trocas, mas também seu significado para a qualidade de vida dos diferentes grupos sociais.”³¹¹

Os primeiros cristãos-novos identificados em Pernambuco são Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, que em 1542 receberam uma sesmaria em Pernambuco, para levantar um engenho, que seria o Camaragibe, depois chamado Santiago.³¹² Ao descrever a presença cristã-nova em Pernambuco, José Antônio Gonsalves de Mello aponta para a importância das redes comerciais envolvidas nos negócios do açúcar, também nosso alvo de estudo:

É merecedor de atenção o estudo de famílias cristãs-novas, cujos membros localizavam-se estrategicamente em pontos importantes do comércio açucareiro. Essa rede comercial à base do parentesco não era exclusiva dos cristãos-novos, pois era comum no mundo ocidental durante os séculos XVI e XVII. Os interesses

³⁰⁶ Este percentual foi levantado por Tarcízio do Rêgo Quirino em estudo intitulado Os habitantes do Brasil no século XVI. Alguns autores atribuem o número de cristãos-novos em Pernambuco a uma tolerância dos cristãos-velhos, possibilitada pelo afastamento da sede do Bispado na Bahia e pela necessidade de integração e ajuda mútua para o estabelecimento na Capitania. QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. Op. Cit., 1966.

³⁰⁷ N do A. Lembramos sempre que muitos tiveram sua condição de cristão-novo apenas apontada por outros, não tendo comparecido à Mesa do Visitador.

³⁰⁸ Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. ; Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça - Confissões da Bahia, 1591/1592. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed., 1935.

³⁰⁹ N do A. No caso dos comerciantes que também eram senhores de engenhos e lavradores, nós privilegiamos a segunda atividade para a composição deste quadro. A esses 62 indivíduos nós acrescentamos os cristãos-novos citados por outras fontes, perfazendo um total dos já citados 105 cristãos-novos em Pernambuco no período por nós estudado envolvidos na produção e comércio do açúcar.

³¹⁰ Essas mudanças serão por nós abordadas no capítulo seguinte.

³¹¹ FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. Revista estudos históricos, 2002, 29, p. 5

³¹² PÔRTO, Costa. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. In: **Revista do Museu do Açúcar**. n.º2. Recife, 1969.

comerciais levavam ainda ao intercasamento de famílias de comerciantes. Daí a importância do estabelecimento de árvores genealógicas dessas famílias para melhor percepção daquelas redes comerciais.³¹³

No período da história da Capitania de Pernambuco caracterizado por Evaldo Cabral de Melo como *ante bellum*, que iria desde a chegada do Donatário Duarte Coelho até a invasão da capitania pelos holandeses, o desenvolvimento populacional e agrícola pernambucano foi impulsionado pela promissora indústria açucareira. Além da produção de açúcar nos engenhos, essa indústria era composta também de venda e transporte da carga, cujos principais portos de entrada no reino eram Lisboa, Porto e Viana. Contudo esse açúcar nem sempre se dirigia diretamente para esses portos, como já citado anteriormente, ampliando o alcance de várias redes de comércio envolvidas na distribuição do açúcar.

Uma divisão entre os comerciantes e senhores de engenho é difícil de ser estipulada neste período, posto que muitos homens foram senhores de engenho e também responsáveis pelo comércio de seu açúcar, estimulados por uma série de isenções fiscais. Outros ainda conciliavam essas atividades com a lavra de terras, prática comum nessa época. Exemplar é o caso de Ambrósio Fernandes Brandão, mercador e senhor de engenho em Pernambuco, participou da conquista da Paraíba como capitão dos mercadores e, após uma temporada no reino, retornou por volta de 1607, se estabelecendo na Paraíba, senhor já então de três engenhos.³¹⁴

Entre os anos de 1580 e 1630, identificamos 165 mercadores cristãos-novos com passagem pela capitania de Pernambuco, alguns dos quais vão se continuar nos anos seguintes. São eles membros das mais diversas famílias de origem judaico-portuguesa. Notamos nesse momento uma pequena maioria de agentes que tinham o Porto como origem e centro de seus principais investimentos.³¹⁵

A Capitania de Pernambuco foi o destino final de 72 embarcações oriundas de Lisboa e do Porto, num total de 274 apenas entre os anos de 1580 e 1612. Cabe lembrar que esses contratos dos quais retiramos tais dados não englobam a totalidade das embarcações nem dos acordos, sendo celebrados em sua maioria nas situações de maior risco para a carga e consequentemente para os lucros. Apesar disso são documentos privilegiados para a análise das redes de comércio, pois vemos seus agentes associados em diversos contratos. Essas embarcações traziam tecidos, vinhos, cereais e o que mais nos interessa: agentes mercantis,

³¹³ MELLO, José Antônio Gonsalves Op cit, 1996, p. 15.

³¹⁴ Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 231 e 260.

³¹⁵ N do A. Alguns também participaram de contratos de fretamento tanto em Lisboa quanto no Porto. O que nós aponta a versatilidade dos mesmos dentro do reino.

homens que se dispuseram a enfrentar os riscos da empreitada ultramarina e aportaram em Pernambuco, muitos sem retorno certo.

O cultivo da cana-de-açúcar na Capitania de Pernambuco, relacionada à efetiva colonização do território português na América, contou com a presença expressiva de cristãos-novos. A opção pela plantação em solo brasileiro é explicada por Frederic Mauro:

O Brasil apresentava sob as ilhas do Atlântico oriental vantagens consideráveis. Aqui não é necessária a irrigação. É desnecessário escolher a topografia da plantação: pode plantar-se tanto nas partes altas como nas partes baixas, porque não há necessidade de irrigar ou mesmo de estrumar. Pode-se cortar a cana de seis em seis meses. As terras são ricas.³¹⁶

A distribuição de sesmarias para o cultivo de cana, encargo do Donatário, se deu concomitante a sua chegada à Capitania, fato possível de observação a partir do documento sobre os cinco primeiros engenhos da capitania de Pernambuco, datado de 1542.³¹⁷ Dos primeiros colonos que aqui aportaram com o Donatário, poucos tinham capital para o investimento necessário à montagem de engenhos e à compra dos escravos para o trabalho na lavoura de cana. Impossibilidade verificada pelo fato de que, até o ano da morte de Duarte Coelho, a capitania contava apenas com 5 engenhos. Assim foi que muitos dos primeiros beneficiados com as doações de sesmarias venderam suas terras ou uniram-se por casamento ou sociedade a outros reinóis que chegaram à capitania na segunda metade do século XVI. Nas palavras de Evaldo Cabral sobre o grupo denominado por ele de *açucarocracia*, “a rigor ele só emerge como grupo no derradeiro quartel do *Quinhentos*”.³¹⁸

Essa *açucarocracia* deveria sua origem e riqueza não aos primeiros proprietários de terra, mas principalmente ao cruzamento de seus filhos com os recém-chegados do reino, que, após 1570, munidos de capital, próprio ou emprestado, aportaram na capitania de Pernambuco. Os reinóis eram, segundo a Primeira Visitação do Santo Ofício, proprietários de 68% dos engenhos pernambucanos.³¹⁹ O casamento seria também uma forma de dinamizar a terra parada pela falta de investimentos. Vários cristãos-novos em Pernambuco casaram-se com cristãos-velhos, aliança esta interessante para maquiar a *mácula de sangue*, mas também para terem acesso a terras. Assim sendo, mesmo que nesse primeiro momento de análise os

³¹⁶ MAURO, Frederic. **Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670**. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 254

³¹⁷ PÔRTO, Costa. Op cit, 1969.

³¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: O imaginário da restauração Pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 409.

³¹⁹ QUIRINO, Tarcizio do Rego. Op Cit, 1961.

cristãos-novos não sejam tão importantes numericamente enquanto senhores de engenho, esses casamentos fizeram com que muitos dos herdeiros dessas propriedades fossem de origem cristã-nova. É o caso da cristã-nova Maria da Paiva, neta de Branca Dias,³²⁰ que foi casada com Agostinho de Olanda³²¹, cristão-velho, senhor do engenho Subipema, na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão. Agostinho foi também alcaide-mor da vila de Igarassu, tendo seu filho ocupado o mesmo posto. Maria da Paiva, por sua vez, era filha de Inês Fernandes e de Baltazar Leitão, cristão-velho, também senhor de engenho na freguesia de Santo Amaro.

Alguns trabalhos focaram a dinâmica dessa “Elite do Açúcar”, entre os quais se destacam as obras de Evaldo Cabral de Mello. Recentemente, o historiador Rodrigo Ricupero dedicou-se à minuciosa pesquisa documental sobre as elites coloniais de território entre os anos de 1530 e 1630. Assim o autor define os contornos de seu estudo:

Portanto, para se compreender a formação dos mecanismos do antigo regime colonial nas partes do Brasil, é indispensável entender o papel que a elite colonial residente desempenhou, por outro lado, só é possível compreender a gênese desta elite por sua inserção dentro dos quadros do Antigo Sistema Colonial.³²²

O supracitado historiador, ao falar da elite colonial em formação na capitania de Pernambuco, não faz nenhuma distinção em relação aos membros cristãos-novos da mesma. Destarte sua rica análise documental poder fornecer a identificação cristã-nova de muitos dos membros citados em sua obra, ele por vezes indica essa origem, por vezes não, além de não fazer nenhuma menção à importância dos cristãos-novos no desenvolvimento dessa elite. Essas ausências tendem a levar o leitor a compreender essa elite enquanto grupo homogêneo, cujas características básicas seriam a inserção na administração, a posse de terras e a nobilitação, para além de qualquer outra diferenciação, perspectiva na qual desacreditamos, pois a origem cristã-nova pesou sobremaneira nos membros da elite pernambucana, dificultando por vezes suas inserções na governança, bem como os processos de nobilitação, ainda que muitos tenham sido os cristãos-novos que conseguiram tais feitos.³²³

³²⁰ Denúncias de Pernambuco, p. 253.

³²¹ Evaldo Cabral de Mello afirma que, dos filhos de Arnau de Olanda, apenas Antonio de Holanda foi senhor de engenho, tendo os outros se dedicado a funções burocráticas. Contudo nossas fontes contestam essa informação, pois observamos que, além da função administrativa, Agostinho era também senhor de engenho, como apontado na Visitação do Santo Ofício. Ver: Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 110; MELLO, Evaldo Cabral de. “Marginália: os alecrins do canavial” In: **Rubro Veio**: O Imaginário da Restauração Pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.412.

³²² RICUPERO, Rodrigo. **A formação da Elite Colonial**. Brasil c.1530- c.1630. São Paulo Alameda, 2009, p.30.

³²³ Sobre o peso dessa ascendência, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue**: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

Dos onze senhores de engenho de cristãos-novos na capitania de Pernambuco que constam da Visitação do Santo Ofício em 1594, apenas 1 reaparece na relação de 1609, composta de 78 engenhos, que conta também com 11 cristãos-novos proprietários. Essa rotatividade na posse dos engenhos pode ser explicada por uma série de fatores. Primeiro o fato de muitos proprietários verem no engenho apenas a possibilidade de isenção fiscal no embarque de suas mercadorias, garantida pela Coroa, sendo apenas uma das etapas nas quais estavam envolvidos, que incluía principalmente a comercialização - característica de um grupo de homens que somavam as funções de senhores de engenho, a de lavradores e comerciantes, passado o tempo de isenção eles repassavam a propriedade.

Segundo porque os riscos e custos que envolveram a produção açucareira nas vésperas da invasão holandesa levaram muitos senhores de engenho a reconsiderar seus investimentos. Alguns dos quais apostaram na carreira burocrática para galgarem local de destaque na América portuguesa. Uma terceira possibilidade, verificada se relacionarmos as denúncias do Santo Ofício e a relação de 1612, é que alguns engenhos foram adquiridos pelos lavradores após anos de produção de cana, nos quais adquiriram os recursos necessários, além de outras fazendas terem se transformado em engenhos propriamente ditos, como é o caso das terras dos cristãos-novos Duarte Dias³²⁴ e Fernão Soares. Apontamos também um grupo de ricos comerciantes, também senhores de engenho, que redirecionaram seus interesses ao lucrativo tráfico de escravos para a América espanhola, vendendo suas propriedades na colônia portuguesa. Casos que exploraremos no capítulo seguinte.

É importante, contudo, ressaltar que essa rotatividade não era comum apenas aos cristãos-novos. Ela foi comum a todo grupo de senhores de engenho de fins do século XVI e começo do XVII. Evaldo Cabral de Mello faz uma leitura dessa mobilidade que nos parece interessante para não sermos levados a crer que apenas os cristãos-novos não se mantinham presos à terra, por conta da versatilidade de seus investimentos. O autor afirma que $\frac{3}{4}$ dos proprietários de engenho citados na documentação inquisitorial de 1591-1595 não se mantiveram na posse dos mesmos em 1623, nem eles nem seus familiares³²⁵. E quando recorremos às listas de proprietários de engenhos elaboradas em cima das diversas fontes citadas verificamos que essa mobilidade era, sim, comum também aos cristãos-velhos, muitos dos quais também detinham interesses múltiplos que os levaram a migrar e repassar seus engenhos a novos proprietários.

³²⁴ Alvará de 2 de janeiro de 1573 ao Governador Geral do Brasil para doar uma sesmaria. **Documentos Históricos**, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XIV, p. 442-443.

³²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da Restauração Pernambucana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, P.422.

Uma distinção há que ser feita quando falamos sobre engenhos. Muitas das terras contadas como engenhos no fim do século XVI eram na verdade apenas de cultivo. Nem todas essas terras possuíam o maquinário do engenho, seus proprietários eram obrigados a moerem suas canas nos engenhos mais próximos em troca de um percentual do produto. Esses lavradores, quando possuidores de escravos, compartilhavam com os senhores de engenho o *status* de não terem “defeito mecânico”³²⁶, mácula essa que assolava os comerciantes. Porém, os mesmos tampouco compunham uma camada uniforme, diferenciando-se pela quantidade de tarefas de cana cultivadas, que variavam de acordo com a qualidade e tamanho da terra arrendada, bem como pela quantidade de escravos possuída por cada lavrador. Esses lavradores eram responsáveis por cerca de 75% da cana moída nos engenhos da Capitania de Pernambuco. Uma maior distinção social entre lavradores e senhores de engenho será desenvolvida após a saída dos holandeses, já na segunda metade do século XVII. Os engenhos poderiam ser divididos em três grupos de acordo com a produção de suas fábricas. Seriam grandes engenhos aqueles que produziam mais de 6.000 arrobas anuais, os médios, aqueles que produziam entre 6.000 e 3.000 arrobas, e os pequenos, com produção inferior a 3.000.

O desenvolvimento açucareiro se deu na esteira de um grupo composto em sua maioria de reinóis urbanos como indicada pela origem dos mesmos na Visitação.

Não obstante alguns dos primeiros senhores de engenho pudessem dizer-se nobres em Portugal, a maioria, como vimos, provinha de origens menos ilustres. Cristãos-novos, comerciantes e imigrantes mais pobres foram atraídos para o Brasil porque a colônia parecia oferecer oportunidades sociais e econômicas não facilmente disponíveis em Portugal. A busca bem-sucedida da fortuna no contexto da colônia tropical subverteu as hierarquias portuguesas de *status*, raça e riqueza e criou uma série de imagens negativas, que negaram aos residentes do Brasil o reconhecimento social pelo qual tanto ansiavam.³²⁷

Muitos desses senhores de engenho foram homens que encontraram fora da Europa melhores condições de inserção social. Alguns abandonaram o comércio e se fixaram na terra. Vale salientar que mesmo constando nessas listagens proprietários cristãos-velhos, muitos destes se casaram com cristãs-novas, e seus filhos herdaram não só o engenho, mas também a *mácula de sangue*. A análise das relações intrínsecas entre a produção e o comércio nesse

³²⁶ O “defeito mecânico” era de fato impedimento para uma série de cargos. “O exercício de atividades manuais implicou, desde cedo, a degradação dos ofícios, do que resultou a noção de defeito mecânico - impedimento que inabilitava para certos cargos os descendentes de artesãos e mesmo mercadores. Em razão disso os portadores de tal defeito, não podia ser qualificados como ‘homens bons’, sendo impedidos de ocupar cargos municipais, de ser nomeados como oficiais de milícias ou de receber títulos honoríficos.” VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

³²⁷ SCHWARTZ, Stuart B (1988) Segredos Internos. São Paulo, Companhia das Letras, p.229.

primeiro momento da indústria açucareira é imprescindível à compreensão de como agiram os cristãos-novos estabelecidos ou de passagem na Capitania de Pernambuco. Homens e mulheres que tiveram aqui um comportamento diferenciado, ao se casaram com cristãos-velhos, mais do que ocorreu nas demais capitanias. Esses relacionamentos que serão por nós abordados nos capítulos seguintes serão fundamentais na escolha pela permanência ou não desses comerciantes na capitania.

Os comerciantes de origem cristã-nova podem ser divididos em dois tipos, os moradores, entre os quais alguns senhores de engenho, e os que estão de passagem a negócios, estes são citados na documentação com “estantes” na Capitania de Pernambuco. Essa mobilidade era característica das redes de comércio e não ocorria apenas com os aprendizes ou caixeiros, era comum aos comerciantes como um todo. E isso pode ser observado pela identificação desses comerciantes, hora no Brasil, ora no Reino, ou em algum outro centro comercial.

Entre os comerciantes “estantes”, apenas de passagem, sem fixar residência na Capitania de Pernambuco, encontramos Francisco Dias Soares, mercador “estante” na Rua da Rocha em Olinda, que veio para o Brasil em 1591 ou 1592.³²⁸ Outro mercador identificado como “estante” era Manoel d’Azevedo, que veio a Pernambuco cuidar dos negócios de seu pai, o mercador do Porto Manoel Thomás, estando então hospedado em casa de Jorge Esteves, na Rua da Serralheira, vila de Olinda.³²⁹ Seu pai e Jorge Esteves, seu anfitrião, participavam juntos do comércio do açúcar Pernambucano com o Porto, em fins do século XVI, cuja a carga ficara aos cuidados de Manoel d’Azevedo.³³⁰

As relações entre esses agentes comerciais baseavam-se na confiança necessária ao comércio de longa distância, assim não só laços familiares os uniam, mas também de amizade, como observaremos em seguida. É-nos quase impossível dissociar as ligações familiares ou a estadia em casa de amigos das transações comerciais. Leonor Costa propõe que “as amizades, que nem sempre se confundiam com o parentesco, não devem ser ignoradas como outro dos laços afetivos fundamentais de suporte à confiança necessária a uma organização mercantil”³³¹. É assim que elas serão exploradas concomitantemente nos parágrafos seguintes.

³²⁸ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 22 e 72.

³²⁹ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 91.

³³⁰ Fretamento, porto. N^o

³³¹ COSTA, Maria Leonor Freire O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663. Lisboa: CNCDP, 2002, p. 293.

Entre os que estavam de passagem, podemos citar também Gomes Rodrigues Milão, mercador “estante” na casa do irmão Manoel Cardoso Milão,³³² membros de uma das mais importantes famílias de comerciantes do açúcar Pernambucano em fins do século XVI. Ambos mercadores, cuidavam dos negócios familiares. O pai, Henrique Dias Milão, era comerciante em Portugal. Outros dois irmãos de Gomes e Manuel, de nomes Paulo e Antonio,³³³ também residiram em Pernambuco em fins do século XVI e começo do XVII, envolvidos na comercialização do açúcar. O patriarca da família foi preso pela Inquisição, junto com Paulo e Antonio e outro irmão de nome Fernão Lopes Milão, morrendo na fogueira em 1609.

A trajetória dessa família pode ser reconstituída a partir dos processos do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Pelo processo de Fernão Lopes, chegamos até seu tio, Antônio de Carceres, também mercador que perdeu sua mulher e uma filha nas Índias de Castela, para onde foi via Angola e de lá se mudou, por conta do ocorrido, para Inglaterra, com sua filha Eleonor. Vários contatos familiares e de negócio da família Milão são citados nos diversos processos, entre eles a constante menção é feita a Manuel Nunes de Matos, rico comerciante que foi casado com Ana de Milão, também processada por uma série de práticas judaizantes.

Um dos problemas para estabelecermos as ligações familiares dos cristãos-novos é a existência de muitos homônimos e também a correlação que se tende a fazer de imediato entre sobrenome e parentesco, o que por vezes é inexato. Aqui optamos por citar apenas as ligações que pudemos verificar na documentação, deixando à parte alguns possíveis laços de parentesco, afirmados por outros autores, baseados em fontes sobre as quais não nos debruçamos.

Nas denúncias da primeira Visitação do Santo Ofício, foram citados Duarte Dias Henriques, Diogo Vaz, Pantaleão Vaz, Manuel Vaz, Gemmes Lopes e Manuel Nunes, “todos cristãos-novos e mercadores” por lamentarem a morte de Tomás Nunes, que diziam haver queimado na Inquisição. Eles seriam parentes e cunhados do morto.³³⁴ Tomás Nunes, mercador em Pernambuco,³³⁵ era cunhado de Duarte Dias Henriques, tendo se casado com a sua irmã. Era também primo de Gemmes Lopes, que então já havia retornado ao reino, e de Manuel Nunes e Fernão d’Álvares³³⁶, que permaneceu em Pernambuco.

³³² Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 116.

³³³ A Inquisição de Lisboa, processos de Paulo de Milão, nº. 3338; Ana de Milão, nº279; Fernão Lopes Millão, nº 2523.

³³⁴ Denúncias da Bahia, p. 451.

³³⁵ Idem, p. 91.

³³⁶ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 473.

Outra importante família de comerciantes cristãos-novos era composta de André Gomes Pina,³³⁷ que era irmão de Francisco Thaide Pina³³⁸, eles mantinham ligação com a região do Douro, onde residia outro ramo da família, os Nunes Pina. Outro irmão de ambos, Paulo de Pina, estava em Lisboa em 1589, estabelecendo-se em Pernambuco em 1596, quando em Lisboa já estava de regresso Francisco Thaide Pina. Paulo respondia como procurador de Francisco em 1585, quando este já residia no Brasil³³⁹. Mas não só os irmãos respondiam pelos interesses de Paulo de Pina, também o faziam Miguel Dias Santiago, sobre o qual escrevemos mais a diante. Outros membros da família Pina são localizados em Pernambuco. Gabriel de Pina, que foi senhor de engenho, também deslocou-se para a corte de Madrid.³⁴⁰

Após a saída dos holandeses de Pernambuco e a retomada dos canaviais, ocorreram disputas sobre a posse de seu engenho. Uma série de engenhos que passaram de mão na época da presença holandesa, após a saída dos batavos, deveriam ser restituídos aos antigos donos. O documento de Gabriel Pina refere-se especificamente à lista de bens confiscados aos ausentes que se estabeleceram em Castela³⁴¹, tidos como traidores após a restauração portuguesa de 1640. Diz a carta do Provedor da Fazenda: “engenho chamado de Moribara, Situado na freguesia de Sam Lourenço da Mata do primeiro possuidor dele Gabriel de Pina ausente em Castela”.³⁴² A história desse engenho começa no século XVI, especificamente em 1577, com a doação de sesmaria de 200 braças de terra na Moribara para Manoel Vaz³⁴³, seguida em 1604 por um ato de posse que o coloca em propriedade de Francisco de Pina.³⁴⁴

Bento Dias Santiago, também cristão-novo, mercador, rendeiro dos dízimos do Brasil³⁴⁵ e senhor do engenho Camaragibe,³⁴⁶ participou como capitão dos homens do Porto

³³⁷ Idem, p. 188.

³³⁸ Esnoga seria o culto judaico, sem um local específico, a Sinagoga, ou poderia significar uma adaptação do local da sinagoga, o que ocorreu dentro dos engenhos de alguns criptojudes, como no engenho Camaragibe ou em Matoim na Bahia. Ver: ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Op. Cit., 2004.

³³⁹ Tabeliães . Vol. IV, p. 333.

³⁴⁰ N do A. Essa família será retomada em nosso quinto capítulo, para ajudar-nos a compreender a permanência de muitos cristãos-novos na capitania de Pernambuco.

³⁴¹ N do A. Situação semelhante a do engenho de Duarte Dias Henriques, que, apontado como traidor, por passar a residir em Castela, tinha a posse do seu engenho requerida por Francisco Lopes Henriques, de cuja esposa era parente Duarte Dias Fernandes. Uma das justificativas dadas por Francisco Lopes era sua fidelidade à Coroa.

³⁴² 1671, agosto, 30. CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João Gomes de Melo, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre as razões que o levaram a pôr novamente em pregão o engenho Moribara, situado na freguesia de São Lourenço da Mata, do qual era senhor Gabriel de Pina. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 929.

³⁴³ LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Volume XLI. 1946-1947.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Alvará de 25 de janeiro de 1583, sobre a arrecadação dos tributos do açúcar. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., p. 315.

na guerra contra os indígenas em Pernambuco, por conquista de melhores terras³⁴⁷. Ele seria tio de Duarte Dias Henriques e primo de Miguel Dias Santiago, mercador, que esteve em Pernambuco entre os anos de 1599 e 1601, quando regressou ao Porto. O livro de contas de Miguel é sobremaneira elucidativo a respeito das redes que envolviam o comércio do açúcar Pernambucano, detalhando parceiros e a carga de cada um. Pelos dados contidos nesse livro, observamos o preço do açúcar Pernambucano em fins do século XVI. O açúcar branco, no ano de 1599, custaria entre 800 e 850 reis a arroba, que passou a custar entre 1200 e 1540 réis em 1601. Já o açúcar mascavado da capitania custaria em 1596 entre 400 e 500 reis a arroba, enquanto em 1601 passa a custar de 800 a 860 réis.³⁴⁸

Duarte Dias Henriques³⁴⁹, senhor de engenho em Jaboatão, na Freguesia do Santo Amaro, seria então primo em segundo grau de Miguel Dias Santiago³⁵⁰, sendo filho de Henrique Gomes e Isabel Nunes, ricos mercadores cristãos-novos, moradores no Porto.³⁵¹ Duarte Dias Henriques contabilizou várias idas e vindas entre Pernambuco e o reino, estando em Lisboa em 1604 e constando dos proprietários de engenho em Pernambuco em 1612.

Manoel da Paz era filho de Diogo Fernandes Camaragibe. Diogo Fernandes e seu irmão Duarte Fernandes, eram feitores do engenho de Bento Dias Santiago, por volta de 1574, estando o primeiro como mercador na Rua Nova de Lisboa, em 1594. Diogo Fernandes (Fernandes Camaragibe ou do Brasil) foi marido de Ana, filha de Branca Dias e de seu homônimo Diogo Fernandes.³⁵²

Por volta de 1582 e 1584, morou em Pernambuco um Manoel Rodrigues Villareal, cristão-novo que veio ao Brasil com escravos de Angola. Estava com ele seu irmão mais velho, de nome Francisco Rodrigues Villareal.³⁵³ Já em 1600, Manuel Rodrigues estava de

³⁴⁶ Expressão referente a administrador dos bens. BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. Op. cit., p. XXVI.

³⁴⁷ SALVADOR, Frei Vicente. Op.cit., 1982, p. 292.

³⁴⁸ Public record office (Londres), State papers códice 9-14. Apud: MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. Op cit, 1996. p. 35-50.

³⁴⁹ N do A. A este comerciante retornaremos no quarto capítulo, para explicar a inserção de alguns comerciantes saídos da Capitania no tráfico de escravos para América Espanhola.

³⁵⁰ Alguns autores divergem quanto ao parentesco de Bento Dias Santiago, Miguel Dias Santiago e Duarte Dias Henriques. José Antonio de Mello aponta o erro cometido por Boyajian em sua obra sobre os banqueiros portugueses durante o domínio dos Hamburgo, ao apontar Miguel Dias Santiago como filho de Bento Dias Santiago. Tal erro foi elucidado por I. S. Revah, em seu artigo Pour l'histoire des nouveaux-chretiens portugais. Boletim Internacional de bibliografia Luso-brasileira, Lisboa, 1961, p. 276-309. Ver: MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. Op cit, 1996. p. 49. Contudo Leonor Costa aponta não só Bento Dias como sendo Pai de Miguel Dias Santiago, mas também como pais de Duarte Dias Henriques, cujos pais já foram citados por nós. COSTA, Maria Leonor Freire. O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663. Lisboa: CNCDP, 2002, p. 97

³⁵¹ Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 82, 205, 210, 223, 314, 405 e 473; e Livro das Confissões de Pernambuco, p. 35.

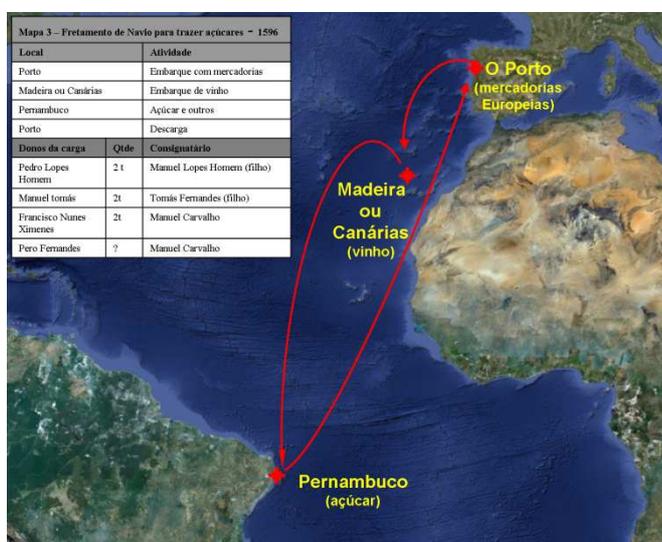
³⁵² Livro das Denúncias de Pernambuco, p 251; e Denúncias da Bahia, p. 524.

³⁵³ Denúncias de Pernambuco, pp. 353, 470.

regresso ao Porto, sua cidade natal, onde participara de contrato de fretamento com outros conhecidos cristãos-novos como André Nunes Pina e Jorge Esteves.

Jorge Esteves foi então um grande importador de açúcar no Porto entre os anos de 1596 e 1606,³⁵⁴ estando na Capitania de Pernambuco em 1596, de onde se correspondia com Fernão e Manuel Rodrigues d’Elvas. Nesse ano ele foi citado no contrato de fretamento do navio Nossa Senhora das Sete Fontes³⁵⁵, que viria a Pernambuco carregado de mercadorias do Porto, com uma escala na Madeira ou Canárias, para se abastecer de vinho, e logo regressaria ao Porto com mercadorias brasileiras. Jorge Esteves não assinou, por estar ausente, o que o destituiu de algumas obrigações, mas não impede o ingresso de suas mercadorias no navio, para ele sendo reservadas duas toneladas na viagem de ida e três na volta ao Porto.³⁵⁶

Da carga desse navio também foram donos outros cristãos-novos como Pedro Lopes Homem, que deixava suas duas toneladas a cargo de seu filho, Manuel Lopes Homem; Manuel Tomás, que também deixava sua carga, de duas toneladas na ida e na vinda, aos cuidados de outro filho seu, Tomás Fernandes, irmão do já citado Manuel D’azevedo. Já Francisco Nunes Ximenes encarregava Manuel Carvalho de suas duas toneladas, este por sua vez ficava ainda responsável pelas cargas de seu pai, Pero Fernandes.



³⁵⁴ Vários, entre os quais. ADP - Po. 2o, 1a série, Mv. 15, fl. 112v-116 ; ADP - Po. 1o, 3a série, liv. 110, fl. 117-120v. Todos os 59 contratos de fretamento do Porto, entre os anos de 1580 e 1600, por nós analisados, constam do apêndice documental da tese de Amandio Barros, na qual estão transcritos 125 contratos entre os anos de 1570 e 1600. Desses contratos, participam vários cristãos-novos com passagem por Pernambuco. BARROS, Amandio Jorge Morais. Porto: A construção de um espaço marítimo no alvorecer dos tempos modernos. Tese (Doutorado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2004. Vol. II (apêndice documental)

³⁵⁵ ADP - Po. 1o, 3a série, liv. 110, fl. 117-120v.

³⁵⁶ N do A. Essas ausências eram comuns nos contratos, muitos comerciantes citados como partícipes da propriedade de cargas não compareceram à assinatura dos contratos, o que não invalida a efetivação do que estava posto nos mesmos.

Eram irmãos também os mercadores Afonso e Jerônimo Martins. O primeiro morou em Olinda no ano de 1591, mas em 1594 já estava de volta ao Reino, e aqui ficou Afonso e outro irmão de nome Pero Lopes cuidando dos negócios,³⁵⁷ tinham ainda um sobrinho, aqui em Pernambuco, chamado Manoel Lopes.

Antonio Fernandes d'Elvas³⁵⁸ estava localizado em Lisboa, em 1594; seu irmão Diogo Rodrigues d' Elvas³⁵⁹ esteve também em Pernambuco como mercador.³⁶⁰ Os parentes de Antonio, ligado por casamentos à família Solis,³⁶¹ tinham grande influência no tráfico de escravos de Angola. O auge da riqueza de Antonio e também de sua ruína foram os *Asientos* para o transporte de escravos.³⁶² Suas dívidas recaíram sobre seus herdeiros e sua viúva se dizia doente para pedir prorrogação do pagamento das mesmas.³⁶³ Ao que parece, em 1629, ainda não havia se resolvido a questão.³⁶⁴

Esses comerciantes de origem cristã-nova participavam inclusive como arrematadores do contrato das alfândegas do reino. Em 1602, Jorge Rodrigues Solis arrematava em parceria com outros cristãos-novos, entre eles Pero de Baeça³⁶⁵, o contrato das alfândegas do reino.³⁶⁶ Antônio Lopes de Olivença, senhor de engenho em Pernambuco, onde estava em 1594, foi feitor da Alfândega de Viana em 1597.³⁶⁷ Dele se queixou Álvaro Rodrigues de Távora, que se dizia “capitão do Mar mais de dezesseis anos defendendo corsários”. Álvaro se referiu às intrigas em que o envolveu Antônio Lopes de Olivença, dizendo ainda que tal não sofreria “não ser eu tão amigo de Fernão Rodrigues de Elvas”. Podemos também observar as discordâncias e rupturas que permeavam as redes das quais participavam comerciantes cristãos-novos.

³⁵⁷ Idem, p. 213.

³⁵⁸ Tabelliães. Vol. IV. P. 341.

³⁵⁹ Tabelliães. Vol. IV. P.67 e p. 367.

³⁶⁰ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 387.

³⁶¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., 2000, p. 101.

³⁶² N do A. Sua trajetória será observada por nós no capítulo seguinte.

³⁶³ Maço 117, Doc. 179, N. suc. 15777. A 15 de dezembro de 1629.

³⁶⁴ Maço 117, Doc. 176, N. suc. 15774. Assinado de outubro de 1629. Carta do Marquez de Maensa a Pedro de Salazar e Filipe de Aranha para dar em conta do que se havia feito nos papeis pertencentes a Antonio Fernandes de Elvas.

³⁶⁵ Pero de Baeça foi rico comerciante, cavaleiro da Ordem De Cristo e um dos homens que redirecionam seus interesses para o tráfico de escravos com a América espanhola. Sobre ele falaremos ainda várias vezes. Por meio de seu processo, sabemos mais sobre Antonio Velho Barreto, senhor de engenho cristão-novo em Pernambuco, chamado como testemunha em seu processo em 1632, quando já residia em Viana. Inquisição de Lisboa, processo de Pero de Baeça, nº 11559.

³⁶⁶ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p. 178.

³⁶⁷ Carta de Álvaro Rodrigues de Távora ao Rei, lastimando-se da injustiça de que era alvo. Original AHM 1ª div., 1ª sec., doc. Sem número, fls.1-1v. In: MATOS, Artur Teodoro de. **Na Rota da Índia**. Estudos de História da Expansão Portuguesa. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 209-210.

No Brasil também alguns cristãos-novos ficaram responsáveis pela cobrança dos impostos referentes à produção, entre os quais os já citados, Bento Dias Santiago e Francisco Mendes, Ambrósio Fernandes Brandão e James Lopes da Costa. Todos eles rendeiros de dízimos da Coroa, do açúcar, ou da mandioca. Duarte Ximenes declarou-se “cavaleiro fidalgo” perante o Visitador em 1602, quando disse ter 33 anos. Os totais embarcados por esse comerciante fazem dele o maior exportador de açúcar entre os anos de 1596-1605. Esse comerciante foi também contratador dos dízimos já em 1619.³⁶⁸ A proeminência de Duarte Ximenes pode ser sentida por sua presença entre as testemunhas respeitáveis arroladas pelo Governador Diogo Botelho, para atestarem sua competência e idoneidade enquanto administrador.³⁶⁹

A ação inquisitorial na América portuguesa, e especificamente na Bahia e em Pernambuco, foi responsável pela prisão de alguns comerciantes de origem cristã-nova, o que contribuiu também para um medo imposto à população de cristãos-velhos, com os quais, até então, conviviam pacificamente. No Brasil, apesar do controle exercido por alguns familiares e da existência de um Bispado na Bahia, o medo das perseguições era quase nulo até o final do século XVI. A liberdade deste lado do Atlântico era garantida para os cristãos-novos até que ocorreu a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, com a presença do licenciado Heitor Furtado de Mendonça na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá entre os anos de 1591 e 1595.

A proposta da Inquisição era visitar suas colônias de forma geral, o que ocorreu na Madeira e Açores, concomitantemente ao Brasil, e logo após em Angola (1596-1598), preocupado que estava Felipe II da Espanha e I de Portugal em proteger seus interesses da ação estrangeira, principalmente holandesa. A Visita não deve ser vista inserida dentro de um projeto de regulação, no qual estava incluído todo o território colonial português. Importante lembrarmos que do mesmo ano do início da Visitação ao Brasil data a lei que proíbe o comércio com estrangeiros, mostrando que tanto uma como outra agiam para fins semelhantes, resguardar os território sob a égide da Coroa espanhola.

Mesmo antes da chegada da Visitação a Pernambuco, o conhecimento de suas repercussões já atormentava os cristãos-novos da Capitania, levando alguns comerciantes a abandoná-la mesmo antes da chegada do visitador. Bento Teixeira repreende Maria de

³⁶⁸ REQUERIMENTO do [contratador dos Dízimos do Açúcar da capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande], Gaspar Ximenes, ao rei [D. Filipe II], pedindo traslado, por certidão, do auto de arrematação dos dízimos, do Regimento do provedor e contador da Fazenda Real e de um alvará para um Requerimento que tem no Conselho da Fazenda. AHU_ACL_CU_015, C.x 1, D. 66.

³⁶⁹ Correspondência de Diogo Botelho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 73, parte 1, 1910, P. 155.

Peralta, que lhe pediu para traduzir uns salmos, “que já estava a Inquisição na Bahia”, demonstrando saber o perigo que isso implicava. Outro caso foi o de Rui Gomes, que advertiu o cristão-novo confesso, Estevão Cordeiro, que falava sobre ser melhor o estado de casado que o de clérigo, dizendo que se ele repetisse o que dizia em outros lugares o Santo Ofício o prenderia, isso antes mesmo da Visitação chegar à Bahia.³⁷⁰

Partimos do princípio de que tanto as formas de lidar com a Inquisição quanto os procedimentos da mesma eram conhecidos por alguns homens que aqui se encontravam, principalmente pelos cristãos-novos, objetivo de sua formação e alvo principal de suas primeiras investidas, preposição baseada, inclusive, nos muitos deslocamentos que envolviam esses homens, a partir dos quais eles contatavam não só com os cristãos-novos do reino mas também tomavam conhecimento da repercussão que o Tribunal da Inquisição tinha em outras partes. A Visitação inquisitorial desarticulou, ainda que momentaneamente, os mercadores e onzeneiros localizados nas Capitanias onde ela esteve presente³⁷¹. Entre os que tiveram sua presença em Pernambuco interrompida pela ação inquisitorial estão João Nunes Correia, preso quando a visitação ainda estava na Bahia, e Manuel Nunes de Matos, que retorna ao reino após a prisão de seu sogro, o já citado Henrique Dias Milão, do núcleo dos Milão.

Algumas características básicas podem ser apresentadas sobre os mercadores cristãos-novos neste nosso primeiro momento de análise. Primeiramente, observamos que a maioria dos homens já veio casada do reino, e entre estes muitos o fizeram com membros de famílias cristãs-novas também ligados ao comércio de grande escala. Os que não vieram casados, ao se estabelecerem na capitania, optaram por casamentos com cristãs-velhas. Isso também faz parte das estratégias de proteção dos cristãos-novos, diminuindo os riscos de suspeita e a *Mácula de Sangue* nas futuras gerações³⁷². A segunda característica seria a manutenção de redes de solidariedades ligadas à origem comum dos mesmos, o que, neste primeiro momento, foi um diferencial no funcionamento dessas redes, ainda que as mesmas não se organizassem uniformemente nem fossem todas interligadas.

A terceira característica seria a multiplicidade dos investimentos. Muitos dos negócios desses homens não se condicionavam apenas a uma rota comercial, podendo ser encontrados envolvidos no comércio oriental, como alguns membros da família Ximenes, Mendes de Brito

³⁷⁰ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 164; Livro das Confissões de Pernambuco, p. 27.

³⁷¹ Sobre o medo que a chegada da visitação causou nos cristãos-novos, ver o depoimento de Belchior Mendes, dizendo que eles pararam de emitir letras, cobrando os devedores no intuito de ir embora. Denúncias da Bahia pp. 451 e 452.

³⁷²N do A. Alguns outros, como João Nunes, preferiram manter os negócios da família através do casamento endogâmico, no caso em questão com sua sobrinha. ASSIS, Ângelo Adriano Faria. Op. Cit, 1998.

ou Rodrigues de Évora, ou ainda o comerciante João Nunes Correia. Todos envolvidos no contrato da Pimenta em 1593:

Em 1593 o contrato da pimenta é partilhado por André Ximenes e Fernão Ximenes (simultaneamente contratador da Alfândega), Pêro Rodrigues de Lisboa, João Monteiro, Henrique Dias, Heitor Mendes, Luís Gomes Furtado e Jorge Rodrigues Solis; entre os correspondentes de Goa contam-se António Fernandes Ximenes; Duarte Gomes Solis, Francisco Lopes de Elvas, Gabriel Dias de Brito, Gaspar Dinis e Domingos Duarte; e entre os representantes em Cochim Simão Garcia, João Nunes, João Mendes e Pêro Bernaldes.³⁷³

João Nunes Correia, aqui já citado, foi um rico mercador e senhor de engenhos em Pernambuco e na Paraíba, sendo a pessoa mais denunciada durante a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil. Um de seus irmãos, Diogo Nunes, residiu na Paraíba enquanto outro irmão, mais velho, Henrique Nunes, cuidava dos interesses da família em Lisboa. A rede da família Nunes envolvia entre suas principais atividades o comércio de açúcar, do pau-brasil, da pimenta e posteriormente de escravos, tendo João Nunes se estabelecido em Madrid e depois em Sevilha, após sua prisão pelo Santo Ofício Lisboaeta.

Formava-se uma rede de distribuição da qual João Nunes Correia, à frente, e seu irmão Diogo eram mediadores no Brasil, produzindo e exportando açúcar, revitalizando o contato indireto, via Lisboa entre o Nordeste brasileiro e os Países Baixos, dificultado naquele momento de União Ibérica, em razão das tensões hispano-flamengas. Distribuía açúcar para a Europa: as ligações com Henrique Nunes, na capital do reino, com o cunhado Luís Mendes, na cidade do Porto, e com os Ximenes, na Antuérpia, certamente eram fundamentais para os interesses de João nesta atividade.³⁷⁴

Outra característica foi a mobilidade física desses homens, entre idas e vindas nos centros do Ocidente e oriente, onde muitos ainda tinham a maior parte de seus lucros. Outros já aos poucos se inseriam no comércio de escravos, tanto para a América espanhola, quanto portuguesa, constando já como assentistas. Antonio Fernandes Elvas ingressa no tráfico de escravos em 1611, com ajuda de seu cunhado, Hernandes Solis, homem de influência na Casa de Contratação.³⁷⁵ Por fim, frisamos que, por mais interesse que tenhamos pela participação dos comerciantes cristãos-novos no comércio do açúcar, no qual alguns concentraram seus esforços, precisamos observar o conjunto de seus investimentos. É um dinheiro que circula por espaços variados de atuação dessas redes, pode ser gerado a partir de Pernambuco, para

³⁷³ FRADE, Florbela Veiga. **Op. Cit.**, 200, p. 274.

³⁷⁴ ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **Op. Cit.**, 1998, p.117.

³⁷⁵ SALVADOR, Jose Goncalves. **Os magnatas do tráfico negreiro**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981, p.22.

ser empregado na Europa, na América Hispánica, na China, em Malaca, no Japão e/ou em outros locais. Para entender suas ações e avaliar as opções feitas pelos homens que resolveram continuar se dedicando aos negócios do açúcar até a chegada dos holandeses ao Brasil, precisamos compreender também que eles compunham um grupo partícipe de uma rede que internacionalmente tinha um aporte muito maior.

4 Capítulo- A Capitania de Pernambuco e o comércio atlântico

Neste capítulo, serão abordadas as condições do comércio na América portuguesa a partir dos ramos principais do mesmo, ou seja, da exportação do açúcar e do pau-brasil e da importação de escravos africanos. Nesta análise, serão instrumentalizados os estudos macroeconômicos que se propuseram à compreensão do comércio na América portuguesa e a documentação oficial gerada pelos interesses da Coroa e pela ação de nossos agentes nessas ramificações do comércio ultramarino. Também observaremos os contratos para arrecadação dos dízimos, dos quais participavam muitos cristãos-novos, e o papel do açúcar neste montante. Tal análise será feita por compreendermos que tanto os lucros gerados para os comerciantes quanto aqueles gerados para a Coroa são importantes à análise da situação do comércio na capitania de Pernambuco.

Por fim, será traçada nossa compreensão da contração da economia europeia ocorrida a partir das primeiras décadas do século XVII e das mudanças no comércio motivadas pelos conflitos no Atlântico. É nosso interesse compreender como reagiram os comerciantes da capitania de Pernambuco às quedas observadas no preço do açúcar no mercado europeu e ao aumento nos custos e riscos do comércio ultramarino. Tal discussão é fundamental ao entendimento da questão por nós proposta, a análise das redes de comércio das quais participaram vários cristãos-novos, em fins do século XVI e começo do século XVII, e as possíveis repercussões dessas mudanças no estabelecimento ou na saída desses cristãos-novos da capitania de Pernambuco.

4.1- A capitania de Pernambuco e os grandes ramos do comércio ultramarino

Para a explanação acerca das condições do comércio na América portuguesa e especificamente na capitania de Pernambuco, operaremos através da análise da comercialização dos três principais produtos negociados na capitania de Pernambuco no período por nós estudado (1580-1630), o açúcar, o pau-brasil e os escravos negros. A opção por abordar apenas esses três produtos decorre da compreensão de que todas as demais

mercadorias estavam, de uma forma ou outra, associadas a esses três ramos principais.³⁷⁶ Então, primeiramente, faremos um panorama das condições de circulação destes, pontuando com a participação de nossos comerciantes de origem cristã-nova em cada uma dessas ramificações.

Pau-brasil

A participação dos cristãos-novos no comércio do pau-brasil remonta ao primeiro contrato, no qual Fernando de Noronha, teria se associado a vários neoconvertos, ainda no ano de 1502.³⁷⁷ A exploração do pau-brasil, iniciada no sistema de *escambo*³⁷⁸, foi intensificada com a chegada dos escravos africanos e do gado, que dinamizaram o corte e o transporte do mesmo para os portos de embarque. No período em questão, muitos senhores aproveitavam o tempo em que os engenhos estavam em repouso para se dedicarem à extração da madeira.³⁷⁹

Essa extração intensiva chegou inclusive a preocupar a Coroa e os governadores, pois temiam que a mesma acabasse com o pau-brasil. Essa apreensão motivou a Coroa a enviar ao Brasil Diogo do Campos Moreno, que em 1609 fez inspeções em Ilhéus para saber as condições do corte do pau-brasil³⁸⁰. Também em Pernambuco, no começo do século XVII, as autoridades se alarmavam pela necessidade de se entrar 20 léguas na terra para conseguir a madeira, encarecendo o comércio.

A extração do pau-brasil era monopólio real, mas este era cedido a particulares pelo sistema de contratos, no qual estava acordado que o contratador pagava uma quantia X e tinha

³⁷⁶ Fazemos aqui, a exemplo do que propõe Alencastro, a distinção entre produto aglutinante e as mercadorias ancilares. Entendemos aqui o açúcar, os escravos e o pau-brasil como produtos aglutinantes. “Nos mercados ultramarinos, o comércio armava-se no eixo de um produto aglutinante - ‘o nervo da mercancia- cujo valor orientava outras trocas regionais. No rastro do circuito principal, fluíam as mercadorias ancilares.” ALENCASTRO, Op. Cit., 2000, p. 114.

³⁷⁷ “Fernão liderou a sociedade de mercadores para a qual o rei D. Manoel, em 1502, concedeu o monopólio da exploração da Terra de Santa Cruz. Este contrato estipulava que os arrendatários ficariam responsáveis pela manutenção da fortaleza-feitoria e pelo envio, em cada ano, de uma esquadra de seis navios com a função de explorar o mínimo de trezentas léguas da costa. O objetivo deste arrendamento era a exploração dos recursos do território recém-descoberto, sobretudo, o pau-brasil. Em 1504, já se efetivavam as primeiras cargas dessa mercadoria, o que animou Noronha a continuar o negócio.” ALMEIDA, A. A. Marques. Op. Cit., 2009, p. 485.

³⁷⁸ “Significa troca ou permuta e, na história econômica do Brasil, aparece frequentemente associado ao tipo de relação estabelecida entre os portugueses e indígenas nas primeiras décadas do século XVI” VAINFAS, Ronaldo (Org.). Op. Cit., 2000, p. 203.

³⁷⁹ MAURO, Frederic. Op. Cit., 1988, p. 170.

³⁸⁰ MORENO, Diogo Campos. Op. Cit., 1968.

autorização para retirar até 10 000 quintais da madeira durante a vigência de seu contrato.³⁸¹ Por esse sistema, a madeira deveria ser pesada antes de embarcada e ganhar o *conhecimento*, um documento entregue ao mestre do navio, no qual constava a origem da madeira e a pessoa por ela responsável.

Ao chegar a Lisboa, a mercadoria era armazenada na Casa da Índia,³⁸² onde também era preenchido um certificado de descarga que, juntamente com o *conhecimento*, era encaminhado ao Conselho da Fazenda para o controle total da carga e dos lucros. Essa carga era geralmente transportada em Caravelas, seguidas em números pelos navios e uns poucos patachos, naus e urcas.³⁸³ Após o desenvolvimento da indústria açucareira, esse pau-brasil era embarcado como lastro para completar a carga de navios que levavam açúcar ou que retornavam ao Reino depois de terem trazido escravos da África ou das ilhas Atlânticas.

Dissertando sobre a ação dos negociantes do Porto no comércio internacional, Amandio Barros nos permite observar como o açúcar toma o lugar do pau-brasil enquanto mercadoria privilegiada, através da comparação da presença desses produtos nas cargas dos navios saídos do Porto no século XVI. Explicando os principais interesses dos negociantes no comércio com a América portuguesa:

O grande interesse reside na rota do Brasil, no trato do açúcar e do algodão, depois de um primeiro período em que o pau-brasil ainda tinha parte considerável neste movimento. Se em 1557 as cargas que o navio *Nossa Senhora do Lago* traz do Brasil são, por esta ordem, pau-brasil e açúcar, já em 1565 a caravela *Nossa Senhora da Esperança* traz primeiramente açúcar e algodão, só depois pau-brasil, o qual vai desaparecendo gradualmente das cargas dali remetidas à medida em que a centúria avança³⁸⁴.

Entre os anos de 1594 e 1602, um grupo de três comerciantes, entre os quais o já citado cristão-novo João Nunes, foi responsável pelo contrato do pau-brasil. Vale ressaltar que não era necessário ao contratador estar na Capitania, basta que nela tivessem feitores que não fossem nem flamengos, nem ingleses. Como foi o caso do contratador cristão-novo André Lopes Pinto, que de Portugal arrendou o contrato do Pau-brasil entre os anos de 1617 e 1623, cuja arrecadação ficou por conta de seus feitores e o embarque por conta de Pero de

³⁸¹ MAURO, Frederic. Op. Cit., 1988, p. 176.

³⁸² Instituição estatal onde ficavam registradas as viagens e as cargas declaradas. FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006, p. 159.

³⁸³ MAURO, Frederic. Op. Cit., 1988, p. 185

³⁸⁴ BARROS, Amandio Jorge Morais. Op. Cit., 2004, p. 737.

Galegos.³⁸⁵ O contrato do qual participava João Nunes foi infringido em vários aspectos, pois seus responsáveis passaram mais de 19.000 quintais de madeira além da quantidade combinada. Contudo, em 1602, ele voltou a participar de outro contrato, agora juntamente com Mateus da Veiga, pela quantidade de 24:000\$000 ao ano. Como explicito na relação de receitas feita por Ambrósio Siqueira em 1605:

Provendo os ditos livros, achei ser feito arrendamento do contrato do pau-brasil nesse reino, no ano de 602, a João Nunes Correia e Mateus da Veiga, por tempo de dez anos, que se começaram por dia de São João do dito ano, com a composição relatada no dito contrato, que vai trasladado no citado livro, o qual lhe foi arrendado em vinte quatro contos em cada um ano.³⁸⁶

Os desvios eram muito comuns, os próprios contratadores, mesmo quando não se beneficiavam da prática ilegal, não tinham o costume de reclamar, tão altos eram seus lucros. Muitas também foram às críticas ao sistema de contratos, feitas por funcionários com a incumbência de relatar ao Rei o que se passava nas terras do Brasil. Algumas destas elaboradas por Sebastião de Carvalho³⁸⁷, magistrado português que esteve no Brasil, entre 1606 e 1609, e por André Farto da Costa, o aqui já citado responsável pela *Junta da Fazenda do Brasil*³⁸⁸.

Essas críticas se baseavam na quantidade excessiva de pau-brasil que era embarcado clandestinamente, não chegando a Lisboa, que detinha o monopólio da descarga. Era comum que a notícia de corsários ou o medo de tempestades fizessem as embarcações desviarem para outros portos portugueses, como Viana ou Porto. Ainda mais comum, era notícias de pau-brasil chegado à Holanda e de urcas que vinham diretamente ao Brasil para serem carregadas da madeira.

³⁸⁵ Ele tinha na colônia dois sobrinhos como feitores, Manuel e Antônio Ribeiro, ambos localizados em Olinda em 1618. LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p. 203-207.

³⁸⁶ “Relação de Ambrosio de Siqueira (1605) da Receita e despesas do Estado do Brasil”. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, N.49. pp-125-234.

³⁸⁷ “Sebastião Carvalho, um magistrado português enviado ao Brasil com a missão de verificar *In Loco* até que ponto o regulamento estava a ser respeitado, mas também para averiguar sobre as fraudes que desde a muito se vinha verificando.” MARQUES, Guida. Op. Cit., 2002, p.10.

³⁸⁸ N do A. Sobre a qual discorremos no 3º capítulo.

Os arquivos notariais³⁸⁹ de Amsterdã contabilizam vários contratos que especificam a chegada do pau-brasil aquele porto, que era também o centro de redistribuição do pau-brasil para toda Europa. Lá chegavam as toras de madeira para passarem pelo processo de transformação em corante. Sistema que era empregado nas prisões, onde se tornou comum os presos serem colocados para trabalhar na raspagem da madeira.

Como era mais fácil embarcar o pau-brasil sem licença na capitania do que desviá-lo ao chegar em Lisboa, onde o guarda-mor da alfandega tinha por obrigação montar vigilância nas embarcações para fiscalizar a descarga, era geralmente no embarque que se verificavam os maiores desvios. Os funcionários da Coroa eram acusados de receber suborno para permitirem o embarque ilegal da carga.³⁹⁰

Não só o contratador tinha o poder de retirar do Brasil a madeira, o rei poderia conceder uma licença régia para retirada do pau-brasil a particulares, o que aconteceu no caso de D Rodrigo Caldeirão³⁹¹, causando inclusive o descontentamento dos contratadores. D. Rodrigo recebeu como mercê uma licença para retirar 8.000 quintais de pau-brasil de Pernambuco, sendo 2.000 quintais ao ano, durante quatro anos.³⁹² Importante lembrar que, no início do século XVII, o pau-brasil só poderia ser retirado do Brasil a partir de Pernambuco, como consta na relação de Ambrósio de Siqueira: “(...) o do contrato do pau-brasil é particular nesta capitania, porquanto vossa majestade manda e há por bem e seu serviço nenhuma outra capitania se carregue pau-brasil senão desta capitania de Pernambuco”³⁹³. Determinação vista por alguns como inconveniente, já que a capitania era particular e tinha que se pagar a vintena ao Donatário³⁹⁴.

Os lucros da Coroa então eram diminuídos pela má conduta dos contratadores e dos funcionários régios que permitiam, através do suborno, o embarque clandestino. Essas dificuldades levaram a coroa a suspender o sistema de contratos e a deixar a cargo do Estado

³⁸⁹ Aqui, nos referimos aos arquivos publicados sistematicamente na revista *studies Rosenthaliana*. NOTORIAL RECORDS IN AMSTERDÃ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: *Studies Rosenthaliana: Journal for jewish literature and history in the Netherlands*, University Library of Amesterdã. Vol. I ao XXI (publicados desde 1967, coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

³⁹⁰ Referimo-nos, mais uma vez, às críticas elaboradas por Sebastião Carvalho e André Farto da Costa.

³⁹¹ Excesos cometidos por Rodrigo Calderón en las licencias concedidas por el Rey para traer 8.000 quintales de palo negro del Brasil., CCA, DIV, 34, 5. Archivo General de Simancas.

³⁹² Os procuradores do supracitado contratador André Lopes Pinto se manifestaram contra a extração feita por D. Rodrigo Cadeirão, explicando que essa não devia ser admitida pelo rei em função do contrato que estava em vigor. Livro primeiro do governo do Brasil, p. 92-97.

³⁹³ “Relação de Ambrosio de Siqueira (1605) da Receita e despesas do Estado do Brasil”. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, N.49. pp-125-234, p. 125.

³⁹⁴ MORENO, Diogo Campos. Op. Cit., 1968, p. 204.

o embarque do pau-brasil, prática que não durou muitos anos, pois esse sistema foi ainda mais ineficaz no sentido de diminuir os desvios, sendo então extinto e retomado o sistema de contratos. Este último, no entanto, só é retomado em 1626 com o contrato de Fernão Lopes, que dura até 1632.

Os lucros oficiais obtidos com a comercialização do pau-brasil se deviam ao baixo preço do produto comprado no Brasil, pois o que era adquirido por 1\$000 réis o quintal, na colônia, era vendido em Lisboa a 4\$000. Quando saiam os 10.000 quintais desejados pela Coroa, o receita era de 40:000\$000. Retirando as despesas com a compra, o transporte e os direitos, os lucros finais chegavam a 6:000\$000, ou seja, 15 % do valor total.³⁹⁵

Sobre os lucros não oficiais só podemos ter uma vaga ideia, como consta do relatório do “*rendimento do Brasil e direitos da alfandega*” posterior a 1624. Este relatório mostra que, feitos os contratos para enviar 10.000 quintais de pau-brasil ao reino, mais de 23.000 eram na verdade embarcados, pois era preciso considerar o que era roubado pelos inimigos.³⁹⁶

Contudo, nem os contratos nem o conhecimento das licenças são suficientes para termos uma ideia do pau-brasil retirado da colônia no período de 1580-1630. Isso porque o contrabando e a pirataria causavam grandes perdas do produto cuja renda, caso negociado oficialmente, deveria ser revertida para a Coroa. E não existem números precisos que mostre o quanto, de fato, foi embarcado a partir da colônia, fosse para o reino ou para o norte europeu. O que podemos inferir das diversas queixas feitas pelas autoridades, bem como das referências ao comércio clandestino do pau-brasil, praticado inclusive pelos comerciantes estudados, é que os lucros brutos não ficavam nas mãos da Coroa. Os comerciantes, na verdade, eram os maiores beneficiários de um negócio, que *a priori* era monopólio régio.

Escravos

Outro importante negócio ao qual se dedicavam muitos comerciantes cristãos-novos era o comércio de escravos³⁹⁷, trazidos da África e das ilhas atlânticas. Este comércio era há

³⁹⁵ COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. **Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Felipino**: aspectos fiscais da administração colonial. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1985, p. 53

³⁹⁶ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p. 33.

³⁹⁷ Segundo Bluteau, escravo é “aquele que nasce cativo, ou foi vendido, e esta debaixo do poder do senhor”. ALENCASTRO, Luis Felipe. Op. Cit., 2000, p.88.

muito realizado para prover de cativos as ilhas atlânticas envolvidas na produção açucareira³⁹⁸. E logo se voltou com mais intensidade para a América espanhola, onde os mesmos eram utilizados na mineração. Contudo, como explica Alencastro, “No último quarto do século XVI, o Brasil emerge como maior sorvedouro americano de escravos africanos”.³⁹⁹ Esse escravismo característico da colonização portuguesa originou, ainda segundo Alencastro, “um espaço econômico e social bipolar englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola.”⁴⁰⁰

Apenas aos súditos portugueses era permitido o tráfico. Este era arrendado em contrato por um período durante o qual o contratador podia ficar responsável pelo tráfico de um local apenas, como a Guiné ou Angola, por exemplo, ou de todos os territórios, incluindo também Cabo Verde.⁴⁰¹ Esse comércio, contudo, era muito dispendioso, sendo geralmente feito através da parceria entre o contratador e vários comerciantes.

O transporte de escravos implica desde logo burocracia (o registro da armação nos Contos do Reino) e logística mais alargadas. Implica a aplicação de maiores capitais – e, desde logo, só muitas vezes suportados em parcerias – tanto para a compra de mercadorias essenciais ao trato nos mercados do Norte da Europa como para aquisição de mantimentos e das próprias peças e seu transporte para os mercados de referência.⁴⁰²

Os contratadores tinham o poder de conceder licença aos negociantes para tirarem escravos da África e lá introduzirem seus produtos, desde que pagos os direitos devidos. Esses comerciantes se associavam numa companhia e constituíam a *Armação*, da qual a figura central era o contratador.⁴⁰³

De qualquer modo, fosse quem fosse o arrendatário do contrato, ele era o armador por excelência do singular negócio, isto é, tinha não só o direito, mas o dever de providenciar quantos navios importassem ao transporte de mercadorias e de escravos, por si ou através de terceiros, os “avençadores”.⁴⁰⁴

³⁹⁸ “no vocabulário indo-europeu em geral e no vocabulário latino em particular, *cativo* define o indivíduo feito prisioneiro (*capitivus* = prisioneiro), ainda detido por seu captor ou pelo traficante”. Contudo, aqui o utilizaremos como sinônimo de escravos, na medida em que foram vendidos e tiveram reafirmada sua condição de propriedade de outro. Idem, *Ibidem*, p.88.

³⁹⁹ ALENCASTRO, Luis Felipe. Op. Cit., 2000, p.114.

⁴⁰⁰ Idem, p. 9.

⁴⁰¹ N do A. Caso que chama atenção é o de Antonio Fernandes Elvas, que ao mesmo tempo deteve o contrato de cabo Verde e o de Angola. Retomaremos esse personagem no capítulo seguinte.

⁴⁰² BARROS, Amandio Jorge Morais. Op. Cit., 2004, p. 739

⁴⁰³ “Por armação, entendia-se o conjunto dos investimentos necessários à cadeia de trocas que alicerçavam a instituição de uma companhia, frequentemente para obtenção de escravos”. COSTA, Maria Leonor Freire O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663. Lisboa: CNCDP, 2002, p. 119.

⁴⁰⁴ SALVADOR, José Goncalves. Op. Cit., 1981, p. 62.

Pelo costume, o contratador arrematava o contrato por uma quantia X que deveria ter sua primeira parcela paga ao fim do primeiro ano de contrato; e a última, um ano após o término do contrato. Após dar licença aos negociantes, o contratador só recebe o que lhe é devido depois da distribuição da carga. O contratador poderia ter ao seu serviço uma série de feitores no Brasil e na África, os quais deveriam lidar diretamente com os avençadores.⁴⁰⁵ Os escravos eram obtidos pela troca de uma série de mercadorias:

São a pólvora e as armas vindas de Portugal, os tecidos, a quinquilharia, as bugigangas das Índias Orientais ou de Portugal, os tecidos, a aguardente, a mandioca do Brasil, os *zimbo*s ou outras conchas apanhadas nas próprias praias da África que representavam uma verdadeira moeda.⁴⁰⁶

Pelas cláusulas do contrato, o negociante que o ganhasse tinha uma série de obrigações. Muitas das quais refletiam a preocupação com o contrabando e a defesa dos navios contra o corso. Era explícito nos contratos que o mesmo assumia os riscos da empreitada, fossem eles os assaltos, os incêndios ou as tempestades. As preocupações da Coroa com o corso ficaram expressas também pelo alvará de 1618, proibindo o embarque, da Índia para o Reino, de escravos do sexo masculino menores de 16 anos e do sexo feminino de qualquer idade⁴⁰⁷, pois estes não estavam aptos a trabalhar nos navios, nem a defendê-los em caso de ataque. Mais um dos custos do tráfico de escravos estava relacionado à necessidade dos navios de estarem armados, capazes de se defenderem de ataques no mar.

Os percursos entre Portugal e África, no Atlântico, eram feitos em função das correntes e dos ventos, mas também da necessidade de adquirir mercadorias para alimentação ao longo da viagem. Assim, em fins do século XVI, era comum que os navios saídos do Porto em direção à África, para obtenção de escravos, traçassem seu percurso por Cabo Verde, onde pescariam, e pelo Brasil, onde adquiriam farinha para alimentação dos cativos.⁴⁰⁸

Tanto os escravos retirados da África quanto os que entravam no Brasil ou na América espanhola pagavam direitos. Esses pagamentos, contudo, poderiam ser feitos em Lisboa, independente dos escravos terem desembarcado no Brasil. A diferença entre o pagamento de direitos para a entrada no Brasil e na América espanhola fazia com que muitos

⁴⁰⁵ “Os avençadores, são, portanto, os verdadeiros traficantes de escravos.” São eles os responsáveis por conseguir os escravos para serem embarcados, fosse através da captura direta ou de outros processos. MAURO, Frederic. Op. Cit., 1988, p. 221

⁴⁰⁶ Idem, p. 224.

⁴⁰⁷ Idem, Ibdem, p. 229.

⁴⁰⁸ BARROS, Amandio Jorge Morais. Op. Cit., 2004, p. 741.

navios saídos da África com destino ao Brasil fossem desviados, chegando primeiro à América espanhola. A diferença era de 6\$000 por escravo que entrasse na América espanhola contra apenas 3\$000 por aqueles que entrassem no Brasil no período de União das Coroas Ibéricas⁴⁰⁹.

Não sabemos ao certo quantos escravos entravam anualmente em Pernambuco, algumas fontes apontam o número de 4000 escravos ao ano em todo Brasil⁴¹⁰. Uma estimativa aceita comumente é o número de 200 mil escravos desembarcados no Brasil entre os anos de 1600 e 1650, sendo 150 mil só entre os anos de 1600-1625. Esses dados, no entanto, são relativizados por Alencastro ao propor que:

Na primeira metade do século, sobretudo nos anos de 1600-25, é preciso tomar em conta o contrabando de angolanos para o Prata através dos portos brasileiros e, particularmente, do Rio de Janeiro. Desta forma, o contingente de 200 mil africanos desembarcados no período não é todo captado pela economia brasileira.⁴¹¹

Com base nos dados acima expostos, estimamos que, nas três primeiras décadas do século XVII, em Pernambuco, tenha entrado uma média de 2500 escravos por ano⁴¹², pois levias regulares desembarcam na capitania, principalmente a partir de 1570, com o florescimento da indústria açucareira. Lembramos por fim que o grande empecilho ao conhecimento do número preciso de escravos desembarcados em Pernambuco é a já citada diferença entre as taxas pagas no Brasil e na América espanhola, motivo pelo qual muitos dos escravos que deveriam ter vindo ao Brasil foram, na verdade, desembarcados na América espanhola. Contudo, esses desvios eram prejudiciais à Coroa e não aos comerciantes, que tinham redes que os permitiam relocar esses escravos e participarem dos lucros.

⁴⁰⁹ COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. Op. Cit., 1985, p. 84.

⁴¹⁰ COSTA, Israel da. “açucares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba-ano de 1623” In: Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira. Documentos traduzidos e organizados por José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

⁴¹¹ Ao pensar então como produzia a economia açucareira sem essa grande massa de escravos, Luís Felipe Alencastro levanta duas hipóteses: ou a economia açucareira já estava declinando nesse período – ideia da qual ele discorda – ou, então, como ele defende, o uso do trabalho indígena tinha uma proporção bem maior do que se supunha. Apêndice 7: Sobre o número de escravos saídos de Angola e entrados no Brasil nos séculos XVI e XVII. ALENCASTRO, Luis Felipe. Op. Cit. , 2000, p 376.

⁴¹² N do A. O que nos daria um total de 75.000 escravos nas três primeiras décadas, números que nos parecem mais prováveis.

A exportação do açúcar

No capítulo anterior, explanamos acerca da produção açucareira, da montagem dos engenhos e das relações entre senhores de engenho e lavradores. Agora nos centraremos nas questões relativas à comercialização do açúcar e à importância do mesmo para os dízimos arrecadados na capitania de Pernambuco.

Muitas negociações para o comércio do açúcar ocorriam através de consórcio: dois ou mais agentes se juntavam, por exemplo, para fretarem um navio para o transporte de mercadorias ao Brasil e para o escoamento do açúcar. Assim, eram conseguidas as grandes somas necessárias para as arriscadas empresas marítimas. Destarte, “essas redes envolviam a formação de parcerias em que dois ou mais indivíduos se associam para o mesmo fim, seja um contrato de arrendamento, seja a exploração de certas atividades mercantis”⁴¹³.

Contudo, as operações de cada rede envolviam uma gama maior de mercadorias, entre as quais estava o açúcar. Dessa forma, na maioria das vezes, uma rede era composta por agentes nos mais diversos entrepostos comerciais. Em relação ao açúcar em fins do século XVI e começo do XVII, era fundamental que as redes tivessem agentes não só no Reino e no Brasil, mas também no norte europeu, onde eram negociados os melhores fretes e seguros marítimos, extremamente lucrativos e quase indispensáveis, a partir do começo do século XVI. O norte europeu era um destino clandestino para o qual quase um terço do açúcar produzido no Brasil era transportado nos últimos anos do século XVI.⁴¹⁴

Não só de cristãos-novos e judeus eram compostas as redes de comércio que envolviam o escoamento do açúcar pernambucano. Compreendemos que, desde sua montagem, essas redes foram heterogêneas. Em seus prolongamentos, elas contavam com agentes cristãos velhos, flamengos, homens com quem esses cristãos-novos se associaram para variados fins.

É necessário que compreendamos também a participação dos holandeses na própria efetivação da indústria açucareira na capitania, pois estes ofereceram não só o capital financeiro, como proporcionaram as matérias-primas e os manufaturados do norte europeu para empreender a ocupação de território português na América. Os mesmos participaram então ativamente, levando os produtos necessários à realização da empresa mercantil, através do transporte, lícito ou ilícito, do açúcar produzido na capitania. Neste contexto, ressaltamos

⁴¹³ SALVADOR, Frei Vicente. Op. cit., p. 21.

⁴¹⁴ N do A. Voltaremos à temática no próximo capítulo, observando o envolvimento de agentes cristãos-novos na exportação ilegal do açúcar, bem como no lucrativo negócio dos seguros marítimos.

mais uma vez a importância dos cristãos-novos estabelecidos na Antuérpia e na Holanda, os quais utilizavam seus vínculos com os conversos de Portugal para fazerem ligações comerciais.

É fundamental lembrarmos que a Carta de Foral da Capitania de Pernambuco não excluiu o estrangeiro, e muitos, além de participarem ativamente com capitais da montagem dos engenhos, resolveram também se estabelecer e comerciar na capitania, a exemplo de Gaspar de Mere, mercador estabelecido na capitania desde finais do século XVI⁴¹⁵. Pelo contrário, a Carta Foral dizia que o Capitão Donatário e seus sucessores deviam repartir a terra entre pessoas de qualquer qualidade e condições, desde que essas fossem cristãs.⁴¹⁶ Esse mesmo documento não proibia tão pouco o comércio com estrangeiros, desde que houvesse o devido pagamento do dízimo. Apenas no começo do século XVII uma série de homens do norte europeu, alguns da Antuérpia, outros da Holanda, será vigiada pela Coroa e até proibida de residirem no Brasil.

A utilização de embarcações de outras nacionalidades, no transporte do açúcar no Brasil, se dava muitas vezes pela incapacidade dos navios portugueses fazerem o transporte seguro de suas mercadorias.⁴¹⁷ Então, até 1608, eram preferidas as urcas holandesas. Contudo, após essa data, foram privilegiadas, ainda que carregassem menos mercadoria, as caravelas portuguesas por serem mais ágeis e terem mais possibilidade de defesa frente aos corsários. Nas palavras de Stuart Schwartz, “elas eram menores, mas, sob ataque, o único recurso era correr. Isso foi o que o jesuíta Antônio Vieira chamou de ‘escola da covardia’”.⁴¹⁸

Para chegar de Portugal ao Brasil, era necessário observar as estações do ano e as correntes marítimas. Assim, era comum sair de Lisboa, entre meados e fins de outubro, para se conseguir chegar ao Brasil dois meses depois. E no retorno, era costume sair de Pernambuco ou da Bahia, em Abril, para que, em Julho, pudessem ancorar em Portugal⁴¹⁹. Pelo menos até o começo das hostilidades com a Holanda, essas viagens eram geralmente intermediadas por uma passagem na ilha da Madeira ou nas Canárias para carregarem vinho. Depois, passou-se a privilegiar as viagens diretas⁴²⁰. No retorno do Brasil a Portugal, traziam não só açúcar mais também pau-brasil e um pouco de algodão.

⁴¹⁵ Segunda Visitação, p. 154.

⁴¹⁶ Carta Foral de 24 de setembro de 1534 da Capitania de Pernambuco. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op.cit., 1954.

⁴¹⁷ MAURO, Frederic. Portugal e o Brasil: A estruturas Política e Econômica do Império. In: BETEHL, Leslie (org.) **América Latina Colonial**. Vol. I 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 458.

⁴¹⁸ Tradução livre da autora. SCHWARTZ, Stuart B. A commonwealth within itself. IN: SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., 2004, p. 173.

⁴¹⁹ ALENCASTRO, Luis Felipe. Op. Cit., 2000, p. 61.

⁴²⁰ BARROS, Amandio Jorge Moraes. Op. Cit., 2004, p. 737.

O que observamos é a múltipla função dos comerciantes: eram também senhores de engenho e, como tais, embarcavam a própria mercadoria e os produtos comprados aos lavradores para aproveitar a isenção de taxas. Eles minimizavam, desta forma, os custos finais, o que refletia num lucro maior do que o obtido por aqueles que tinham que recorrer a terceiros e aos comerciantes para o embarque de seu açúcar. O lucro obtido pelo mercador-senhor de engenho não deveria ser totalmente repassado aos credores, o que acontecia com muitos senhores de engenho, posto já serem donos de boa parte do dinheiro investido. Essa manobra permitia assim uma acumulação financeira maior por parte de alguns comerciantes-senhores de engenho, cujos lucros foram reinvestidos na indústria açucareira ou em algum outro negócio do qual a rede de que eram partícipes estava envolvida.

André Farto da Costa, incumbido de uma série de vistorias para averiguar a sonegação das mercadorias que deveria ser revertidas em renda para a Coroa, alarmava para a necessidade da Coroa ficar mais atenta à saída do açúcar do Brasil, chamando a atenção do rei, que pede para saber mais sobre seus apontamentos, pois “tratam dos meios de que se usa para se lhes negarem a minha fazenda todos os anos sessenta mil cruzados nos direitos os açucares”.⁴²¹

Sobre os lucros oficiais obtidos pela Coroa, nos fala Frédéric Mauro que, depois do Brasil, Angola é quem mais dá lucro a Portugal, sendo fundamental a relação das duas aos dividendos da Coroa. Contudo, no Brasil, os rendimentos eram muitos, mas também os custos maiores, principalmente, na luta contra os holandeses no mar e, a partir de 1624, na costa. Em 1608, Pernambuco tinha a maior receita, com 945.0080, enquanto, em 1610, é apenas a terceira capitania no custo das despesas militares. O autor, no entanto, salienta que, para termos uma ideia de quanto o reino lucrava com o Brasil, é preciso somar aos rendimentos da capitania os rendimentos obtidos com os impostos cobrados já em Portugal sobre o Pau-brasil e o açúcar.⁴²²

Os dízimos

Para entender a diferença entre os lucros dos comerciantes e aquele obtidos pela Coroa, é importante que observemos a arrecadação dos dízimos. Os dízimos eram “um

⁴²¹ A. H. U. _ACI_015 Cx.1 doc. 51.

⁴²² MAURO, Frederic. Op. Cit., 1988, Pp. 237-240.

imposto de natureza eclesiástica e se destinava especificamente à manutenção da igreja nos domínios de Portugal”⁴²³. Cabia à coroa sua arrecadação, o que ela fazia também por meio de contratos. Até o ano de 1600, o contrato era feito em Lisboa e servia para a arrecadação dos dízimos de todo Brasil, como assim o obteve Bento Dias Santiago⁴²⁴. Depois desta data, o rei optou por dividi-los, sendo um contrato para cada capitania⁴²⁵.

Essa prática do arrendamento em separado para cada capitania não aconteceu, porque, em 1601, se continuou arrendando o contrato dos dízimos para todo o Estado do Brasil, como relata Ambrósio Siqueira: “Arrendados lá no reino ao dito Gabriel Ribeiro por tempo de seis anos, em massa, todo esse estado do Brasil, em quarenta e dois contos em cada ano sem distinção de capitania por si”⁴²⁶. Da mesma forma que os contratadores do pau-brasil, os contratantes dos dízimos não precisavam estar na capitania desde que aqui tivessem feitores. É o caso de Gabriel Ribeiro, cristão-novo arrematador dos contratos dos dízimos que nunca esteve em Pernambuco⁴²⁷.

Era muito comum os dízimos serem arrendados para um conjunto de capitanias. Assim, os contratos para arrecadar os dízimos de Pernambuco incorporavam também os dízimos do Rio Grande do Norte, Paraíba e Itamaracá. Fato esse que pode ser verificado no caso do cristão-novo Duarte Ximenes, que era contratador dos dízimos do açúcar das três citadas capitanias, em 1618, como explicitado no requerimento abaixo:

Pelo teor do qual mando e notifico a todas as pessoas geral e particularmente a cada um, em especial, aos senhores de engenhos lavradores e feitores deles assim desta capitania de Pernambuco, como da Paraíba, Rio Grande e Itamaracá, a conheçam ao dito Duarte Ximenes Caminha por contratador que é dos ditos dízimos dos açúcares dela e como tal lhe acudam, paguem e entreguem o que por razão do dito seu contrato e arrendamento lhe pertencer com direito assim a ele como a seus criados feitores procuradores⁴²⁸.

⁴²³ COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. Op. Cit., 1985, p. 62.

⁴²⁴ Alvará de 25 de Janeiro de 1583 sobre a arrecadação dos tributos do açúcar. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op. cit., 1954, p. 315.

⁴²⁵ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p. 256.

⁴²⁶ “Relação de Ambrosio de Siqueira (1605) da Receita e despesas do Estado do Brasil”. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, N.49. pp-124-234, p. 124.

⁴²⁷ Gabriel Ribeiro, natural de Lagos, foi logo cedo residir em Lisboa, de onde gerenciou seus negócios em várias frentes, tanto no comércio atlântico, quanto no oriental. No ano seguinte, ao ter arrendado o contrato dos dízimos do Estado do Brasil, ele também arrendou os direitos das naus que chegavam à Índia. E, pouco tempo depois, em 1606, tomava os contratos de Tanger e Ceuta. ALMEIDA, A. A. Marques. Op. Cit., 2009, pp. 594-595.

⁴²⁸ Requerimento de 3 de Outubro de 1619. AHU_ACL_CU_015, C.x 1, D. 66

Esses contratos eram obtidos mediante lances em pregões públicos e eram arrendados pelo maior valor oferecido. Contudo, nem sempre eram logo arrendados e tinham seus valores diminuídos, como ocorreu em 1618, pois, segundo justificativa do licenciado Domingos da Silveria, procurador de sua Majestade, “havia muitos dias que os dízimos desta capitania e das mais do norte andavam em pregão na forma do Regimento para se arrendarem a quem por eles mais desse”⁴²⁹.

Os dízimos eram os únicos impostos no Brasil aplicados na manutenção e na defesa da colônia, mostrando como a mesma, através da união entre Igreja e Estado, utilizava essa renda cuja origem era eminentemente eclesiástica. O mau comprimento dos contratos era atentamente observado pela Coroa, ainda que esta não detivesse os meios para evitar o mau uso. No libelo acusatório de D. Luis de Souza, que foi governador do Estado do Brasil, consta, entre várias acusações, a de ter recebido de Duarte Ximenes o valor de trinta mil cruzados para aceitar o pagamento dos dízimos só em gêneros – quando o correto era que fosse metade em gênero e a outra metade em dinheiro⁴³⁰. E não só o cristão-novo Duarte Ximenes foi citado neste Libelo acusatório, mas também o contratador que o antecedeu, o também cristão-novo Pero Lopes de Vera, de quem era amigo o Governador, do qual também teria recebido benefícios.⁴³¹

Observamos, por fim, que a diminuição das rendas do dízimo reflete algumas das dificuldades por que passa a América portuguesa⁴³², cujos valores gradualmente vão diminuindo a partir de 1618. Mas, independente desses fatores conjunturais, que mais a frente observaremos, alguns problemas decorriam da própria organização dos contratos, como o fato dos mesmos serem, por vezes, feitos sem fiança, ou seja, sem o pagamento prévio de alguma quantia à Coroa. Outras vezes, os contratadores não cumpriam com as condições do contrato, pois, quando tinham prejuízo, pediam quitação ao rei, enquanto nas situações em que obtinham grandes lucros, ficavam para si, pagando à Coroa apenas o combinado no contrato. As despesas dos contratadores também eram muitas e estes sempre reclamavam dos autos custos para efetivação das arrecadações. Estas:

compreendiam a cobrança do gênero dizimado (que era feita através de feitores), transporte para os portos de embarque (inclusive o pagamento de taxas nos

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p. 409.

⁴³¹ Idem. p. 409-415.

⁴³² Dificuldades que observaremos nos subtópicos seguintes relacionadas à retração do preço do açúcar na Europa e ao conflito entre a Espanha e as Províncias Unidas dos Países Baixos.

“passos”), pagamento de propinas aos funcionários e transporte do produto para o reino, além do pagamento de 1% para obras pias.⁴³³

Houve uma sensível diminuição na arrecadação dos dízimos a partir de 1624, como Expresso no relatório, que coloca a culpa pela diminuição desses rendimentos nas guerras do mar.⁴³⁴ Essa diminuição, contudo, não reflete a penúria dos comerciantes e sim as dificuldades que a colônia passava de uma forma geral, cuja expressão maior será a diminuição da receita da Coroa.

4.2- Crise no mercado europeu e a baixa no preço do açúcar no começo do século XVII.

Desde meados do século passado, vem se desenvolvendo, na Europa, pesquisas que abordaram a ideia de uma crise europeia no século XVII. Temática posta em discussão pelo artigo de Eric Hobsbawn, intitulado “A crise geral da economia europeia no século XVII”.⁴³⁵ Neste artigo, o autor tenta primeiramente dar provas da existência de uma crise geral para logo analisar suas causas e pontuar as possíveis ações operadas pelos diversos estados europeus para sair da mesma. O autor nos explica o começo desse processo:

É provável – embora com isso estejamos entrando no complexo terreno da história dos preços – que a crise tenha tido início por volta de 1620, provavelmente com o período de violenta queda dos preços que se estendeu de 1619 aos primeiros anos da década de 1620. Ao que parece, após uma distorção no movimento de preços, resultante da Guerra dos Trinta Anos, esta crise atingiu sua fase mais aguda entre 1640 e 1670, embora não se possa estabelecer datas precisas numa discussão sobre movimentos econômicos de longa duração.⁴³⁶

Segundo Hobsbawn, não foi a Guerra dos Trinta anos que causou a crise europeia – como seria possível supor pela proximidade do conflito – pois a própria duração do conflito foi afetada pelo estado de crise. Suas causas residiriam então do desenvolvimento de práticas

⁴³³ COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. Op. Cit., 1985, P. 65.

⁴³⁴ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958. P. 34 e 35.

⁴³⁵ HOBBSAWM, Eric. “the general crises of the European economy in the 17 th century”, in Past and present. A Journal of historical studies, nº 5 e 6, maio e novembro de 1954. IN: SANTIAGO, Theo. (Org.). Do feudalismo ao capitalismo, uma discussão histórica. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, pp. 78-124.

⁴³⁶ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit, 2006, p. 84.

capitalistas numa estrutura ainda feudal, decorrente por vezes do mau emprego dos grandes capitais acumulados. E pela preferência por negócios cujo lucro dependia da existência do monopólio⁴³⁷, exigindo para sua manutenção vultosos gastos, que após um tempo já não compensavam o investimento. Seriam essas as “contradições do próprio processo de expansão do século XVI”, pois “a vantagem que a Europa obteve com essas conquistas iniciais tomou mais a forma de um bônus único do que de dividendos regulares”⁴³⁸. A crise do século XVII teve ainda como principal consequência a concentração de poder econômico nas mãos de grandes magnatas.

A ideia de uma crise não é consenso entre os estudiosos, muitos preferem falar de uma retração no crescimento. *Uma crise no século XVII?* é o título da introdução do segundo volume do clássico *O sistema mundial moderno*, de Wallerstein, no qual o autor aborda a possível crise, pontuando as discussões realizadas por vários estudiosos do período. Este autor explica que mesmo os estudiosos que não compreendem a existência de uma crise acreditam numa diminuição do crescimento da economia europeia no século XVII. Wallerstein nega a ideia de crise, explicando o movimento cíclico de expansão e retração.⁴³⁹ O problema central é que as análises que discutem a existência de uma crise se baseiam nos índices de preço das mercadorias na Europa, que são, segundo os próprios autores, esparsos.

Por que então nos propomos a discutir aqui a existência ou não dessa crise ou retração? Para tentarmos compreender a oscilação do preço do açúcar no mercado europeu do começo do século XVII e como a mesma pode ter relação com a ação dos comerciantes de origem cristã-nova. Há, nas fontes portuguesas, informações sobre o período que reafirmam uma queda nos preços do açúcar na Europa.⁴⁴⁰ Independente de ser uma crise geral, como propôs Hobsbawm, ou um período de retração, como propõe Wallerstein, essa queda nos preços foi sim verificada.

Propomo-nos então a compreender como essa retração afetou o comércio do açúcar pernambucano antes da tomada da capitania pelos holandeses. Os diversos autores que abordam a dinâmica da produção e comercialização do açúcar expõem sua compreensão dessa retração e suas repercussões. Recuperamos aqui alguns dos estudos para colaborar ao entendimento da questão.

⁴³⁷ Ele cita o caso da Pimenta. Idem, *Ibidem*, p. 91.

⁴³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 89.

⁴³⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1974. v.2.

⁴⁴⁰ SALVADOR, Frei Vicente. *Op. Cit.*, 1982, p. 334; *LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p. 37.

Sobre a crise do açúcar no mercado europeu, Cleonice Xavier, em sua dissertação, intitulada *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Felipino: aspectos fiscais da administração colonial*, propõe que apenas o corso não explica a baixa no preço do açúcar na Europa, pois, seja pelas vias legais ou não, o açúcar brasileiro chegava àquelas praças. Para esta autora, a crise advém da grande oferta para pouca demanda, gerada por uma superprodução. Em sua análise, os ataques holandeses ao comércio e aos territórios portugueses são apenas uma das causas dessa crise. Os senhores de engenho e comerciantes acabavam por culpar a seca, o corso ou outros problemas ocasionais, quando na verdade o que diminuía seus lucros era o preço desse açúcar nas praças europeias. Nas suas palavras:

Não há dúvida que o final da trégua dos doze anos fizera recrudescer os ataques holandeses às frotas de açúcar e os prejuízos trazidos ao comércio. Mas isso coincidiu com uma “Crise Geral” do comércio internacional, agravada a partir de 1620 com a violenta queda dos preços que se estendeu de 1619 aos primeiros anos da década de 1620 e atingiu sua fase mais aguda em 1646.⁴⁴¹

Evaldo Cabral em sua já citada obra, *Rubro Veio: O imaginário da restauração Pernambucana*, abordou essa crise, explicando que apenas os pequenos senhores de engenho foram abalados por ela. Este autor, ao dividir os senhores de engenho em três grupos, explica que, em 1623, apenas 15% dos engenhos tinham uma produção anual acima de 6.000 arrobas – estes eram dos grandes proprietários –, 51% tinham uma produção média e 34% eram de pequenos engenhos.⁴⁴² Seriam esses senhores dos pequenos engenhos os diretamente abalados: “Colocados numa posição economicamente marginal, estes pobretões tornaram-se particularmente vulneráveis aos efeitos da primeira crise do açúcar brasileiro, nos anos dez e vinte do século XVII, de que foram a grande vítima”.⁴⁴³

Na compreensão de Frédéric Mauro, podemos distinguir três grandes momentos na economia portuguesa. A segunda fase, chamada por ele de depressão, verificou também a queda nos preço do açúcar no mercado europeu, seguida da atribulada situação do comércio, sendo boa parte das mercadorias atingidas pelo corso e pelo aumento da tributação, que em muito restringia o lucro dos produtores e comerciantes:

Mais profundos que os movimentos cíclicos, os movimentos de longa duração, movimentos interdecenais, ignorados talvez do sec. XVI, “com pressa de viver”,

⁴⁴¹ COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. Op. Cit., 1985, p. 20.

⁴⁴² MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*: Op. Cit., 1997, p.420.

⁴⁴³ Idem.

agitam a economia portuguesa no sec. XVII. Aqui a conjuntura militar, as invenções técnicas, as modificações da organização e da política econômica tem seu papel. Em traços largos, distinguiremos um impulso de crescimento de 1570 a 1600, uma depressão de 1600 a 1620, novo surto de 1620 a 1640, seguido de uma depressão de 1640 a 1670.⁴⁴⁴

Segundo a autora Leonor Costa, em *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663*, a queda nos preços do açúcar e a perseguição social aos cristãos-novos são fundamentais para o entendimento do que ela considera ser uma crise cujo ápice foi entre os anos de 1618-23.

A autora conclui que a situação do comércio açucareiro foi prejudicada mesmo durante o período de trégua entre espanhóis e holandeses⁴⁴⁵, devido à retração dos preços na Europa e aos ataques às embarcações, que, como já vimos, não pararam nesse período. Com o fim da trégua, apesar da piora da situação nos mares, ou por conta dela, a situação do açúcar na Europa melhora⁴⁴⁶. Enquanto os preços baixavam no Brasil por causa da acumulação de safras impedidas de embarcar pelo medo do corso, o valor do açúcar subia na Europa devido à escassez do produto.

Como consequência também dessa crise, Costa cita o envolvimento dos comerciantes nos lucrativo comércio de seguros marítimos e a divisão do navio por um número maior de responsáveis. A copropriedade dos comerciantes nos navios, seja pela posse efetiva ou pelo seu arrendamento para uma viagem, é vista por Amandio Barros, em sua tese de doutoramento, intitulada *Porto: A construção de um espaço marítimo no alvorecer dos tempos modernos*⁴⁴⁷, como vital para o desenvolvimento de suas atividades, desde fins do século XVI⁴⁴⁸. Pensando nos comerciantes que se juntam ao núcleo de transportadores, há que se levar em consideração quão aumentadas foram suas obrigações, preocupados que estariam com a burocracia exigida para efetivação de uma viagem. Entre as obrigações, incluíam-se:

Desde os contratos de fretamento - aqueles que eram concretizados - aos pagamentos de taxas portuárias, passando por toda uma panóplia de papeis, tais

⁴⁴⁴ MAURO, Frédéric. Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 252

⁴⁴⁵ Conflito que será abordado mais a frente.

⁴⁴⁶ Para a compreensão das mudanças no preço do açúcar na Europa e na forma de associação dos agentes mercantis. Ver: COSTA, Maria Leonor Freire *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663*. Lisboa: CNCDP, 2002, p. 241-247.

⁴⁴⁷ Ele discorre sobre a temática no subtópico intitulado “Navios e mercadores”. BARROS, Amandio Jorge Morais. Op. Cit., 2004, Op. 732-733.

⁴⁴⁸ O autor mostra que desde o fim do século XVI essa prática era comum. Em contraste ao proposto por Leonor. Costa, Leonor. Op. Cit., 2002, p. 241-247

como conhecimentos de carga, obrigações, quitações, despesas com mantimentos e conserto de navios, apólices de seguro e etc.⁴⁴⁹

As mudanças, em decorrência dessa crise, na organização do comércio marítimo são apontadas por Costa como fundamentais para a reorganização das redes envolvidas no comércio com a América portuguesa e, especificamente, com a capitania de Pernambuco. A autora aponta que, a partir de 1618, há uma diminuição no número de agentes envolvidos no comércio açucareiro, bem como uma renovação dos membros desse grupo, repetindo-se poucos dos comerciantes envolvidos no negócio açucareiro em fins do século XVI.

Essa reorganização é questionada por Daniel Strum, em sua tese de doutorado, intitulada *The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited*, que discorda da diminuição na diversidade dos agentes proposta por Costa. Ele acredita que a pirataria exigia um controle direto maior sobre os mestres do navio e sobre os carregadores a bordo, assim como também aumentava o número de portadores de informação em cada embarcação. Existe pouca documentação sobre o que ele chama de agentes viajantes menores, que são justamente muitos dos cristãos-novos aos quais nos dedicamos nessa pesquisa⁴⁵⁰.

Os supracitados autores ainda divergem quanto à itinerância dos membros das redes comerciais. Segundo Leonor Costa⁴⁵¹, essa mobilidade mercantil não se restringe aos agentes subalternos, como feitores e caixeiros. Para a autora, não se pode compreender que só por estarem nos portos brasileiros esses agentes eram subalternos ou menores, pois o costume de mudarem sempre de residência impede que a isso atribuamos conotações hierárquicas⁴⁵². Costa coaduna com a posição de Catia Antunes⁴⁵³, em *Globalization in the early modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*, que não observa uma hierarquia dentro das redes comerciais. Ambas as autoras divergem do

⁴⁴⁹ BARROS, Amandio Jorge Morais. Op. Cit., 2004, p. 730.

⁴⁵⁰ STRUM, Daniel. **Entre os embargos e a Inquisição: cristãos-novos e “framengos” na rota do açúcar.** Anais do XXVI simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho, 2011. ; STRUM, Daniel. **The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited** (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595—1618), Ph.D. diss. Hebrew University of Jerusalem, 2009.

⁴⁵¹ COSTA, Maria Leonor Freire **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil.** 1580-1663. Lisboa: CNCDP, 2002.

⁴⁵² Idem, *Ibidem*, p, 293.

⁴⁵³ ANTUNES, Catia. *Globalization in the early modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705.* Aksant: Amsterdam, 2004.

observado por Strum, que avalia a separação entre agentes fixos e viajantes como forma de estipular uma hierarquia entre ambos.

As pesquisas elaboradas por Daniel Strum e Leonor Costa são fundamentais à compreensão das redes comerciais e das fontes acerca do comércio açucareiro nos primeiros séculos de colonização. No entanto, os autores focam a perspectiva dos comerciantes que operavam a partir do Reino ou daqueles estabelecidos em Amsterdã, já que Daniel Strum considera os que ficaram estabelecidos no Brasil como “agentes menores”. Para esses autores, não importa onde os comerciantes estivessem, desde que envolvidos na comercialização do açúcar, os mesmos eram grandes mercadores, mas que não obrigatoriamente tinham passagem pelo Brasil.

Nosso olhar é aqui lançado em outra direção: partindo da capitania de Pernambuco, nos focamos apenas sobre os cristãos-novos que por aqui passaram ou estiveram estabelecidos. Estes, por conta de seus vínculos e interesses desenvolvidos na capitania, não reagiram de forma igual aos que estavam no Reino ou dispersos em outros centros comerciais. Em nossa pesquisa, não observamos uma hierarquia dentro dessas redes baseadas no posicionamento geográfico de seus membros, pois estudamos comerciantes de riqueza vultosa estabelecidos no Brasil que, a partir da capitania, comandavam seus outros negócios.⁴⁵⁴

4.3 Guerras e redes: Disputas entre Espanhóis e Holandeses no espaço atlântico.

A situação do comércio atlântico diante das guerras travadas entre a Espanha e os Países Baixos é alvo de uma série de questionamentos. Estes levantam hipóteses acerca de como os conflitos, ou ameaça de conflitos, entre as Províncias Unidas em busca de independência e a Espanha, interferem nos custos, na frequência e no número de comerciantes das mercadorias que cruzam o oceano. Interessa-nos compreender, especificamente, como esses conflitos afetaram os comerciantes de origem cristã-nova estabelecidos na capitania.

⁴⁵⁴ N do A. Há os exemplos de Duarte Ximenes e Pero Lopes de Vera, cujas trajetórias acompanharemos no último capítulo.

Frédéric Mauro já apontava o peso da guerra com os holandeses como determinante para a crise do comércio de açúcar⁴⁵⁵. Contudo, alguns fatores precisam ser levados em consideração. Primeiro, até que ponto o medo imposto pela guerra encareceu o comércio; segundo, se de fato ocorreu uma substituição ou diminuição dos comerciantes cristãos-novos em Pernambuco; e terceiro, se a saída de alguns comerciantes de origem cristã-nova tem relação com esses conflitos ou se ocorreu pela própria mobilidade comum aos membros de redes transatlânticas. Estas são questões pertinentes a nossa tese, pois nos cabe compreender como a capitania de Pernambuco e os cristãos-novos nela estabelecidos enfrentaram essa nova conjuntura.

O período que vai de 1612 a 1621 coincide com os anos de trégua entre holandeses e espanhóis, que estavam em guerra pela independência e reconhecimento da autonomia do território das sete províncias dos Países Baixos. A trégua, no entanto, não é sinônimo de paz nos mares, tampouco de equilíbrio no comércio que envolve a capitania de Pernambuco. Esse período preparatório para os conflitos que se seguiram expõe a construção de uma nova conjuntura comercial, na qual as relações entre Portugal, a Coroa Espanhola, os Países Baixos e a capitania de Pernambuco se reconfiguraram.

As redes comerciais, que não são necessariamente afetadas pelos embargos comerciais, são organizadas a partir de interesses de grupos que, por vezes, têm representantes nos diversos polos do conflito. Não que estes homens sejam indiferentes às conjunturas internacionais, mas sim que os mesmos estabelecem, a partir destas conjunturas e dos lugares por eles ocupados nos diversos entrepostos, relações especiais que geralmente minimizam as dificuldades comerciais do período.

Quatro autores se destacaram em nossos estudos para o entendimento da dinâmica internacional no período: Jonathan Israel, Frédéric Mauro, Leonor Costa e Peter Emmer. Eles analisaram a conjuntura desses anos para compreender as metamorfoses que se seguiram e que são fundamentais para que entendamos o comércio em Pernambuco no período e a presença de cristãos-novos na capitania.

Jonathan Israel⁴⁵⁶ propõe que o ano de 1590 é significativo como marco da ascensão holandesa no comércio atlântico e em seu caminho para a hegemonia. Um dos motivos para

⁴⁵⁵ MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico** – 1570-1670. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p.221.

⁴⁵⁶ ISRAEL, Jonathan Irvine. **Dutch Primacy in World Trade**, 1585–1740, Oxford, 1989. p. 121

tal ascensão seria a diminuição da preocupação por parte dos espanhóis, com o quais estavam em luta, com as Províncias Unidas em favor da concentração de esforços contra a França dos Huguenotes, permitindo inclusive a reintrodução de navios holandeses no comércio com a península Ibérica. Israel discorda de alguns aspectos da obra de Wallerstein, aqui já citada, argumentando que, para os holandeses, o período de 1621-1647 foi de relativa retração, mas de grandes reestruturações, principalmente com a criação da Companhia das Índias Ocidentais. Esse período também, segundo Israel, marcaria o declínio do comércio transatlântico espanhol.

Seguindo em busca de explicações acerca das mudanças infligidas pelos conflitos ao comércio açucareiro, Peter Emmer⁴⁵⁷, em *The dutch and the making of the second atlantic system*, faz a distinção entre primeiro e segundo sistema atlântico. O primeiro seria o sistema montado nas Américas pelos colonizadores ibéricos, cujas características principais seriam: primeiro, a forte presença do Estado na regulamentação da economia, levando a tentativas, mesmo que mal logradas, de monopólio; segundo, as dificuldades no transporte de mercadorias, posto que nem a Espanha, nem Portugal tinham uma frota adequada e suficiente para o transporte de seus produtos; e terceiro, os problemas dos mercados ibéricos, incapazes de suprir as demandas de suas colônias.

O segundo sistema teria os holandeses como fundadores, no qual empregaram a tecnologia apreendida nos anos de ocupação no nordeste brasileiro. Esse sistema é caracterizado pela maior especialização das zonas de produção, pelo emprego mais rígido de mão de obra, onde o número de escravos é marcadamente maior do que o de colonizadores, e por uma produção estrita para exportação, típica da estrutura e da especialização capitalista. O que nos é interessante, na análise de Pieter Emmer, trata-se justamente das relações que se estabelecem entre os holandeses e do que ele chama de primeiro sistema atlântico – relações de guerra e de comércio, que tiveram, no começo do século XVII, dois momentos fundamentais: a trégua entre os anos de 1609-1621 e a imediata fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

Na leitura de Pieter Emmer, os holandeses entraram no sistema atlântico, primeiro, de modo informal através da pirataria e da participação com capitais na montagem dos engenhos no nordeste brasileiro. Essas relações seriam abaladas pela guerra pela independência das

⁴⁵⁷ EMMER, Pieter. *The dutch and the making of the second atlantic system*. In: Barbara L. Solow (org.) **Slavery and the rise of the atlantic system**. New York, 1991. Pp. 71-95.

Províncias Unidas, concorrendo para a expulsão dos holandeses do mundo colonial ibérico, fosse proibindo o comércio ou o estabelecimento de pessoas nas colônias sob o domínio dos Habsburgo, ao que os holandeses responderam com a intensificação da pirataria e a guerra nos mares. O período de trégua teria sido responsável pela diminuição da velocidade da expansão holandesa no Atlântico, com o restabelecimento oficial de contatos entre os holandeses e os portos sob o domínio ibérico. No fim deste período, teria ocorrido um recrudescimento na política monopolista dos Estados Ibéricos e logo seriam retomados os conflitos, momento em que é criada a Companhia das Índias Ocidentais. O autor segue analisando a estrutura da Companhia, seus recursos e funcionalidade, criticando alguns de seus aspectos como a fixação do açúcar brasileiro em detrimento do comércio de sal.

Em artigo já citado sobre a importância do sal para os holandeses⁴⁵⁸, o mesmo autor defende que, enquanto estes conseguiam esse produto em portos portugueses, não havia necessidade de se aventurar no Atlântico. Segundo Emmer, a importância do sal foi subestimada por grande parte da historiografia sobre a expansão holandesa, focada apenas nas riquezas do açúcar. A necessidade do sal para a conservação do peixe da então maior frota pesqueira da Europa fez com que os holandeses, ao serem proibidos de acessar o sal de Setúbal e Aveiro, se voltassem para as salinas do Novo Mundo na costa venezuelana, em Punta Araya.

Com o fim da paz com os espanhóis, os holandeses reestabeleceram suas intenções no Atlântico, dependentes que eram dos produtos desse comércio. Então, começaram a agir em duas frentes através da Companhia das Índias ocidentais (WIC): primeiro, em direção à Punta Araya e, depois, em direção ao Brasil. Contudo, com o desenrolar dessa expansão, os recursos da Companhia foram esgotados na luta pelo Brasil, impedindo-os de fazer frente à defesa espanhola em Punta Araya. Emmer partilha da ideia proposta anos antes por Charles Boxer: teriam sido as tentativas de Felipe II de barrar as revoltas dos Países Baixos e os embargos ao comércio holandês com a península que incentivaram as hostilidades entre os portugueses e os holandeses⁴⁵⁹. Boxer ainda explica que:

(...) quando os holandeses passaram à ofensiva em sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no final do século XVI, foi nas possessões portuguesas mais do que nas espanholas que se concentraram seus ataques mais pesados e consistentes. Uma vez que as colônias espanholas estavam espalhadas

⁴⁵⁸ EMMER, Pieter. Op. Cit., 2004.

⁴⁵⁹ BOXER, Charles. O Império marítimo português (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.124

pelo mundo todo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares (...).⁴⁶⁰

Frédéric Mauro, em seu denso estudo intitulado, *Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670*⁴⁶¹, propõe que, entre os anos de 1609 e 1621, os interesses portugueses eram protegidos em Amsterdã pelos homens da “Nação Portuguesa”, ou seja, pelos judeus de origem portuguesa ali estabelecidos, que aumentam significativamente de número em decorrência da perseguição inquisitorial em Portugal e no Brasil. Segundo Mauro, o comércio nesse período se normaliza, sendo afetado apenas em 1621 quando é retomada a guerra entre espanhóis e holandeses.⁴⁶² Após 1621, Mauro ressalta a importância dos comerciantes de Hamburgo, cuja neutralidade permitia as relações alemãs com Portugal.

Já Leonor Costa⁴⁶³, em *O transporte no Atlântico e a companhia Geral de Comércio do Brasil 1580-1663*, discorda de Frédéric Mauro, propondo que se discutam as várias possibilidades de resposta do fluxo comercial aos anos de trégua. Como primeiro sintoma das dificuldades, a autora aponta o ano de 1612, no qual os senhores de engenho e lavradores do Brasil são favorecidos pela Coroa para que não pagassem suas dívidas, fato ao qual reagiram muitos comerciantes financiadores da indústria açucareira, pois estes acabaram por não poder cobrar a dívida aos seus devedores, prejudicando assim o comércio.⁴⁶⁴

Já entre os anos de 1612 e 1615, a autora observa uma distinção entre proprietários e comerciantes, distinção essa que foi observada por Evaldo Cabral de Mello apenas para os anos posteriores a 1630. Assim, Costa observa que a contração no comércio do açúcar se acentua a partir de 1618, refletindo na passagem de propriedade de engenhos. Segundo essa ideia, os comerciantes de Lisboa teriam deslocado seus interesses para o comércio de escravos para a América espanhola, que lhes daria acesso à prata, elemento tão importante para o comércio com Oriente. Observaremos no próximo capítulo tanto a passagens de engenhos na capitania, nas três primeiras décadas do século XVII, quanto os motivos e as condições da saída de Pernambuco de alguns comerciantes cristãos-novos a fim de compreendermos como os mesmos se portaram diante das dificuldades impostas pela queda do preço do açúcar e pelos efeitos dos conflitos entre a Espanha e as Províncias Unidas.

⁴⁶⁰ BOXER, Charles. *Ibidem*, 2002, p. 120.

⁴⁶¹ MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

⁴⁶² O que é contradito pelas diversas fontes aqui citadas que relatam o assalto nos mares durante o período.

⁴⁶³ COSTA, Maria Leonor Freire **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil**. 1580-1663. Lisboa: CNCDP, 2002.

⁴⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*, p.59.

O Comércio e o Corso

Para compreendermos os custos e os riscos do transporte no Atlântico, é fundamental que observemos a pirataria como fator condicionante de uma série de questões relativas ao comércio. A pirataria vinha, desde a década de 70 do século XVI, transtornando a circulação nos mares atlânticos. Entre os anos de 1589 e 1591, sessenta e nove navios do comércio açucareiro foram apreendidos pelos corsários ingleses, fazendo o preço do açúcar em Londres ficar mais baixo do que em Pernambuco e na Bahia⁴⁶⁵. Em 1591, estiveram no Recife cerca de 20 urcas holandesas⁴⁶⁶. O número de navios apreendidos por piratas berberes, franceses e ingleses era cada vez maior, chegando a quase totalidade dos navios saídos de Pernambuco em 1616. Essas ações constantes e de grande porte acabaram por gerar custos maiores no comércio, através do aumento nos seguros e da criação de impostos novos para custear as armadas de proteção.

A documentação gerada pela primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil guarda relatos sobre mercadores que se dirigiam ao Porto, quando os navios em que viajavam foram tomados por corsários ingleses. Entre eles, o do mercador cristão-novo Miguel Dias de Paz⁴⁶⁷, filho do também mercador Duarte Dias. A caravela partiu da Bahia e, quando já estava próxima da cidade do Porto, foi apreendida por ingleses. Junto a mais seis pessoas, Miguel foi deslocado para a nau dos corsários, na qual esteve por treze ou quatorze dias até chegar à Inglaterra.

Neste contexto de conflito, o *Consulado* e a *Avaria*⁴⁶⁸ foram impostos estabelecidos para dar conta dos gastos com a proteção contra os ataques de corsários e frotas hostis. Essas cobranças fazem subir muito o preço dos produtos e, ainda em 1624, é instituído o *contrabando*, ao valor de mais de 30% de impostos sobre o preço das mercadorias. Além de tudo isso, muitos são os empréstimos e contribuições extraordinárias para enfrentar os perigos nos mares e os ataques à costa⁴⁶⁹. Entre os anos de 1619 e 1630, foram mais de 12

⁴⁶⁵ BOXER, Charles. O Império marítimo português (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.118.

⁴⁶⁶ BRITO, Domingos de Abreu e. Um inquérito à vida administrativa e à economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 71.

⁴⁶⁷ Livro das Confissões de Pernambuco, p.51.

⁴⁶⁸ “para a luta contra os corsários e frotas inimigas”. MAURO, op cit, 1988. p. 226

⁴⁶⁹ Vários lavradores e senhores de engenho, entre eles acreditamos que o cristão-novo Duarte Fernandes, pois lá consta um lavrador com esse nome, assinam, em 1619, documento onde se comprometem a pagar uma dessas

contribuições extraordinárias para guerra⁴⁷⁰. A guerra influenciará diretamente o aumento dos seguros marítimos e, a partir de 1609, marinheiros e oficiais dos navios não tem direito de participar como seguradores, pois poderiam facilitar a tomada do navio, já que teriam assegurado seu lucro.

O começo do século XVII observou um recrudescimento da pirataria refletido nas preocupações do Estado com seu combate. Várias cartas e documentos retratam as tentativas da Coroa para combater os piratas e as enormes perdas sofridas nos mares. Desde a já citada correspondência de Digo Botelho ao Rei, passando pelos escritos que solicitavam a montagem de armadas de proteção as mercadorias saídas do Brasil, nos deparamos com uma intensa documentação sobre pirataria⁴⁷¹. A ação dos piratas não só encarece os custos do transporte como também pode vir a diminuir as perspectivas de lucros de muitos comerciantes, levando alguns a deslocarem seus investimentos para outros negócios de retorno mais seguro.

A ação do corso holandês seguia chamando atenção dos funcionários da Coroa, que achavam ser necessária a prática do comboio para a proteção das embarcações do corso: “Em cada ano, tomam, no caminho dos que vem de todo aquele estado, mais de 35 navios carregados de açúcar, tabaco e algodão, pau-brasil e couros”. Nesse documento, posterior a 1624, pois já se refere à tomada da Bahia pelos Holandeses, argumenta-se que os dízimos da Coroa em muito vinham sendo prejudicados pelas apreensões.⁴⁷²

Entre 1625 e 1638, os holandeses se apoderaram de 80 dos 300 navios portugueses que, saindo do Brasil, cruzaram o atlântico em direção a Portugal. Setenta dos quais estava carregados com açúcar em proporções que variavam de 300 a 700 caixas.⁴⁷³ Mauro ainda estima que os custos do imposto *contrabando* sob as mercadorias, após 1624, giravam entorno de 30%, aos quais ainda deveriam ser somados os impostos ordinários.⁴⁷⁴ Mas a questão é: quem lucrava com esse aumento nos custos? Os comerciantes que se associavam, tornando-se

taxas para montagem de uma armada de proteção à costa. LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958, p.277.

⁴⁷⁰ MAURO, op cit, 1988, p. 228

⁴⁷¹ As referências são muitas, desde os cronistas, como frei Vicente Salvador, que se refere a vários episódios de urcas apreendidas por carregar pau-brasil sem licença, sob o controle de flamengos. Descreve assalto dos holandeses em 1604, o mesmo ainda explana a respeito de ordens reais que mandavam caçar os estrangeiros que viessem comerciar a essas partes. SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil (1500-1627). 7. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. P. 321; 91; 301; também a vasta correspondência entre Diogo Botelho e o rei: Correspondência de Diogo Botelho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 73, parte 1, 1910. Vários documentos do arquivo Ultramarino (AHU) e ainda os documentos do LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958.

⁴⁷² Idem, P. 33-39.

⁴⁷³ Mauro, Op. Cit., 1988, vol II, p. 202.

⁴⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 226.

também responsáveis pelo transporte e pelos seguros marítimos, tão em voga no período. Quanto maior o medo do curso, mais caros os seguros e o prêmio de arbitragem.

Os holandeses que residiam no Brasil também foram alvo de suspeita, muitos estavam aqui desde o século XVI e foram listados em 1618, diante da preocupação da Coroa em saber quais seriam dignos de tais suspeitas⁴⁷⁵. Alguns residiam em Pernambuco, como Gaspar de Mere, Pedro de Laost e Baltazar Belarte. Muitos desses mercadores eram da Antuérpia, ou seja, súditos do rei da Espanha, mas a denominação de flamengos confundia a todos os estrangeiros, da Antuérpia à Holanda, sob os quais pesavam suspeitas.

A presença de flamengos na colônia dava motivo a inquietações que inspiravam providências repressivas. Em 1606 uma carta régia mandava que se detivesse e mandasse a Lisboa a Gaspar de Mere, provavelmente Gaspar Vam de Moere, residente na Bahia ou em Pernambuco. Sem maiores consequências: no rol de estrangeiros de 1618 figura de Gaspar de Mere, natural da Antuérpia que residindo em Portugal e conquistas a mais de 30 anos, dos quais 20 em Pernambuco, aí possuía no cabo de santo agostinho seu engenho de açúcar sem perder sua condição de mercador.⁴⁷⁶

Algumas mudanças foram imputadas ao comércio do açúcar, em decorrência das dificuldades geradas pela retração do preço do produto e pelas guerras. Elas contribuíram, inclusive, para estabelecer o medo além de uma série de restrição aos estrangeiros estabelecidos na América Portuguesa. Não podemos, contudo, afirmar que essas mudanças foram responsáveis pela debandada de mercadores cristãos-novos.

Concluimos, diante da relação entre as análises expostas e nossa pesquisa documental, que a retração da economia europeia pode ter afetado alguns dos comerciantes cristãos-novos que estavam estabelecidos no Brasil, mas não foi a causa da saída destes da Capitania. A pressão inquisitorial, somada aos múltiplos interesses constitutivos das redes de longo alcance foi o que levou alguns cristãos-novos a saírem de Pernambuco, pois, como vimos, a mobilidade era característica desses homens e, portanto, ir e vir fazia parte da rotina dos mesmos. Não podemos é pensar esses deslocamentos sem fazer relação com os interesses específicos de cada rede.

⁴⁷⁵ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958. p. 183-184.

⁴⁷⁶ Segunda Visitação, p. 154.

5 capítulo- Os cristãos-novos que deixaram Pernambuco no começo do século XVII.

Para compreendermos o processo pelo qual alguns cristãos-novos optaram por sair da capitania de Pernambuco no começo do século XVII, precisamos analisar a ação inquisitorial no reino e na América portuguesa e também quais outros interesses, fossem eles comerciais, familiares e/ou religiosos, levaram esses homens a migrar. Primeiramente, observaremos a ação inquisitorial sobre os cristãos-novos nas primeiras décadas do século XVII, abalando o fator segurança e qualidade de vida dos mesmos. Em seguida, analisaremos as possibilidades de negócios encontradas pelos mesmos em outros entrepostos comerciais. Pela frequência em que aparecem na diversa documentação, falaremos do norte europeu, especificamente da Antuérpia e de Amsterdã. Depois, explanaremos sobre a migração de cristãos-novos para a América Espanhola e para a Espanha. Por último, nos dedicaremos àqueles que se envolveram com o comércio oriental, alguns dos quais, inclusive, se estabeleceram em Goa.

5.1-Ação inquisitorial sobre os cristãos-novos na América portuguesa e no Reino

Além da primeira visitação ao Brasil, feita pelo Visitador Heitor Furtado de Mendonça, entre 1591-1595, e já citada anteriormente, outra ocorreu entre os anos de 1618 e 1621, na Bahia, sob o comando de Marcos Teixeira. Esta última foi responsável por novamente desarticular algumas redes comerciais com vínculos internacionais. É importante que compreendamos que, mesmo a segunda visitação não tendo se realizado na capitania de Pernambuco, alguns cristãos-novos com passagem por esta capitania foram nela citados, denunciando ou confessando, como foi o caso de Manuel Homem de Carvalho⁴⁷⁷. A ação Inquisitorial na colônia soma seus efeitos a uma outra, também de vulto, ocorrida no Porto em 1618, sob a qual muitos cristãos-novos envolvidos no comércio internacional foram presos ou citados⁴⁷⁸.

A repercussão da Inquisição no Porto foi tão grande que o rei, em carta ao Governador geral D. Luís de Souza (1615-1621), adverte sobre os bens dos cristãos-novos presos pela inquirição de 1618 no Porto, pois muitos dos bens desses homens deveriam ser apreendidos

⁴⁷⁷A confissão de Manuel Homem, em 1618. Segunda Visitação, p.501.

⁴⁷⁸“Lista das pessoas que sairão soltas e livres dos cárceres da Inquisição de Coimbra, sem confiscação de bens, pelo predão geral do Papa Clemente 8o, publicado na Sé de Lisboa em 16 de janeiro de 1605” IN: Collecção de Listas Impressas e Manuscritas dos Autos de fé Públicos e Particulares das Inquirições de Coimbra, Lisboa, 1863. COD. 865.

no Brasil e os lucros enviados ao reino. O rei pede ainda que se envie uma relação de todos os cristãos-novos residentes na colônia, com suas ocupações e fazendas, exigindo ainda informações dos possíveis suspeitos de manter contato com estrangeiros⁴⁷⁹.

Após a partida do Visitador Marcos Texeira, em 1621, realizou-se também outra inquirição em Olinda, na Fazenda Araripe. Esta ocorreu sob o comando do administrador Daniel do Lago⁴⁸⁰, ele mesmo apontado como cristão-novo. Entre as pessoas ouvidas, está o cristão-novo, Manuel da Costa Brandão, que morava em Olinda na casa do tio, o senhor de engenho e mercador, Domingos da Costa Brandão.⁴⁸¹

Os cristãos-novos de uma forma geral sabiam o que podia acontecer caso fossem pegos nas malhas do Santo Ofício, e muitos já tinham tido familiares presos. Assim, quando se espalhava a notícia que um Visitador se dirigia para a colônia, os cristãos-novos tentavam, ao máximo, se proteger, muitos chegando até a migrar. Contudo, não era necessária uma visitação para serem levados presos cristãos-novos da colônia, pois muitos eram denunciados em Portugal, por outros viajantes que, de passagem pelo Brasil, tinha visto ou ouvido alguma coisa. Os inquisidores metropolitanos, então, entravam em contato com os familiares do Santo Ofício⁴⁸² da colônia para que se procedessem as averiguações.

O reconhecimento enquanto cristãos-novos por si só já imputava suspeitas e abria espaço para denúncias, envolvendo muitos homens em tramas das quais estariam afastados, caso não fossem descendentes de judeus. Algumas pessoas foram seguidas ou espreitadas simplesmente por terem sua condição de cristão-novo revelada a outros,⁴⁸³ sendo observadas de propósito a partir do momento de revelação.

Chama a atenção essas acusações terem sido quase sempre seguidas de frases como “dizem ter raça de cristão-novo”⁴⁸⁴, “por saber ser ele cristão-novo”, “por serem todos da nação dos cristãos-novos”⁴⁸⁵ ou “é tido por cristão-novo”, “tendo ruim premonição por ser ele

⁴⁷⁹ LIVRO SEGUNDO do governo do Brasil, Anais do Museu Paulista, P.80.

⁴⁸⁰ Promotor Caderno 3, Livro 204.p. 77-79. AN/TT, Inquisição de Lisboa. Índice dos cadernos do Promotor, Inquisição de Lisboa, século XVII. IN: SILVA, Marco Antonio Nunes da. Op. Cit., 2003, p. 333-346.

⁴⁸¹ NOVINSKY, Anita Waingort. Op. Cit., 1992 p. 113.

⁴⁸² Os familiares foram funcionários encarregados de prestar serviços policiais e investigatórios ao Santo Ofício, tanto no próprio reino, como em todo o império colonial português. Esses homens gozavam de grande prestígio, pois, além da autoridade que lhes era conferida, tinham ainda sua *Pureza de Sangue* atestada, pois rígidos processos investigativos envolviam o processo de seleção desses familiares. CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. Bauru: Edusc, 2006.

⁴⁸³ Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 315 e 466.

⁴⁸⁴ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 89.

⁴⁸⁵ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 113.

da nação”,⁴⁸⁶ “os escandalizou por serem eles cristãos-novos”.⁴⁸⁷ O motivo da denúncia, no entanto, não é tanto o teor da falta, posto que muitas não se referiam a práticas tidas como judaizantes, mas sim a faltas comuns a outros homens da época. O que escandalizou os denunciantes, usando seu próprio termo, é que as faltas partiram dessas pessoas, *a priori*, suspeitas.

Nem sempre a ação inquisitorial desmantelava a rede desses comerciantes, obrigando-os, por vezes, apenas a um deslocamento físico; caso exemplar é o do mercador João Nunes, que, durante o próprio processo inquisitorial pede licença e vai para Madrid a fim de seguir com seus negócios. Seu irmão Henrique Nunes, morador do Reino, tentou lhe avisar por carta da possibilidade da chegada de um Visitador a Pernambuco, prática comum entre amigos e parentes. João Nunes, contudo, não chegou a receber tal alerta⁴⁸⁸ e, por essa razão, foi preso na Bahia e levado a Lisboa. Depois de solto pelo Santo Ofício, ele se estabelece em Madrid, onde incrementa suas redes com o Oriente, chegando a ser um dos financiadores da Coroa espanhola em 1623. Em 1603, João Nunes participava de contratos da pimenta, prova da diversificação de seus investimentos. O mesmo faleceu em Madrid, em 1625.⁴⁸⁹

Eduardo d’ Oliveira França e Sônia Siqueira pensam a segunda Visitação do Santo Ofício como uma tentativa de desarticular essas redes, tese que os autores esmiúçam, em pormenores, na introdução da “Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”. Os mesmos analisaram os cristãos-novos como “os elementos neutros capazes de utilizar a economia do atlântico em todas as áreas”⁴⁹⁰. Eles traçam um perfil da visitação de 1618, pensando a conjuntura internacional da época e colocando a ação inquisitorial em relação direta com o medo do estado dos contatos estabelecidos por cristãos-novos com a próspera comunidade judaica de Amsterdã.

Alguns autores, como Sérgio Buarque de Holanda, acreditam que a Visitação pretendia desarticular esses personagens para assim evitar o contato que tinham com a América espanhola, objetivando “preservar ao espanhol o que era espanhol e ao português o

⁴⁸⁶ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 63.

⁴⁸⁷ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 20.

⁴⁸⁸ ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. Op. Cit., 1998, p. 277-279.

⁴⁸⁹ SOUSA, Lúcio Manuel Rocha de ; ASSIS, Ângelo. A. F. **A Diáspora Sefardita na Ásia e no Brasil e a Interligação das Redes Comerciais na Modernidade**. Revista de Cultura do Instituto Cultural do governo da R. A. E. de Macau (CHINA), v. 31, p. 100-117, 2009.

⁴⁹⁰ Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: Anais do Museu Paulista. tomo XVII, 1963. p. 349.

que era português, na América, apesar da união das duas Coroas⁴⁹¹. Se foi esse o pensamento de Felipe II, não logrou os seus objetivos, pois, o que vimos foi um aumento no número de cristãos-novos envolvidos no comércio entre as possessões portuguesas e espanholas da América, apesar da existência dos tribunais do Santo Ofício em Lima e na Cidade do México, desde a década de setenta do Quinhentos.

Com a União das Coroas Ibéricas, cristãos-novos portugueses se estabeleceram em Lima, Potosi, Cartagena e Cidade do México, bem como em Sevilha, onde, mais avançado o século XVII, tornaram-se banqueiros⁴⁹², utilizando suas vastas redes familiares e de clientela para angariar o dinheiro de que necessitavam os mercadores, comerciantes e, em alguns casos específicos, a Coroa espanhola.

A ação inquisitorial no Brasil nesse período foi sentida também pelas autoridades castelhanas ao atentarem para a entrada de mais de 200 portugueses que haviam sido expulsos dos territórios espanhóis e que agora regressavam por conta da ação inquisitorial na costa brasileira, dentre os quais provavelmente havia muitos cristãos-novos⁴⁹³.

Entende-se, então, o poder que a Inquisição tinha de impor deslocamentos a esses homens, fosse através das prisões ou das fugas geradas pelo medo de cair nas malhas do Santo Ofício. Quando um parente era preso, geralmente a família inteira se tornava suspeita, o que fazia com que os demais membros buscassem locais seguros, fugindo daqueles nos quais já eram conhecidos.

5.2 Dispersão cristã-nova a partir da capitania de Pernambuco

Alguns cristãos-novos, entre os 165 listados em nossas pesquisas, deixaram Pernambuco ou aqui apenas estiveram de passagem entre os anos de 1580 e 1630. Gonsalves de Mello tentou levantar o itinerário de muitos desses cristãos-novos, apontando alguns

⁴⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, A Época Colonial. Vol. 1. Do Descobrimento à Expansão Territorial. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p.180.

⁴⁹² Caso exemplar é o do filho de Diogo e Ana Paz, Manuel da Paz, que era neto do famoso casal de judaizantes estabelecidos em Pernambuco, Diogo Fernandes e Branca Dias. Manuel foi rico mercador ligado ao trato asiático, residindo em Goa de 1607-1616 e se deslocando depois para Madrid (1626), tornando-se banqueiro na corte filipina.

⁴⁹³ CEBALLOS, Rodrigo. **Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires** (c.1580-c. 1650). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. P. 202.

destinos individuais. Seguimos no mesmo caminho em busca de compreender para onde foram os cristãos-novos que deixaram Pernambuco e a quais interesses estavam ligados. Não nos foi possível seguir o destino de todos, mas sobre alguns desses comerciantes temos um conjunto importante de informações que nos ajudam a elucidar os diversos interesses que motivaram a saída de alguns destes homens da capitania de Pernambuco.

Entre os que regressaram ao reino português, encontramos aqueles que o fizeram por interesses comerciais e familiares⁴⁹⁴ e outros que foram coagidos pela ação inquisitorial contra si ou contra algum membro de sua família.⁴⁹⁵ Os destinos foram vários, mas nos focaremos aqui nos mais comuns, foram eles, as províncias do norte europeu, entre as quais se destaca a Antuérpia e principalmente Amsterdã, local de estabelecimento de vários cristãos-novos que passaram por Pernambuco. Em seguida, analisaremos a presença dos cristãos-novos saídos de Pernambuco em direção à América espanhola e a Madrid. Por último, avaliaremos a ação de outros destes indivíduos no comércio oriental e o estabelecimento de alguns em Goa.

5.2. 1- Rumo ao Norte europeu: Antuérpia e Amsterdã

Antuérpia

A Antuérpia foi caracterizada por J. Israel como um empório de transição, pois a mesma teria características dos antigos empórios regionais da Idade Média e também dos empórios mundiais que se formariam nos séculos XVII e XVIII⁴⁹⁶. A importância da Antuérpia, no período por nós estudado, é ainda muito grande, embora por vezes se ligasse a decadência desta cidade à manutenção dos laços com a Espanha, enquanto as Províncias Unidas se tornavam independentes em 1585. Contudo, novos estudos mostram que a Antuérpia continuou como importante entreposto comercial até pelo menos 1640, quando ocorreu a restauração portuguesa.⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ “Diogo Fernandes e seu irmão Duarte Fernandes eram feitores do engenho de Bento Dias Santiago, por volta de 1574, estando o primeiro como mercador na Rua Nova de Lisboa, em 1594.” SILVA, Janaína. Op. Cit., 2007, p. 105.

⁴⁹⁵ Caso de Manuel Nunes de Matos, que regressa ao reino depois da prisão do sogro Henrique Dias Milão, em 26 de outubro de 1606. Henrique, então com mais ou menos 77 anos, sai no auto de fé em 4 de agosto de 1609, sendo relaxado à justiça secular. Inquisição de Lisboa, processo Henrique Dias Milão, nº 3338.

⁴⁹⁶ ISRAEL, Jonathan Irvine, *Dutch Primacy in World Trade, 1585–1740*, Oxford, 1989. P. 5.

⁴⁹⁷ Entre eles FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006; STOLS, Eddy. Op. Cit., 1973.

A primeira citação ao açúcar brasileiro na Antuérpia se dá em 1519, numa tarifa alfandegária⁴⁹⁸. Esta cidade começa a sofrer com a concorrência de Ruão, la Rochelle, Colônia, Londres, Hamburgo e Amsterdã a partir da década de 1570, quando essas cidades passaram a prescindir da Antuérpia como mediadora comercial, estabelecendo contatos diretos com os demais centros comerciais e suas colônias⁴⁹⁹.

Do ponto de vista dos mercadores portugueses em Antuérpia, a União Dinástica Ibérica deveria facilitar a cooperação entre os representantes do poder político e os mercadores. Todavia, as guerras, revoltas, o bloqueio do Escalda e casos de pirataria foram-se sucedendo, o que contribuía para as dificuldades e quebra nos negócios. Tudo isto retira as condições mínimas necessárias ao normal desenvolvimento das actividades comerciais.⁵⁰⁰

Entre os cristãos-novos com passagem por Pernambuco e estabelecidos na Antuérpia, destacamos Duarte Dias de Flandres e Miguel Dias Santiago. Em 1602, Duarte Dias de Flandres embarcava açúcar da capitania de Pernambuco que supostamente iria a Lisboa, ser recebido por Manuel Gomes da Costa. Duarte esteve em Pernambuco entre 1595 e 1604⁵⁰¹, onde era carregador de açúcar e cuidava dos interesses de Ambrósio Fernandes Brandão. Em 1612, já estava na Antuérpia, onde aparece como feitor ou cônsul, posição que ocupará novamente em 1624, e envolvido com a comercialização do gengibre, pois o mesmo tinha também interesses no comércio oriental⁵⁰². Sabemos, por fim, que Duarte morre por volta de 1631.

Miguel Dias Santiago, que se dizia primo de Duarte Dias de Flandres, cristão-novo cujo livro de contas é uma das principais fontes para a compreensão da indústria açucareira em seus primeiros anos⁵⁰³, também se dirigiu a Antuérpia. Em 1601, depois de 5 anos no Brasil, ele regressa ao reino, se estabelecendo no Porto. Durante os anos em que esteve no Brasil, Miguel foi consignatário do açúcar que deveria ir a Lisboa para Paulo Pina e, por meio deste, também recebia uma série de mercadorias, entre as quais estavam tecidos diversos, farinha dos açores, vinhos em pipas e barris de atum. Na Antuérpia, Miguel foi também feitor

⁴⁹⁸ STOLS, Eddy. 1973, p. 21

⁴⁹⁹ STOLS, Eddy. 1973, p. 30

⁵⁰⁰ FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006, p. 157.

⁵⁰¹ SR XII (1), p.165.

⁵⁰² FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006, p.355; 411.

⁵⁰³ Public record office (Londres), State papers código 9-14. Apud: MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. Op cit, 1996. p. 35-50.

ou cônsul, como seu primo, nos anos de 1626 e 1633. Em 1629, ele ocupa o cargo de tesoureiro.⁵⁰⁴

Holanda

Apesar das históricas relações comerciais entre Holanda e Portugal, que remontam ao século XV, a ascensão de Amsterdã ao grande centro comercial esteve diretamente ligada à separação entre os Países Baixos, declarados independentes, e a Espanha. Nas palavras de Stols, “somente quando os portugueses, espanhóis e italianos abandonaram a Praça de Antuérpia com a crise de 1569 e o abastecimento em Lisboa e Sevilha foi dificultado aos flamengos, é que estes ter-se-iam realmente despertado para o comércio colonial”⁵⁰⁵.

A ascensão e a riqueza holandesa estariam relacionadas, segundo Braudel, ao desenvolvimento do transporte de mercadoria por volta de 1590 – essa evidência é, sem dúvida, uma questão fundamental para a compreensão da primazia dos holandeses no período que se segue⁵⁰⁶. Jonathan Israel nos chama ainda a atenção para necessidade de observarmos as modificações políticas, como a captura da Antuérpia ou os sucessivos embargos decorrentes da guerra de independência das Províncias Unidas, como se esses não tivessem influência sobre o comércio holandês⁵⁰⁷.

Amsterdã se torna, a partir da última década dos seiscentos, rival da Antuérpia e de Hamburgo quanto à entrada de açúcar no Norte Europeu, recebendo grupos de mercadores saídos daquelas praças, como também de Lisboa e do Porto, muitos dos quais, inclusive, estavam em busca de alívio das perseguições inquisitoriais⁵⁰⁸. A cidade se configurou como centro financeiro, principalmente, para os financiamentos necessários aos seguros de viagem. Logo suplantando Londres ou Antuérpia com centro regional de trocas, atraindo para si comerciantes com conhecimentos financeiros necessários a seu novo papel. Entre os negociantes, se encontravam muitos judeus especialistas no comércio de produtos coloniais, especialmente o açúcar⁵⁰⁹.

⁵⁰⁴ FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006, p. 344.

⁵⁰⁵ STOLS, Eddy. Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas. □ In: Separata dos Anais de História, vol. 5 (Assis, 1973), pp. 9-53. P 11

⁵⁰⁶ BRAUDEL, Fernad. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII. v. III. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

⁵⁰⁷ ISRAEL. Jonathan Irvine. Op. Cit., 1989, p.9.

⁵⁰⁸ Idem, Ibidem, p.42

⁵⁰⁹ Idem, Ibidem, p.74.

" (...) Não havia nenhum grupo entrincheirado barrando o caminho para a ascendência sefaradi no comércio de açúcar de Amsterdam, pelo contrário havia apreciação deste novo trunfo por parte dos dirigentes da cidade. O crescimento das importações de açúcar, o carro-chefe do comércio sefaradi holandês, durante a Trégua dos Doze Anos, foi tanto que mais de vinte novas refinarias de açúcar foram estabelecidas em Amsterdam no espaço de 10 ou 12 anos."⁵¹⁰

Eddy Stols, em artigo intitulado *Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil*, explana sobre a grande quantidade de mercadores flamengos que se encontravam em terras sob o domínio dos portugueses. Mercadores estes cuja comunidade em Lisboa tinha, em fins do século XVI, por volta de 100 membros. A pesquisa elaborada pelo autor nos mostra também as várias ligações entre os cristãos-novos e flamengos que estiveram no Brasil e seus correspondentes em Amsterdã, na qual encontramos vários dos comerciantes cristãos-novos por nós trabalhados.

O objetivo de Stols é mostrar, através da análise da comunidade flamenga em Portugal e no Brasil, o quão fluido era o comércio entre Amsterdã e esses locais entre os anos de 1580 e 1620, mesmo com as restrições impostas ao comércio e com a expulsão dos estrangeiros do Brasil⁵¹¹. Para tanto, o autor explana os interesses, os produtos e os conhecimentos que os comerciantes flamengos poderiam adquirir em Portugal e no Brasil, descrevendo as possíveis rotas, a interdependência e a complementariedade entre Portugal, Brasil e Flandres⁵¹².

Em Lisboa, esses comerciantes conseguiam diversos produtos coloniais, entre os quais açúcar, ouro e pimenta, além dos produtos portugueses como azeite, vinhos e frutas, mercadorias estas adquiridas com objetos de luxo da Holanda⁵¹³. A intensificação da presença flamenga em Lisboa teria assim relação direta com a crise da Antuérpia.

Dos anos de 1580 até a invasão do Brasil pelos Holandeses, a colônia flamenga em Lisboa conheceu um espetacular crescimento. Isso tem relação sem dúvida com a crise da Antuérpia de 1569-1585, que dispersou pela Europa toda uma diáspora não

⁵¹⁰ : ISRAEL, Jonathan I. *Empires and Entrepts: The Dutch, The Spanish Monarchy and The Jews, 1585-1713*. Londres, The Hembledon Press, 1990, p. 422.

⁵¹¹ Livro Primeiro do Governo do Brasil. P. 83-85.

⁵¹² Uma das críticas de Stols a criação da Companhia das Índias Ocidentais passa justamente pela necessidade que os holandeses tinham desse abastecimento não só nos diversos entrepostos portugueses, mas também na própria metrópole. Discutindo em seguida os motivos da formação da companhia, entre os quais destaca a pirataria e o expansionismo holandês. STOLS, Eddy. 1973, pp.42-52.

⁵¹³ STOLS, Eddy. Op. Cit., 1973, p. 13

só em direção aos países protestantes, os países baixos setentrionais, a Inglaterra e a Alemanha, como já é comumente admitido, mas também para os países meridionais e católicos: Itália, Espanha e Portugal⁵¹⁴.

Amsterdã estaria mais apta do que a Antuérpia ao comércio, que não se baseava mais em monopólios ou em eixos fixos, “mas em múltiplas e contínuas alternativas, numa verdadeira concorrência”⁵¹⁵. Sob este comércio recaía uma série de impedimentos que, por vezes, eram superados pela própria incapacidade da esquadra portuguesa de dar conta do comércio com sua colônia americana⁵¹⁶.

O alvará de fevereiro de 1591 sobre a proibição do comércio com estrangeiros falava de como se devia evitar o contato⁵¹⁷. Contudo, licenças eram expedidas para que os navios estrangeiros pudessem vir ao Brasil desde que retornassem por Lisboa e não diretamente para o Norte europeu⁵¹⁸. Para tentar dificultar ainda mais os contatos em 1605, os estrangeiros são expulsos do Brasil⁵¹⁹. Como explicar esse comércio fluído em período de guerra entre a Espanha e as Províncias Unidas? A essa pergunta nos responde Sonia Siqueira e Eduardo Oliveira França, para os quais “a economia tem razões que a guerra não conhece e por isso ignora as razões da guerra”⁵²⁰.

Assim, uma operação comercial típica de mercadores flamengos nos anos de 1580-1620 constitui o envio de um navio com trigo e apetrechos e talvez algum têxtil, carregados em portos do báltico e no mar do norte para portos de Portugal, Espanha ou mesmo Marrocos, de onde ia buscar vinhos e azeite nas ilhas do Atlântico para em seguida prosseguir para a Bahia ou Pernambuco com eventualmente uma descida até o Rio de Janeiro ou mesmo Buenos Aires, à procura da prata peruana. A volta, com carga de produtos brasileiros, se fazia por Lisboa, Porto ou Viana, às vezes incluindo umas passagens pelas ilhas para trasbordo em contrabando de açúcar para

⁵¹⁴ Idem, p. 29.

⁵¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁵¹⁶ SLUITER, E. “Os holandeses no Brasil antes de 1621”. In: *Revista do Museu do Açúcar*. n.º 1. 1968; BOXER, Charles. *O Império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵¹⁷ INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *Documentos para a História do Açúcar*. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954. p. 379.

⁵¹⁸ Essas viagens são abordadas por Golsalves de Mello em MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Os Livros das Saídas das Urças do Porto do Recife, 1595 –1605*. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Recife, 1993.

⁵¹⁹ Expulsos sem muito sucesso, pois, em 1617, outra ordem régia - de 6 de setembro de 1617 - mandava que fossem embarcados para o reino todos os estrangeiros que vivessem no Brasil e, ainda em janeiro de 1618, a Coroa pede que se faça o mesmo no Recife e em Olinda. LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1958. P. 201, 208 e 209.

⁵²⁰ Segunda visitação. P.157

o Norte, outras vezes uma continuação de viagem até Veneza com um novo retorno com bungi-gangas venezianas completadas com vinhos das canárias para o Brasil⁵²¹.

Sobre os cristãos-novos saídos de Pernambuco que se estabeleceram em Amsterdã, muitas das informações são adquiridas através do estudo dos documentos da visita feita à Bahia entre os anos de 1618 e 1620. As ligações entre os cristãos-novos estabelecidos no Brasil e aqueles que, tendo aqui já residido, agora estavam em Amsterdã são comuns a uma série de depoimentos⁵²². Entre os que se estabeleceram em Amsterdã, destacamos Jeronimo Henriques, Manoel Lopes Homem, Manuel Nunes de Matos, Paulo de Pina (Gomes Pinel) e James Lopes da Costa⁵²³. Este último senhor de engenho e onzeneiro em Pernambuco, em fins do século XVI, foi responsável pela comunidade judaica de Amsterdã, cuja trajetória foi reconstruída por Gonsalves de Mello.⁵²⁴

Sobre o estabelecimento de judeus portugueses em Amsterdã, muito já foi escrito, contudo, a fluidez dessas relações do ponto de vista da interação cultural foi felizmente abordada por Catia Antunes⁵²⁵, em artigo intitulado *Atlantic Entrepreneurship: Cross-cultural business networks, 1580-1776*. Nesse estudo, a autora rebate algumas preposições sobre as dificuldades de estabelecimento de cristãos-novos e judeus portugueses em Amsterdã, contrapondo os empecilhos apresentados para a boa convivência desses homens⁵²⁶.

Os três principais problemas apontados por alguns autores seriam: primeiro, a língua; depois, as diferenças culturais, religiosas ou hábitos; e, por fim, a falta de confiança no estrangeiro ou nos parceiros de fora. Antunes coloca que, enquanto obstáculo, o português não pesou, pois parecia ser uma espécie de língua franca em toda Europa, embora houvesse momentos em que prevalecia ora o português, ora o holandês. Sobre isso, a autora nos explica que vários dos contratos da comunidade judaica eram escritos em português, sobretudo antes de 1640, principalmente, os de casamento ou testamentos de membros da comunidade, geralmente lavrados por notários de Amsterdã, que sabiam fluentemente o português⁵²⁷. Em

⁵²¹ STOLS, Eddy. Op. Cit., 1973, p. 43.

⁵²² Segunda Visitação.

⁵²³ SR III(2) 237; SR V(I) P. 118 e outros.

⁵²⁴ : MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. Op cit, 1996.

⁵²⁵ ANTUNES, Catia. *Atlantic Entrepreneurship: Cross-cultural business networks, 1580-1776*.

⁵²⁶ Ela se contrapõe nesse texto ao livro “Cross-cultural trade in world history”, Cambridge etc.: Cambridge University Press, 1984.

⁵²⁷ Podemos observar esses escritos em português numa série de contratos de casamentos constantes dos arquivos notariais impressos nos diversos volumes da Studia Rosenthaliana. SR II (1). P. 121 contrato de

compensação, os contratos comerciais, em sua maioria, eram escritos em holandês, para serem acessíveis a todos.

A autora propõe então que o segundo obstáculo, o das diferenças culturais, não se constitui verdadeiramente como impedimento nessas relações, já que Amsterdã absorvia também toda uma leva de comerciantes cristãos-novos que saíram da Antuérpia. Além disso, Amsterdã não pode ser entendida como uma nação hostil aos judeus portugueses, pois era um centro para os refugiados mais diversos e uma cidade multicultural na linguagem, na religião e nos hábitos.

Essa multiculturalidade deu lugar também ao estabelecimento da mais desenvolvida comunidade judaica na Europa do século XVII. Amsterdã constituiu-se como centro de refúgio para aqueles judeus portugueses que queriam se manter no judaísmo, mas já não podiam abraçar sua religião na Península Ibérica, e que partilhavam com os cristãos-novos estabelecidos no Brasil essa forte herança cultural advinda da origem Sefardí de ambos.⁵²⁸

As relações entre a comunidade judaica de Amsterdã e os cristãos-novos estabelecidos em Pernambuco foram frequentemente descritas em processos inquisitoriais. No processo de Pedro Almeida, encontramos uma descrição rica dos procedimentos religiosos judaicos. Pedro, natural do Porto, se estabeleceu ainda jovem na Paraíba, onde residia antes da chegada dos Holandeses. Depois passou a morar em Recife, de onde foi a Amsterdã para ser circuncidado. Em seu processo, observamos a interação entre judeus e cristãos-novos, assim como tomamos conhecimento ,um pouco mais, sobre como viviam esses homens em Amsterdã.⁵²⁹

Pedro Almeida passa por toda uma iniciação composta pela circuncisão para, em seguida, ganhar um nome judaico e começar a frequentar a sinagoga. Ele descreve detalhes do processo, até o fato de não querer olhar quando lhe tiraram o prepúcio: “ e puseram nome a ele confidente Izac⁵³⁰; e o dito judeus foi circuncidado⁵³¹ ou com faca ou com tesoura, porque

casamento entre Miguel Lopes Homem e Gracia da Fonseca, em 22 de março de 1600 (escrito totalmente em português).

⁵²⁸ Voltaremos a essa questão no último capítulo, quanto tentaremos observar o que distinguia os cristãos-novos que ficaram de Pernambuco do cristãos velhos e dos judeus propriamente ditos.

⁵²⁹ Inquirição de Lisboa, processo de Pedro Almeida, nº 11562

⁵³⁰ Nome do patriarca Bíblico, filho de Abraão e Sara.

⁵³¹ (em hebraico “brit milá”, significa “pacto de Circuncisão”). A remoção do prepúcio de um bebê oito dias após seu nascimento, caso não seja judeu de nascimento, a circuncisão é feita quando de sua conversão. UNTERMAN, Alan. Dicionário Judaico de Lendas e Tradições. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 70.

ele confidente não olhou para o que ele fazia⁵³², e o vinha curar por espaço de um, ou quatro dias.”⁵³³

Pedro Almeida também descreve, em detalhes, o ritual na sinagoga, incluindo a configuração espacial do lugar. Os homens se posicionavam abaixo e ao centro da sinagoga enquanto as mulheres ficavam na parte mais acima do espaço, separadas dos demais membros. Descrevendo também o armário onde guardam a Sefer Torá⁵³⁴, simbolizando a Arca da aliança⁵³⁵, “e passados oito dias levaram a ele confidente à sinagoga, onde estavam muitos judeus embaixo, e por huns varados em cima muitas judias, e o seu gazão⁵³⁶, que se chamava por o morteira português, e não sabe de onde, nem o nome próprio, vim de um armário um pergaminho grande enrolado em dois panos, a modo de hum mapa. E o desenrolou sobre uma mesa⁵³⁷ a moda de uma desta e disse a ele confidente que aquela era a lei de Moisés, que ali estava escrita, e lhe mandou dizer umas palavras, de que agora não esta lembrado”.⁵³⁸

Em sua estada em Amsterdã, Pedro conheceu Jeronimo Henriques. Este, filho de um senhor de engenho em Pernambuco, João Luis Henriques, estava em Pernambuco em fins do século XVI, fez uma passagem por Portugal e, em 1609, chega a Amsterdã. Em 1615, assinava em Amsterdã por seu pai a ata de Fundação da Companhia Dotar de Órfãs e Donzelas. Jeronimo consta em 66 registros entre 1614 e 1647. Seu irmão João Luís chega na cidade no ano seguinte. Conversou em Amsterdã com o cristão-novo Pedro Almeida e Manuel Homem de Carvalho, ambos com passagem por Pernambuco. Ambos falam de Jeronimo em seus processos inquisitoriais. Pedro Almmeida, em conversa que foi relatada ao Tribunal do Santo Ofício, disse que, em Pernambuco, entre 1606-1608, conheceu Simão Gomes Dias. Jeronimo fica em Amsterdã até sua morte. Entre os vários membros de sua rede, estava Francisco Gomes Pina, de quem recebia mercadorias.⁵³⁹

⁵³² Ele provavelmente era o Mohel da comunidade, responsável pela circuncisão de seus membros.

⁵³³ Inquisição de Lisboa, processo de Pedro almeida, nº11562

⁵³⁴ O rolo que contém o texto hebraico do pentateuco.

⁵³⁵ (em hebraico “Aron Há-Berit”) Arca de madeira, revestida de couro, que era guardada atrás de uma cortina, no santo dos santos do tabernáculo do deserto, depois em Jerusalém. (EX.25). Idem, p. 30.

⁵³⁶ Provável referência ao Gabai da comunidade (em hebraico supervisor), que é o responsável pelo traslado da Torá de sua Arca até a Bimá. Idem, Ibidem, P.104

⁵³⁷ Bimá é o nome dado a essa mesa onde é posta e lida a Sefer Torá. P. 234.

⁵³⁸ Inquisição de Lisboa, processo de Pedro almeida, nº11562

⁵³⁹ Processo de Pedro Almeida, nº 11562; processo de Manuel Homem de Carvalho nº 3157; SR. XVII (1) 73. Sempre que nos referirmos aos arquivos notariais de Amsterdã, publicados pela Revista Studio Rosenthaliana, citaremos apenas. SR, seguida do número, volume e página.

Manuel Lopes Homem, natural do Porto, foi apontado como mercador em Olinda, citado nas denúncias de 1593-1595, e deve ter chegado ao começo da década de 1590, pois em 1586 ainda era mercador em Lisboa⁵⁴⁰. Lá esteve na casa de seu tio, Francisco Lopes homem⁵⁴¹. Manoel foi carregador e fiador de açúcar, em Pernambuco, no ano de 1595. Este se mudou para Amsterdã, onde seguiu com seu comércio, e fez uma viagem para Sevilha em 1612, mas, em 1615, já esta de volta a Amsterdã⁵⁴².

Outro cristão-novo que se estabeleceu em Amsterdã foi Manuel Nunes de Matos, o 2º maior exportador de açúcar em fins do século XVI, em Pernambuco, e também senhor de engenho⁵⁴³. Manuel era irmão do também mercador Joao Nunes de Matos e casado com Ana de Milão, do núcleo dos Milão. Manuel voltou a Lisboa após a morte de seu sogro, Henrique Milão, e, depois de um tempo no Reino, se estabelece em definitivo em Amsterdã,⁵⁴⁴ a partir de onde fazia pequenas viagens a Hamburgo. Em Amsterdã, o cristão-novo mantém relações com o agora Judeu, James Lopes da Costa.⁵⁴⁵

A migração vinha não só do Brasil, mas também de Portugal. Os grandes banqueiros de Lisboa, aos poucos, se deslocam para outras praças, principalmente para Amsterdã, agora capital comercial da Europa. Lisboa passava por problemas no começo do século XVII, pois os gastos com as guerras aos holandeses e as perseguições inquisitoriais empobreciam a cidade e faziam com que muitos dos cristãos-novos comerciantes ali estabelecidos migrassem para outras praças. É-nos impossível definir se a maioria destes homens faziam escala no Brasil para ir a Amsterdã ou se iam para Amsterdã e depois vinham ao Brasil, pois os dois percursos parecem comuns.

5.2.2 – Comerciantes cristãos-novos: do açúcar ao tráfico de escravos para as Índias de Castela.

Para compreender a saída de alguns cristãos-novos da capitania de Pernambuco, precisamos analisar a conjuntura internacional e as condições comerciais oferecidas aos

⁵⁴⁰ Tabeliães IV. P. 193.

⁵⁴¹ Denúncias de Pernambuco. 186.

⁵⁴² SR IV (2). P. 243.

⁵⁴³ Manuel esteve, ao que consta da Lista de receitas e despesas de Ambrósio Siqueira como contratador dos dízimos da capitania no ano de 601, por 7000 cruzados. **Relação de Ambrosio de Siqueira (1605) da Receita e despesas do Estado do Brasil**. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, N.49. pp-125-234, p. 152.

⁵⁴⁴ SR IV (2) p. 244; Inquisição de Lisboa, Processo de Manuel Nunes de Matos nº 10.600.

⁵⁴⁵ Manuel Nunes de matos esteve em Hamburgo em 1608. SR IV (2) P. 244

mesmos pela Espanha, através do comércio com a América espanhola. Para tanto, é fundamental notar que, durante a União Ibérica, todos os beneficiários dos *Asientos* foram homens de negócios portugueses, em sua maioria cristãos-novos.⁵⁴⁶ Esses contratos envolviam apenas o trato lícito, contudo, lembramos a importância que o contrabando tinha no transporte de africanos para a América a fim de constataremos a abrangência do negócio. A prata espanhola se tornou nesse tempo moeda corrente no Brasil.

The Portuguese slave trade focused on Brazil, but during the early years of the slave trade exports to Spanish America exceeded those to Brazil. Although the Portuguese were involved in the Spanish American slave trade from the beginning, the peak of their participation came with the union of the Crowns of Spain and Portugal between 1580 and 1640⁵⁴⁷.

A legislação não permitia que cristãos-novos já penitenciados pelo Santo Ofício se estabelecessem na América espanhola. Vários censos foram sugeridos pelas autoridades espanholas bem como a cobrança de impostos, chamados *composiciones*, para que estrangeiros pudessem permanecer no território. O comércio, no entanto, se fazia intensamente pelo contrabando, burlando a pretensão de monopólio e o controle fiscal, o que permitia o estabelecimento de contatos tanto na Espanha, destino oficial das mercadorias saídas da América espanhola, como em Lisboa e Amsterdã, para onde seguiam de forma clandestina. Oficialmente, Sevilha era o porto de destino das frotas e dos galeões, mas os cristãos-novos traçavam suas rotas alternativas, mais dinâmicas e flexíveis do que a imposta pela Coroa espanhola. Essa ampla atuação se dava no comércio de escravos e das mais diversas mercadorias. As conexões ocorriam tanto dentro da América espanhola, nas diversas cidades, quanto em níveis internacionais, nas conexões, por nós observadas, com Pernambuco, que passavam por uma série de entrepostos.

A cidade de Buenos Aires foi fundada pela segunda vez em 1580 para impedir a infiltração estrangeira e o tráfico ilícito que se fazia entre o Brasil, a província de Tucumã e os centros de extração da prata. Os “peruleiros”⁵⁴⁸ eram os responsáveis pelo abastecimento desses centros e pelo escoamento da produção. Muitos dos quais eram cristãos-novos que

⁵⁴⁶ ALENCASTRO, Op. Cit., 2000; ANAIS DO MUSEU PAULISTA. Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620. Tomo XVII. Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: 1963.

⁵⁴⁷ NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie. **From capture to sale : the Portuguese slave trade to Spanish South America in the early seventeenth century**. Leiden-Boston: BRILL, 2007. P.1.

⁵⁴⁸ Denominação dada aos homens responsáveis pelo comércio nas regiões auríferas. SALVADOR, Op. cit., 1978, p. 58.

participavam do tráfico de escravos e tinham bases nas capitânicas de cima (Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Bahia), às quais recorriam para abastecer os navios com os mantimentos necessários nas zonas de extração da prata⁵⁴⁹, principalmente, com manufaturas europeias compradas com o açúcar brasileiro e com negros trazidos de Angola: “Buenos Aires, sobretudo, tornou-se de fato uma feitoria portuguesa para o comércio ilegal com o Peru”⁵⁵⁰.

Os “peruleiros” espanhóis de origem cristã velha se ressentiam nacional, econômica e religiosamente com a penetração dos cristãos-novos portugueses nesse comércio. Tanto que o termo “português”, na América espanhola, tornou-se sinônimo de “judeu”, como também ocorreu em Amsterdã. Lembramos que a maioria dos cristãos-novos, mesmo na América espanhola, era de origem portuguesa, o que facilitava esta associação⁵⁵¹.

Navios saíam regularmente do Rio de Janeiro, porém, quando os “peruleiros” não conseguiam encontrar ali a mercadoria já organizada para levá-la ao Peru, eram obrigados a subir até as capitânicas da Bahia ou Pernambuco para consegui-las. Sobre as constantes vindas destes, discorre Ambrósio Fernandes Brandão em 1618:

Do Rio do Prata costumavam navegar muitos peruleiros em caravelões e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quadro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, Bahia de todos os Santos e Pernambuco e comutam tais cousas por fazendas das sortes que lhe são necessárias, deixando toda Prata e ouro que trouxeram, na terra, donde tornam carregados de tais fazendas, a fazer outra vez viagem para o Rio do Prata⁵⁵².

O comércio ilícito continuou de tal forma que o porto de Buenos Aires foi fechado no ano de 1591, em mais uma tentativa de barrar o contrabando. A Visitação Inquisitorial desarticulou, ainda que momentaneamente, os mercadores e onzeneiros localizados nas capitânicas onde ela esteve presente no Brasil, entre os anos de 1591 e 1595, acelerando o fluxo destes para a América espanhola.⁵⁵³ O Vice-reino do Peru estabeleceu comércio com o Brasil, entre os anos 1591 e 1594, e o suspendeu sob a alegação de abuso devido ao intenso contrabando que se fazia. Provavelmente, a razão para tal medida encobre o medo da evasão

⁵⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 69.

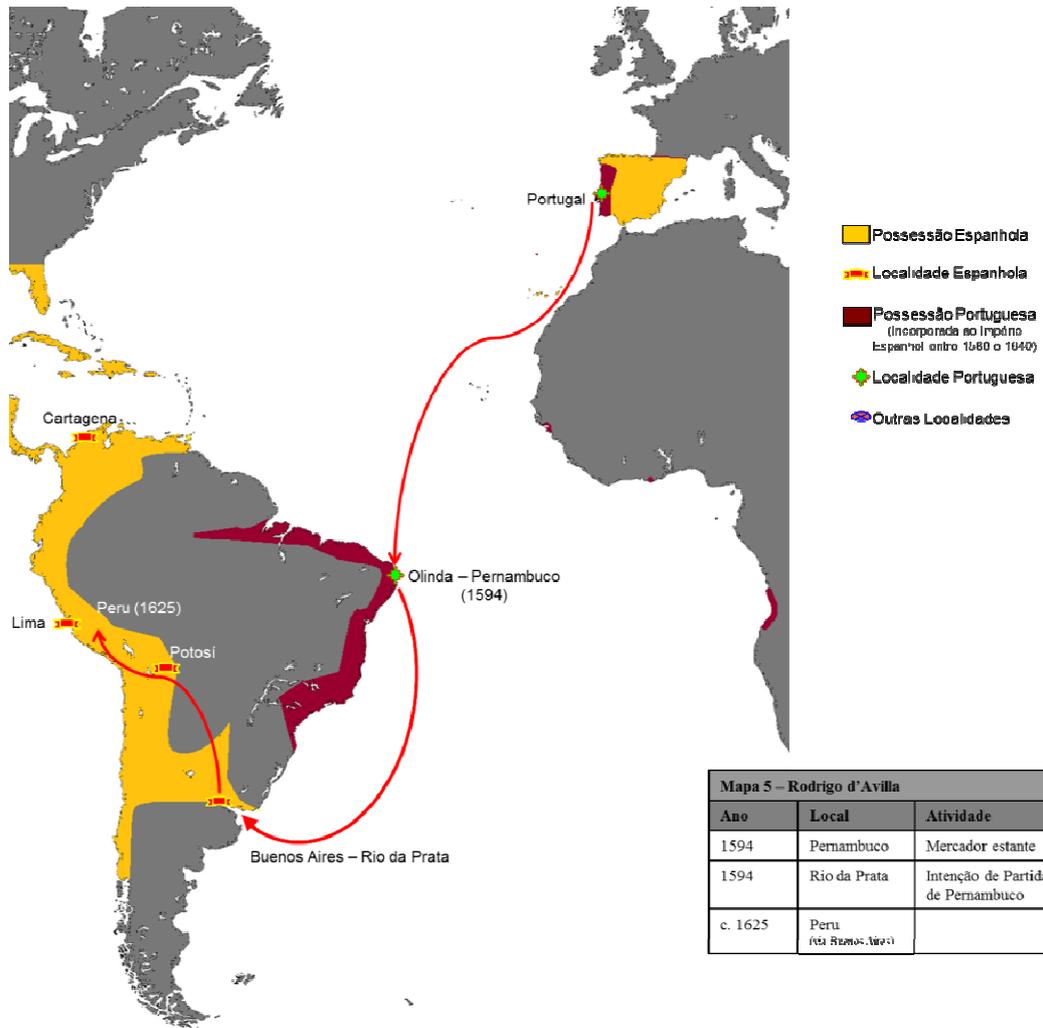
⁵⁵⁰ MAURO, Frédéric. In: BETEHL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 459.

⁵⁵¹ SCHWARTZ, Stuart B. “O Brasil Colonial, 1580-1750: As grandes lavouras e as periferias”. In: BETHEL, Leslie. (Org.) **América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 416.

⁵⁵² BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op.cit.*, 1997, p.108.

⁵⁵³ Sobre o medo que a chegada da visitação causou nos cristãos-novos, ver o depoimento de Belchior Mendes, dizendo que eles pararam de emitir letras, cobrando aos devedores no intuito de ir embora. Denúncias da Bahia. pp. 451 e 452.

da prata para territórios portugueses⁵⁵⁴. Representativas dessa migração são as referências feitas a Rodrigo d'Avila, adolescente que morou em Pernambuco na casa do flamengo Manuel Nunes e que, por volta de 1594, quando foi denunciado, estava de partida para o Rio da Prata⁵⁵⁵. Rodrigo será logo mais encontrado no Peru⁵⁵⁶.



No Rio da Prata, em começos do século XVII, o comércio se realizava num porto semi-aberto (Buenos Aires) por portugueses muitas vezes acusados de judaizantes, o que

⁵⁵⁴ Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618–1620, introdução e notas de Eduardo d'Oliveira França e Sônia A. Siqueira, São Paulo, 1966. p. 304.

⁵⁵⁵ Denúncias de Pernambuco, p. 331.

⁵⁵⁶ MONTEIRO, Yara Nogueira. *Economia e fé: a perseguição inquisitorial aos cristãos-novos portugueses no Vice-reino do Peru*. in GORENSTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Ensaio sobre a Intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo**. São Paulo:Humanitas, 2002.

tencionava as relações de força entre os poderes locais⁵⁵⁷. O que fez com que os portugueses dominassem esse comércio apesar das cédulas proibitivas de 1602 e 1608? Buscando responder a esse questionamento, Alice Canabrava, em *O comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*⁵⁵⁸, analisa uma série de fatores, entre os quais a incapacidade da Espanha de manter seu monopólio comercial por falta de mercadorias para suprir suas colônias. Mercadorias essas que eram as mais caras de toda Europa no período da União das Coroas Ibéricas, o que fazia com que os colonos clamassem pelas mercadorias introduzidas pelos portugueses, bem mais baratas.

Em 1618, o tenente do governador e Justiça-mor de Buenos Aires pede a prisão do Mestre de navio Luiz Vaz Rezende, acusado de transportar para aquele porto, no ano anterior, alguns passageiros de origem portuguesa que queriam entrar no Peru, apesar das proibições vigentes. Outros mestres de navio tiveram mandado de prisão pedido a D. Luis de Souza por não cumprirem com suas obrigações. Como exemplo, temos o episódio que envolveu Diogo Cabral, que, em 1616, estando no Brasil, levou couros destinados à Casa de Contratacion de Sevilha com o intuito de conseguir armas, pólvoras e munições necessárias à defesa do porto de Buenos Aires. O mesmo teve a prisão decretada, porque não cumpriu a missão de retornar com os reforços⁵⁵⁹.

Entre outros fatores que contribuía para a tensão entre os poderes locais, Alice Canabrava aponta a distância entre as províncias do Rio da Prata e os portos oficiais do comércio espanhol, assim como a proximidade da colônia portuguesa e o conhecimento de navegação na região desenvolvido pelos portugueses. Além do fato dos portugueses serem detentores das fontes de escravos africanos, principal mercadoria do comércio português, os mesmos já tinham experiência em pequenas – embarcações necessárias ao comércio na costa brasileira – e também no Rio da Prata⁵⁶⁰. O próprio governador do rio da Prata, em 1617, autoriza, a título excepcional, dois navios portugueses e outro de moradores de Buenos Aires a carregarem mercadorias para o Brasil⁵⁶¹. E ainda em 1628 o governador do Paraguai, D.

⁵⁵⁷CEBALLOS, Rodrigo. **Arribadas Portuguesas**: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c. 1650). Tese (Doutoramento em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008. P. 132.

⁵⁵⁸CANABRAVA, Alice. **O comércio português no rio da prata. 158-1640**. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

⁵⁵⁹ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958. p. 215.

⁵⁶⁰ CANABRAVA, op. cit. p.151.

⁵⁶¹ LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1958. P. 155

Luis de Cespedes Xeria, pede ao ouvidor de São Vicente que atente para a proibição de outras pessoas ali entrarem⁵⁶².

O sucesso da presença portuguesa se deve, por último, à transformação do mercador em povoador⁵⁶³. Entre esses portugueses, muitos, de fato, se estabeleciam na América espanhola, faziam arranjos matrimoniais, trabalhavam na administração, tornando-se peças indispensáveis ao desenvolvimento da região. Os portugueses cristãos-novos são também apontados por Rodrigo Ceballos como “elementos fundacionais da Historiografia de Buenos Aires”⁵⁶⁴.

Dois cristãos-novos saídos de Pernambuco tiveram grande importância no desenvolvimento do tráfico de escravos nas possessões espanholas, sem, contudo, ficarem lá estabelecidos. Foram eles Antônio Fernandes d’ Elvas e Duarte Dias Henriques, ambos ligados a Diogo da Veiga⁵⁶⁵, um dos principais contrabandistas do período, comerciante cristão-novo português estabelecido em Buenos Aires, cujos membros da família estavam estabelecidos em Madrid com correspondentes em Portugal, entre os quais Jorge Lopes Correia e João de Argumento. Esse contrabando de escravos incluía não só comerciantes, mas também funcionários régios e, por vezes, tinha apoio dos próprios governadores. Diogo da Veiga foi feitor de Antônio Fernandes d’Elvas e procurador de Duarte Dias Henriques. Nas palavras de Alice Piffer Canabrava, “Diogo da Vega e seus comparsas haviam estabelecido verdadeiro monopólio dos negócios do porto de Buenos Aires”⁵⁶⁶.

Duarte Dias Henriques,⁵⁶⁷ senhor de engenho em Pernambuco em fins do século XVI, deixa Pernambuco e retorna ao Reino, voltando seus investimentos para o tráfico de escravos: ele vai deter o *asiento* de Angola entre 1607 e 1615, contrato este que vai se estender por mais um ano⁵⁶⁸. Em 1627, Duarte Dias Henriques recebe autorização para fixar residência em Madrid⁵⁶⁹. A relação de Duarte Dias Henriques e Antônio Fernandes d’Elvas vai ser alvo de

⁵⁶² LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, 1958. P. 329-330.

⁵⁶³ “Ao mercador sucedeu o povoador”. CANABRAVA, Alice, op. cit., p. 157.

⁵⁶⁴ CEBALLOS, Rodrigo, op. cit., p. 34.

⁵⁶⁵ “Mercador do século XVII, dedicava-se ao comércio do Rio da Prata. Dirigiu uma aliança comercial com Diogo Lopes de Lisboa com navios da costa do Brasil e Portugal. Seria intermediário em Buenos Aires de Paulo Rodrigues que comerciava escravos em Luanda.” ALMEIDA, A. A. Marques. Op. Cit, 2009, p. 715.

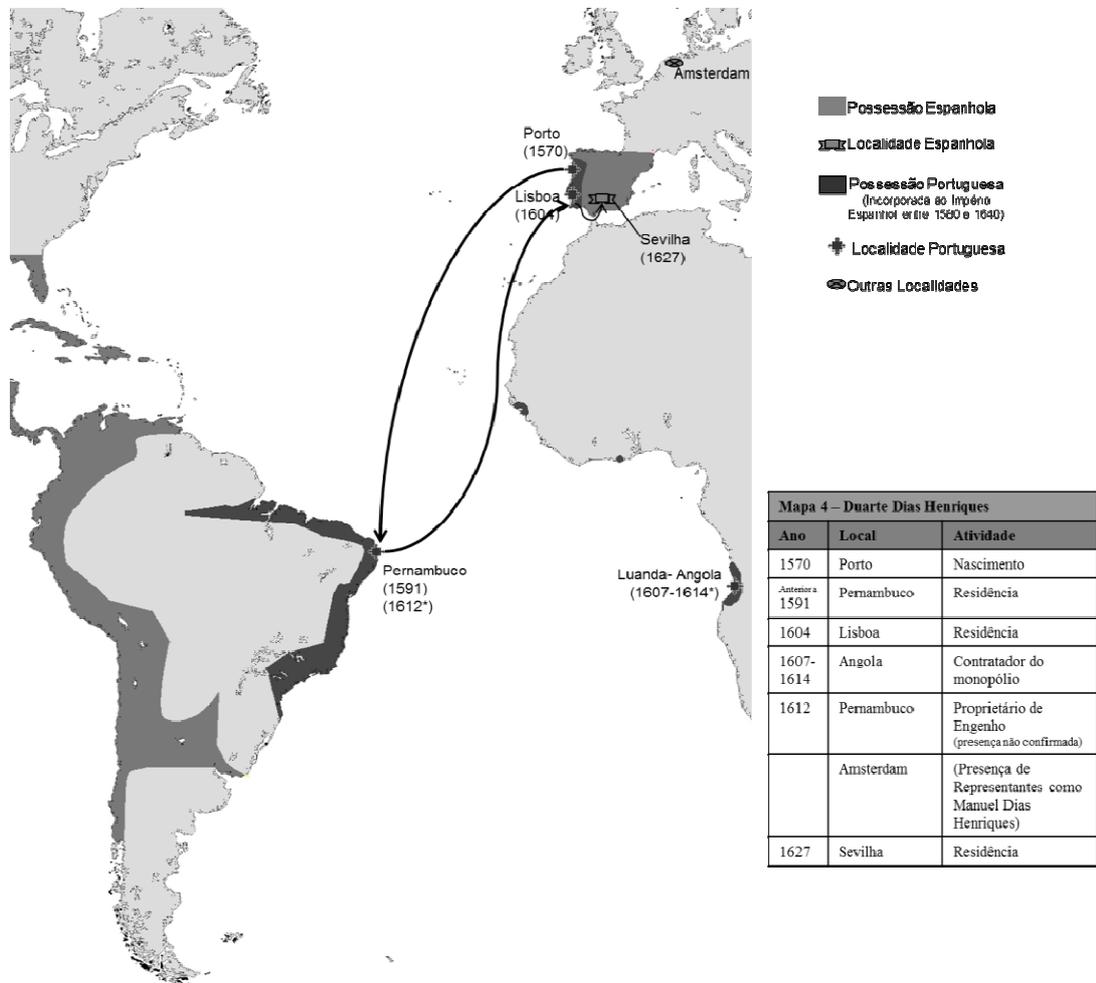
⁵⁶⁶ CANABRAVA, Alice, op. cit., p. 125.

⁵⁶⁷ Tabeliães. IV, p. 170.

⁵⁶⁸ SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico negreiro**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981.p. 42

⁵⁶⁹ Eduardo Oliveira França fala de como os cristãos-novos migrados se aproveitaram dessas licenças para se estabelecerem na Espanha. FRANÇA, Eduardo de Oliveira. Op. Cit., 1997, p. 334. P. 334

suspeitas - o Rei pede averiguações logo depois que Antônio recebe o *asiento* em 1616, alegando possível conluio dele com Duarte Dias Henriques⁵⁷⁰.



O poder econômico de Antônio Fernandes d’Elvas será também utilizado pela própria Coroa, a qual financiou em diversas ocasiões. Ele recebe o contrato de Angola, mas então já detinha o de Cabo Verde, tornando-se, assim, o maior mercador de escravos para o Atlântico Sul. Além do comércio lícito, era grande o número de escravos introduzidos clandestinamente por Antônio Fernandes d’Elvas, apesar do número de escravos permitidos ser especificado no contrato⁵⁷¹. Ele também inova ao manter sua residência em Lisboa a despeito da maioria dos

⁵⁷⁰ SALVADOR, José Gonçalves. Os magnatas do tráfico negreiro. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981. P. 44

⁵⁷¹ Estima-se que mais de 4 000 escravos tenham sido introduzidos no período de seu contrato de forma clandestina.

envolvidos com o tráfico para América espanhola, que acabaram por fixar residência na Espanha, em Sevilha ou Madrid.⁵⁷²

Esse comércio ilícito respondia às necessidades da América espanhola, pois o comércio legal não dava conta de todas as necessidades da região. Inclusive, para diminuir o contrabando, muitos foram os comerciantes e governadores que pediram o aumento do volume do comércio legal. As rotas pelas quais esse se realizava eram muitas. Alguns comerciantes cruzavam o caminho real que conduzia ao Peru. Mercadorias eram enviadas também pelos caminhos que margeavam o planalto andino e eram repassadas por toda a área de mineração dos andes peruanos, sendo vendidas em Cuzco e até em Lima; pelo sul, os artigos de contrabando traspunham a cordilheira andina e conquistavam mercados na zona de mineração do Chile central, atingindo as bordas do pacífico. Havia ainda as vias terrestres, que também uniam as possessões portuguesas às espanholas pelo comércio de contrabando, estimuladas pela ação de corsários holandeses no Atlântico sul⁵⁷³.

Entre as principais mercadorias comercializadas, legalmente ou não, entre a América portuguesa e espanhola, destaca-se o escravo negro, devido à contínua necessidade de mão de obra a ser utilizada na mineração. Em segundo, se comercializavam os alimentos, entre os quais se destaca o açúcar, que chegou a arruinar a indústria local localizada em Assunção. Além desses produtos, somam-se ao rol os artigos manufaturados, o ferro, o estanho e até material de construção, que eram trazidos do Brasil ou por intermédio deste. Grande parte desses artigos comerciais eram trocados especialmente pela prata de Potosí, exportada de toda forma possível, em lingotes, joias ou moedas⁵⁷⁴.

A América espanhola foi palco, desde 1570, da ação inquisitorial, que tinha os portugueses cristãos-novos como principal alvo. O primeiro tribunal foi estabelecido naquele ano, em Lima, e no ano seguinte, no México, contando já com portugueses nos autos inquisitoriais. E ainda em 1610, um terceiro Tribunal foi instalado em Cartagena. Neste mesmo ano, o Supremo Tribunal da Inquisição solicitava a instalação de um tribunal no porto

⁵⁷² Alencastro destaca esse caráter inovador de Antônio ao se manter estabelecido em Lisboa. ALENCASTRO, Luis Felipe. op. cit., 2000.

⁵⁷³ CANABRAVA, Alice, op. cit., p. 131.

⁵⁷⁴ Fica por elucidar a importância da entrada de trigo e carnes salgadas na América portuguesa. Canabrava aponta que os números dessas mercadorias introduzidas não deve ter sido insignificante. CANABRAVA, Alice, op. cit., p. 145.

de Buenos Aires. Enquanto no Peru, o auge da coerção inquisitorial se deu numa perseguição que ficou intitulada de “A grande cumplicidade”, resultando no Auto-de-fé de 1639⁵⁷⁵.

Não tendo seu próprio Tribunal da Inquisição, a região do Rio da Prata atraía ainda mais cristãos-novos, servindo aos interesses de mercadores preocupados em fugir das ações inquisitoriais no Brasil. A visitação de 1591-1595 foi o primeiro impulso migratório.

A chegada do visitador provocou uma primeira onda migratória de cristãos-novos portugueses para as províncias do rio da prata, empresa fácil graças à regularidade dos contratos para fins comerciais e, principalmente, pela ausência de tribunal da inquisição naquelas partes de Castela⁵⁷⁶.

Em 1619, Manuel de Frias, procurador geral das províncias do Rio do Prata, escreve ao rei sobre a possibilidade de estabelecimento de um tribunal do Santo Ofício em Buenos Aires, alertando-os para os cristãos-novos que entravam e saíam do Peru, onde introduziam todo tipo de mercadorias e escravos e de onde levavam prata até o Brasil⁵⁷⁷. Mais uma vez, chamamos atenção para o fato de que os portugueses, fossem cristãos-novos ou não, eram tidos como judeus praticantes na América espanhola:

Todos os judeus de língua portuguesa, fossem originários do Brasil ou de Portugal, eram conhecidos indistintamente pela designação de judeus portugueses. Muitos deles deveriam ser judeus brasileiros ou simplesmente brasileiros e portugueses, que, contagiados pela maré imigratória provocada pelas minas de Potosí, haviam partido em busca da fortuna rápida nas regiões do vice-reino do Peru, numa época em que não se havia produzido a eclosão do ciclo do ouro em nosso País⁵⁷⁸.

Yara Nogueira Monteiro, em artigo intitulado *Economia e fé: a perseguição inquisitorial aos cristãos-novos portugueses no vice-reino do Peru*, analisa, entre outras questões, a visibilidade desses comerciantes, decorrente de sua origem e importância no comércio. Visibilidade esta que os tornava mais vulneráveis à ação inquisitorial, cuja prática de confisco de bens e denúncias mútuas – tecidas a partir dos livros comerciais, que, apreendidos, serviam como provas – por vezes, desmantelava toda uma rede comercial. A

⁵⁷⁵ Esse auto-de-fé chama atenção dos historiadores pelo alto número de portugueses entre os culpados, vários dos quais foram relaxados à justiça secular na capital do Vice-reino do Peru. Dos 63 judaizantes julgados, 57 eram portugueses ou descendentes de portugueses. CEBALLOS, Rodrigo, op. cit., p. 49.

⁵⁷⁶ CANABRAVA, Alice, op. cit., p. 158.

⁵⁷⁷ CEBALLOS, Rodrigo, op. cit., p. 137.

⁵⁷⁸ CANABRAVA, Alice, op. cit., PP. 161-162.

autora, mais uma vez, aponta a sinonímia entre os termos português e judeu na América espanhola e descreve algumas características destes comerciantes:

Formação de sociedade entre pessoas unidas por laços de parentesco e/ou proveniência geográfica; exercício dinâmico do comércio; grande mobilidade; capacidade de estabelecer formas de comunicação regionais e intercontinentais. Essas sociedades eram dotadas de um tipo de estrutura dinâmica, a qual permitia uma atuação efetiva dentro de um contexto político desfavorável e da insegurança existente⁵⁷⁹.

A prata constituía-se como moeda fundamental para os negócios com o Oriente, onde vários cristãos-novos estavam estabelecidos em contato com redes que tocavam Pernambuco. Esse comércio da prata se fazia também via Lisboa para daí partir para o Oriente.

Leonor Costa analisa o aumento de navios portugueses a levar escravos à América espanhola entre os anos de 1615 e 1619, relacionando o mesmo com a queda nos preços do açúcar no mesmo período, explicando que “tráfico de escravos centrado em Lisboa em pouco merecia o Brasil. Viagens longas dessas só compensavam com a prata de retorno e os que se envolviam nesse circuito encolhiam os ombros a quebra do preço do açúcar”⁵⁸⁰. No entanto, não observamos, entre os cristãos-novos que estiveram em Pernambuco, esse movimento, pois os únicos com passagem por Pernambuco foram João Nunes, que regressou ao Reino preso em 1592, Duarte Dias Henriques e Antonio Fernades Elvas, tendo estes últimos deixado Pernambuco num período bem anterior à queda no preço do açúcar no mercado europeu. Pensamos que esse movimento observado apenas nos cristãos-novos estabelecidos em Lisboa não se estendeu àqueles que estavam estabelecidos em Pernambuco.

5.2.3- Cristãos-novos no comércio oriental

Para compreendermos as migrações de investimentos e homens cristãos-novos para o comércio oriental, devemos lembrar que, nos anos iniciais da União ibérica, ainda era o

⁵⁷⁹MONTEIRO, Yara Nogueira. *Economia e fé: a perseguição inquisitorial aos cristãos-novos portugueses no Vice-reino do Peru*. In GORENSTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Ensaio sobre a Intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo**. São Paulo:Humanitas, 2002.p.72.

⁵⁸⁰COSTA, COSTA. Leonor Freire. *Império e Grupos Mercantis: Entre o Oriente e o Oceano Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 286.

comércio oriental que dava mais lucros a Portugal⁵⁸¹. As relações entre o comércio no Atlântico e no Índico ocorriam através de Lisboa, que se tornou centro dos produtos mais diversos, entre eles tecidos, porcelanas, móveis, marfins, escravos, açucares e aguardente. “num exotismo que retratava esse ensaio de globalização”⁵⁸². Nesta cidade, estavam estabelecidos diversos cristãos-novos inseridos no comércio oriental e outros para lá fluíram depois de uma estada no Brasil, onde tinham adquirido riquezas para os investimentos necessários a esse braço do comércio internacional. A Rota do Cabo exigia, especificamente, grande envolvimento dos particulares para o transporte e a introdução de mercadorias na Ásia e a retirada e distribuição de parte destas mercadorias na Europa⁵⁸³.

O entrelaçamento entre o comércio da prata, originário da América espanhola, e as especiarias do trato oriental se fez sentir nos anos de União das Coroas Ibéricas, principalmente pela diminuição do ouro africano, que já não dava conta do metal necessário para as trocas no Oriente. Essas mudanças levaram também a um deslocamento por parte dos comerciantes, levando-os a optarem por se estabelecer em Lisboa ou Sevilha. Permanecer na primeira cidade facilitava o comércio oriental enquanto se estabelecer na segunda, sede da *Casa de Contratacion* e porta de entrada oficial da prata, abria caminho para o tráfico de escravos em direção à América espanhola, transação esta paga com a prata, elemento tão importante para que fossem adquiridos os produtos orientais⁵⁸⁴.

A escolha pode parecer excludente, mas, por vezes, os comerciantes de uma mesma rede estrategicamente se estabeleciam, uns em Lisboa e outros em Sevilha, para facilitar a circulação da prata⁵⁸⁵. Tão marcante é a entrada desta prata em Lisboa que Frédéric Mauro demonstra a existência de um processo de amoeção da prata, entre os anos de 1627 e 1628, por conta das licenças expedidas em Madrid⁵⁸⁶.

Segundo Boxer, “Os portugueses usava a expressão ‘Estado da Índia’ para descrever suas conquistas e descobertas nas regiões marítimas entre o Cabo da Boa Esperança e o golfo

⁵⁸¹ Idem, p. 324.

⁵⁸² SOUSA, Lúcio Manuel Rocha de ; ASSIS, Angelo. A. F. . **A Diáspora Sefardita na Ásia e no Brasil e a Interligação das Redes Comerciais na Modernidade**. Revista de Cultura do Instituto Cultural do governo da R. A. E. de Macau (CHINA), v. 31, p. 100-117, 2009. P.102.

⁵⁸³ COSTA. Leonor Freire. Império e Grupos Mercantis: Entre o Oriente e o Oceano Atlântico (século XVII). Lisboa: Livros Horizonte, 2002, P.26

⁵⁸⁴ O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663. Lisboa, CNCDP 2002, P. 331.

⁵⁸⁵ Não negamos que alguns comerciantes optaram por especialização, abandonando de vez a praça lisboeta e tomando inclusive partido político da Espanha no momento de luta pela restauração portuguesa. Contudo, entre os comerciantes que tiveram passagem pelo Brasil, não observamos esse movimento.

⁵⁸⁶ MAURO, frederic., Op. Cit, 1988, p. 296.

Pérsico, de um lado da Ásia, e Japão e Timor, do outro.”⁵⁸⁷ Esse Estado poderia ser compreendido como uma rede de entrepostos hierarquizados sob o controle do Governador, representante do rei.⁵⁸⁸

Duas cidades situadas nas extremidades do oceano Índico foram os grandes centros de distribuição do comércio português na Ásia: a cidade de Ormuz, que estava situada numa ilha por onde passava quase todo o comércio entre a Índia e a Pérsia; e a cidade de Malaca, que então era “(...) grande empório do comércio de especiarias com as Molucas, que recebia navios procedentes de lugares tão distantes como as ilhas Ryukyu e a Arábia.”⁵⁸⁹

Goa era estratégica para o controle do comércio no mar Vermelho. O principal produto a entrar neste entreposto era a prata em barras, trocada pela pimenta, que vinha principalmente de Malabar. Os principais produtos do trato asiático, além da já citada pimenta, eram: o macis e a noz moscada de Banda; o cravo de Termate, Tidore e Amboíno; a canela do Ceilão; o ouro e as cedas e a porcelana da China; a prata do Japão; os cavalos da Pérsia e da Arábia; e os têxteis de algodão de Cambaia e de Coromandel. Todas essas mercadorias eram negociadas nos portos mesmo do continente asiático ou levadas pela rota do Cabo da Boa Esperança para Lisboa, onde, por intermédio da Casa da Índia, eram redistribuídas.⁵⁹⁰

Outro grande ponto do comércio português na Ásia eram os intercâmbios feitos entre o Japão e a China, embora fosse proibido o comércio entre essas duas nações. Assim, as trocas de mercadorias ficavam na mão dos portugueses, que passavam o ouro e as sedas chinesas em troca da prata Japonesa.⁵⁹¹

Os cristãos-novos situados em Goa eram identificados com os *Solteiros*, “grupo de soldados e comerciantes itinerantes,”⁵⁹² cuja oposição aos *Casados*, que eram os comerciantes atacadistas, culminou com a implantação do Tribunal do Santo Ofício em Goa, pois, segundo os *Casados*, estes cristãos-novos estavam associados à Antiga Comunidade Judaica de Cochim. Os cristãos-novos já estavam estabelecidos em Cochim desde antes de 1557, quando

⁵⁸⁷ BOXER, Charles. Op. Cit., 2002.p. 55.

⁵⁸⁸ COSTA, Leonor freire. **Impérios e grupos mercantis**: Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII). Lisboa: Livros Horizontes, 2002. p.27

⁵⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 55

⁵⁹⁰ BOXER, Charles. Op. Cit., 2002, p.66.

⁵⁹¹ Idem, p.78.

⁵⁹² ALENCASTRO, Luis Felipe. Op. Cit., 2000, p.15

ocorre uma devassa naquela cidade⁵⁹³. Três anos depois, é estabelecido o Tribunal da Inquisição em Goa⁵⁹⁴. Então a cidade de Ormuz receberia muitos dos cristãos-novos saídos de Cochim por medo da ação inquisitorial. Macau também se tornou local privilegiado do estabelecimento de muitos cristãos-novos.

Esse comércio, por vezes, era feito através de agentes. Assim, alguns dos comerciantes saídos do Brasil ficaram depois estabelecidos em Lisboa, de onde comandavam seus investimentos no Oriente. Alguns chegaram a se estabelecer em Goa ou Macau, como é o caso de Manuel da Paz⁵⁹⁵ e Antônio Tinoco de Carvalho - ambos vão para Goa tratar de assuntos familiares em 1608; Este último, após alguns anos, retorna ao Reino logo se estabelecendo em Madrid, enquanto o primeiro segue cuidando dos interesses da família no Oriente⁵⁹⁶.

A Família de Manuel da Paz há muito tempo estava envolvida no comércio oriental, bem como na produção açucareira no Brasil. O Comércio com o Oriente é fruto do casamento de Diogo Fernandes do Brasil com Ana da Paz, neta de Branca Dias, pois, após o falecimento da esposa, o pai de Diogo se casou, em segundas núpcias, com Violante Tinoco, cuja família já participava do comércio no Índico. Assim, ele e seus sete meio-irmãos, fruto da união com os Tinoco, transitaram entre esses dois ramos do comércio português.

Em 1616, Manuel da Paz volta a Lisboa, onde se casa com uma herdeira da importante família de mercadores Gomes Solis, recebendo estatuto de fidalgo da Casa Real e de cavaleiro da Ordem de Cristo. Já em 1627, recebe autorização para se estabelecer em Madrid, onde foi contratador do Conselho das Finanças e posteriormente assentista.⁵⁹⁷ Contudo, mesmo sem ter regressado a Goa, Manuel continuou com interesses financeiros lá, aos cuidados dos irmãos e em 1630 foi um dos mercadores a financiar a Companhia Portuguesa das Índias.⁵⁹⁸

⁵⁹³ SOUSA, Lúcio Manuel Rocha de ; ASSIS, Angelo. A. F. **A Diáspora Sefardita na Ásia e no Brasil e a Interligação das Redes Comerciais na Modernidade**. Revista de Cultura do Instituto Cultural do governo da R. A. E. de Macau (CHINA), v. 31, p. 100-117, 2009.

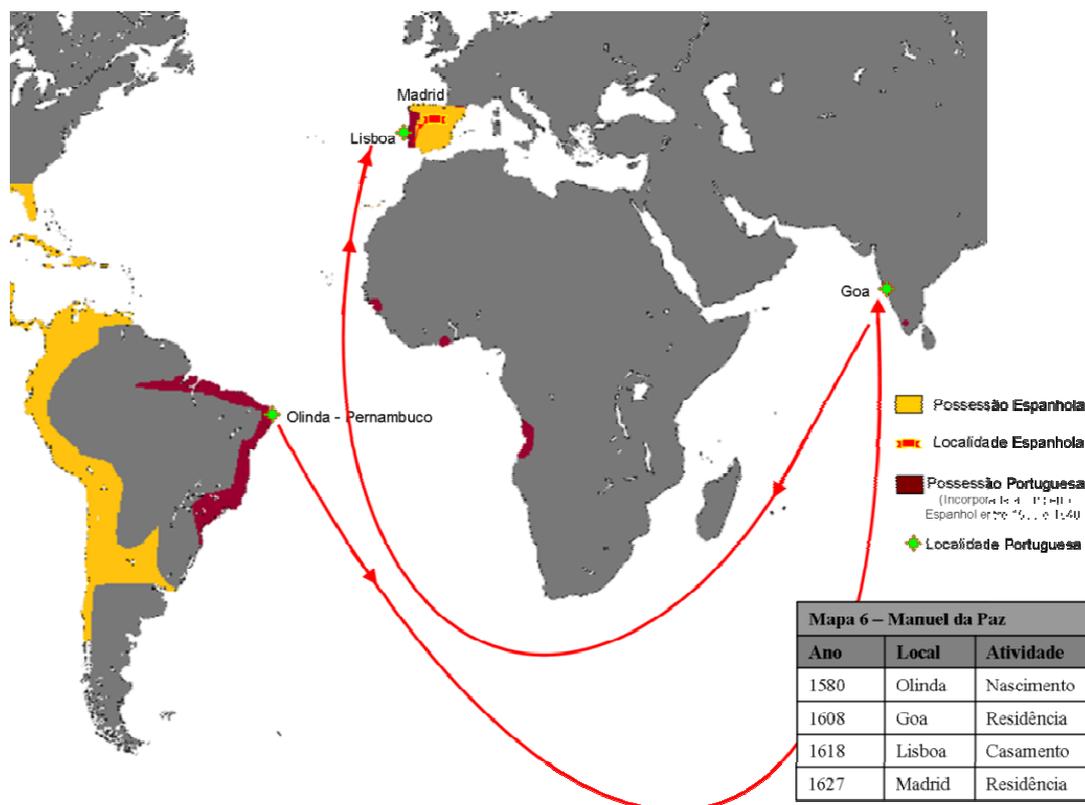
⁵⁹⁴ Vários cristãos-novos citados. Collecção de Listas Impressas e Manuscritas dos Autos de fé Públicos e Particulares das Inquirições Goa , 1863. COD. 866. BNPT.

⁵⁹⁵ Já citado neto da judaizante Branca Dias.

⁵⁹⁶ BOYAJIAN, James Charles. Op. Cit., 1993, p. 176, 207 e outras.

⁵⁹⁷ ALMEIDA, A. A. Marques. Op. Cit., 2009, p. 526.

⁵⁹⁸ Um dos poucos, segundo Alexandre Murteira, pois segundo ele foi o abandono pelos cristãos-novos do comércio oriental, não mais investindo na Companhia que levou a seu fiasco. MURTEIRA, André Alexandre Martins. **A carreira da Índia e o curso neerlandês. 1595-1625**. Dissertação (Mestrado em História dos



O monopólio português na rota do Cabo esteve seguro até a década de 1590. Já na década seguinte, os holandeses haviam superado os portugueses no número de navios em direção ao trato asiático. Mas, Portugal resiste e aumenta o número de navios enviados nas décadas de 1620 e 1630 e, até esse momento, o investimento dos comerciantes sefardís é intenso. No total, eles devem ter comandado em torno de 2/3 do tráfico particular da Rota do Cabo.⁵⁹⁹

Contrariando o tom pessimista dos contemporâneos, o período compreendido entre 1570 e 1620 assistiu ao auge da rota do cabo e a consolidação de uma rede mundial de comerciantes portugueses (em sua esmagadora maioria, identificados como cristãos-novos) que interligava os três oceanos da terra. (...) ⁶⁰⁰

Descobrimientos e da Expansão Portuguesa - séculos XV-XVIII). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006, p.12.

⁵⁹⁹ COSTA, Leonor freire. **Impérios e grupos mercantis: Entre o Oriente e o Atlântico** (século XVII). Lisboa: Livros Horizontes, 2002, p.31

⁶⁰⁰ BARROS, Edval de Souza Barros. **Negócios de tanta importância: O conselho ultramarino e as disputas pela condução da guerra no atlântico e no indico (1643-1661)**. Lisboa: Centro de Histórias do além-mar, Universidade Nova de Lisboa, 2008, p.42

Nas duas primeiras décadas do século XVII, por maiores que fossem as dificuldades da Coroa em investir na proteção e na dinamização do comércio no Índico, esta ainda contava com o investimento dos particulares, que não viam como perdida a luta por aqueles mercados. Uma das formas encontradas pela Coroa para angariar dinheiro para a montagem de frotas de proteção no Índico foi a venda de ofícios régios no estado da Índia.

A necessidade de se proteger o comércio oriental foi descrita pelo cristão-novo Duarte Gomes Solis, em seu livro *Alegacion em favor de la companhia de la india oriental. Comercio ultramarinos, que de nuevo se istituyó em el reyno de Portugal*⁶⁰¹. Nele, o cristão-novo relata as condições de navegação dos portugueses sob os ataques da marinha holandesa:

Pues tiene contra si la companhia de los rebeldes, que como e este discurso diximos, tienen puesto em ciência, navegacion, comercio y guerra de la mar y como ellos andan com tantas embarcaciones, señoreando a todos estos mares, no lleva nuestra companhia principios, de que se pueda esperarse prósperos fines, por que para nevegar como se hizo hasta ahora, a esperar de Dios Milagros.⁶⁰²

Findo o período de trégua entre a Espanha e as Províncias Unidas dos Países Baixos, da mesma forma que foram retomadas as hostilidade no Atlântico, o Índico também foi palco de ações violentas por parte da Companhia das Índias Orientais, que avançou sob rotas comerciais portuguesas, desbaratando assim uma série de negócios. Nem mesmo o litoral ocidental da Índia era mais um lugar seguro.

Se foi a prata americana que lastreou o comércio oriental no começo da União Ibérica, este negócio foi também influenciado pela falta da prata e pela possibilidade de rompimento entre as coroas ibéricas. O declínio do comércio oriental tem início nos últimos anos de União das coroas ibéricas. Segundo Eduardo d' Oliveira França⁶⁰³, mesmo que seja observado um

⁶⁰¹ Nas palavras de seu editor, o livro relata: o que se passou de 1622 a 1628 no comércio Ultramarino, os perigos que este atravessava, os erros cometidos, que se não havia ainda emendado, a má construção das naus dedicadas a esse comércio, a incompetência de seus dirigentes, a especulação e o comércio clandestino que se fazia com a prata amoedada, os desperdícios que acarretavam pesadas perdas, a falta de um plano sabiamente estudado e inteligentemente executado, a inércia por parte daqueles que deviriam executar as medidas propostas, todo esse vasto quadro da vida comercial ultramarina, sector importantíssimo da vida econômica nacional, constitui objeto de Alegacio. SOLIS, Duarte Gomes. **Alegacion em favor de la companhia de la india oriental Comercio ultramarinos, que de nuevo se istituyó em el reyno de Portugal**. Lisboa: Moses Bensabat Amzalak, 1955, p.14.

⁶⁰² SOLIS, Duarte Gomes. Op. Cit., 1955, p. 245. V.

⁶⁰³ FRANÇA, Eduardo de Oliveira. Op. Cit., 1997, p. 334.

aumento no número de navios em direção ao Oriente, precisamos lembrar que muitos o faziam por razões de guerra, no combate às armadas holandesas, e não para fins comerciais.

De 1600 a 1629, a Carreira, apesar de sofrer muitas perdas, teria mantido bastante vitalidade, devido aos lucros do seu comércio privado, explorado pelos grandes mercadores cristãos-novos portugueses. O declínio teria vindo depois de 1629, com o estrondoso falhanço da Companhia Portuguesa da Índia (1628-1633). Pensada para emular as companhias holandesa e inglesa, teria infortunadamente sido fundada na altura em que o Conde-Duque Olivares abriu os mercados de todo o império dos Áustrias aos cristãos-novos portugueses⁶⁰⁴.

Nós acreditamos que esses cristãos-novos que saíram de Pernambuco ou foram pressionados pela ação inquisitorial ou migraram pela prática contínua das redes comerciais, na qual o aprendizado e o conhecimento dos diversos entrepostos tinha um papel primordial. A maioria dos comerciantes saídos de Pernambuco, ao menos os que pudemos observar, deixaram a capitania antes da retomada da guerra da Espanha com as Províncias Unidas e da queda do preço do açúcar.

Não podemos, portanto, apontar esses fatores como impulsionadores da movimentação dos cristãos-novos por nós observados, ainda que vejamos as repercussões dos mesmos no comércio da capitania a partir de 1624. Tivemos por fim o estabelecimento definitivo e a permanência de uma série de cristãos-novos que, apesar de estarem em Pernambuco, também tinham interesses ativos em outras localidades, como o comércio oriental ou o tráfico de escravos. Nos dedicaremos mais adiante aos que ficaram na capitania, para compreender os interesses e as possibilidades que os fizeram permanecer.

⁶⁰⁴ MURTEIRA, André Alexandre Martins. Op. Cit., 2006, p.12.

6 Capítulo- Os cristãos-novos que permaneceram na capitania de Pernambuco até a tomada da chegada dos Holandeses em 1630.

Neste derradeiro capítulo, primeiramente analisaremos a situação do comércio Pernambucano, às vésperas da tomada da capitania pelos Holandeses, os lucros possíveis e as condições que atraíam novos negociantes e mantinham, na capitania, vários cristãos-novos ligados ao comércio. Nesta análise, observaremos os interesses e as ligações familiares e/ou comerciais dos que se mantiveram estabelecidos ao longo das primeiras décadas do século XVII e daqueles que vieram a Pernambuco nos anos que antecederam a tomada da capitania pelos holandeses.

Para analisarmos a presença dos cristãos-novos na capitania, não podemos deixar de lado as diferenciações que se impunham a esses homens. A forma como conseguiram lidar com o estigma a eles imposto pelo reconhecimento da origem judaica foi fundamental para as trajetórias por eles traçadas na capitania de Pernambuco. Assim, também nos dedicaremos a analisar a figura do cristão-novo, buscando estudá-lo a partir de suas práticas e das redes de convivência tecidas na capitania.

Nossa compreensão é que muitos destes cristãos-novos já tinham, ao longo dos anos, desenvolvido firmes relações na capitania, que os mantiveram aqui independente das mudanças ocorridas no comércio, em decorrência da retomada das hostilidades entre a Espanha e a Holanda e da queda do preço do açúcar no mercado europeu. Dificuldades essas que, como veremos, não foram suficientes para amedrontar todos os comerciantes. Buscaremos também analisar as relações de amor, amizade e convivência estabelecidas por esses cristãos-novos com os demais habitantes da capitania.

Observaremos também os contatos mantidos com a comunidade judaica de Amsterdã por entendermos que estes foram importantes, na medida em que, através do contato com seus companheiros no Norte Europeu, alguns cristãos-novos estabelecidos na capitania de Pernambuco mantiveram-se ligados ao ramo dos financiamentos e seguros marítimos. Essa diversificação garantia àqueles que não estavam no exercício de outras atividades, além do comércio na capitania, a segurança e os lucros necessários para estimular a permanência dos mesmos.

6. 1 - Situação do comércio açucareiro as vésperas da Invasão Holandesa (1624-1630)

Como descrito no quarto capítulo, muitas foram às mudanças impostas ao comércio da capitania na segunda década do século XVII. Essas dificuldades causadas pelos ataques nos mares foram responsáveis pelo encarecimento do transporte e, conseqüentemente, pelo aumento nos custos dos comerciantes envolvidos com a exportação de gêneros brasileiros. Contudo, é importante que compreendamos, primeiramente, que os riscos do comércio não suplantaram os lucros e que as informações que temos baseadas nos números dos dízimos e na contínua ação desses negociantes não são suficientes para assegurar que o açúcar tenha perdido sua capacidade de atrair investimentos. Podemos dizer, sim, que a Coroa lucrava menos e que os gastos que tinha com a manutenção da segurança eram maiores. Quanto aos comerciantes, estes continuavam tendo seus lucros, devido às isenções que detinham para o embarque do açúcar⁶⁰⁵, à grande quantidade de mercadoria desviada e também aos lucrativos seguros marítimos⁶⁰⁶, que, mesmo encarecendo o transporte, garantiam a lucratividade do negócio.

Junto à preocupação em adquirir seguros marítimos, os comerciantes também buscaram utilizar mais as caravelas, embarcações menores e mais ágeis, na tentativa de se proteger caso houvesse a necessidade de fuga. Contudo, essas ações não conseguiram impedir a diminuição do açúcar que chegava a Europa, pois muitos dos carregamentos ficavam presos em portos brasileiros, sem ter quem os transportasse. Assim, o açúcar começou a escassear no mercado europeu, implicando em um aumento no preço deste produto nas praças europeias. No Brasil, ele continuou barato devido à grande quantidade de mercadoria parada.⁶⁰⁷

Essa complexa conjuntura de guerra pode, em certa medida, ser tomada como favorável, pois o fato é que o açúcar brasileiro voltou a atrair a atenção dos comerciantes situados na Europa após a retomada do conflito com os holandeses, renovando, assim, o

⁶⁰⁵ N. do A. Durante os primeiros dez anos de funcionamento do engenho, o proprietário que embarcasse o açúcar nele produzido não precisava pagar nem o dízimo (10%) nem a sisa (10%), passados dez anos pagavam apenas um dos direitos, ou seja, apenas 10%. Tal prática se manteve até o século XVII, com o intuito de ajudar a reconstrução dos engenhos após a saída dos holandeses. Essa isenção era garantida pelo Alvará de 11 de agosto de 1573. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op.cit., 1954, pp.261-266.

⁶⁰⁶ N do A. Os seguros se tornaram praticamente indispensáveis ao término da trégua com a Holanda. O risco de perder tudo no percurso até o Reino só podia ser enfrentado com a garantia fornecida pelo seguro. ISRAEL. Jonathan Irvine. **Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740**, Oxford, 1989. P. 122.

⁶⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. A commonwealth within itself. IN: SCHWARTZ, Stuart B Op. Cit., 2004; p. 173.

ânimo daqueles que ficaram no Brasil e mantiveram seus investimentos ligados ao comércio açucareiro.

Segundo Schwartz, os riscos do transporte ao término do período de trégua eram altos, porém, o comércio açucareiro era eminentemente privado e, portanto, os mercadores preferiam os riscos deste negócio independente às ações restritivas impostas pelo governo. O autor lembra, inclusive, que os mercadores, primando por sua independência, se opuseram às tentativas de estabelecimento de um sistema de comboio para dar mais segurança ao transporte do açúcar.⁶⁰⁸

As vésperas da tomada da capitania pelos holandeses, o açúcar e as possibilidades de riqueza a partir do controle dos centros produtivos são assunto de vários escritos holandeses, nos quais os autores buscavam explicar quão lucrativa seria a tomada da capitania. Entre eles, podemos destacar o documento produzido por Israel da Costa, *Açucares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba - ano de 1623*, fonte para a compreensão da produção açucareira antes da chegada dos holandeses, cuja função era esclarecer os investidores da Companhia das Índias Ocidentais acerca das condições e funcionamento da produção açucareira no Brasil.⁶⁰⁹

A presença dos cristãos-novos na capitania, findo o período de trégua em 1621, pode ser observada também através da posse de engenhos, da participação em cargos públicos ou contratos e da localização dos mesmos através dos diversos processos inquisitoriais e nas listagens geradas pelas diversas inquirições. Já deixamos claro que a ausência física dos mesmos não implica que tenham deixado de investir no comércio com a capitania, mas é sobre os que permaneceram em Pernambuco que recai nosso interesse. Principalmente pelas formas encontradas por estes homens de prosperarem diante de uma atmosfera pouco favorável, tanto socialmente, por serem cristãos-novos, quanto conjunturalmente, devido aos anos de tensão, que culminaram com a tomada da capitania de Pernambuco pelos holandeses.

Para compreender a passagem dos engenhos, fizemos uma comparação entre as listas de engenhos de propriedades de cristãos-novos elaboradas a partir de diversas documentações. A primeira, gerada a partir dos registros da visitação de 1593-1595; a

⁶⁰⁸ Idem; p. 175.

⁶⁰⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira. Tradução de José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

segunda, pelas informações prestadas por Diogo dos Campos Moreno, de 1609⁶¹⁰; e a terceira, baseada na lista Israel da Costa, de 1623⁶¹¹. Por fim, comparamos as mesmas com as listagens de posse de engenhos no começo da ocupação holandesa no Brasil⁶¹².

José Antônio Gonsalves de Mello fez um paralelo entre a posse de engenhos de 1609 e 1623, abordando a passagem de propriedade desses engenhos. Na primeira listagem por ele elaborada, baseada na documentação de 1609, num total de 77 engenhos, o estudioso encontra 10 senhores de engenho de origem cristã-nova e a mesma quantidade de senhores na segunda listagem, quando o número de engenhos em Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande já era bem maior, em torno de 137. Para ele, “os cristãos-novos senhores de engenho não se deixam enraizar em suas terras”⁶¹³.

No entanto, como já observado anteriormente, essa rotatividade dos engenhos não era aspecto comum apenas aos proprietários cristãos-novos, mas também aos cristãos velhos, e respondia, por vezes, ao interesse na manutenção das isenções das taxas de embarque⁶¹⁴. Assim, muitos proprietários, cristãos-novos ou velhos, ao findar o prazo de 10 anos, durante o qual o senhor de engenho poderia embarcar sua própria mercadoria sem o pagamento de taxas, repassavam seu engenho para outros familiares ou parceiros. Dessa forma, os dez anos de isenção poderiam ser renovado, diminuindo os custos da comercialização deste açúcar⁶¹⁵.

Outro aspecto merece menção, Gonsalves de Mello enfatiza que os lavradores estavam em maior número do que os senhores de engenho e ainda em maior quantidade aparecem os

⁶¹⁰MORENO, Diogo de Campos. “Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos, feita pelo sargento mor desta costa . (1609)”. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, LVII, Recife: IAHGPE, 1984.

⁶¹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). **Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira**. Tradução de José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

⁶¹² “açucares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba-ano de 1623”, “inventário dos engenhos situados entre o rio das Jangadas e o Rio Uma, em Pernambuco, de Willem Schott, 1636”, “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, sitiadas na parte setentrional do Brasil”, de 1638 e “relatório sobre o Estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adrien Van der Dussen ao conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). **Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira**. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

⁶¹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., 1996. P. 9

⁶¹⁴ N do A. Lembramos, mais uma vez, que essa isenção só era plena nos dez primeiros anos do funcionamento dos engenhos e só era estendida caso o engenho passasse por alguma reforma ou tivesse sido alvo de algum ataque. Assim, muitos senhores de engenho preferiam repassar a propriedade ao fim das isenções para algum outro parceiro, que, alegando tratar-se de um novo engenho ou de uma propriedade em reforma, pudesse aproveitar a isenção de taxas.

⁶¹⁵ N do A. Acreditamos que este tenha sido o caso do engenho Moribada, de André Gomes Pina, repassado a seu familiar Gabriel Gomes Pina. Retomaremos este caso mais à frente.

comerciantes ligados ao comércio do açúcar⁶¹⁶. O que podemos observar, na relação entre senhores de engenho e lavradores, é que a construção de um engenho no começo do século XVII implicava um capital substancial, que será adquirido por alguns lavradores após anos de trabalho. Então, observamos que alguns dos cristãos-novos apontados como lavradores em 1595 entram para a listagem dos senhores de engenho em 1609 ou 1623⁶¹⁷. Ou seja, esses homens se fixaram na capitania – eles já estavam aqui – e permaneceram, tornando-se, em seguida, senhores de engenho. No entanto, como veremos adiante, não apenas a posse de engenhos mantinha esses homens na capitania de Pernambuco.

Antes de analisarmos os senhores que permaneceram em Pernambuco, é importante que apontemos o que aconteceu com aqueles cristãos-novos que eram senhores de engenho em 1609. Sabemos de alguns destinos seguidos por esses cristãos-novos detentores de engenhos e tais informações nos apontam um quadro interessante.

Destino dos cristãos-novos apontados como senhores de engenho em 1609
Ambrósio Fernandes Brandão - Segue como comerciante e senhor de engenho, tendo se estabelecido na capitania da Paraíba, como consta na listagem de 1623.
André Gomes Pina - segue na capitania de Pernambuco até o período de dominação holandesa, durante o qual frequenta a comunidade Judaica estabelecida no Recife. Seu engenho está, em 1623, em posse de Gabriel de Pina, seu parente.
Antônio Dias do Porto - Não obtivemos informações sobre seu destino após 1609, mas, na listagem de 1623, consta como proprietário um Francisco Rodrigues do Porto, que podia ser seu parente e estava na capitania desde fins do século XVI.

⁶¹⁶ Para tanto, o autor se baseia nos registros da primeira visitação inquisitorial ao Brasil em fins do século XVI, aqui já citadas.

⁶¹⁷N do A.   o caso de Ambrósio Fernandes Brandão, citado em fins do século XVI como lavrador e feitor do engenho de Bento Dias Santiago, que em 1609 aparece como proprietário em Pernambuco e em 1623 como proprietário de dois engenhos na Paraíba.

Antônio da Rosa - permanece na capitania.
Diogo Soares - Não sabemos se estabelecido definitivamente em Pernambuco ou em Lisboa, pois costumava dividir-se entre os dois centros.
Duarte Dias Henriques - Retorna a Lisboa e depois se envolve com o tráfico de escravos para América espanhola.
Duarte Ximenes - Permanece como senhor de engenho em Pernambuco até a chegada dos holandeses.
Fernão Soares - Permanece na capitania, apontado como senhor de engenho já no período holandês.
Gaspar Fernandes Anjo - Permanece na capitania como senhor de engenho até a chegada dos Holandeses.
João Nunes de Matos - Não temos informações posteriores a posse do engenho, seu irmão retornou ao reino e logo se estabeleceu em Amsterdã.

Podemos observar que apenas um desses senhores deixou a capitania para investir no tráfico de escravos para a América espanhola, o já citado Duarte Dias Henriques. E o fez bem antes do período de retração do comércio açucareiro.⁶¹⁸ Enquanto sobre cinco desses proprietários sabemos que permaneceram na capitania até a chegada dos holandeses, uns comerciando, outros ainda como proprietários e um pela atividade na burocracia. Esse panorama contribui para afirmar nossa ideia de que a retração no comércio açucareiro não levou esses homens a deixar a capitania. Na verdade, a mobilidade comum às redes comerciais é que deve ter deslocado alguns destes enquanto muitos outros permaneceram na capitania, na qual desenvolveram vínculos e interesses diversos.

⁶¹⁸ Tabeliães. IV, p. 170.

6.2 Cristãos-novos identificados como senhores de engenho na listagem de 1623

A identificação dos cristãos-novos que permaneceram na capitania de Pernambuco não nos foi tarefa fácil. Sobre muitos dos que constam terem estado em Pernambuco, não temos informações que nos permitam dar continuidade a suas trajetórias, já que, embora os mesmos tenham sido identificados em um momento, não podemos afirmar se ficaram ou, caso tenham migrado, qual foi o paradeiro. No entanto, nos foi possível indicar os caminhos seguidos por alguns deles. Retomaremos aqui as trajetórias daqueles que permaneceram na capitania nos anos que antecederam a tomada da mesma pelos holandeses, observando posse de engenhos e, quando possível, o envolvimento dos mesmos em outras atividades. Compreendemos serem essas trajetórias fundamentais para o entendimento de como esses homens conseguiram prosperar em Pernambuco.

Algumas explicações são necessárias ao tratarmos da posse de engenhos, pois, como dito anteriormente, nem todas as propriedades por vezes apontadas como engenhos tinha de fato a moenda e, quando apresentavam uma maquinaria, esta não estava em condições de moer em anos específicos, dado que por vezes não consta na documentação. Ainda para definir o histórico de um engenho, temos que ter três informações básicas: o nome do proprietário, a localização da propriedade e o Santo de sua invocação. Por vezes, essas informações se tornam confusas, na medida em que, tanto quanto os proprietários, as propriedades têm homônimos. Assim, podemos ter dois engenhos cujo nome era Garjaú, por exemplo, embora os santos de invocação sejam diferentes. Em outros casos, os engenhos apresentam o mesmo Santo de invocação, mas nomes diferentes.

Dessa forma, separamos as fontes que nos deram informação sobre engenhos entre 1623 e 1640⁶¹⁹, em sua maioria de origem holandesa, para identificar ao menos os cristãos-novos que eram proprietários de engenhos antes da invasão batava – pesquisa que nos deu um

⁶¹⁹ São elas primeiramente “açucares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba- ano de 1623”, “inventário dos engenhos situados entre o rio das jangadas e o Rio Uma, em Pernambuco, de Willem Schott, 1636”, “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, sitiadas na parte setentrional do Brasil”, de 1638 e “relatório sobre o Estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adrien Van der Dussen ao conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. Todos eles publicados por José Antônio Gonsalves de Melo. MELO, José Antônio Gonsalves de (Org.). **Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira**. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981. A partir daqui nos referiremos a esses documentos como sendo lista de 1623, lista de 1636, lista de 1638 e lista de 1638, para evitar as repetidas citações.

total de 11 nomes⁶²⁰ e, quando possível, o nome ou a invocação desse engenho. Como nos interessa primordialmente comprovar a estadia destes homens na capitania, tentaremos relacionar sempre a posse dos engenhos a outras atividades exercidas.

Embora fossem exageradas as alegações, no século XVII, de que a maioria dos engenhos brasileiros era propriedade de cristãos-novos, não há dúvida de que estes últimos desempenham um papel ativo na formação da economia açucareira e foram um importante elemento social entre os primeiros senhores de engenho.⁶²¹

Entre os proprietários listados por Israel da Costa, em 1623, está Gaspar Fernandes Anjo, que foi senhor de engenho em Pernambuco durante quase todo o período por nós estudado. Dono de dois engenhos em 1609, o cristão-novo continuava como proprietário em 1623, cujo engenho produzia então modestas 2.391 arrobas anuais. Gaspar havia chegado à Pernambuco muitos anos antes, pois consta em 1602 como carregador do açúcar e pau-brasil que deveria ir em Lisboa para João Nunes Correa e Manuel Fernandes Anjo⁶²². Outras atividades por ele exercidas foram a de contratador dos dízimos do açúcar, entre 1600-1602, e também de onzeneiro⁶²³.

Dentre os membros de sua rede de negócios, constam em Hamburgo Rui Fernandes Cardoso, além dos vários parentes dispersos em Portugal e em Amsterdã. Em Olinda, no ano de 1603, também vivia um comerciante de nome Valentin Fernandes Anjo, mas não sabemos o grau de parentesco entre ambos. Gaspar participa também de vários contratos de fretamento em Lisboa, entre os anos de 1599 e 1604, mas, como dito antes, isso não significa que lá estivesse.

Outro cristão-novo que permanece em Pernambuco até depois da chegada dos holandeses é André Gomes Pina, que foi Senhor do Engenho Nossa Senhora das Flores, também conhecido como Moribara em fins do século XVI, e seguiu como seu proprietário em 1609. André carregava açúcar para Lisboa, boa parte do qual de fato chegava ao Norte Europeu em fins do século XVI⁶²⁴. Em 1623, ele passa seu engenho para Gabriel de Pina, cuja produção era de 5.917 arrobas anuais. Ambos, André e Gabriel, eram parentes dos cristãos-novos Diogo e Fernão Soares. Com a chegada dos holandeses a Pernambuco, André assume

⁶²⁰ Gonsalves de Mello tinha listado apenas 10 nomes, pois não incluiu os de Antônio de Sá e Antônio Nunes Ximenes, cuja origem cristã nova nós temos comprovada. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit, 1989, p. 8.

⁶²¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. P.225.

⁶²² Os Livros das Saídas das Urças do Porto do Recife, 1595-1605, p. 21-145.

⁶²³ “Relação de Ambrosio de Siqueira (1605) da Receita e despesas do Estado do Brasil”. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, N.49. P. 125, 216, 218-220.

⁶²⁴ Os Livros das Saídas das Urças do Porto do Recife, 1595-1605, p. 21-145.

publicamente o judaísmo junto com seus filhos. Sabemos também que uma de suas filhas, casada com Rodrigo Álvares da Fonseca, também cristão-novo que aqui permaneceu após a invasão holandesa, morou em Amsterdã, onde praticou o judaísmo. Gabriel de Pina, também cristão-novo e parente de André, teve o engenho confiscado e vendido pelos holandeses em sua ausência.⁶²⁵

Entre os cristãos-novos que optaram por prosseguir na capitania, não podemos deixar de fazer menção a Duarte Ximenes, o maior exportador de açúcar em fins do século XVI, que se dizia também cavaleiro-fidalgo da casa real⁶²⁶. Nascido em 1570, ele foi Senhor de engenho em Goiana em 1609, permanecendo como senhor em 1623, cuja produção neste ano foi de 3.091 arrobas de açúcar. O açúcar saído de Pernambuco por ele exportado tinha como receptor o mercador flamengo Guilherme Lenaerts e Antônio Fernandes Ximenes. Entre suas atividades consta também, como já dito, o contrato de dízimos do açúcar.

Outro contratador dos dízimos⁶²⁷ e também senhor de engenho foi Pero Lopes de Vera que possuía dois engenhos em 1623, um produzia 4.815 arrobas enquanto o outro produzia 3640 arrobas. Um dos engenhos estava sob a Invocação de Nossa Senhora do Rosário, em Ipojuca, enquanto o outro estava sob a invocação de São João. Apesar de constar na listagem de 1623 como senhor de apenas 2 engenhos, Pero aparece em documentos posteriores como sendo também proprietário de outros dois engenhos, um sob invocação do Bom Jesus e outro sob invocação de São João. Não podemos, no entanto, precisar quando os adquiriu, mas o fez em algum momento entre 1623 e 1636, pois ambos estavam em sua posse ainda em 1640, constando ele como proprietário nas listas de 1636, no relatório de 1638 e do relatório de Adrien Van der Dussem de 1640. Este cristão-novo deve ter chegado a Pernambuco em fins do século XVI, pois, em 1602, é carregador do açúcar que deveria ir a Lisboa para Manuel Rodrigues Duarte⁶²⁸. Pero foi casado com Felipa de Mello, filha de Jerônimo de Albuquerque, ao seja, foi agregado à família do próprio donatário da capitania de Pernambuco.

Antônio Nunes Ximenes, carregador de açúcar consignado à Holanda em 1643, também juntava as funções de mercador e senhor de engenho. O cristão-novo estava em Pernambuco desde pelo menos 1613, quando recebe uma procuração de Francisco Lopes Franco para que, juntamente com Manuel Carneiro e outros negociantes situados na Bahia,

⁶²⁵ Lista de 1638.

⁶²⁶ Correspondência de Diogo Botelho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 73, parte 1, 1910. P. 155.

⁶²⁷ Livro primeiro do governo do Brasil, p. 134,409, 413, 415.

⁶²⁸ Os Livros das Saídas das Urças do Porto do Recife, 1595, p. 21-145.

ficasse responsável por seus interesses comerciais e pelo arrendamento dos dízimos do Rio de Janeiro, o que não sabemos se conseguiram.⁶²⁹ Antônio também foi senhor de engenho em Pernambuco constando da listagem de Israel em 1623, segundo a qual seu engenho produzia 5.400 arrobas anuais. Ele ainda consta como proprietário nas listagens de posteriores até 1640.

Felipe Dias do Vale,⁶³⁰ listado também como senhor de engenho em 1623, é citado no Processo de Manuel Homem de Carvalho, com quem provavelmente manteve contatos comerciais ou de amizade quando este último esteve em Pernambuco. A produção anual do engenho de Felipe, em 1623, era de 4.330 arrobas. Outro processo inquisitorial nos reforça também o conhecimento acerca de Domingos da Costa Brandão, sobre o qual Miguel Francês⁶³¹ dizia ser nascido no Recife, onde viviam também seus dois filhos, Salomão e Moisés. Outra fonte diz que, embora ele fosse originário do Reino⁶³², o cristão-novo já estava há muito tempo em Olinda, onde era mercador. Domingos é listado, em 1623, como dono de um engenho sob a invocação de Nossa Senhora da Paz, que produzia então 5627 arrobas anuais, constando como proprietário ainda em 1636. Ele continuou em Pernambuco, após 1630, e adquiriu outro engenho, sob a Invocação de São Felipe e São Tiago, como consta nas listagens posteriores.

Antônio de Sá Maia foi proprietário do engenho Santo André, cuja produção em 1623 era de 4.723 arrobas, e também do Engenho Novo⁶³³, então arrendado e cuja produção não ultrapassava 5.476 arrobas anualmente. Antônio deixou a capitania durante a invasão holandesa e, pela ausência do mesmo, ambos engenhos foram confiscados e vendidos, antes de 1638, a Gaspar Dias Ferreira. Antônio era filho de Duarte de Sá Maia, membro da Câmara de vereadores de Olinda. Caso exemplar da participação cristã-nova na burocracia colonial é o de seu pai, abordado no Livro *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*.⁶³⁴ Duarte de Sá foi primeiramente escrivão, depois Juiz de Órfão da capitania, e

⁶²⁹ A. N. R. J., Cód. 616, fl. 81. Apud: SALVADOR, José Gonsalves. **Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional** (com enfoque nas Capitânicas do Sul 1530-1668). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978, p. 181.

⁶³⁰ Quando na Holanda por volta de 1612, o cristão-novo Manuel Homem de Carvalho perguntou ao também descendente de judeus Jerônimo Henriques que judeus haveria em Pernambuco. Jerônimo respondeu que conhecia dois, um que estava então preso pelo Santo Ofício e Felipe Dias do Vale. Inquisição de Lisboa, processo de Manuel Homem de Carvalho, nº 3157.

⁶³¹ Inquisição de Lisboa, processo de Miguel Francês Nº 7376.

⁶³² MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit, 1989, p. 415.

⁶³³ Na listagem de 1638, esse engenho aparece com o nome de Engenho Santa Maria.

⁶³⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial**. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

logo ascendeu à Câmara de Vereadores de Olinda, quando havia uma legislação, datada de 1574, que proibia o acesso a cristãos-novos.⁶³⁵

A posição ocupada por Duarte de Sá fez com que este se identificasse, em 1593, perante o Visitador da Inquisição, Heitor Furtado de Mendonça, a quem ficou responsável por receber em Olinda, como “dos da governança da terra”. Este termo era utilizado pelos participantes das câmaras de vereadores, alcaides e capitães que, juntamente com os “principais da terra”⁶³⁶, compunham a elite dessa sociedade. Vários cristãos-novos se declararam ao Visitador como sendo “da governança” ou filhos dos “principais da terra”, pois de fato ocupavam postos importantes ainda que não detentores de títulos, o que tampouco eram os cristãos velhos.

Pero Lopes da Vera e Duarte de Sá são apontados por Evaldo Cabral como a nata dos senhores de engenho, fazendo parte “do extrato superior da açucarocracia”.⁶³⁷ Ou seja, os mesmos compunham o grupo daqueles que não foram abalados pela crise das décadas de dez e de vinte do século XVII. Na listagem de 1623, aparecem os engenhos em posse de Antônio, filho de Duarte de Sá.

O Grupo de senhores de engenho de origem cristã-nova, em 1623, é ainda composto por Manuel Saraiva de Mendonça, que adquiri sua propriedade pela compra a Cristóvão Paes D’ Altero,⁶³⁸ e Gaspar Mendonça, dono do engenho Apipucos. Este último teria adquirido seu engenho pela compra ao neto da cristã-nova Branca Dias, Leonardo Pereira. Manuel ainda consta como proprietário desse engenho nas três listagens posteriores.⁶³⁹ O último cristão-novo, aqui abordado e citado como senhor de engenho, foi Felipe Diniz da Paz, proprietário do engenho Suassuna em 1623, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção. Felipe compartilhava a posse desse engenho, cuja produção era de 5.840 arrobas, com Fernão da Soares da Cunha.

Esses homens geralmente juntavam as funções de proprietários de engenho com a de mercadores, não sendo possível observar, para esse período, uma especialização entre

⁶³⁵ A esta proibição já nos referimos anteriormente.

⁶³⁶ Esses “principais da terra” se converteram, na segunda metade do século XVII, na “nobreza da terra”. Assim, eles se apresentam na documentação colonial posterior à saída dos holandeses, nas quais aparecem em busca do reconhecimento pelos serviços prestados ao Reino na luta pela expulsão dos holandeses da capitania. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit, 1997.

⁶³⁷ Idem, Ibidem, P. 425.

⁶³⁸ O qual supomos ser o engenho Madalena, o que não podemos afirmar com certeza, pois não consta nas listagens posteriores.

⁶³⁹ 1636, 1638 e 1640.

produtor e mercador.⁶⁴⁰ Esses cristãos-novos que ficaram na capitania estavam longe de romper com suas ligações familiares, como se mostra no contato que mantinham com o Norte Europeu e com o Reino, e também não estavam deixando de lado o comércio como bem mostra as atividades que seguem mantendo à frente do comércio da capitania.

6..3-Mercadores identificados em Pernambuco entre os anos de 1624 e 1630

Outros cristãos-novos permaneceram na capitania comerciando sem que constem como proprietários de engenho. Os mesmos eram mercadores que se estabeleceram na capitania, movidos pelas possibilidades de negócios, e que, mesmo com a capitania sob o domínio holandês, adquiriram um engenho. No período por nós estudado, era a mercancia que os mantinha na colônia.

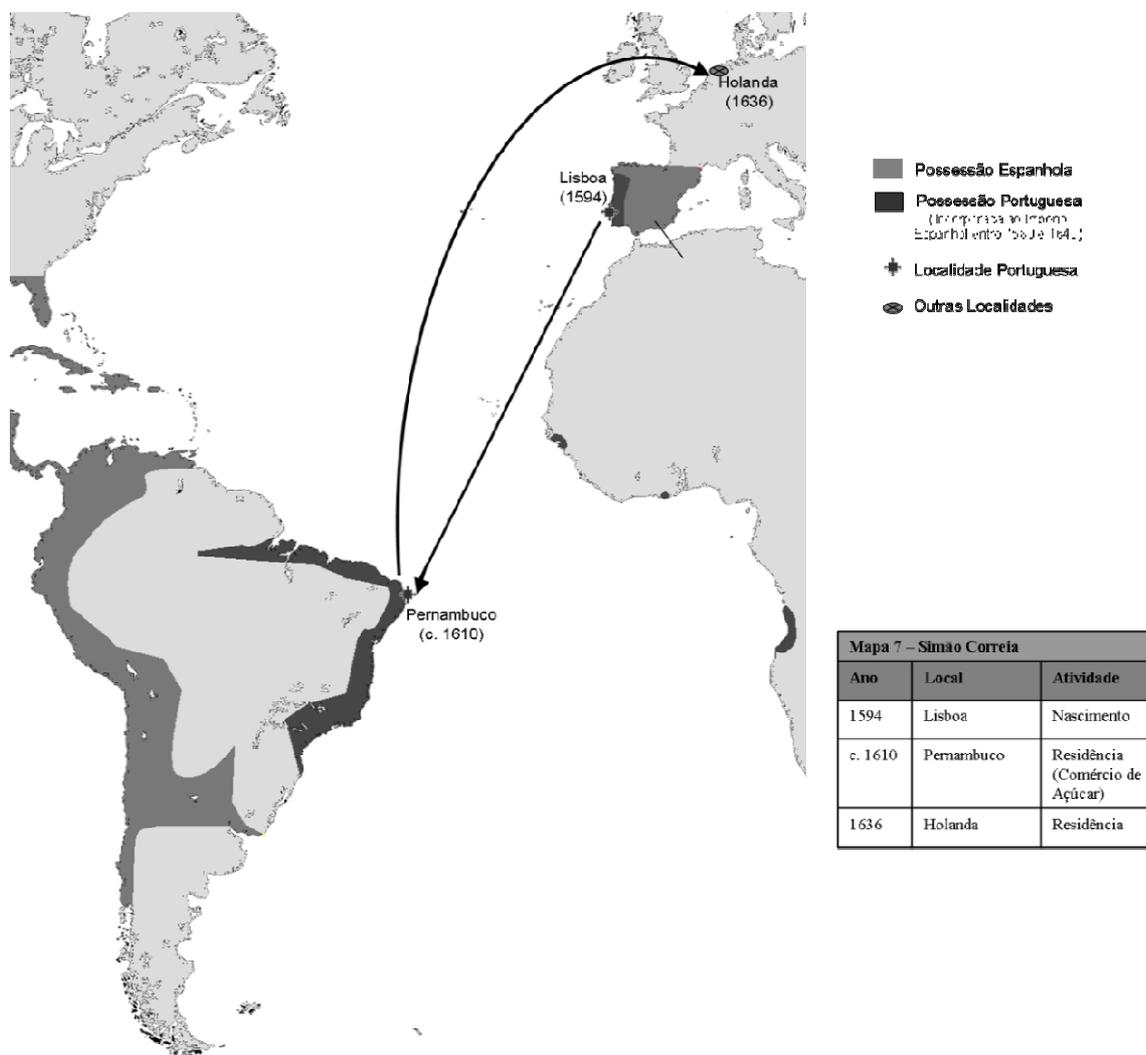
O mercador Simão Correia teria chegado à capitania em 1610, onde comerciava e morava em Olinda. Suas atividades comerciais são registradas desde 1619, quando ele embarcou açúcar em parceria com Francisco Gomes Pina⁶⁴¹. Sobre Simão também encontramos acusações perante a Inquisição portuguesa, pois o mesmo era acusado de ter se tornado judeu público quando do estabelecimento de uma comunidade judaica no Recife, já no século XVII⁶⁴². Segundo essa acusação, ele frequentava a casa de Duarte Saraiva, um dos mais importantes membros da comunidade judaica estabelecida na capitania – ele mesmo com passagens por Pernambuco em fins do século XVI – e também parente do senhor de engenho

⁶⁴⁰ Essa especialização é sugerida pela pesquisa de Leonor Costa. Nossos mapeamentos, contudo, nos levam a concordar com Evaldo Cabral quando ele propõe que esta especialização se dá apenas no *post bellum*. VER: COSTA, Maria Leonor Freire. **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. 1580-1663**. VOL. II (apêndice documental) Lisboa: CNCDP, 2002. ; MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: O imaginário da restauração Pernambucana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

⁶⁴¹ Em 1623, Francisco Gomes Pina e Simão Correa estariam relacionados como parceiros de um devedor de Manuel Carvalho. SR XX (1)

⁶⁴² “A sinagoga do Recife ficava situada na Rua dos Judeus, num edifício de dois andares, construído de pedra e cal. Os holandeses denominavam essa rua de Bockestraet, mas, depois da reconquista de Recife pelo exército luso-brasileiro de libertação, foi a rua rebatizada com o nome de Rua da Cruz, e os edifícios da antiga sinagoga e escola religiosa tomaram o número 26. Em 1879 o nome da rua mudou para o de Bom Jesus. O edifício da sinagoga foi posto abaixo no começo do século XX e substituído por um edifício agora ocupado por um banco. Hoje, o edifício traz o velho número 26, bem como o número atual, 155.” WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial**. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1966, p. 119.

já citado Manuel Saraiva de Mendonça⁶⁴³. Simão permanece em Pernambuco até 1636, quando se estabelece em Amsterdã, se tornando membro da comunidade judaica ali formada.



Comerciante nascido no Porto, Francisco Gomes Pina⁶⁴⁴ esteve em Pernambuco desde pelo menos 1615, onde permaneceu até após a invasão Holandesa. Francisco, casado com Beatriz da Fonseca, despachou suas mercadorias para o irmão Diogo Henriques, morador no Porto. Em Amsterdã tinha ligações com Paulo de Pina (Gomes Pinel) e em Hamburgo com Duarte Esteves de Pina⁶⁴⁵. Um irmão seu, Manuel Esteves de Pina, residia com ele em

⁶⁴³ "Na primeira metade do ano de 1635 Duarte Saraiva, aliás David Senior Coronel, nome que usava no judaísmo, estava em Pernambuco e de posse do engenho 'Santa Madalena', isto é, do engenho Madalena, na Várzea do Capibaribe, um dos mais famosos da capitania. O engenho pertencera a Madalena Gonçalves e fora vendido em 1593 a Cristóvão Pais de Altero, que depois o vendeu (em data não conhecida) a Manuel Saraiva de Mendonça. Este aparece em 1623 como proprietário do engenho. Manuel Saraiva era parente de Duarte Saraiva e devia-lhe dinheiro, pelo que ao chegar ao Recife este reivindicou a posse do engenho". MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., 1989, p.224

⁶⁴⁴ Citado várias vezes nos arquivos notariais de Amsterdã. SR XIV (1), pp.99-102; XV(1), p. 153, entre outros.

⁶⁴⁵ SR XIV(1)p. 99; SR XII (1 E 2) P. 177 entre outros.

Pernambuco no ano de 1618, como bem explica sua mãe Leonor, em seu processo inquisitorial⁶⁴⁶. No processo de Leonor também é citado Duarte Dias Henriques, aqui já citado, então envolvido com o tráfico de escravos⁶⁴⁷.

No depoimento da Inquisição do já citado cristão-novo Pedro Almeida, encontramos também referência a outro cristão-novo que residia no Brasil no começo do século XVII e que pregou o judaísmo após 1630: trata-se de Simão de Leão, a quem Pedro acusou de tentar persuadi-lo a aceitar a fé hebraica. Segundo Pedro, ele só aceitou o judaísmo “persuadido de muitas razões que lhe dera hum judeu chamado Simão de Leão.”⁶⁴⁸ Este estaria no Brasil há bastante tempo, sendo citado no libelo acusatório de D. Luis, então como morador na Bahia.⁶⁴⁹

Sobre Simão Leão:

Disse o dito Simão de Leão, em presença do dito Francisco de Faria e de Rachel de Leão, mulher deste, e de Judie de Leão, filha também do dito Simão de Leão, solteira, a ele confidente se era ele confidente cristão, ou judeu, e ele confidente lhe respondeu, que ainda que era cristão novo, como já lhe devia declarado, não era judeu, se não cristão; ao que o dito Simão de Leão falou que ele confidente não sabia o que fazia em ser cristão, porque melhor era ser judeu, e crer na lei de Moises, por que esta era a boa para a salvação da alma.⁶⁵⁰

Outro cristão-novo citado por Pedro foi Simão Rodrigues Nunes, que vivia em Pernambuco, partindo para Holanda depois de algum tempo, onde praticava o judaísmo. “Simão Rodrigues Nunes, português não sabe donde natural, e vivia em Pernambuco, donde se ausentou para Holanda, e ouviu dizer que lá se fizera judeu público, e não sabe se está em Holanda, se no Recife⁶⁵¹”.

O contato de alguns cristãos-novos estabelecidos no Brasil com o Norte da Europa foi fundamental para que os mesmos tivessem conhecimento de algumas das práticas do

⁶⁴⁶ Os processos de sua mãe e irmã fazem menção a estadia de Manuel na casa de Francisco; Processos Branca de Pina, inq. de Lisboa, nº 1323 e Leonor de Pina. Inq. de Lisboa, nº2726.

⁶⁴⁷ As teias tecidas a partir dos processos inquisitoriais são enormes. Neste processo específico, uma das testemunhas chamadas a depor pelo conhecimento das práticas judaicas feitas na casa de Leonor foi Gracia Vaz, sobrinha de Duarte Dias Henriques e cristã-nova também presa pela Inquisição em 1618. Gracia tinha então 26 anos e era casada com outro mercador, Henrique Fernandes, que estava a serviço de seu tio em Angola. Em seu depoimento, relata fatos ocorridos há quatro anos atrás quando ela, Leonor e outros cristãos-novos se juntaram para guardar o jejum judaico. Segundo ela, foi Leonor quem lhe disse que em dois dias seria a páscoa judaica, período no qual tinham obrigação de comer pão ázimo, frutas secas, passas e alimentos que não tivessem verde. Também não podiam trabalhar em observância à lei de Moisés. Leonor de Pina. Inq. de Lisboa, nº2726.

⁶⁴⁸Inquisição de Lisboa, p rocesso Pedro Almeida, nº11562

⁶⁴⁹ Livro primeiro do governo do Brasil, p. 404.

⁶⁵⁰ Inquisição de Lisboa, p rocesso Pedro Almeida, nº11562

⁶⁵¹ Inquisição de Lisboa, processo de Pedro Almeida nº11562

judaísmo oficial. Foram recorrentes as citações a cristãos-novos que, saídos do Brasil, se estabeleceram em Amsterdã e praticaram o Judaísmo⁶⁵². Também foram comuns citação a homens que de lá chegavam e sobre os quais pairava a suspeita de que fossem circuncidados⁶⁵³.

Também em Pernambuco vivia Gaspar Francisco da Costa, que, segundo depoimentos, viveu como bom cristão até a chegada dos holandeses, quando se fez judeu⁶⁵⁴. Na capitania, também viveu seu irmão Rodrigo Álvares da Fonseca, que, nascido no Porto, teria vindo ao Brasil em 1617, onde casou com uma filha de Francisco Gomes Pina. Rodrigo então morava em um engenho na Várzea do Capibaribe e, após a chegada dos holandeses, teria se declarado judeu público e ido à Amsterdã, em 1639, onde também teria mandado circuncidar seu filho. Seu nome consta da relação daqueles que se propunham a receber da Coroa portuguesa indenização por danos sofridos durante a ação holandesa.⁶⁵⁵

Nem todos os cristãos-novos que aqui residiam na década de 20 do século XVII receberam bem a presença holandesa. Mais uma vez aí apontamos para a questão dos interesses individuais e familiares como sendo fundamentais nas escolhas destes homens, que não atuavam de forma coesa. Entre os que não aceitaram a presença holandesa, está o mercador de escravos Paulo Rodrigues de Abreu. Este deslocou seus investimentos para Angola, em 1636, e se comprometeu a pagar uma quantia de 25 contos de réis por ano, prometendo pagar mais 5 contos ao ano quando acontecesse a Restauração portuguesa, pela qual tanto ansiava.⁶⁵⁶ Paulo não conseguiu manter o contrato após a tomada de Angola pelos holandeses.

Essas relações mantidas com a comunidade judaica do Norte Europeu foram importantíssimas ao estabelecimento de alguns cristãos-novos em Pernambuco, pois forneciam as condições para que estes permanecessem ativos no comércio. Presentes na

⁶⁵² Entre eles a confissão de Manuel Homem, em 1618. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 — Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1927, volume XLIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. A partir desta nota, ao fazermos referência a essa obra, informaremos Denúncias da Bahia.

⁶⁵³ Pero de Gallegos, comerciante e cristão-novo que estava em Pernambuco durante a Primeira Visitação do Santo Ofício, foi novamente denunciado durante a Segunda Visitação, pois se suspeitava que ele tivesse retornado de Amsterdã circuncidado. Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 262; Segunda Visitação, p. 365.

⁶⁵⁴ Inquisição de Lisboa, processo de Miguel Francês. 7276.

⁶⁵⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. Cit., 1989, p. 505-506.

⁶⁵⁶ A. H. U. cód. 42, fl. 23 e segs. Apud: SALVADOR, Jose Gonsalves. **Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional** (com enfoque nas Capitânicas do Sul 1530-1668). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978, P. 311, 328-330.

capitania, eles asseguravam o cumprimento dos acordos estipulados em Amsterdã, que iam desde fretamentos de navios até os seguros marítimos.

6.4- Entre a capitania de Pernambuco e a comunidade judaica de Amsterdã: vínculos e estratégias desenvolvidas pelos mercadores de origem cristã-nova.

6.4.1- Amsterdã

As ligações observadas nos vários processos inquisitoriais no começo do século XVII nos permitem afirmar que as relações entre muitos neoconvertos na capitania de Pernambuco e os judeus portugueses localizados em Amsterdã eram intensas e fluidas. Esses homens não apenas negociavam, mas partilhavam uma memória e uma identidade que os unia a despeito da dispersão física ou ainda por causa dela⁶⁵⁷. Importante também lembrarmos que os cristãos-novos estabelecidos em Pernambuco e os judeus portugueses estabelecidos em Amsterdã compartilhavam a origem Sefardí. A importância desta origem vai além da manutenção de uma relação saudosista com a Península Ibérica. Ser serfardí significava pertencer a uma cultura cuja influência se fez sentir em todos os locais onde os cristãos-novos ou os judeus portugueses estivessem estabelecidos. Por meio desta cultura, os vínculos se mantiveram fortes entre os judeus e os cristãos-novos dispersos após o século XV.

Para compreendermos a manutenção destes vínculos, é necessário também que atentemos para o caráter recente da comunidade judaica de Amsterdã, cuja construção remonta a fins do século XVI. Esta comunidade foi composta massivamente por cristãos-novos de origem portuguesa que estavam há quase um século distantes do judaísmo oficial, o qual não conheciam. Em função desta dispersão imposta pela expulsão dos judeus da Península Ibérica e pela conversão de grande parte dos mesmos em cristãos-novos, a comunidade de Amsterdã teve que se adaptar para incluir também, em suas conformações identitárias, os descendentes de judeus que viviam como cristãos em terras católicas.⁶⁵⁸

⁶⁵⁷ Vários autores abordam a questão da identidade judaica como uma construção da exclusão. Em relação ao elemento cristão-novo, citamos os estudos de Jose Antônio Saraiva e Anita Novinsky. Ver: SARAIVA, Antônio José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. 5. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985; NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia: A inquisição no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

⁶⁵⁸ KAPLAN, Yosef. Op. Cit., 1996, p. 27.

Segundo Yosef Kaplan, o próprio termo “Nação” marcava uma incerteza que permitia a abrangência de todas que descendiam dos judeus de origem sefardí, pois, algumas vezes o termo era utilizado apenas para se referir aos membros da comunidade judaica portuguesa de Amsterdã enquanto, em outros momentos, era estendido até os cristãos-novos oriundos da diáspora portuguesa e dispersos pelo mundo.⁶⁵⁹

En otras palabras, dentro de la comunidad existía una confradía que aceptaba como miembros tanto a judíos como a criptojudíos por un reconocimiento claro de que todos pertenecían a la misma entidad étnica y social. Esta confradía permitía a los criptojudíos que vivían en las “tierras de idolatría” ser miembros plenos y con igualdad de derechos.⁶⁶⁰

Essa identidade Sefardí era bem marcada em Amsterdã, principalmente pela distinção feita pelos judeus de origem portuguesa em relação aos judeus askenazim, marginalizados em sua maioria naquela comunidade. Segundo Harm Den Boer, essas distinções foram elaboradas pelo orgulho da comunidade Sefardí, que também tinha algumas aspirações aristocráticas desenvolvidas na Península, e principalmente pela consciência de seu papel como elite mercantil na sociedade pré-moderna.⁶⁶¹

Vários comerciantes entre os cristãos-novos estabelecidos em Pernambuco mantiveram seus vínculos com a comunidade judaica de Amsterdã. Estas ligações foram fundamentais para que, diante das adversidades impostas ao comércio açucareiro, estes homens pudessem contar com seus companheiros situados no Norte Europeu para favorecê-los e mesmo introduzi-los aos financiamentos e aos seguros marítimos necessários à continuidade e prosperidade comercial.

⁶⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 29

⁶⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p.31.

⁶⁶¹ BOER, Harm den.” Las multiples caras de la identidad: Nobleza y fidelidade ibéricas entre los sefardíes de Amsterdam.” In: CONTRERAS, Jaime (org.) *Op cit.*, 2002. pp.95-112, P. 95.

6.4.2-Condições que propiciaram a interação entre cristãos-novos e velhos na capitania de Pernambuco.

Ao chegar à capitania de Pernambuco, em meados do século XVI, os primeiros cristãos-novos se depararam com um espaço singular, com índios a combater, terras a conquistar e engenhos a montar. Esses homens se depararam, sobretudo, com a insegurança comum a quem chega num território desconhecido. Contudo, esse território também era desconhecido pelos cristãos velhos, essa insegurança era comum a ambos e, em função dela, as relações estabelecidas na capitania entre esses homens foram extremamente fluidas.

A ideia de diáspora judaica, que teria sido iniciada com a destruição do Segundo Templo em 70 d. C, nos leva normalmente a pensar que esses errantes estariam sempre migrando para terra de outros, locais já ocupados, com sociabilidades já construídas, aos quais eles teriam que se adequar. De fato, essa nova diáspora iniciada com a expulsão dos judeus da Península Ibérica ficou conhecida como “galut,⁶⁶² dentro do galut, ou seja, exílio dentro do exílio.⁶⁶³ Os cristãos-novos que chegaram à capitania de Pernambuco não tiveram que se inserir numa sociedade construída, pois os portugueses ainda não haviam construído na capitania uma sociedade branca. Os cristãos-novos foram participantes desta construção, trazendo para cá elementos comuns ao imaginário ibérico, assim como elementos específicos da cultura judaica, com a qual ainda estavam familiarizados apesar da prática oficial do cristianismo⁶⁶⁴.

Compreender que estes homens conviveram entre si, nos fins do século XVI e começo do século XVII, não quer dizer que, entre eles, não pesasse a diferenciação entre cristãos-novos e velhos. Esta divisão oriunda da Península Ibérica aqui também se fez sentir nas diversas referências à origem cristã-nova deste ou daquele homem, como citadas nas

⁶⁶² Galut em hebraico significa exílio. UNTERMAN, Alan. Op.cit., 1992, p. 95.

⁶⁶³ BENYOSEF, Luiz. Características sefarditas. In: FALBEL, Nachman, MILGRAM, Avraham & DINES, Alberto. **Em Nome da Fé**. Estudos in memoriam de Elias Lipiner. São Paulo: Perspectiva, 1999, pp. 269-272 p. 270.

⁶⁶⁴ N. do A. Lembramos, para tanto, que a inquisição de fato só começou a funcionar em Portugal em 1536. SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. “A Disciplina da Vida Colonial: os Regimentos da Inquisição”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, ano 157, nº 392, p. 495-1020, jul./set. 1996, p. 501.

Denúncias e Confissões ao Visitador do Santo Ofício⁶⁶⁵. Nossos personagens eram reconhecidos enquanto diferentes, como explica Ângelo Assis:

Era um cristão, mas antes de tudo, um cristão-novo, o que, nas entrelinhas, significava dizer que era visto, na melhor das hipóteses, como um cristão descendente de judeus, possuidor do sangue dito maculado de uma raça vista como infecta. Se, antes da conversão, eram excluídos por não fazerem parte da unicidade cristã, após a conversão, o seriam igualmente por sua ascendência suspeita e condenável: de excluídos, porque verdadeiramente excluídos, passariam assim a excluídos, porque incluídos sob suspeita!⁶⁶⁶

Cabe-nos então pensar como se deram essas relações entre cristãos-novos e velhos a partir ou apesar dessa diferenciação. Como a maioria destes homens vinha dos mesmos locais em Portugal, geralmente dos pequenos centros urbanos, alguns já se conheciam ou tinham ouvido falar da origem familiar deste ou daquele sujeito. Foram as necessidades imanentes ao começo da colonização que fizeram com que estes homens se relacionassem para além dessa diferenciação, tecendo contatos que criariam vínculos familiares e comerciais muito difíceis de ocultar, principalmente na presença da Inquisição. Estas relações, inclusive, levaram alguns cristãos velhos a serem acusados por práticas judaizantes, como ocorreu com a esposa do neto da judaizante⁶⁶⁷ Branca Dias, envolvida na teia das denúncias das várias mulheres da família presas pelo Santo Ofício. Brásia permaneceu presa por mais de três anos até que fosse reconhecida sua inocência.⁶⁶⁸

Muitos cristãos velhos denunciaram cristãos-novos nas visitas inquisitoriais, mas afirmaram, em seus depoimentos, a íntima relação que tinham com os mesmos. Nesse sentido, citamos o caso de uma das denunciadas da cristã-nova Inês Fernandes, filha da matriarca Branca Dias. Antônia Bezerra, que a denunciou por guardar os sábados⁶⁶⁹, era casada com o

⁶⁶⁵ Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Livro das Confissões de Pernambuco 1593-1595. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV.

⁶⁶⁶ ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. Op. cit., 2004. p.68.

⁶⁶⁷ Recorremos ao texto de Sonia Siqueira para mais uma vez explicar a diferença entre o cristãos-novo e o cristão-novo judaizante: “Cristão novo e criptojudeu (judaizante) não são sinônimos. O nascimento gera o primeiro; a vontade, o segundo. O cristão novo esforçava-se para ser igual aos demais: tentava vencer as barreiras do meio e do seu íntimo e ajustar-se. O criptojudeu contentava-se em parecer igual aos demais.” SIQUEIRA, Sonia. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p.71.

⁶⁶⁸ N. do A. O envolvimento de famílias inteiras, a partir de uma única denúncia, era comum à prática inquisitorial em Pernambuco. Ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. 1996, p.159.

⁶⁶⁹ “os sábados que eram dias de trabalho guardava, estando sempre neles deitada em uma rede lendo por livros sem fazer outro nenhum serviço nem trabalho sendo ela costumada em toda a semana ordinariamente trabalhar, cosendo, lavrando, fazendo trancinha, e outras cousas, na sua almofada e somente nos sábados sendo dias de semana não fazia nenhum trabalho como dito tem, e isto atentou ela denunciante e viu no dito tempo, per muitos sábados em que de propósito olhava”. Denúncias de Pernambuco, p. 65.

viúvo de sua irmã, Antônio Barbalho “dos da governança desta vila”. A denunciante era vizinha de Inês, ambas moradoras na freguesia da Matriz.⁶⁷⁰ A falecida irmã de Inês era Violante Fernandes, cujo bom casamento com um cristão velho também aponta para essas íntimas relações.

Quando ocorreu a primeira Visitação ao Brasil, em fins do século XVI, estes homens estavam já bastante envolvidos. Tanto que as análises quantitativas elaboradas por Tarcísio do Rego Quirino encima das Denúncias e Confissões do Santo Ofício mostram que 19.7% dos nascidos em Pernambuco até fins do século XVI tinham sangue cristão novo, número maior do que os apresentados na Bahia ou em qualquer outra capitania. Essa interação é explicada pelo autor da seguinte forma: “os cristãos-novos tinham a mesma origem portuguesa, mas a mistura desse sangue é notável entre os nascidos no Brasil (19 meio cristãos-novos), o que demonstra ter havido aqui menos isolamento “racial” dos cristãos-novos do que havia em Portugal.”⁶⁷¹

Com o passar dos anos e finda a primeira visitação, segue a interação entre os cristãos-novos que não foram tocados pela ação inquisitorial e os cristãos velhos. Estes homens começaram a ocupar os mais diversos espaços, como senhores de engenho, mas também como membros da câmara de Olinda, burocratas e arrematadores dos dízimos. Muitos chegaram mesmo a gozar de reconhecimento e desenvolveram relações com as figuras mais importantes da administração colonial das primeiras décadas do século XVII.⁶⁷²

As relações estabelecidas entre cristãos-novos e velhos, contudo, não impedia que entre os cristãos-novos houvesse uma identificação ou solidariedade, mesmo que nem todos fossem mantenedores de práticas judaicas. Observamos que entre os neoconvertos havia sim uma solidariedade relativa à ascendência comum, eles sentiam que partilhavam algo muito marcante e, naquele momento, ainda recente, isto é, a expulsão dos judeus da Península Ibérica e a conversão forçada ao catolicismo. Solidariedade esta que dependia de um reconhecimento dessa herança comum.

⁶⁷⁰ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 65.

⁶⁷¹ QUIRINO, Tarcísio do Rêgo. **Os Habitantes do Brasil no século XVI**. Recife, Imprensa Universitária, 1966, p. 38.

⁶⁷² Caso interessantíssimo é o de Duarte Ximenes, que é apresentado como testemunha escolhida pelo Governador Diogo Botelho para atestar sua boa conduta administrativa. Logo em 1619, é também apontando como amigo que gozava de privilégios concedidos pelo governador D. Luis de Souza. Relações estas que atestam o grau de envolvimento deste cristão-novo com a elite da capitania. Ver: Correspondência de Diogo Botelho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 73, parte 1, 1910. P. 155; Livro primeiro do governo do Brasil, p. 409.

Essas solidariedades se expressaram de diversas formas: eles alertavam uns aos outros sobre o perigo de certas falas, pois sabiam que era para eles que se voltava a Inquisição; constituíam redes que os colocava, criptojudeus ou não, trabalhando uns com os outros, quer no comércio, quer nos engenhos, bem como estavam juntos na hora da morte de parentes, festas de casamento, inclusive auxiliando-se financeiramente em momentos de dificuldades.

As relações entre cristãos-novos e cristãos velhos na capitania de Pernambuco remontam a fundação da mesma e a seu processo de colonização. Desde a década de 40 do século XVI, chegaram aqui os mercadores Diogo Fernandes e Pedro Alvares Madeira. Estes cristãos-novos ganharam uma sesmaria do donatário Duarte Coelho e logo foram seguidos por muitos outros cristãos-novos interessados em novos espaços de sociabilidade, longe da ação inquisitorial e com possibilidades de crescimento econômico. As uniões entre esses homens podem ter se dado apenas no plano comercial, dividindo empreitadas e investimentos, ou ainda nas relações de amizade e de parentesco, que foram tecidas ao logo de quase um século de convivência.⁶⁷³

As transações comerciais foram as primeiras e mais comuns na medida em que as redes comerciais que se estabeleceram na capitania, desde fins do século XVI, eram eminentemente heterogêneas, o que quer dizer que cristãos-novos e velhos estavam associados comercialmente numa série de investimentos. Tal afirmação pode ser observada através da análise dos diversos registros comerciais. Os documentos notariais da comunidade judaico-portuguesa de Amsterdã nos são ricos para a compreensão das relações familiares entre cristãos-novos dispersos pelo mundo e para nos apresentar uma série de negócios para os quais os membros judeus de várias redes comerciais tinham como representantes cristãos velhos. Observamos também nos registros comerciais portugueses que muitos cristãos velhos estabelecidos no Reino tinham representantes cristãos-novos na capitania.⁶⁷⁴

Para compreender essa heterogeneidade, podemos observar também as relações entre carregadores em Pernambuco e consignatários em Lisboa, expressas nos livros de Entradas e Saídas das Urcas do Porto do Recife⁶⁷⁵. Mesmo que parte dessas mercadorias não tenha chegado ao Reino, sendo desviadas para o Norte Europeu, era necessária uma figura de

⁶⁷³ N. do A. Se levarmos em consideração as datas de 1542, chegada de Duarte Fernandes, o primeiro cristão-novo estabelecido como morador da capitania que temos documentado, e 1630, ano da tomada de Pernambuco pelos holandeses, quando essas relações serão reconfiguradas, inclusive, com a entrada dos judeus recém-chegados de Amsterdã.

⁶⁷⁴ Alguns mercadores cristãos velhos passam procuração a cristãos-novos estabelecidos em Pernambuco para aqui cuidarem de seus interesses. ADP- Po. 1o, 3a série, Mv. 97, fl. 118-120v.

⁶⁷⁵ Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605, p. 21-145.

confiança para assinar um reconhecimento como se essas cargas tivessem chegado lá. Assim, temos embarcadores cristãos-novos em Pernambuco cujos consignatários em Lisboa eram cristãos velhos. Como exemplos, citamos Pero Lopes da Vera, que embarcava para o cristão velho Afonso Vaz de Souza, ou ainda Felipe Diniz do Porto, que tinha Diogo Soares como consignatário em Lisboa.

A compreensão da heterogeneidade destas redes é fundamental ao entendimento de como as mesmas operavam. Os cristãos-novos se integraram com os vários elementos participantes do comércio colonial, sem o auxílio dos quais não conseguiriam fazer valer seus diversos interesses. Afirmar essa heterogeneidade não diminui a importância desses neoconvertidos nos primeiros momentos do comércio colonial, apenas contribui para nossa compreensão de que as condições coloniais impunham regras diferenciadas tanto para os cristãos-novos como para outros elementos que participavam dessa economia em construção, fossem eles cristãos velhos ou estrangeiros. As condições específicas vivenciadas por estes homens em fins do século XVI e começo do século XVII, contribuíram sobremaneira para a integração dos interesses mais diversos, no plano comercial e também na constituição familiar, esferas que até então não estavam claramente separadas.⁶⁷⁶

As ligações familiares entre cristãos-novos e velhos foram comuns desde o fim do século XVI e as mesmas serviam a um duplo propósito: diminuir a ascendência cristã-nova da família e ter, através do casamento, acesso a terras herdadas pelo casamento com cristãos velhos⁶⁷⁷. Essas alianças já ocorriam antes de crise de 1612-24 e não foram por ela norteadas. Observamos essas interações desde fins do século XVI e, como vimos em Pernambuco, as relações entre cristãos-novos e velhos tiveram contornos específicos, diferentes de outros locais onde estes mantiveram uma tendência endogamia, como na Bahia ou no Rio de Janeiro. Observamos aqui um comportamento diferente.

Ao buscarmos entender as efetivas relações estabelecidas pelos cristãos-novos com os demais habitantes da colônia e, mais especialmente, com os cristãos velhos, consideramos a diferenciação aos poucos imposta na metrópole devido à disseminação dos *Estatutos de Pureza de Sangue*. Em fins do século XVI, não identificamos indícios da aplicação dessa

⁶⁷⁶ CONTRERAS, Jaime (Org.). Família, Religion y Negocio: El sefardismo em las relaciones entre el mundo ibérico y los países bajos en la moderna. Alcalá: Fundacion Carlos Amberes y ministerios de asuntos exteriores, 2002.

⁶⁷⁷ N do A. Práticas já comuns em Portugal, mas que se observam com mais intensidade na capitania de Pernambuco. Segundo Florbela Frade, tais práticas também foram comuns na Antuérpia. FRADE, Florbela Veiga. Op. Cit., 2006.

segregação em Pernambuco⁶⁷⁸, embora cada Ordem Religiosa possuísse seu *Estatuto* e a legislação metropolitana fizesse restrições à presença de cristãos-novos em seus postos administrativos.⁶⁷⁹

No estudo já citado, Tarcízio do Rêgo Quirino⁶⁸⁰ encontrou um número expressivo de homens que vieram desacompanhados de suas esposas para a capitania de Pernambuco, número este bem maior do que o encontrado para a capitania da Bahia. Quirino constatou que menos de 20% dos portugueses e migrantes de outros locais do ultramar vieram acompanhados de suas esposas para Pernambuco, enquanto na Bahia esse número chegou a 60%. O autor verificou ainda que havia um total de 43% de homens solteiros em Pernambuco, quando na Bahia eles eram apenas 23,3%.⁶⁸¹ Alguns dados podem ser responsáveis por essa amostragem: a colonização mais antiga da capitania de Pernambuco, não propiciando condições para que os colonos trouxessem suas esposas, e o caráter provisório de muitos destes deslocamentos, visto que uma grande parcela desses homens pensava retornar em breve a Portugal ou a seus respectivos locais de origem.

Observamos em nossos estudos que dificilmente uma família de cristãos velhos não tinha um cristão-novo em seu seio. Ao contrário do que ocorreu em outras comunidades cristãs-novas,⁶⁸² não houve em Pernambuco uma tendência à endogamia, sendo mais comuns os casamentos entre cristãos-novos e velhos do que entre os próprios cristãos-novos. Principalmente entre cristãos velhos e as cristãs-novas bem dotadas, cujos pais eram bem sucedidos financeiramente.

E, em função das supracitadas uniões, a maioria dos cristãos-novos naturais desta capitania eram filhos de cristãos-novos com cristãos velhos, os chamados meio cristãos-novos, ou tinham “parte” de cristão-novo, por já serem filhos de meios cristãos-novos. Como é o caso de Antônio da Rosa, senhor de engenho em 1609, filho de Belchior da Rosa com uma cristã-velha. Belchior, que também foi senhor de engenho em Pernambuco⁶⁸³, disse ao visitador Heitor Furtado de Mendonça, em 1593, que já estava na capitania há mais de trinta

⁶⁷⁸ Segundo Evaldo Cabral, a implantação desta segregação só ocorreu já bem avançado o século XVII, após a chamada Restauração Pernambucana, ainda que a legislação restritiva estivesse em vigor já século XVI. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., 1997.

⁶⁷⁹ “Data de 1574 um Alvará pelo qual se proibiu que cristãos-novos servissem em cargos de justiça, finanças ou governo.” MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: Uma Fraude genealógica no Pernambuco Colonial**. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 159.

⁶⁸⁰ QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. Op.cit., 1966.

⁶⁸¹ Idem, Ibidem, pp.74-75.

⁶⁸² A respeito de uma comunidade cristã-nova com tendências endogâmicas ver: SANTOS, Maria de Souza. Uma Família Cristã-Nova Portuguesa na Bahia Setecentista. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & GORENSTEIN, Lina. Op.cit., 2005.

⁶⁸³ Denúncias de Pernambuco, p. 28,41

anos, o que remete sua chegada a 1560. Ele teve na capitania dois filhos com a cristã velha Antônia da Rosa. Foram eles João da Rosa, tabelião na capitania, e Antonio da Rosa, que disse ter 30 anos em 1593, em seu depoimento perante o visitador contra o também cristão-novo Bento Texeira.⁶⁸⁴

Por vezes, a escassez de mulheres brancas e a necessidade de capitais fazia com que as mulheres cristãs-novas casassem com proeminentes homens da capitania, não só frequentando, mas constituindo a elite dessa sociedade. Participação esta escamoteada pelo genealogista Borges da Fonseca, que, em sua obra *Nobiliarquia Pernambucana*,⁶⁸⁵ ocultou a origem de cristãos-novos de muitos membros da elite pernambucana.⁶⁸⁶

Entre os vários cristãos-novos e cristãs-novas casados com cristãos velhos, citamos aqui os que tiveram destaque na administração colonial, como o alcaide-mor da capitania de Pernambuco, Mateus de Freitas (de Azevedo), que foi casado com a cristã-nova Maria de Herede.⁶⁸⁷ A cristã-nova Maria da Paiva, neta de Branca Dias,⁶⁸⁸ foi casada com Agostinho de Olanda, cristão velho alcaide-mor da vila de Igarassu, cujo filho ocupou o mesmo posto. Citamos ainda Isabel de Paiva,⁶⁸⁹ cristã-nova natural da Ilha de Itamaracá que foi casada com Pero Lopes Lobo, capitão da Capitania de Itamaracá, que então servia também de ouvidor e alcaide-mor.

Caso exemplar da participação cristã-nova na construção da elite dos senhores de engenho da capitania de Pernambuco é o da família de Branca Dias, famosa criptojudia esposa de Diogo Fernandes, o primeiro cristão-novo a ganhar sesmaria em Pernambuco, no ano de 1542⁶⁹⁰. Seus filhos casaram entre as famílias mais bem situadas da colônia. De suas filhas, apenas uma não casou, duas o fizeram com cristãos-novos e cinco com cristãos velhos.

⁶⁸⁴ Denúncias de Pernambuco p. 291.

⁶⁸⁵ FONSECA, Vitoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. Passim.

⁶⁸⁶ Esse escamoteamento é minuciosamente revisto por Evaldo Cabral de Mello, que explica as ações de Borges da Fonseca pela necessidade dos membros da açucarcracia afirmarem suas origens “puras”, num momento de grandes tensões entre eles e os mascates, os comerciantes reinóis que chegaram na capitania de Pernambuco após a saída dos holandeses. Muitos dos quais tinha “defeito mecânico” pela origem humilde, mas em compensação não tinham a mácula do sangue cristãos-novos que corria nas veias da açucarcracia. Mácula esta que Borges da Fonseca tentou ocultar. MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., 2000.

⁶⁸⁷ Livro das Denúncias de Pernambuco. p. 67.

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 253.

⁶⁸⁹ Ibidem, p. 372.

⁶⁹⁰ Branca já tinha sido processada em Portugal antes de vir ao Brasil, como explica Jose Antônio Gonsalves de Mello: "As acusações contra ela, pelas quais foi presa e processada, partiram da própria mãe e de uma irmã, de nome Isabel, uma e outra presas pela Inquisição. O libelo do promotor do Santo Ofício resumia essas acusações e dizia que, sendo ela cristã batizada, veio a judaizar e apostatar da fé Católica, honrando os sábados e obedecendo a ritos e cerimônias judaicas de oito anos a esta parte (portanto desde cerca de 1535)." MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. 2ª Edição, Recife: Editora Massangana, 1996, p.119.

Seu único filho também era casado com uma cristã velha. Essa integração parecia tão comum que até Jerônimo de Albuquerque teve filhos e netos unidos pelo matrimônio aos cristãos-novos, como o já citado casamento de sua filha com Pero Lopes de Vera.

Outras formas de associação entre cristãos velhos e novos eram as relações de amizade, que, por vezes, podiam ocultar interesses comerciais, como a relação entre o Governador D. Luis de Souza e Pero Lopes de Vera⁶⁹¹, a quem, “por amizade”, teria beneficiado. Contudo, algumas relações, como a da família de Branca Dias com a matriarca da Família Albuquerque, D. Brites de Albuquerque, não deixam dúvidas de que a convivência estabelecida por estes homens e mulheres na capitania transpunham os interesses comerciais, adentrando o campo das relações pessoais. A amizade entre as famílias de Branca Dias e Brites de Albuquerque chega até nós por ter sido relatada nas denúncias feitas ao Visitador, Heitor Furtado de Mendonça, em fins do século XVI, por meio das quais sabemos que Brites de Albuquerque esteve presente no leito de morte do esposo de Branca, o senhor de engenho Diogo Fernandes.⁶⁹² Essas relações já eram antigas, pois Jerônimo de Albuquerque pediu diretamente ao rei que interviesse em favor de Diogo Fernandes quando o engenho Camaragibe, de propriedade de Diogo Fernandes, foi destruído por índios, dizendo ser “um dos honrados da capitania” e ainda que “homem que para negociar os ditos engenhos outro mais suficiente que ele na terra não se achará”.⁶⁹³ Este fato demonstra assim o vínculo que, desde cedo, os unia.

Podemos, então, considerar que duas estratégias foram fundamentais ao estabelecimento de cristãos-novos em Pernambuco. Primeiramente, a inserção destes homens nas mais diversas atividades na capitania, articulando relações comerciais e familiares com cristãos velhos. E ainda uma segunda estratégia, não menos importante, que seria a manutenção dos vínculos indenitários e familiares com a comunidade judaica de Amsterdã, através dos quais conseguiam envolver-se nas diversas transações então necessárias ao comércio ultramarino do Atlântico.

O que nos preocupa não é se alguns destes cristãos-novos assumiram a religião judaica e outros não, mas se todos esses senhores de engenho e mercadores apontados estavam aqui às vésperas da invasão holandesa. Os mesmos tinham seus negócios e vínculos apesar das dificuldades no comércio na segunda década do século XVII. Esses homens não se

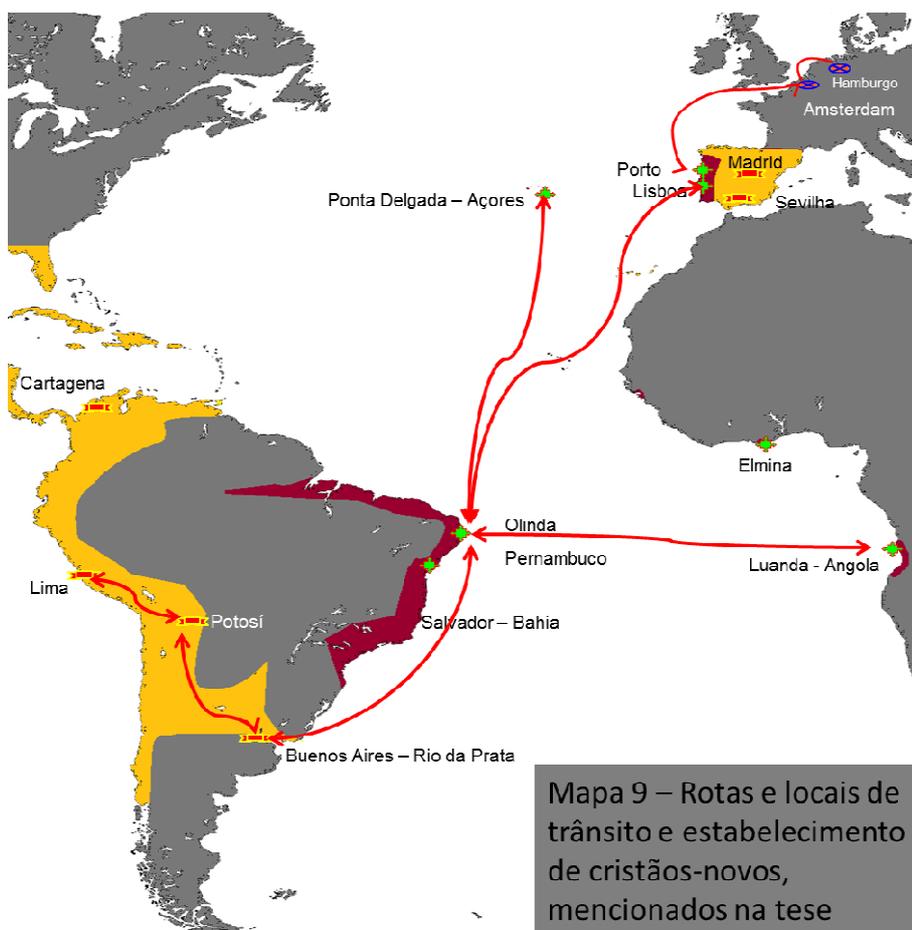
⁶⁹¹ Livro primeiro do governo do Brasil, p. 409-415.

⁶⁹² *Ibidem*, p. 54.

⁶⁹³ Carta de Jerônimo de Albuquerque (28 de agosto de 1555). Arquivo da Torre do Tombo, c.c., I, 96, 74. In: **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Vol. I. (direção Carlos Malheiro Dias) Porto: Litografia Nacional, 1921.

deslocaram em função da retração comercial, eles mantiveram ainda suas redes, que transpunham o limite da capitania, e optaram por ficarem estabelecidos, negociando, casando, morando, enfim, vivendo na capitania de Pernambuco.

É fundamental que observemos ser a mercancia atividade de interesse suficiente para prender esses homens à capitania de Pernambuco. Por estarmos acostumados a lidar com a tríade senhor de engenho, homens da governança da terra e burocratas, por vezes, passa ao largo da maioria dos trabalhos que abordam o período, o fato de que uma série de mercadores estavam aqui estabelecidos e, como tais, se mantinha e teciam suas redes de convivência na capitania.



Considerações finais

A história da presença cristã-nova no começo da colonização da América portuguesa já vem sendo pesquisada há vários anos. Alguns destes estudos buscaram compreender a importância da cultura sefardí para a construção da sociedade colonial, enquanto outros se dedicaram a analisar como as redes comerciais formadas por judeus e cristãos-novos proporcionaram os financiamentos necessários à montagem da indústria açucareira.

Nosso interesse primordial foi estudar a presença não só de capitais, mas, sobretudo as trajetórias dos cristãos-novos que estiveram na capitania de Pernambuco. Nossa pesquisa foi estimulada pela vontade de compreender como os mercadores de origem cristã-nova, detentores de um estigma gerado ainda na Península Ibérica, participaram desta sociedade em construção. E mais especificamente mapear as ações e estratégias desenvolvidas pelos cristãos-novos que estiveram estabelecidos na capitania de Pernambuco entre os anos de 1580 e 1630.

Alguns autores se dedicaram as redes comerciais que envolviam a América portuguesa, os quais tinham como personagens centrais os comerciantes situados em Portugal, cujos interesses teriam sido alargados pela União das Coroas Ibéricas em 1580. A maioria dessas pesquisas observou uma intensa migração de homens e investimentos de Portugal para Espanha estimulada pela possibilidade de acesso a prata, obtida através do tráfico de escravos para América espanhola e então fundamental ao comércio asiático, do qual muitos cristãos-novos participavam. Esta migração teria sido estimulada, principalmente, pela queda no preço do açúcar no mercado europeu e pela retomada das hostilidades holandesas no atlântico na segunda década do século XVII. Influenciados por esta tensa conjuntura muitos dos cristãos-novos partícipes das redes comerciais teriam aproveitado as oportunidades oferecidas pela Espanha e lá se estabelecido, dedicando-se majoritariamente ao tráfico de escravos para América espanhola.

Estes estudos nos estimularam a observar o comportamento dos comerciantes cristãos-novos pela ótica dos que estiveram em Pernambuco. Buscando, através das trajetórias destes homens, compreender se suas ações diferiam daquelas apresentadas pelos comerciantes situados no reino, e nesse caso, o que teria proporcionado tal diferenciação. O primeiro período português já tinha sido objeto de nosso interesse durante o mestrado, e foi aqui retomado para observarmos um grupo específico de cristãos-novos, aquele composto pelos mercadores que estiveram estabelecidos na Capitania de Pernambuco. Nosso objetivo

primeiro foi averiguar como essas redes comerciais funcionaram na capitania, e logo, compreender como seus membros de origem cristã-nova reagiram as dificuldades vivenciadas pelo comércio atlântico nas primeiras décadas do século XVII.

Primeiramente observamos que as diversas redes comerciais nas quais os cristãos-novos estavam envolvidos eram constitutivamente heterogêneas, desde a montagem das mesmas ainda no século XVI. Tais redes contavam tanto com cristãos-novos, como com cristãos velhos, judeus e flamengos que se associaram para o efetivo funcionamento da circulação de diversas mercadorias. Nos pareceu claro que a diáspora provocada pela expulsão dos judeus da Península Ibérica em fins do século XVI contribuiu, e muito, para que estes homens estivessem presentes nos mais diversos entrepostos comerciais e detivessem muitos dos conhecimentos necessários ao comércio em grande escala, no qual já estavam envolvidos desde os primórdios da expansão europeia. Contudo, os mesmos não estavam isolados nestas redes, juntando seus interesses ao de elementos diversos.

Importante frisarmos também que eram várias as redes que envolviam o comércio da capitania de Pernambuco em fins do século XVI e começo do século XVII. Essas redes não eram compostas apenas por um grupo de comerciantes, mas sim por vários, que por vezes se associavam, mas também rompiam, quando o investimento já não parecia interessante. Então por mais que a teia desenvolvida pela análise dessas redes nos mostre em torno de 165 homens, não nos foi possível estabelecer generalizações pois eles não tiveram as mesmas reações e interesses. Portanto só nos reportamos as ações de comerciantes cuja trajetória nos foi possível reconstituir, através de vasta documentação.

Comprendemos, também, ao longo de nosso estudo, que a ação inquisitorial na América Portuguesa em fins do século XVI contribuiu para que algumas redes com representantes estabelecidos em Pernambuco recolocassem seus membros de origem cristã-nova, ao menos aqueles que retomaram a liberdade. Contudo muitos neoconvertos continuaram com seus negócios ou foram substituídos por outros representantes, o que significa que essas teias não foram de todo rompidas.

As relações entre os cristãos-novos e cristãos velhos na capitania de Pernambuco, tecidas desde a segunda metade do século XVI foram continuadas após essa ação inquisitorial. Efetivando, assim, o desenvolvimento de vínculos diversos entre esses elementos. Afirmar que os cristãos-novos e velhos se relacionaram não significa pensar que entre eles não houvesse uma diferenciação, esta ocorria e pode ser observada pelas denúncias

e confissões ao Santo Ofício, onde esses homens falam que observavam os outros “de propósito” ou “por saber serem eles cristãos-novos”. As condições específicas da colônia, contudo, foram fundamentais para proporcionar um maior entrosamento entre esses elementos se comparado ao verificado por diversos autores em relação à Península Ibérica.

Essa tessitura de relações pelos cristãos-novos ocorreu principalmente em duas frentes, uma que buscava o entrosamento com os cristãos velhos na colônia e outra que objetivava a manutenção dos vínculos com os judeus portugueses estabelecidos em Amsterdã desde fins do século XVII. Essas duas estratégias, que não eram excludentes, foram fundamentais para que os cristãos-novos estabelecidos na Capitania de Pernambuco enfrentassem as dificuldades impostas pela queda do preço do açúcar na Península Ibérica e pela intensificação das hostilidades sofridas no Atlântico. Ao contrário do proposto por alguns historiadores que se dedicaram aos comerciantes estabelecidos no Reino, a maioria dos cristãos-novos que estavam em Pernambuco não migrou em função destas dificuldades, tese que desenvolvemos a partir de nossas pesquisas.

As diferenças geradas por nossa análise nos levaram a pensar as condições específicas desenvolvidas na colônia que permitiram aos cristãos-novos o desenvolvimento de outras possibilidades de ação. Nosso universo de observação foi um conjunto de informações, construído a partir de fontes diversas, que nos deram um total de 165 homens de origem cristã-nova com passagem ou estabelecimento em Pernambuco entre os anos de 1580 e 1630. Essas fontes, contudo, são bastante fragmentadas o que por vezes não permite o conhecimento dos destinos de todos os cristãos-novos com passagem pela Capitania.

Primeiramente identificamos quais comerciantes estavam aqui em fins do século XVI e começo do século XVII, logo analisamos os motivos que levaram alguns a deixar a Capitania e o momento em que o fizeram. Tal observação nos permite afirmar que àqueles cristãos-novos que deixaram a capitania o fizeram não pela repercussão das dificuldades supracitadas, mas sim pela mobilidade mesmo característica dos membros destas redes e também pela força da pressão inquisitorial que se fez novamente presente na América Portuguesa entre os anos de 1618 e 1620 e também no reino, tocando muitos comerciantes de origem cristã-nova ou familiares destes. Afirmção a qual chegamos pela análise das trajetórias de vários destes comerciantes, aqui reconstruídas.

A partir da constatação da permanência de muitos cristãos-novos em Pernambuco começamos a analisar as estratégias desenvolvidas por esses homens para se manterem na

capitania e seguirem participando das redes comerciais. Observamos primeiro a importância da inserção dos mesmos em outras atividades, como arrematadores de dízimos, membros da burocracia e da administração da capitania. E também o papel destes comerciantes também como senhores de engenhos e lavradores, atividades que associavam ao comércio.

Nos chamou atenção, também, a manutenção de uma série de cristãos-novos que estavam na capitania de Pernambuco apenas ligados ao comércio. Não foi a posse de engenhos que os fixou aqui, como sugerem vários estudos que superestimam a condição de senhor de engenho e a vem como única opção aos homens que prosperaram e se fixaram na Capitania. O que manteve muitos cristãos-novos aqui foi a continuidade dos interesses econômicos no comércio atlântico apesar das dificuldades sofridas no começo do século XVII. Como lucraram esses homens diante desta conjuntura difícil? Segundo nossos estudos através da diversificação de seus investimentos, participando de associações com os membros judeus da comunidade de portuguesa de Amsterdã, com os quais além dos vínculos comerciais partilhavam toda uma herança cultural, como observado nos diversos processos inquisitoriais.

Através do depoimento de vários de nossos personagens podemos verificar as idas e vindas de muitos destes cristãos-novos a Amsterdã. E quando os processos inquisitoriais não revelam esse deslocamento físico sabemos, através dos arquivos notariais da comunidade, que muitos cristãos-novos tinham membros de sua rede como representante naquela cidade.

As condições coloniais propiciaram a esses homens uma maior interação com os cristãos velhos na capitania ao mesmo tempo em que também permitia a manutenção dos vínculos com a comunidade judaica de Amsterdã. Essas relações foram fundamentais as estratégias desenvolvidas por estes cristãos-novos a partir das quais reagiram às dificuldades impostas ao comércio na América portuguesa.

Lembramos por fim que o período em questão é extremamente carente de fontes coesas, que permitam um olhar mais detalhado sobre o funcionamento do comércio ultramarino. O que nós conseguimos aqui foi um montar um quadro de análise a partir destas fontes que poderá e deverá ser enriquecido pelos futuros estudos que busquem descortinar o papel dos comerciantes e das várias redes transoceânicas nos primeiros séculos de presença europeia na América portuguesa.

Referências Bibliográficas

Arquivo Histórico Ultramarino:

CARTA RÉGIA (capítulo) do rei [D. Filipe II] ao Conselho da Fazenda, ordenando as normas para a comercialização das fazendas e açúcar na costa do Brasil na tentativa de se evitar contrabando.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 1, D. 27.

REQUERIMENTO do [contratador dos Dízimos do Açúcar da capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande], Gaspar Ximenes, ao rei [D. Filipe II], pedindo traslado, por certidão, do auto de arrematação dos dízimos, do Regimento do provedor e contador da Fazenda Real e de um alvará para um Requerimento que tem no Conselho da Fazenda. AHU_ACL_CU_015, C.x 1, D. 66.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Testamento de Diogo Fernandes (Lisboa, 9 de fevereiro de 1608) . Torre do Tombo, Registro geral de Testamentos Livros 2º nº 25 fls. 214-216.

Carta de João de Teive sobre os danos à Fazenda Real por irem estrangeiros comerciar ao Brasil. 1987-09-09 Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, n.º 27

Cópia da carta dirigida ao marquês de Maensa sobre a execução feita aos herdeiros de António Fernandes de Elvas, pela quantia de 220.000 maravedis, de alcance e pena de não terem dado contas da receita dos escravos negros que se levaram às Índias. 1629-10-20 Corpo Cronológico, Parte I, mç. 117, n.º 177

Carta do marquês de Maensa para Pedro de Salazar e Filipe de Aranha para dar em conta do que se tinha feito nos papéis pertencentes a António Fernandes de Elvas. 1629-10-11 Corpo Cronológico, Parte I, mç. 117, n.º 176

Carta do ouvidor de Campo de Ourique sobre o serviço de que o rei esperava lhe fizessem os concelhos da dita Câmara para a restauração do Brasil e na mesma se nomeiam os concelhos, terras e o quanto davam, e o que rendia o cabeção de cada uma.

1631-12-26Corpo Cronológico, Parte I, mç. 118, n.º 125

Carta de D. Diogo de Meneses, governador do Brasil, para D. Filipe II a acusar a recepção da provisão que ordenava que Afonso Garcia tomasse residência a Diogo Botelho e a António Sequeira, em Pernambuco, e lhe ordenava que os desembargadores que naquela cidade tirassem residências ou fizessem outras diligências, não levassem salário, e lhe pedia que acabados os três anos do seu governo lhe desse licença para vir para o reino. Datas 1610-05-08
Corpo Cronológico, Parte I, mç. 115, nº 112

Carta de D. Diogo de Meneses, governador de Pernambuco, a dar conta ao rei das insolências com que o bispo o tratava, querendo em tudo usurpar a jurisdição real. Datas 1608-07-12
Corpo Cronológico, Parte I, mç. 115, nº 41

D. Diogo de Meneses, governador de Pernambuco, a dar conta ao rei de que arrendou os dízimos por 126.000 cruzados, que achando a artilharia das fortalezas da Paraíba e Rio Grande no chão, e nas mesmas praças faltas de armamentos, acudiu a tudo sem fazer maior despesa à Real Fazenda, pagou aos soldados, ao bispo e aos clérigos e alude aos interesses do pau-brasil, entre outros assuntos. Datas 1608-12-04
Cronológico, Parte I, mç. 115, nº 52

Carta de Gaspar de Sousa, capitão-general de Olinda, a dar conta ao rei do estado em que achara aquela companhia. Datas 1615-01
Cronológico, Parte I, mç. 116, nº 21

Processos da Inquisição de Lisboa

Ana de Milão, processo nº 279

Antonio Dias, processo nº 8478.

Bento Texeira, processo nº 5206.

Brites Fernandes, processo nº 4580.

Duarte Nunes da Costa, Processo nº 7192.

Fernão Lopes Milão, processo nº 2523

Francisco de Orta, Processo no 10312.

Gabriel Mendes (Abraão Mendes), Processo no 11362.

Guiomar Gomes, processo nº 6671.

Heitor Mendes Bravo, Processo no 12493.

Henrique Dias Milão, processo nº 6677.

Henrique Solis, Processo no 10536.

João Nunes, processo nº 12464.

Manoel Gomes Chacão, Processo no 7533.

Manoel Homem de Carvalho, Processo no 3157

Miguel Francês (David Francês), Processo no 7276.

Paulo de Milão, processo nº 3338

Paulo de Milão, processo nº 3338.

Pedro de Almeida, Processo nº 11562.

Pedro Francês, Processo no 11448.

Pero de Baeça, Inquisição de Lisboa, nº 11559.
Rui Gomes, processo nº.1971.

Inquisição de coimbra

Genebra Ximenes nº1836
António de Azevedo nº3082
Grácia Dias nº3403
Sebastião Pimentel nº5741
Francisco Dias Mendes nº7043
Natália de Brito nº7972
Ana Mendes nº8460
Isabel Henriques nº9287

PARES, portal de arquivos espanhóis:

Excesos cometidos por Rodrigo Calderón en las licencias concedidas por el Rey para traer 8.000 quintales de palo negro del Brasil.,CCA,DIV,34,5. **Archivo General de Simancas**

Consultas y pareceres dados a S.M. en asuntos de gobierno de Indias , Vol. I CODICES,L.752, 1586 / 1678. **Archivo Histórico Nacional, Colección Documentos de Indias**

Biblioteca Nacional de Lisboa:

Collecção das mais Celebres Sentenças das Inquisições de Lisboa, Évora, Coimbra e Gôa; Algumas dellas Originais, e outras Curiosamente Annotadas de mui Interessantes e singulares notícias, 2 tomos.[s. l.: s. n.], 1863. COD 861-862

Collecção de Listas Impressas e Manuscritas dos Autos de fé Públicos e Particulares das Inquirições de Évora, Coimbra e Goa, Lisboa,1863. COD. 864

Colecção de Papéis Manuscritos, Originaes, Mui Interessantes para Conhecimento da História da Inquisição, em Portugal, tomo 2º, Lisboa,1863. COD. 868.

COSTA, Padre António Carvalho da. **Corografia Portuguesa e descripçãmtopographica do famoso Reyno de Portugal**. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868. 3 v.

GAYO, Manuel Felgueiras. **Nobiliário de Famílias de Portugal**. Braga: Carvalhos de Basto, 1989-1990.12 v.

MORAIS, Cristóvão Alão de. **Pedatura Lusitana-Hispânica, Nobiliário de Famílias de Portugal**. Porto: Livraria Fernandes Machado, 1942.7 v

Fontes Impressas:

Inquisitoriais:

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 - Inquisidor e Visitador, o Licenciado Marcos Teixeira. 1927, volume XLIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA. **Segunda Visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620**. Tomo XVII. Introdução de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo, 1963.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA. **Devassa do Bispo D.Pedro da Silva (1635-1637)**. Tomo XXII. Universidade de São Paulo, 1968.

FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco - 1593-1995**. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995**. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife:

MELLO, José Antônio Gonsalves de; e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei**. Recife: Massangana, 1997.

PRIMEIRA Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça - Confissões da Bahia, 1591/1592. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed., 1935.

PRIMEIRA Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Denúncias de Pernambuco, 1593/1595. São Paulo:Paulo Prado, 1929.

PRIMEIRA Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Santo Officio da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Série Retratos do Brasil).

III - Outras fontes:

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1927, volume XLIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.

Alvarás de 1551, 1555 e 1574 sobre isenção e arrecadação dos tributos do açúcar. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Documentos para a História do Açúcar. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.

Alvará de 25 de Janeiro de 1583 sobre a arrecadação dos tributos do açúcar. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., p. 315.

ABECASSIS, José Maria. **Genealogia Hebraica: Portugal, e Gibraltar, séc. XVII-XX.** Lisboa: José Maria Abecassis, 1990-1991.5 v.

BAERS, João. **Olinda Conquistada.** Narrativa do padre João Baers. Traduzido do Holandês por Alfredo de Carvalho. Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano. Recife: Typographia de Laemmert & C. - Editores, 1898.

BARLÉU, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil;** prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil.** 3.ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

BRITO, Domingos de Abreu e. **Um inquérito à vida administrativa e economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI,** segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.

Carta de Álvaro Rodrigues de Távora ao Rei, lastimando-se da injustiça de que era alvo. Original AHM 1ª div., 1ª sec., doc. Sem número, fls. 1-1v. In: MATOS, Artur Teodoro de. **Na Rota da Índia.** Estudos de História da Expansão Portuguesa. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, p. 209-210.

Correspondência de Diogo Botelho. Carta de 31 de março de 1605. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 73, parte 1, 1910.

Diálogo das Grandezas do Brasil. 3. ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

FONSECA, Vitoriano Borges da. **Nobiliarchia Pernambucana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1925. 2 v.

Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira. Documentos traduzidos e organizados por José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

GANDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984.

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL. Vol. I. Carlos Malheiros Dias (direção). Arquivo da Torre do Tombo, c.c. I, 96, 74. Porto: Litografia Nacional, 1921.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Documentos para a História do Açúcar**. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954. 1 v.

INDEX das Notas de Varios Tabelliães de Lisboa, entre os Annos de 1580 e 1747, 4 vols, Lisboa, s.n., 1930.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Volume XLI. 1946-1947.

LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, 1958.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595 –1605. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Recife, 1993.

MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério de Educação e Cultura, 1968.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil. **Cartas Jesuíticas I**. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

NOTORIAL RECORDS IN AMSTERDÃ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: **Studia Rosenthaliana**: Journal for jewish literature and history in the Netherlands, University Library of Amesterdã. Vol. I ao XV, 1967 (coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Livro II, Título 41. **Ordenações Manuelinas** / ed. lit. Fundação CaloustaGulbenkian. Apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Ed. fac. sim. Lisboa, 1984.

Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas por Mandado delrei D.Filipe o Primeiro. 12.ed. Segundo a 9ª de Coimbra de 1824, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1850.3 v.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil (1500-1627).** 7.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

Fontes secundárias

I - Teses e Dissertações:

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. **Macabéias da Colônia:** Criptojudaísmo feminino na Bahia – séculos XVI e XVII. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. **Um “Rabi” Escatológico na Nova Lusitânia:** Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste Quinhentista - O caso João Nunes. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Palavra de Rei - Autonomia e Suborninação da Capitania Hereditária de Pernambuco.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

BARROS, Amandio Jorge Morais. **Porto: A construção de um espaço marítimo no alvorecer dos tempos modernos.** Tese (Doutorado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2004.

CALAINHO, Daniela Buono. **Em Nome do Santo Ofício:** Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CEBALLOS, Rodrigo. **Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c. 1650).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Cleonice Xavier de Albuquerque da Graça. **Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Felipino:** aspectos fiscais da administração colonial. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

FRADE, Florbela Veiga. **As relações econômicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas: O trato e a Família 1532-1632.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

HELLER, Reginaldo. **O Exílio da Boa memória.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Diáspora Atlântica: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII.** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HULTZ, Ana. **Os cristãos-novos portugueses no tráfico de escravos para América espanhola (1580-1640).** Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

RAMINELLI, Ronald. **Tempo de Visitações: Cultura e Sociedade em Pernambuco e Bahia 1591-1620.** 1990. Dissertação (Mestrado de História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

RICARDO, Silvia Carvalho. **As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia.** Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. **Modos de Pensar e Maneiras de Viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

STRUM, Daniel. **The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595—1618),**" Ph.D. diss. Hebrew University of Jerusalem, 2009.

SILVA, Marco Antonio Nunes da. **O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII.** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VANDERLEI, Kalina. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras - Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão Pernambucano nos Séculos XVII e XVIII.** 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

II – Artigos:

ALMEIDA, António Augusto Marques de. O Perdão Geral de 1605: Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna. **Centro de História Moderna**, Lisboa, v. II, p. 885-898, 1986.

ALMEIDA, António Augusto Marques de. O Zangão e o Mel: Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV e XII), **Oceanos**, Lisboa, CNCDP, n. 29, p. 25-35. Jan./Mar. 1997.

ASSIS, Angelo. A. F. Intolerância em nome da fé. **Nossa História**, São Paulo, ano 3, n. 32, p. 16-22, 2006.

AZEVEDO, João Lúcio de. Elementos para a História dos Cristãos-Novos em Portugal. **Revista de História**, n. 9-12.

_____. Judeus Portugueses na Dispersão, **Revista de História**, n. 14, p. 116.

_____. Notícias de Portugal de 1578 – 1580, segundo cartas de uma casacomercial neerlandesa. **Lusitania**, Lisboa, v. II, p. 33-39, 1924.

BAIÃO, António. “O Comércio do Pau-Brasil”, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, Litografia Nacional, pp. 317-347, 1923.

BOUZA-ALVAREZ. Fernando. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes. Penélope. **Fazer e desfazer a História**. Lisboa, nº 13, 1994. P. 71-93.

CARDIM, Pedro. *O governo e administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança*. **Hispania**, LXIV/1, n. 216, 2004.

COSTA, Leonor freire. Portugal e o atlântico: o significado do império. Discurso proferido no **simpósio internacional Novos Mundos**. Portugal e a Época dos Descobrimentos. No Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006. p.4-5.

ELLIOTT, J. H. “Conquista Espanhola e a Colonização da América”. In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

EMMER, Pieter. O Comércio Holandês do Sal e do Açúcar, 1585-1650. **I seminário Internacional sobre O sal português**. Porto, Aveiro, 27 a 29 de maio 2004.

FELDMAN, Alberto Sergio. A monarquia visigótica e a questão judaica: “entre a espada e a cruz”. [17]; **SAECULUM**, Revista de História. João Pessoa, jul./ dez. 2007.

FONSECA, Luis Adão da. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 6, n. 16, set./dec. 1992.

FRAGOSO, João. **Para que serve a história econômica?** Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Revista estudos históricos*, 2002, 29. P. 5

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda. Urna Leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**. *Revista de História e Ciências Sociais*, n.23, p. 67-88. 2000.

HESPANHA, Antonio Manuel. As faces de uma “revolução”. In: **Revista Penélope: Fazer e desfazer a História**, n. 9-10, 1993.

_____. O governo dos Austrais e a “modernização” da constituição política portuguesa. **Penélope: Fazer e desfazer história**, n. 2, fev. 1989.

HOBBSAWM, Eric. “the general crises of the European economy in the 17 th century”, in Past and present. A Journal of historical studies, nº 5 e 6, maio e novembro de 1954. IN: (org.) SANTIAGO, Theo. Do feudalismo ao capitalismo uma discussão histórica. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, Pp. 78-124.

ISRAEL, Jonathan. El comercio de los judios sefardíes de Amsterdam com los conversos de madrid a traves del suroeste francês. In: CONTRERAS, Jaime (org.) **Família, Religion y Negocio**: El sefardismo em lãs relaciones entre el mundo ibérico y los paises bajos en la moderna. Alcalá: Fundacion Carlos Amberes y ministérios de asuntos exteriores, 2002.

KELLENBENZ, Hermann. Relações econômicas entre Antuérpia e o Brasil no século XVII. In: **Revista de História**. n. 76. São Paulo, pp. 293-314, 1968.

LARA, Silvia Hunold. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico**. [S.l]: Porto Alegre, [199-]. v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.

LIPINER, Elias. “O primeiro batismo compulsório e coletivo em Portugal”. In: FABEL, Nachman (Org); MILGRAM, Avraham; DINES, Alberto. **Em Nome da Fé**. Estudos in memoriam de Elias Lipiner. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Felipe II de Portugal. **Penélope**, n. 27, p.7-35, 2002.

MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: As Estruturas Política e Econômica do Império”. In: BETEHL, Leslie (org.). **América Latina Colonial**. Vol. I. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Nova Luzitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta**: A experiência brasileira. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, p. 21-145, 1993.

MENEZES, José Luís Mota. Olinda: Evolução Urbana. In: CARITA, H. e ARAÚJO, R. (Coord.). **Coleção de Estudos Universo Urbanístico Português – 1413-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

MINZT, Sidney. The old and New World exchange. **Nutrition Today**, p. 1-5, 1998.

MONTEIRO, Yara Nogueira. Economia e fé: a perseguição inquisitorial aos cristãos-novos portugueses no Vice-reino do Peru. In: GORENSTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Ensaio sobre a Intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo**. São Paulo: Humanitas, 2002.

NOVINSKY, Anita W. Os cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo. In: **Revista Tempo - Dossiê Religiosidades na História**. Vol. 6, n. 11. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

PERETTI, João. Camaragibe: “Terra das Sinagogas”. In: **Novos Ensaios**. Recife: Imprensa Oficial, 1956.

POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. Vol. V. Rio de Janeiro. p. 200 – 212, 1992.

PÔRTO, Costa. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. In: **Revista do Museu do Açúcar**. n.2. Recife, 1969.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centro e periferia no mundo luso-brasileiro. 1500-1808*. **Revista Brasileira de História**. v. 18, nº36, p. 202, 1998.

SALGADO, Augusto. *O mundo atlântico militar durante o período Filipino*. **Anais do Congresso internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa, 2011.

SLUITER, Angel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. **Revista do Museu do Açúcar**. p. 76, 1968.

SCHWARTZ, Stuart. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo** vol.12 no.24, Niterói, 2008. p. 211

SHWARTZ, Stuart. “O Brasil Colonial, 1580-1750: As grandes lavouras e as periferias”. In: BETHEL, Leslie. **América Latina Colonial**. Vol. I, 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

SIQUEIRA, Sonia. “A Disciplina da Vida Colonial: os Regimentos da Inquisição”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. n. 392, jul./set. 1996.

SILVA, Marco Antônio Nunes da. As Rotas de Fuga: Para onde vão os Filhos da Nação?. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LAGE, Lana (Orgs.) **A Inquisição em Xequê: Temas, Controvérsias. Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

SOARES, Mafalda. Redes sociais e decisões políticas no recrutamento dos governantes das conquistas 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SLUITER, Angel. “Os Holandeses no Brasil antes de 1621”. In: **Revista do Museu do Açúcar**, n. 1. Recife, 1968.

STRUM, Daniel. **Entre os embargos e a Inquisição: cristãos-novos e “framengos” na rota do açúcar**. Anais do XXVI simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho, 2011, p. 10.

TOMICH, Dale. O Atlântico como Espaço Histórico. **Estudos AfroAsiaticos**. Rio de Janeiro, n. 2, 2004.

VAINFAS, Ronaldo; HERMAN, Jacqueline. Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: Sefardismo, Heresia, Messianismo. In: GORESTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci.

Ensaio sobre A Intolerância: Inquisição, Marranismo e Antisemitismo. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

VAINFAS, Ronaldo; ASSIS, Angelo Adriano. A Esnoga da Bahia: Cristãos-novos e criptojudáismo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, Keila (Org.). **Os Judeus no Brasil:** ensaios sobre inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

III - Livros

ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes:** Formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, A. A. Marques. **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses.** Mercadores e gente de trato. Lisboa: Capa da comunicação, 2009.

ANTUNES, Catia. **Globalization in the early modern period: the economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705.** Aksant: Amsterdam, 2004.

ARAÚJO, Emmanuel. **O Teatro dos Vícios:** Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ASSIS, Angelo. A. F. **Intolerância em nome da fé.** Nossa História. São Paulo, 2006.

AVNI, Haim. **Judíos en América:** Cinco Siglos de Historia. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

AZEVEDO, J. Lucio. **História dos Cristãos Novos Portugueses.** 3. ed. Lisboa: Clássica, 1989.

BAERS, João. **Olinda Conquistada** - Narrativa do Padre João Baers. Traduzido do Holandês por Alfredo de Carvalho, do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano. Recife: Typographia de Laemmert & C.-Editores, 1898.

BAIÃO, António Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa – Vária, vol. III, Lisboa, Seara Nova, imp. 1938.

_____. Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa. Homens de Letras e de Ciência por ela Condenados – Vária, vol. II. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, imp. 1924.

_____. Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa. Homens de Letras e de Ciência por ela Condenados, vol. I, Porto - Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa - Luso Brasileira, imp. 1919.

BAILYN, Bernard. **Atlantic History:** concept and contours. Harvad university Press: Cambridge-London, 2005.

BARNAVÍ, Élie (Dir.). **História Universal dos Judeus.** São Paulo e Belém: CEJUP, 1995.

BARROS, Edval de Souza Barros. **Negócios de tanta importância**: O conselho ultramarino e as disputas pela condução da guerra no atlântico e no índico (1643-1661). Lisboa: Centro de Histórias do além-mar, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar**: idéias e práticas no Império português, Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

BODIAN, Miriam. **Hebrews of the Portuguese Nation**: Conversos and Community in Early Modern. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BODIAN, Mirian. Amsterdam, Venice and the Marrano Diaspora in the Seventeenth Century. In: **Dutch Jewish History**. Hebrew University of Jerusalem, 1989.

BOUZA ALVAREZ, Fernando Jesús. **Portugal no Tempo dos Filipes**: Política, Cultura, Representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A igreja e a expansão Ibérica**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

_____. **A mulher na expansão ultramarina ibérica, 1415-1815**: Alguns factos, ideias e personalidades. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

_____. **Os Holandeses no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 1961.

BOYAJIAN, James Charles. **Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs 1580-1640**. Baltimore/Londres: The John Hopkins University Press, 1993.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 3. ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

BRAUDEL, Fernando. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. O jogo das trocas. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História**: Novas perspectivas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAVALCANTI, Irenilda. Rede social e estratégias de ascensão: cartas de Martinho de Mendonça para a corte de D. João V. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org). **Espelhos Deformantes: fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial**. Portugal e Brasil-colônia. Ed. Brasiliense, São Paulo: 1988.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A Cidade Colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CONTRERAS, Jaime (Org.). **Família, Religion y Negocio: El sefardismo em las relaciones entre el mundo ibérico y los países bajos en la moderna**. Alcalá: Fundacion Carlos Amberes y ministerios de asuntos exteriores, 2002.

CORTESÃO, Jaime. **A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil**. Lisboa: [s.n.], 1922.

_____. **História dos Descobrimentos Portugueses**. v. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.

COSTA, Leonor Freire. **Império e Grupos Mercantis: Entre o Oriente e o Oceano Atlântico (século XVII)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

_____. **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663**. Lisboa, CNCDP 2002, I-II

COSTA, Israel da. **Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira**. Documentos traduzidos e organizados por José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1. Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente. 1300-1800: Uma Cidade Sitiada**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMMER, Pieter. The dutch and the making of the second atlantic system. In: Barbara L. Solow (Org.). **Slavery and the rise of the atlantic system**. New York: 1991.

FABEL, Nachman (Org.); MILGRAM, Avraham.; DINES, Alberto. **Em Nome da Fé.** Estudos in memoriam de Elias Lipiner. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FERREIRA DA SILVA, Lina Gorenstein e TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza (Orgs.). **Ensaio sobre a Intolerância.** Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A Civilização do Açúcar Séculos XVI a XVIII.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto.** Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. **Portugal na época da restauração.** São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII.** São Paulo: Hucitec, 1971.

GINZBURG, Carlo (org.). **A Micro-História e outros ensaios.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes.** O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura.** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial.** São Paulo: editora Ática, 1988.

GORESTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Ensaio sobre A Intolerância. Inquisição, Marranismo e Antisemitismo.** 2. ed. São Paulo: Editora Humanitas, 2005

GRINBERG, Keila (Org.). **Os Judeus no Brasil: Inquisição, Imigração e Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal - séc. XVII.** Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, A Época Colonial. Vol. 1. Do Descobrimento à Expansão Territorial. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

_____. **Raízes do Brasil**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1981.

_____. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ISRAEL, Jonathan Irvine. **Empires and Entrepots: The Dutch, The Spanish Monarchy and The Jews, 1585-1713**. Londres: The Hembledon Press, 1990.

_____. **Dutch Primacy in World Trade 1585–1740**, Oxford, 1989.

IZECKSOHN, Isaac. **Os Marranos Brasileiros**. Biblioteca Armando Souto Maior. São Paulo: B' NaiBrith, 1967.

KAPLAN, Yosef. **Judios Nuevos en Amsterdam**: Estudios sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII, Barcelona, Gedisa, 1996.

KAYSERLING, Meyer. **História dos Judeus em Portugal**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Nacional, 1968.

_____. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Trajetória de um Exorcista no Piemonte no Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIPINER, Elias. **Os Judaizantes nas capitanias de Cima**. Estudos sobre os Cristãos-novos no Brasil nos Séculos XVI e XVII. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **Terror e Linguagem**. Um Dicionário da Santa Inquisição. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

MAIA, Ângela Maria Vieira. **À Sombra do Medo**: Cristãos-Velhos e Cristãos-Novos nas Capitanias do Açúcar. Rio de Janeiro: Oficina Cadernos de Poesia, 1995.

MAURO, Frederic. **Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670**. I Vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MATOS, Artur Teodoro de. **Na Rota da Índia**. Estudos de História da Expansão Portuguesa. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994.

MEGIANI, Ana Paula. **O rei ausente**. São Paulo: Alameda, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**: Ensaio de história regional. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **O Nome e o Sangue:** uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. **Rubro Veio.** O Imaginário da Restauração Pernambucana. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da Nação:** Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. 2. ed. Recife: Massangana, 1996.

MINTZ, W. Sidney. **Dulzura y Poder.** El lugar del azúcar em la história moderna. Madrid: siglo XXI Editores, 1996.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org). **Espelhos deformantes:** fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2008.

MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério de Educação e Cultura, 1968.

MORIN, Edgar. **Meus demônios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil.** Tradução Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins.

NOVAIS, Fernando (dir.). **A História da Vida privada No Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição:** Prisioneiros do Brasil - Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

_____. **A Inquisição.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Cristãos-Novos na Bahia.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita Waingort e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). **Inquisição:** Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte. São Paulo: EDUSP, 1992.

ORTIZ, Antonio Dominguez. **Los judeoconversos em la España moderna.** Madrid: Editorial MAPFRE, 1991. P.13

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. **A Saga dos Cristãos Novos.** Rio de Janeiro: IMAGO, 2005.

PIERONI, Geraldo. **Banidos:** A Inquisição e a Lista dos Cristão-novos Condenados a Viver no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Vadios, Ciganos, Heréticos e Bruxas:** Os degredados no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

_____. **Os Excluídos do Reino: A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia.** Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

POLIAKOV, Leon. **De Maomé aos Marranos.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

PÔRTO, Costa. **Nos tempos do Visitador.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

_____. **Estudos sobre o Sistema Sesmarial.** Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História Econômica do Brasil.** 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUIRINO, Tarcizio do Rego. **Os Habitantes do Brasil no Século XVI.** Recife, Imprensa Universitária, 1966.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEMBOIM, José Alexandre. **As Comunidades Esquecidas,** Estudo sobre os cristãos-novos e judeus da Vila de Igarassu, Capitania de Itamaracá e Cidade Maurícia. Recife: Oficina das Letras, 2002.

_____. **Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial 1542-1654.** 6. ed. Recife: Ed. do Autor, 2002.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da Elite Colonial: Brasil c.1530- c.1630.** São Paulo Alameda, 2009.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica.** Lisboa: Estampa, 1995. P.103.

RUSSEL-WOOD, A. J. **A Word on the Move: The Portuguese in África, Ásia and America – 1413-1808.** New York: ST Martin's Press, 1992.

_____. **A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente: Séculos XVI-XIX.** Topoi: Rio de Janeiro, 2001.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro 1530-1680.** São Paulo: Pioneira/ Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional** (com enfoque nas Capitânicas do Sul 1530-1668). São Paulo: Livraria Pioneira, 1978.

_____. **Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição.** São Paulo: Livraria Pioneira/ USP, 1969.

_____. **Os magnatas do tráfico negreiro.** São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império:** hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-Novos.** 5. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1550 –1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. (org.). **Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

SIQUEIRA, Sonia. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizzada. **História da Família no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. (Org.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil.** Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As Terras Inventadas:** discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: UNESP, 2003.

SODRÈ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** 11. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOLIS, Duarte Gomes. **Discursos sobre los comercios de las dos Indias.** Lisboa: 1943.

SOLOW, Barbara L. (Org.) **Slavery and the rise of the atlantic system.** New York, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. (Org.). **Cotidiano e Vida Privada no Brasil.** Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O Governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009. p. 93.

STOLS, Eddy. The Expansion of the sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart B. **Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

SUÁREZ, Luis. **La expulsion de los judios de Espana**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judios en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. **Micro-história: Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno & LAGE, Lana (Orgs.). **A Inquisição em Xeque. Temas, Controvérsias. Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

VILA VILAR, Enriqueta. **Hispano-America y el comercio de esclavos – los asientos portugueses**. Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla. Sevilla, 1977.

WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança: Labirintos marranos**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1974. v. 1.

WILLIAMS. Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1942.

WIZNITZER, Arnold. **Judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Pioneira/ USP, 1966.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Zakhor: História Judaica e memória Judaica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Anexos

Anexo 1- Senhores de engenho, comerciantes e mercadores cristãos-novos localizados em Pernambuco entre os anos de 1580 e 1630.

Abreviações utilizadas nos anexos:

Sr- NOTORIAL RECORDS IN AMSTERDÃ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: Studia Rosenthaliana: Jornal for jewish literature and history in the Netherlands, University Library of Amesterdã. Vol. I ao XV, 1967 (coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

Tabeliães- INDEX das Notas de Vários Tabeliães de Lisboa, entre os Anos de 1580 e 1747. 4 vols.

Denúncias e confissões de Pernambuco- Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

Livro das Urcas- “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1993, p. 21-145.

Proc. da Inq. de Lisboa- Processos da Inquisição de Lisboa.

Proc. da Inq. de Coimbra- processo da Inquisição de Coimbra.

Mercadores

Afonso Fidalgo

Comerciante de açúcar Nascido em Funchal em 1567, morto em Amsterdã, 1614. Em 1595 estava em Pernambuco e logo em Angola. Irmão de Diogo Mendes Fidalgo e Rodrigo Fidalgo,

que trabalhavam com o mesmo nas redes. Na ausência de Afonso sua mercadoria devia ser entregue a Manuel Lopes Homem, contratador dos Fidalgos que estava em Olinda desde 1593. Também residiu na Ilha da Madeira, já que alguns madeirenses prestaram testemunho em seu julgamento em 1597. Provavelmente saiu no perdão de 1605. Viajava a Angola de onde trazia escravos para Pernambuco-em Angola vivia o outro irmão-Diogo Mendes Fidalgo. Eram financiados por um tio, Henrique Pereira Tenorio (funchal1562-Amsterdã 1624), que mandava vinhos para serem vendidos em Pernambuco cujo dinheiro era investido no tráfico de escravos, que depois de vendidos tinham os lucros aplicados no açúcar. Penitenciado pelo Santo Ofício, foge para Amsterdã onde morre antes de 1614.

Afonso Martins

Mercador de loja em Olinda, em fins do século XVI. Estava então de partida para Lisboa, citado nas denúncias de 1593-1595.

Afonso Serrão

Comerciante de açúcar. Citado nas denúncias de 1593-1595 Afonso participa juntamente com os irmãos, Diogo e

Duarte Serrão da primeira Companhia Geral de Comércio, com a quantia de 40 mil cruzados.

Ambrósio Fernandes Brandão

Senhor de Engenho, cobrador de dízimos, capitão dos mercadores. Senhor em Pernambuco no ano de 1609. Carregador e fiador em 1597 de açúcar. Autor dos Diálogos da Grandeza do Brasil. Foi feitor de Bento Dias, depois senhor de engenho na Paraíba. Após sua morte seus engenhos foram confiscados aos herdeiros pela companhia das índias ocidentais. Dono de fazenda em São Lourenço.

André Gomes Pina

Senhor de engenho Nossa Senhora das Flores ou Moribara na segunda metade do século XVI e senhor ainda em 1609. Carregava açúcar para Lisboa em 1598. Em 1623 passa seu engenho para Gabriel de Pina. (parentes de Diogo e Fernão Soares.) seria também parente de Francisco Gomes Pina e tinha um irmão sediado no Porto, Diogo Henriques Pina. Sr XIV(1). P.99.

Antônio da Rosa

Senhor de engenho em 1609, meio cristão-novo, pois sua mãe era cristã velha. Manteve engenhos em Pernambuco ainda depois de 1630.

Antonio de Aguiar

Natural do Porto, então com 16 anos, morador na casa do tio, Jorge Tomás. Den Pe.333-29.

Antônio Dias de Milão

Comerciante de açúcar Nasc. No Porto esteve em Pernambuco; Lisboa; Amsterdam. Pertencente ao núcleo dos Milão Viveu em Pernambuco cerca de dez anos.

Antônio Dias do Porto

Senhor de engenho em Pernambuco, em 1609 e carregador e fiador em 1597.

Antônio Fernandes Mântua

Cristão-novo casado com Maria Fernandes, citado nas denúncias e confissões.

Antônio Lopes de Oliveira

Marcador de loja em Camaragibe, freguesia de São Lourenço. Denúncias e confissões de Pernambuco. 318.

Antônio Mendes

Carregador em 1600 e 1602. Carregador de açúcar e pau-brasil, que deveriam levar soldados ao rio de janeiro e Rio da prata e depois regressar e receber carga em Pernambuco para seguir a Lisboa. Mas as cargas chegaram de fato a Hamburgo em 1602. Sr II (2). P. 263.

Antônio Saraiva

Citado nas Denúncias e confissões de Pernambuco, como frequentador da casa de Manuel Cardoso Milão.

Bartolomeu Ledo

Casado com Ana Lins, morador em sua fazenda nos arrabaldes da vila de Olinda. Denúncias e confissões de Pernambuco. 452.

Bartolomeu Rodrigues

Comerciante de açúcar e mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Morador na vila da conceição de Itamaracá. Denúncias e confissões de Pernambuco. 381.

Belchior da rosa

Possuidor de grande capitais, ele casou com uma cristã-velha e teve como filhos, João e Antônio da Rosa. Denúncias e confissões de Pernambuco.

Belchior Luiz

Senhor de engenho em Jaboatão, freguesia do santo amaro. Denúncias e confissões de Pernambuco. 18, 19, 20 e 21.

Belchior Rodrigues

Comerciante de açúcar. Denúncias e confissões de Pernambuco.

Bento Álvares

Comerciante de açúcar Denúncias e confissões de Pernambuco.

Bento Dias Santiago

Senhor de engenho, mercador. Senhor do engenho Camaragibe, juntamente com Diogo Fernandes chega ao Brasil por volta de 1563. Foi contratador nos anos 70 dos dízimos de Pernambuco e Itamaracá entre 1582 e 1585 assumiu contrato dos dízimos da Bahia. 1609 grande projeção frente à fazenda régia. Processo inquisição de Lisboa nº 4580 Beatriz Fernandes. Engenho Camaragibe, freguesia de são Lourenço. Denúncias e confissões de Pernambuco 251.

Cosmo Rodrigues

Senhor de engenho de Nossa senhora da Guia, em Jaboatão, freguesia do Santo Amaro. Denúncias da Bahia 535.

Diogo Fernandes

Senhor de engenho, mercador. Em 1530 estava em Viana do Castelo. Chegou por volta da década de 40, Morto em Pernambuco antes de 1590. Tinha um irmão também mercador de nome Jorge Fernandes.

Diogo Fernandes Camaragibe ou do Brasil

Senhor de engenho em Pernambuco. Genro de Diogo Fernandes foi mercador de escravos. Tinha em 1604 associações com Luiz Fernandes Gramaxo. Em 1603 tinha associação para negocio do açúcar com Manuel Rodrigues do Porto e Domingos Dias Cardoso. Foi feitor do engenho de Bento Dias Santiago e em 1594 é citado como mercador morador na rua nova de Lisboa.

Diogo Gonsalves

Senhor de engenho em Beberibe, na freguesia da matriz de Olinda. Denúncias e confissões de Pernambuco 352.

Diogo Lourenço

Mercador Nascido no Porto; PE. Sim. Morador em Olinda na Ladeira da Misericórdia. Inq. Lisboa. Processo nº 6.347.

Diogo Mendes

Localizado em Olinda, Denúncias e confissões de Pernambuco.

Diogo Nunes Correia

Senhor de engenho na Paraíba e também senhor de engenho na várzea do Capibaribe, freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Denúncias e confissões de Pernambuco 237.

Diogo Rodrigues de Elvas

Mercador estava em Pernambuco em fins do século XVI. Recebe de Gaspar Carneiro o valor de uma letra. Tabeliães IV. P. 228.

Diogo Soares

Senhor de engenho em Pernambuco Suassuna em Pernambuco, de invocação de N Sra.. De assunção em 1609. Solteiro morador em Olinda, irmão de Fernão Soares. Denúncias e confissões de Pernambuco. 329-334, 257-258. Carregador de açúcar em 1595. Senhor do engenho n. Sr. dos remédios em 1600. Consignatário em 1600 e permanecia em

Lisboa ainda em 1603 se correspondendo com Gaspar Gomes e Felipe Diniz.

Domingos da Costa Brandão

Senhor de engenho em Pernambuco em 1623, tio de Manuel da Costa Brandão.

Domingos Dias Cardoso

Comerciante de açúcar em Pernambuco.

Duarte de Sá

Vereador, senhor de Engenho; Natural de Barcelos, dos da governança na vila de Olinda, morador na sua fazenda na freguesia de Santo amaro. Denúncias e confissões de Pernambuco. 228. Em 1603 declarou-se de 50 anos RIHB 73 (1ª parte). 143

Duarte Dias

Dono de fazenda e mercador, Morador na vila de Olinda, Denúncias da Bahia. 451. Denúncias e confissões de Pernambuco 205-210.

Duarte Dias de Flandres

Comerciante de açúcar. De 1595 até 1602 estava em Pernambuco; 1612 estava em Antuérpia. Em 1602 foi

consignatário do açúcar que deveria ser entregue em Lisboa para Manuel Gomes da Costa; É apontado como “primo” por Miguel Dias Santiago. Em 1604 esta no Brasil cuidando de interesses de Ambrósio Fernandes Brandão. Carregador e fiador de 1595-1602. Em 1603 ainda estava em Pernambuco. Sr XII p. 165. tabeliães. IV. 170. Faleceu em 1631.

Duarte Dias Henriques

Senhor de engenho na segunda metade do século XVI e ainda senhor em 1609, primo de Miguel Dias Santiago. Em 1602 consignatário do açúcar que deveria ir em Lisboa para Manuel Drago. Senhor de engenho e fazenda em Jaboatão. Denúncias e confissões de Pernambuco 210, 205 e 314.

Duarte Fernandes

Irmão de Diogo Fernandes Camaragibe fez negócio com Miguel Dias Santiago, quando já estava de volta a Lisboa. Era irmão também de Antônio Dias do Porto e Simão Rodrigues do Brasil. Foi feitor do engenho de Bento Dias Santiago. Permaneceu depois em Portugal.

Duarte Henriques

Dono de fazenda na freguesia de Santo Amaro. Denúncias e confissões de Pernambuco. 35.

Duarte Mendes

Comerciante de açúcar. Mercador e Lavrador na Várzea, irmão de Francisco Mendes e de Diogo Gonsalves, dono de fazenda em Camaragibe. Processo inq. Lisboa nº 2552 e 2557. Saiu no auto de fé em Olinda.

Duarte Saraiva Coronel

Denúncias e confissões de Pernambuco, citado como frequentador da casa de Manuel Cardoso Milão. Sr XVII (1)p.71

Duarte Ximenes

Nasc. 1570. Localizado em Olinda 1603; Itamaracá 1609. Senhor de engenho em Goiana em 1609 permanece como senhor em 1623. Exportando para Guilherme Lenaerts e Antônio Fernandes Ximenes. Carregador em 1600 e 1602. Em 1603 diz ter 33 anos, RIHB, 73. P. 155; Rendeiro do contrato de dízimos do Brasil entre 1617-1621. Livro 1º 409 e 415. Maior exportador do açúcar em fins do século XVI. Em 1602 consignatário do açúcar que deveria ir em Lisboa para Gaspar Ximenes

Enriques Mendes

Denúncias e confissões de Pernambuco, localizado na freguesia de Santo Amaro.

Estevão Ribeiro

Foi lavrador e mercador, morador em Olinda. Denúncias e confissões de Pernambuco 381.

Felipe da Paz

Denúncias e confissões de Pernambuco, localizado em Olinda.

Felipe Dias do Vale

Senhor de engenho em 1623. Listagem de Israel da Costa.

Felipe Diniz da Paz

Senhor de engenho na segunda metade do século XVI, listado em 1623.

Felipe Diniz do Porto

PE Em 1600 foi carregador de açúcar dono de metade do engenho de invocação do Espírito Santo, em Pernambuco.

Fernão Rodrigues da Paz

Comprador de mercadorias de Fernão Dias, irmão de Bento Teixeira.

Fernão Rodrigues de Elvas

Morador de Lisboa, estante em Olinda. Denúncias e confissões de Pernambuco. 387.

Fernão Soares

Senhor de engenho, mercador na segunda metade do século XVI, Denúncias e confissões de Pernambuco. Senhor em 1609 de dois engenhos na Muribeca. Carregador de açúcar em 1600, consignados a André Soares. André e Antônio Soares eram também residentes em Pernambuco e seus irmãos. Tabeliães. IV. P.250

Francisco de Ataíde

Comerciante de Açúcar Irmão de Paulo de Pina, estava em Pernambuco desde 1585, quando Paulo de Pina, seu irmão, responde por ele em Lisboa. Foi citado como mercador em Olinda na primeira visita e em 1596 já está de volta a Lisboa. Com ele fazia negócios Miguel Dias Santiago quando estava no Brasil e este já estava em Lisboa. Morador em Olinda. Denúncias da Bahia 519.

Francisco Dias Soares

Comerciante de Açúcar. Nasc. Campo Maior; foi a Lisboa e logo estava em Pernambuco. Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Já tinha sido penitenciado pela inquisição lisboeta. Estante em Olinda, na Rua da Rocha, Denúncias e confissões de Pernambuco. 22.

Francisco Fernandes do Porto

Senhor de engenho e fazendas no cabo de Santo Agostinho, freguesia de Santo Amaro. Confissões de Pernambuco 131. Denúncias de Pernambuco. 31

Francisco Gomes Pina

Comerciante de açúcar Nasc. Porto 1589; Esta em Pernambuco desde antes de 1615 e fica aqui até após a invasão Holandesa. Casado com Beatriz da Fonseca. Daqui ele despachava para o irmão Diogo Henriques no Porto. Em Amsterdã tinha ligações com Paulo de Pina(gomes pinel) e em Hamburgo com Duarte Esteves de Pina. Vários registros de 1619 fazem a ele menção.

Francisco Lopes Homem

Comerciante de açúcar. Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Denunciado por seu irmão Gaspar Lopes Homem, na década de 90 do século XVI. Mercador morador em Olinda e

estante em Lisboa, tio de Manuel Lopes Homem. Denúncias e confissões de Pernambuco. 113. Estava em Amsterdã em 1604. Sr III(2)p. 239 e V(1). 208.

Francisco Mendes

Nasc. Porto. Citado nas denúncias de 1593-1595, lavrador e mercador na freguesia de São Lourenço, irmão de Duarte Mendes, mercador estante em Olinda. Denúncias e confissões de Pernambuco, 172.

Francisco Mendes da Costa

Nasc. Mesão Frio. Localizado em Pernambuco, citado nas denúncias de 1593-1595, lavrador na Muribara.

Francisco Pardo

Mercador, lavrador Nasc. Lisboa; Localizado em Pernambuco, logo em Roma e Nápoles.

Francisco Rodrigues do Porto

Carregador de açúcares em 1600 e senhor de engenho em 1623.

Francisco Rodrigues Vila Real

Mercador da extensa família Vila Real citado nas denúncias de 1593-1595.

Francisco Tomás

Natural de Meio Frio, estante em Pernambuco, pai de Antônio Tomás. Proc. Inq. Lisboa. 2912.

Gabriel Pina

Senhor de engenho em 1623, listagem de israel.

Gaspar Coelho

Criado de Jorge Tomás, tendeiro na Rua do Ponto. Denúncias e confissões de Pernambuco 172.

Gaspar de Mendonça

Senhor de engenho, em 1623 e comerciante de açúcar em Pernambuco.

Gaspar Duarte

Nasc. Lisboa; PE. Citado nas denúncias de 1593-1595, como lavrador na freguesia de São Lourenço.

Gaspar Fernandes Anjo

Senhor de engenho, mercador, contratador dos dízimos do açúcar. PE Senhor em 1609, dois engenhos em Igarassu. Senhor de engenho em 1623, Em 1602 carregador do açúcar que deveria ir em Lisboa para João Nunes Correa e Manuel Fernandes Anjo. Contrata dor dos dízimos do açúcar

entre 1600-1602, exportados de pau-brasil e açúcar para Lisboa, consignados a Manuel Fernandes Anjo (morador em Lisboa com ligações com Manuel da Veiga) e Francisco Fernandes Anjo. E em Hamburgo negociava com Rui Fernandes Cardoso. Em 1603 viveu em Olinda um comerciante de nome Valentin Fernandes Anjo, mas não se sabe o grau de parentesco. Participa do fretamento de umas caravelas em Lisboa em 1599 e 1604, o que não quer dizer que estivesse lá. Carregador e fiador ente 1597-1602 tendo Francisco Fernandes Anjo como Consignatário.

Gaspar Rodrigues

Nasc. Porto Citado nas denúncias de 1593-1595, lavrador no engenho velho de Fernão Soares.

Gaspar Rodrigues Milão

Comerciante de açúcar Nasc. Porto; em 1592 viaja para Pernambuco e em 1606 já estava em Lisboa.

Gaspar Ximenes

Carregador de Açúcares constando do livro das Urcas.

Gemmes Lopes do Porto

Mercador, rendeiro dos dízimos do açúcar, estante no Porto. Denúncias de Pernambuco, 317.

Gomes Henriques

Carregador de Açúcares constando do livro das Urcas.

Gomes Rodrigues Milão

Carregador em 1600 e em 1602 foi consignatário do açúcar que deveria ser entregue em Lisboa para Pero de Galegos. Morador no Brasil entre 1595-1605. Natural de Lisboa estante em Olinda na casa do irmão Manuel Cardoso Limão. Denúncias de Pernambuco. 116. Sr VI (1) p. 121. ANTT. 2499, onde diz que viveu no Brasil por 14 anos e regressou a Lisboa em 1606. Em 1612 reside em Amsterdã, onde lidava com seguros marítimos. Sr VI (1). 121 e 123.

Gonçalo Nunes de Lisboa

Localizado no Brasil 1618, consta da Segunda visitação do santo ofício a Bahia em 1618.

Henrique Mendes

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Mercador mancebo estante em Olinda. Denúncias de Pernambuco, 80.

James Lopes da Costa

Nasc. no Porto. Rendeiro da cobrança de dízimo passa por Pernambuco, retorna a Lisboa e depois vai para Amsterdã (talvez Jerusalém). Onzeneiro, responsável pela comunidade judaica de Amsterdã, foi em fins do século XVI senhor de engenho na várzea do Capibaribe.

Jerônimo Henriques

Estava em Pernambuco, mas já em 1615 assinava em Amsterdã. Consta em 66 registros entre 1614 e 1647. Chega em Amsterdã em 1609, vindo de Portugal. Seu irmão João Luís chega no ano seguinte. Disse que em Pernambuco entre 1606-1608 conheceu Simão Gomes Dias. Jeronimo morreu em Amsterdã. Recebia mercadorias enviadas por Francisco Gomes Pina. Ainda estava em Amsterdã em 1620 Sr XVII (1) 73.

Jerônimo Martins

Mercador Irmão de Afonso Martins. Mercador citado nas denúncias de 1593-1595.

Jerônimo Pardo Barros

Nasc. Lisboa Lavrador no engenho de Ambrósio Fernandes Brandão em São Lourenço, Citado nas denúncias de 1593-1595.

Jerônimo Rodrigues

Mercador Em Itamaracá, primo de João Nunes e Diogo. Foi mercador, mas estava empobrecido. Morador na vila de Itamaracá. Denúncias da Bahia, 557.

João da Paz

Veio para Pernambuco com apenas 13 anos por volta de 1583, era sobrinho de Miguel Dias Santiago a quem escrevia em 1601 de Olinda. Mais tarde foi para Antuérpia onde fica conhecido como João da Paz do Brasil. Irmão de Antônio da Paz. Mercador em Olinda, responsável pelos negócios de seu pai. Inq. Lisboa 11206.

João Dias

Lavrador localizado no Brasil em 1559.

João Fernandes

Vendeiro em Olinda. Denúncias de Pernambuco. 86.

João Luis Henriques

Estava em Pernambuco em 1615, quando por ele assina seu filho na fundação da Dotar em Amsterdã. Exportador de açúcar para o reino 1600-1602. Em 1620 ainda vivia em Pernambuco, como fala Manuel Homem de Carvalho. Vendeu seu engenho a

João Paes Barreto em 1606. Segunda visitação a Bahia em 1618 p. 509 e Sr XIII (2). P. 234.

João Mendes

Comerciante de a u ar e mercador citado nas denuncia es de 1593-1595, 113. Morador em Olinda.

João Nunes Correia

Rendeiro da cobrança de dízimos, onzeneiro, vendedor de escravos ameríndios. Nasc.+ ou – 1547 em Castro Daire; PE. Consta do Livro que contem toda fazenda. P. 29. Preso na Bahia ficou preso em Lisboa entre 1592 e 1595.

João Nunes de Matos

Senhor de engenho 1609. Irmão de Manuel Nunes de matos.

João Ribeiro

Carregador em 1600, consta do livro das urcas.

Jorge Antunes

Faleceu em 1591, estando até então em Pernambuco.

Jorge da Paz

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595, sobrinho de Miguel dias Santiago, veio pequeno a Pernambuco, ainda com 13 anos.

Jorge Dias

Comerciante de açúcar. Mercador citado nas denúncias de 1593-1595.

Jorge Dias da Paz

Localizado em Pernambuco e na Capitania da Paraíba.

Jorge Esteves

Vários contratos de fretamento, estiveram em Pernambuco, grande importador de açúcar do porto participando de contratos entre 1596 e 1606. Quando estava em Pernambuco se correspondia com Manuel e Fernão Rodrigues d'Elvas. Mercador morador em Olinda. Denúncias de Pernambuco. 86. Carregador em 1595.

Jorge Fernandes

Morador em Lisboa que esteve em Olinda, era mercador de trigo. Denúncias da Bahia. 522. Carregador em Pernambuco no ano de 1600.

Jorge Ferreira

Carregador e fiador entre 1595 e 1602. Mercador em Olinda e contratador dos dízimos da Bahia. Livro 1º 382.

Jorge Manuel

Comerciante de açúcar. Mercador citado nas denúncias de 1593-1595.

Jorge Tomás Pinto

Nasc. Porto. Citado nas denúncias de 1593-1595. Mercador e lavrados na várzea do Capibaribe. Denúncias de Pernambuco. 287. Carregador e Fiador em 1597.

Luis Álvares

Nascido no Porto; esteve em Angola; depois em Flandres; e em 1618, na Bahia.

Luís Antunes

Boticário, comerciante Morador em Olinda; Carregador de açúcar em 1595.

Luís Dias

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Estante em Olinda. Denúncias de Pernambuco. 116.

Manoel Homem de Carvalho

Comerciante N. Ilha de São Miguel; esteve em Flandres em 1612; depois na Bahia, em Pernambuco e Angola, onde foi preso pela Inquisição.

Manoel Roiz Sanches

Nascido em Porto Alegre. Mercador e senhor de engenho em Pernambuco e localizado posteriormente em Amsterdã.

Manuel Cardoso de Milão

Nasc. no Porto. Comerciante de açúcar localizado em Pernambuco em fins do século XVI, morador na Ria da Serralheira. Deixou a capitania e se estabeleceu em Lisboa. Em 1602 consignatário do açúcar que deveria ir em Lisboa para Pero de Galgos Denúncias de Pernambuco 329-34-51. Carregador e fiador entre 1597-99. Sr X (1). 28.

Manuel Carvalho

Citado como frequentador da casa de Manuel Cardoso Milão. Carregador e fiador em 1597. Em 1604 já estava em Amsterdã, como membro da nação portuguesa. SR III(1) p.115, Sr. III(2) 239, IV(1). 26 e V (2) 222.

Manuel d'Achoa

Mercador e ourives, estante em Olinda. Segunda visitação do Santo ofício a Bahia em 1618, 355.

Manuel da Costa Brandão

Sobrinho do senhor de engenho Domingo da Costa Brandão, inquirido por Daniel do Lago em 1620. Depois retorna a Lisboa onde aparece em contratos de fretamento. Depoente na inquirição de 1621 em Pernambuco.

Manuel de Andrade

Lavrador PE Citado nas denunciaç es de 1593-1595, lavrador do engenho de Pero Cardigo.

Manuel de Azevedo

Nasc. no Porto. Comerciante de a u car . Mercador citado nas denunciaç es de 1593-1595 negociava mercadorias de seu pai, Manoel Tomás.

Manuel de Paredes

Mercador natural de Lisboa dono de fazenda em Pass . Proc. Inq. Lisb. 11071

Manuel Dias da Paz

Em 1604 esta em Pernambuco cuidando de interesses de Ambrósio Fernandes Brandão.

Manuel Dias Henriques

Nasc. No porto 1594-morto em Amsterdã 1667. Residiu em Pernambuco quando ainda era solteiro.

Manuel Esteves de Pina

Nasc. no Porto. Comerciante de açúcar . Morou na casa de seu irmão Francisco Gomes pina em 1618.

Manuel Lopes

Carregador de açúcar entre 1595-97. Estante em Olinda na casa de seu tio, Afonso Martins aguas mortas. Proc. Inq. Lisboa. 6241.

Manuel Lopes Homem

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Esteve em Pernambuco, mas depois seguiu para Amsterdã. Morador em Olinda, sobrinho de Francisco Lopes Homem. Denúncias de Pernambuco, 86. Carregador e fiador em 1595. Era mercador em Lisboa em 1586. Tabeliães IV. P. 193. Natural do Porto, ele se mudou depois para Amsterdã, em 1612 estava em Sevilha. Sr IV (2). P. 243. Em 1615 já havia retornado a Amsterdã.

Manuel Nunes

Mercador e morador em Olinda, de partida para a Prata. Denúncias de Pernambuco, 332.

Manuel Nunes

Fiador em 1596, mercador morador em Pernambuco. Denúncias de Pernambuco, 472-473.

Manuel Nunes de Matos

Comerciante de açúcar, arrendatário da cobrança de dízimos da PB. Nasc. Porto; 1601 está na Paraíba e em 1606 está em Pernambuco; 1608 está em Amsterdam 2º maior exportador de açúcar em fins do século XVI. Irmão de João Nunes de Matos e casado com Ana de Milão, do núcleo dos Milão. Voltou a Lisboa após a morte de seu sogro, Henrique Milão. Em 1602 consignatário do açúcar que deveria ser entregue em Lisboa para João Moreno. Várias referências a ele na doc. Rosenthaliana. Sr IV (2) p. 244, processo inquisição de Lisboa nº 10.600. Carregador em 1599 e 1600.

Manuel Nunes Lopes

Carregador de açúcar em Pernambuco, consta do livro das Urcas.

Manuel Rodrigues

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595.

Manuel Rodrigues

Comerciante de açúcar. Estante em Olinda. Solteiro. Denúncias de Pernambuco. 116.

Manuel Rodrigues do Porto

Carregador em Pernambuco. Em 1602 consignatário do açúcar que deveria ir em Lisboa para Diogo Fernandes do Brasil. Carregador e fiador entre 1597 e 1600. Mercador em Olinda que remetia o açúcar para seus irmãos Simão Rodrigues (seu pai) e Diogo Fernandes (seu tio).

Manuel Rodrigues Vila Real

Comerciante de açúcar em Pernambuco em 1582 foi a Angola, de onde trazia encravos. Em Pernambuco ficava na casa de seu irmão, Francisco Rodrigues Vila Real. Viveu em Pernambuco entre 1591 e 1595 regressando ao Porto. Em 1600 participa de um frete de navios com vários outros cristãos-novos entre eles André Nunes Pina e Jorge Esteves. Consta intensamente dos contratos de frete entre os anos de 1615 e 1623, não constando em contratos após essa data. (preso pela inquisição de Coimbra, setembro de 1618).

Manuel Saraiva de Mendonça

Senhor de engenho em 1623, consta da lista de Israel da Costa.

Manuel Vaz Pimenta

Carregador e fiador em 1597. No começo do século XVII estava na Antuérpia. Sr V(2) 219.

Miguel d' Fonseca

Primo-irmão de Duarte Fernandes, mercador e morador na Rua dos Quatro Cantos. Segunda visitação   Bahia p. 354.

Miguel Dias

Localizado em Olinda, em fins do século XVI, Denuncia es de Pernambuco.

Miguel Dias da Paz

Em 1600 estava em Olinda; Sobrinho de Miguel Dias Santiago, em 1606 negociava com Diogo Dias Querido e Duarte Dias de Flandres. Estante em Olinda. Confissões de Pernambuco, 51.

Miguel Dias Santiago

Comerciante de açúcar, entre 1596-1599 estava na Bahia; em 1601, entre março e junho estava em Pernambuco; em 1601 vai á Portugal e já em 1627 estava na Antuérpia. Em 1601 regressa ao reino, se estabelecendo no Porto. Foi nos anos em que esteve no Brasil consignatário do açúcar que deveria ir em Lisboa para Paulo Pina. Ente as mercadorias recebidas estavam tecidos diversos, farinha dos açores, vinhos em pipas e barris de atum. Carregador em 1600 para Paulo de Pina. Foi depois para Antuérpia. Tabeliães. 477.

Miguel Henriques

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Irmão de Simão Enriques.

Nuno Alvares

Rendeiro dos dízimos, morador em Camaragibe. Denúncias da Bahia, 520.

Pantalião Vaz

Morador na vila de Olinda. Denúncias de Pernambuco. 252.

Paulo de Milão

Comerciante do núcleo Milão, volta para Lisboa antes de 1605.

Paulo de Pina

Rendeiro da cobrança de dízimos, comerciante de açúcar, onzeneiro. Nasc. no Porto. Em 1599 regressa à Lisboa; Morto em 1601. Vem para o Brasil quando seu irmão Francisco de Ataíde volta a Lisboa. Depois de 1590 foi contratador dos dízimos do Açúcar. Quando ele morre Miguel Dias Santiago encerra suas atividades no Brasil e volta para. Em Amsterdã 1620 estava Miguel Esteves de Pina Sr XVII (1) 73 Lisboa. E Tomás Nunes Pina idem p. 76. Consta como carregador e consignatário em 1600, mas em 1599 já estava de volta a Lisboa. Tabeliães. IV P. 272 e 333.

Paulo de Pina (Gomes Pinel)

Tesoureiro da Bet Jacob PE; em 1609 estava em Lisboa; 1614 estava em Amsterdã; morto em Hamburgo 1635. Em 1615 estava em Amsterdã, onde assinou por Francisco Gomes Pina, na abertura da Dotar. Em 1620 ainda em Amsterdã. Sr XVII (1) 68.

Pedro Álvares Madeira

Senhor de engenho. Chegou a Pernambuco antes de 1550.

Pedro de Moraes Sampaio

Nasc. em Lisboa. Comerciante de açúcar. Mercador citado nas denúncias de 1593-1595.

Pedro Henriques

Carregador e fiador em 1602, em 1611 estava na Antuérpia. Costa do livro das urcas.

Pedro Lopes

Carregador em 1600 e fiador em 1602. Morava em Olinda na casa de seu irmão Afonso Martins águas mortas. Denúncias de Pernambuco. 460.

Pero Cardoso

Mercador e sirgheiro. Morador na vila de Olinda. Denúncias da Bahia, 516.

Pero da Cunha

Dono de engenho na freguesia da Várzea, denúncias de Pernambuco, 343.

Pero de Galegos

Mercador citado nas denúncias de 1593-1595. Denúncias de Pernambuco, 262-263. E Processo de Manuel Homem de Carvalho.

Pero Lopes

Estante em Olinda na casa de seu irmão Afonso Martins de agás mortas. Denúncias de Pernambuco, 460.

Pero Lopes camelo

Lavrador na vila de Olinda, dono de engenho no cabo. Inq. lisb. proc. nº 6363.

Pero Lopes de Vera

Senhor de engenho em 1623, 2 engenhos. Em 1602 consignatário do açúcar que deveria ir em Lisboa para Manuel Rodrigues Duarte Carregador em 1600. Foi contratador dos dízimos. Livro 1º 134, 409, 413, 415.

Pero Nunes

Rendeiro de engenho. Morador em Olinda Denúncias da Bahia, 279, 282 547, 384.

Rodrigo Ávila

Esteve de passagem em Pernambuco foi encontrado anos depois no Peru. Estante em Pernambuco na casa de Manuel Nunes. Denúncias de Pernambuco 326, 331.

Rodrigo Fidalgo

Nasc. na Ilha da Madeira; esteve em Pernambuco e em Angola. Viajava a Angola de onde trazia escravos para Pernambuco-em Angola vivia o seu irmão Diogo Mendes Fidalgo. Preso e penitenciado em Olinda.

Rui Gomes

Ourives e mercador, embarcando açúcares para Lisboa, para onde ele retornou. Denúncias de Pernambuco e livro das urcas.

Rui Lopes

Mercador em Olinda. Denúncias de Pernambuco, 115.

Simão Correia

Comerciante de açúcar, localizado em Pernambuco.

Simão Fernandes

Lavrador, alfaiate. Nasc. Porto. Citado nas denúncias de 1593-1595, lavrador na Muribara, freguesia de São Lourenço. Denúncias de Pernambuco, 157.

Simão Henriques

Lavrador, comerciante de açúcar. Irmão de Miguel Henriques. Citado nas denúncias de 1593-1595, lavrador e mercador.

Simão Lopes

Senhor do engenho de santo Amaro. Denúncias de Pernambuco, 138.

Simão Soeiro

Senhor de engenho Guiana na capitania de Itamaracá. Denúncias de Pernambuco 372-373, 246 e 362.

Simão Vaz

Mercador em Olinda é apontado como “primo” por Miguel Dias Santiago. Morador em Olinda e Camaragibe aparece no livro de contas do promotor entre os anos de 1601 e 1608. Denúncias de Pernambuco 451, 519, 252. Carregador e fiador em 1597 e 1602.

Tomas Fernandes

Carregador em Pernambuco aparece como frequentador da casa de Manuel Cardoso Milão. Carregador e fiador em 1597-1600. Em 1603 estava em Amsterdã. Sr IV (1) p. 122, VI(1). P. 122 e 123.

Tomas Nunes

Nasc.+ou- em 1555; 1583 estava em Pernambuco; 1585 estava na Paraíba; 1590 estava em PE; de 1597-1607 estava em Portugal; em 16013 estava em PB. Mercador que foi da capitania par ao reino. Denúncias de Pernambuco. 353.